



***Plano  
Diretor  
Municipal***

***Catanduvas - PR  
Volume 02/05***

***P02 - Avaliação Temática Integrada***

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

LUIZ FORTE NETTO *Secretário*

WILSON BLEY LIPSKI *Diretor Geral*

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

LUIZ FORTE NETTO *Superintendente*

ANTONIO A. TOLEDO DA SILVA *Diretor de Administração e Finanças*

MIRYAN KRAVCHYCHYN *Diretora de Operação*

VIRGÍNIA THEREZA NALINI *Coordenadora de Projetos*

KAREN BARRETO CAMPÊLO *Coordenadora de Operações*

ALBARI ALVES DE MEDEIROS *Coordenador ER Maringá*

EDGARD VIRMOND ARRUDA FILHO *Coordenador ER Ponta Grossa*

GERALDO LUIZ FARIAS *Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral*

HÉLIO SABINO DEITOS *Coordenador ER Cascavel*

UBIRAJARA CEBULSKI *Coordenador ER Guarapuava*

VALTER OGUIDO MORISHIGUE *Coordenador ER Londrina*

MUNICÍPIO DE

*Prefeito*

ALDOIR BERNART

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações

Carlos Augusto Storer - Geógrafo - Analista de Desenvolvimento Municipal

Renata Helena da Silva - Arquiteta e Urbanista - Analista de Desenvolvimento Municipal



# ***Plano Diretor Municipal***

## ***Catanduvas Volume 02/05***

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/06

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/06

Agosto/2007

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## CATANDUVAS - PR

### P02 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA



Açosto 2007



Município de  
**Catanduvas**  
Gestão 2005/2008



## **SUPERVISÃO/COORDENAÇÃO**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**

Avenida dos Pioneiros, 900. Centro

CEP: 85.470-000 Catanduvas-PR

E-mail: [ctv.gabinete@olivatti.com.br](mailto:ctv.gabinete@olivatti.com.br)

CNPJ: 76.208.842/0001-03

**Prefeito Municipal – Aldoir Bernart**

### **Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**

#### **Diretoria de Operações**

Carlos Storer                      Supervisor - Analista de Desenvolvimento Municipal/Sede – Geógrafo

Renata Helena da Silva      Supervisora - Analista de Desenvolvimento Municipal/ER Cascavel – Arquiteta

## Equipe Técnica Municipal do PDM

(Decreto Municipal nº123/2006)

Coordenador Municipal.....Hélio João Bernartt  
Vice-coordenador Municipal..... Edílson Malavski

### Membros:

Secretaria ..... Técnico (Suplente)  
Sec. Municipal de Educação.....Terezinha Aparecida Oliveira (Claudete Maria Alves)  
Sec. Municipal de Trabalho e Ação Social.....Ivete Goreti de Carli Oliveira (Simone G. Yonekura)  
Sec. Municipal de Viação e Obras..... Ubiratã Dionísio Fortunato (Pedro Casemiro Bernalde)  
Sec. Municipal de Finanças..... Olandir Roque R. da Silva (Edilaine Blem da Silva Santos)  
Sec. Municipal de Agricultura ..... Décio Luis Poletto (Adriana Ramina Gava)  
Sec. Municipal de Saúde .....Noely Cavichon (Eloa de Araújo Pegoraro)  
Sec. Municipal de Administração ..... Lourdes Mendes de Almeida (Simone Bernart)  
Departamento de Contabilidade .....Silvio Farias (Márcio José Carlos)  
Departamento de Recursos Humanos..... Vanda Ana Bendo (Demóstenes Valentini)  
Departamento de Cultura e Esporte .....Nadir Pandini (Eloah de Toledo Bozza Bernartt)



## Comissão de Acompanhamento de Elaboração do PDM

(Decreto Municipal nº 028/2007)

### Representantes do Poder Público

Secretaria Municipal de Administração..... Celso Thisen  
Municipal de Administração.....Alaor Carlos de Oliveira  
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.....Terezinha Thisen  
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.....Irene dos Santos Geronutti

### Representantes da Sociedade Civil Organizada

Representante da EMATER ..... Délcio Giuliani  
Representante da Associação Artística Cultural de Catanduvas..... Olimpio de Moura  
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ..... Valdenir A. Ribeiro  
Representante da CAVAPLAN ..... Vilson Cavagnoli  
Representante da Associação Agropecuária de Ibiracema ..... Celso Mognol  
Representante da Associação Agropecuária Linha Sanepar ..... Claudino Gemelli  
Representante da Associação de Produtores da Comunidade de Santa Cruz ..... Catarino Maziera  
Representante da Câmara de Vereadores – Santa Cruz ..... Gersindo de Oliveira  
Representante da Câmara de Vereadores – Santana ..... Sebastião Duffeck

## EXECUÇÃO

### ECOTÉCNICA – TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Rua José Fabiano Barcik, 406. Bairro Cajuru.

CEP: 82.940-050 – Curitiba – Paraná

E-mail: [etc@ecotecnica.com.br](mailto:etc@ecotecnica.com.br)

Fone/fax: (0\*41) 3026-8639 / 3026-8641 / cel: 8402-9521

CNPJ: 02.610.553/0001-91

### Equipe Técnica

Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Coordenação Adjunta	Arquiteto e Urbanista Msc. Patrícia Costa Pellizzaro	CREA-PR 33.061-D
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Dr. Letícia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 6.193-D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista	Marlos Hardt	CREA-PR 74.601/D
Arquiteto e Urbanista	Ana Valéria Brugnolo dos Santos	CREA-PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Eng. Civil	Artur Teixeira Magalhães Neto	CREA-PR 20.511/D
Eng. Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Eng. Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Eng. Agrônoma Msc.	Yumi Kajihara Hirono	CREA-SP 5.060.576.216/D
Eng. Agrônoma Msc.	Juliana V. Bittencourt	CREA-PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37951
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	



## APRESENTAÇÃO

Apresenta-se a **Avaliação Temática Integrada** referente ao **Produto - P02** - do processo de elaboração do **Plano Diretor Municipal – PDM de Catanduvas**, executado pela empresa ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda., conforme contrato nº 004/2006, firmado entre a Prefeitura Municipal de Catanduvas e a empresa citada, em conformidade com o Termo de Referência estabelecido pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

A Avaliação Temática Integrada é resultante de análises detalhadas e integradas sob os diversos aspectos que embasarão as futuras propostas de desenvolvimento municipal, tendo em vista a riqueza de informações provenientes das leituras comunitárias e técnicas do município de Catanduvas. Estrutura-se a partir da subdivisão de capítulos, quais sejam (i) contextualização regional; (ii) aspectos físico-ambientais; (iii) aspectos territoriais; (iv) aspectos de infra-estrutura e serviços; (v) aspectos sócio-culturais; (vi) aspectos econômicos; (vii) aspectos institucionais; e por fim (viii) uma avaliação sistêmica referente aos conteúdos apresentados.

Para a estruturação deste volume, tendo em vista o Estatuto da Cidade, Termo de Referência e a própria filosofia de trabalho, procedeu-se ao processo participativo configurado pela “Leitura Comunitária do Município de Catanduvas” por meio da realização de duas oficinas de capacitação da Equipe Técnica Municipal e da primeira Audiência Pública. Nestes encontros trabalhou-se de forma não indutiva (apesar da orientação e explanação dos assuntos pertinentes ao plano), e de forma a possibilitar a maior intervenção e poder de decisão possível aos presentes, nos assuntos trabalhados<sup>1</sup>.

A leitura técnica, por sua vez, deu-se pela equipe multidisciplinar contratada, de forma a consolidar, sistematizar e orientar da melhor forma possível os anseios e dificuldades retratadas pela comunidade de Catanduvas<sup>2</sup>.

Este volume será objeto, de forma sintetizada, da segunda Audiência Pública, juntamente com as diretrizes e proposições para o PDM de Catanduvas, sendo passível de complementações e retificações, quando assim lhe aprouver.

---

<sup>1</sup> O resultado deste processo será documentado em forma de relatórios do processo participativo.

<sup>2</sup> A leitura técnica contou com informações secundárias fornecidas pela Prefeitura Municipal e instituições afins, e na medida do possível, levantamentos e observações em campo.

## SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS .....	X
LISTA DE FIGURAS .....	X
LISTA DE GRÁFICOS.....	XIV
LISTA DE TABELAS.....	XV
LISTA DE MAPAS.....	XVII
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	XVIII
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL.....</b>	<b>2</b>
2.1 MARCOS INICIAIS DE OCUPAÇÃO.....	2
2.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	2
2.3 LOCALIZAÇÃO .....	3
2.4 ACESSIBILIDADE.....	6
2.5 CENTRALIDADE E RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS VIZINHOS.....	7
2.6 PLANEJAMENTO REGIONAL.....	8
2.6.1 Microrregião Geográfica Cascavel.....	8
2.6.2 Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.....	9
2.6.3 Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu.....	9
2.6.4 Regional de Saúde .....	10
2.6.5 Regional de Habitação.....	11
2.6.6 Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	11
2.7 VOCAÇÃO REGIONAL.....	11
2.7.1 Segurança.....	12
<b>3 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS.....</b>	<b>13</b>
3.1 CLIMA E AR.....	13
3.1.1 Ventos.....	14
3.1.2 Precipitação Pluviométrica.....	15
3.1.3 Evapotranspiração Potencial .....	16
3.2 ÁGUA.....	17
3.2.1 Hidrologia Superficial .....	17
3.2.2 Hidrogeologia.....	21
3.3 SOLO E SUBSOLO.....	22
3.3.1 Geomorfologia .....	22
3.4 GEOLOGIA .....	28
3.4.1 A Bacia do Paraná na Área de Interesse.....	28
3.4.2 A Formação Serra Geral.....	29
3.4.3 Geologia da Área .....	30
3.5 RISCOS GEOLÓGICOS E AMBIENTAIS.....	33
3.5.1 Erosão.....	34
3.5.2 Instabilidade de Encostas .....	35
3.5.3 Desastres no Município.....	36
3.6 RECURSOS MINERAIS.....	36
3.6.1 Pedras de Talhe, Cantaria e Brita.....	36
3.6.2 Saibro.....	37
3.6.3 Água Superficial e Subterrânea .....	37
3.6.4 Água Mineral.....	39
3.7 PRODUÇÃO MINERAL.....	40



3.7.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.....	41
3.8	COBERTURA VEGETAL.....	41
3.8.1	Floresta em Estágio Inicial de Sucessão .....	42
3.8.2	Floresta em Estágio Médio de Sucessão.....	42
3.8.3	Floresta em Estágio Avançado de Sucessão .....	42
<b>4</b>	<b>ASPECTOS TERRITORIAIS.....</b>	<b>44</b>
4.1	DEMOGRAFIA .....	44
4.1.1	Projeção da População .....	46
4.1.2	Densidade Demográfica.....	47
4.2	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO .....	51
4.2.1	Processo de Ocupação Urbana .....	51
4.2.2	Perímetro Urbano .....	53
4.2.3	Parcelamento do Solo Urbano .....	55
4.2.4	Zoneamento Atual.....	60
4.2.5	Tipologias de Uso Urbano.....	63
4.2.6	Distrito Administrativo de Ibiracema.....	67
4.3	ÁREAS VERDES.....	69
4.3.1	Arborização Urbana .....	69
4.3.2	Áreas de Preservação Permanente .....	71
4.3.3	Viveiro Municipal.....	72
4.4	HABITAÇÃO .....	73
4.4.1	Avaliação das Condicionantes Habitacionais .....	73
4.4.2	Programas Habitacionais.....	74
4.5	PREÇO DA TERRA .....	75
4.6	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL.....	77
4.6.1	Tipologias de Uso Rural.....	78
4.6.2	Localidades Rurais .....	79
4.7	PAISAGEM RURAL .....	83
4.8	POTENCIAL TURÍSTICO .....	84
4.8.1	Infra-estrutura de Apoio Turístico e Demanda .....	86
<b>5</b>	<b>ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS .....</b>	<b>87</b>
5.1	CIRCULAÇÃO REGIONAL .....	87
5.1.1	Fluxo de Veículos .....	88
5.2	CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO.....	90
5.2.1	Hierarquização das Vias .....	90
5.2.2	Parâmetros Geométricos das Vias .....	92
5.2.3	Traçado Viário e Principais Eixos .....	92
5.2.4	Pavimentação das Vias Urbanas.....	92
5.2.5	Passeios ou Calçadas para Pedestres .....	95
5.2.6	Sinalização.....	96
5.3	CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL RURAL.....	97
5.3.1	Estradas Rurais .....	97
5.3.2	Faixa de Domínio.....	97
5.3.3	Pontes.....	98
5.4	CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTES.....	98
5.4.1	Transporte Intermunicipal .....	98
5.4.2	Transporte Público Municipal.....	98
5.4.3	Transporte Escolar.....	99
5.4.4	Frota de Veículos.....	100
5.5	SANEAMENTO .....	100
5.5.1	Abastecimento de Água.....	100



5.5.2	Drenagem Urbana .....	102
5.5.3	Esgotamento Sanitário.....	102
5.6	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS .....	103
5.7	ENERGIA ELÉTRICA .....	107
5.8	COMUNICAÇÃO.....	107
5.9	CAPACIDADE DE SUPORTE DA INFRA-ESTRUTURA URBANA .....	108
5.9.1	Obras em Andamento no Município.....	109
<b>6</b>	<b>ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS .....</b>	<b>110</b>
6.1	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	110
6.2	SAÚDE.....	111
6.2.1	Programas Preventivos de Saúde .....	115
6.2.2	Indicadores de Atenção Básica.....	116
6.2.3	Natalidade e Mortalidade .....	117
6.2.4	Orçamento em Saúde.....	118
6.3	EDUCAÇÃO .....	119
6.4	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	121
6.5	SEGURANÇA PÚBLICA.....	124
6.5.1	Penitenciárias Federais de Segurança Máxima no Brasil.....	124
6.5.2	Penitenciária Federal de Catanduvas .....	125
6.5.3	Segurança Municipal .....	130
6.6	CULTURA E LAZER.....	131
6.7	ESPORTE.....	133
6.8	DEMANDA POR EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS.....	136
<b>7</b>	<b>ASPECTOS ECONÔMICOS .....</b>	<b>139</b>
7.1	DINÂMICA ECONÔMICA .....	139
7.2	RENDA E OCUPAÇÃO.....	140
7.3	ATIVIDADES PRIMÁRIAS .....	141
7.3.1	Agricultura.....	142
7.3.2	Pecuária.....	146
7.3.3	Reflorestamento e Extrativismo .....	148
7.3.4	Atividade Alternativa .....	149
7.3.5	Infra-estrutura de Apoio ao Produtor.....	149
7.3.6	Principais Programas.....	152
7.3.7	Principais Problemas Diagnosticados no Município.....	152
7.4	ATIVIDADES SECUNDÁRIAS .....	153
7.5	ATIVIDADES TERCIÁRIAS.....	154
<b>8</b>	<b>ASPECTOS INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>156</b>
8.1	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA .....	156
8.1.1	Administração Pública.....	156
8.2	ORÇAMENTO E FINANÇAS .....	160
8.2.1	PPA – Plano Plurianual 2006-2009.....	160
8.2.2	LDO – Diretrizes Orçamentárias para 2007 .....	162
8.2.3	LOA – Orçamento Anual para 2007 .....	162
8.2.4	Fontes de Financiamento do Município .....	162
8.2.5	Código Tributário do Município .....	163
8.2.6	Gestão Fiscal do Município.....	164
8.3	RECURSOS HUMANOS .....	167
8.4	GESTÃO DEMOCRÁTICA E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	171
8.4.1	Conselhos Municipais .....	171
8.4.2	Fórum de Desenvolvimento Local.....	172
8.4.3	Organizações Comunitárias.....	173



8.5	PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL .....	173
8.6	ESTRUTURA NORMATIVA E LEGAL .....	174
8.6.1	Legislação Municipal.....	175
8.6.2	Legislação Estadual.....	189
8.6.3	Legislação Federal.....	192
9	<b>AVALIAÇÃO SISTÊMICA .....</b>	<b>198</b>
10	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>206</b>
11	<b>ANEXOS.....</b>	<b>212</b>

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – CLASSIFICAÇÃO DAS ÁGUAS MINERAIS.....	213
ANEXO 2 – EFEITOS TERAPÊUTICOS DAS ÁGUAS MINERAIS NATURAL.....	214
ANEXO 3 – COBERTURA VACINAL.....	215
ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO.....	216

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da sede urbana de Catanduvas.....	4
Figura 2: Vista aérea da sede urbana de Catanduvas.....	4
Figura 3: Vista da sede urbana de Catanduvas.....	4
Figura 4: Vista geral da sede urbana de Catanduvas com a penitenciária ao fundo.....	4
Figura 5: Vista da área rural de Catanduvas .....	4
Figura 6: Vista da área rural de Catanduvas .....	4
Figura 7: Sistema Viário Regional .....	6
Figura 8: Vista da BR-277, norte do município de Catanduvas-PR.....	6
Figura 9: Vista da PR-471, proveniente da BR-277 (norte do município).....	6
Figura 10: Hierarquia de centralidade dos municípios da mesorregião oeste paranaense (ano de 1998).....	7
Figura 11: Municípios integrantes da Microrregião Geográfica Cascavel.....	8
Figura 12: Municípios integrantes do Território Cantuquiriguaçu, com destaque para o município-sede da Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu.....	10
Figura 13: Classificação climática do estado do Paraná segundo Koeppen .....	13
Figura 14: Isotermas no estado do Paraná.....	13
Figura 15: Anemogramas no Estado do Paraná.....	15
Figura 16: Isoietas de no Estado do Paraná.....	16
Figura 17: Isolinhas de evapotranspiração no Estado do Paraná .....	17
Figura 18: Bacias Hidrográficas do estado do Paraná.....	18
Figura 19: Compartimentação geomorfológica e seção esquemática das unidades do relevo Estado do Paraná	22
Figura 20: Quebra de relevo entre a área de platô (sede em primeiro plano) e relevo acentuado ao fundo.....	24
Figura 21: Configuração de derrame subhorizontalizado, formando platôs.....	24
Figura 22: Configuração da Formação Serra Geral no Paraná .....	30
Figura 23: Pedreira de basalto (porção leste).....	40
Figura 24: Detalhe da pedreira de basalto.....	40



Figura 25: Localização da pedreira de retirada de basalto .....	40
Figura 26: Estágios sucessionais de vegetação do município de Catanduvas - PR .....	43
Figura 27: Evolução da ocupação urbana de Catanduvas .....	52
Figura 28: Detalhe de invasões no Loteamento Jardim Catanduvas .....	56
Figura 29: Vista parcial do Loteamento Jardim Catanduvas .....	56
Figura 30: Área de preservação permanente com ocupação no Loteamento União .....	56
Figura 31: Vista do “centro” urbano de Catanduvas (av. Paraná) .....	56
Figura 32: Vista da av. Brasil, sentido Três Barras do Paraná .....	57
Figura 33: Vista parcial do Loteamento Menino Deus .....	57
Figura 34: Vista do Centro Cultural no Loteamento Menino Deus.....	57
Figura 35: Vista da área pública para lazer e esporte .....	58
Figura 36: Vista do Loteamento Bela Vista, na porção esquerda.....	58
Figura 37: Uso residencial – edificações em alvenaria.....	63
Figura 38: Uso residencial – edificações em madeira .....	63
Figura 39: Uso comercial na Av. dos Pioneiros .....	64
Figura 40:Uso comercial e serviços, bares.....	64
Figura 41: Uso de serviços - oficina mecânica .....	64
Figura 42: Uso de serviços – posto de gasolina .....	64
Figura 43: Uso industrial (roupas e calçados).....	65
Figura 44: Uso institucional – Prefeitura Municipal .....	65
Figura 45: Uso institucional – EMATER e Secretaria da Agricultura .....	65
Figura 46: Uso institucional – Praça Cícero Moura.....	66
Figura 47: Uso institucional – Igreja Matriz São Sebastião.....	66
Figura 48: Uso especial - cemitério municipal (sede urbana) .....	66
Figura 49: Uso especial - cemitério da comunidade Cajati.....	66
Figura 50: Vista da arborização urbana da sede de Catanduvas .....	69
Figura 51: Detalhe de via arborizada com a aroeira-salsa .....	69
Figura 52: Cobertura florestal com indivíduos de pinheiro-do-paraná .....	70
Figura 53: Vista de área de agricultura e cobertura vegetal significativa ao fundo.....	70
Figura 54: Limites das Áreas de Preservação Permanente segundo o Código Florestal.....	71
Figura 55: Detalhe da Área de Preservação Permanente (matas ciliares) da área municipal de Catanduvas.....	72
Figura 56: Detalhe da Área de Preservação Permanente (matas ciliares) da área urbana de Catanduvas.....	72
Figura 57: Viveiro municipal.....	72
Figura 58: Vista do viveiro municipal e algumas mudas de aroeira-salsa (à frente).....	72
Figura 59: Conjunto Residencial Catanduvas.....	75
Figura 60: Conjunto Residencial Catanduvas.....	75
Figura 61: Lavoura anual .....	77



Figura 62: Pastagem.....	77
Figura 63: Propriedade rural de média escala (comunidade Cajati).....	78
Figura 64: Propriedade rural de média escala.....	78
Figura 65: Residência rural em alvenaria.....	78
Figura 66: Residência rural em madeira.....	78
Figura 67: Propriedade rural.....	79
Figura 68: Propriedade rural.....	79
Figura 69: Acesso à comunidade Santa Cruz.....	80
Figura 70: Capela da comunidade Santa Cruz.....	80
Figura 71: Campo de experimento do IAPAR.....	80
Figura 72: Vista de parreirais de uva.....	80
Figura 73: Igreja da comunidade Cajati.....	81
Figura 74: Comunidade Caravaggio, acesso à gruta.....	81
Figura 75: Vista da paisagem rural.....	83
Figura 76: Visualização de áreas de preservação.....	83
Figura 77: Plantio de soja como parte da paisagem.....	83
Figura 78: Bovinocultura como parte da paisagem.....	83
Figura 79: Predominância de terrenos mecanizados.....	84
Figura 80: Área mecanizada.....	84
Figura 81: Vista da área rural, potencial para o turismo rural e ecoturismo.....	84
Figura 82: Vista do rio Adelaide que cruza toda a extensão norte-sul do município.....	84
Figura 83: Acesso à capela de Nossa Senhora de Caravaggio (comunidade de Caravaggio).....	85
Figura 84: Vista da Nossa Senhora de Caravaggio.....	85
Figura 85: Inserção de Catanduvas em Corredores Turísticos de Interesse.....	85
Figura 86: Detalhe dos principais acessos ao município de Catanduvas.....	88
Figura 87: Praças de pedágio do entorno imediato de Catanduvas.....	89
Figura 88: Via em pavimentação asfáltica em mal estado de conservação (av. Paraná).....	93
Figura 89: Via em pavimentação por pedras irregulares (Rua Presidente Costa e Silva).....	93
Figura 90: Via em leito natural.....	93
Figura 91: Detalhe da calçada para pedestre bem estruturada.....	95
Figura 92: Calçada sem padronização de material.....	95
Figura 93: Calçada para pedestre em mal estado de conservação.....	95
Figura 94: Inexistência de calçada para pedestres.....	95
Figura 95: Inexistência de calçada para pedestres na Avenida Brasil (continuidade da PR-471).....	96
Figura 96: Sinalização no contorno de acesso à penitenciária.....	96
Figura 97: Detalhe das placas estilizadas de identificação de nomes de ruas.....	96
Figura 98: Sinalização no contorno de acesso à penitenciária.....	97



Figura 99: Detalhe das placas estilizadas de identificação de nomes de ruas .....	97
Figura 100: Terminal Rodoviário Municipal .....	98
Figura 101: Terminal Rodoviário Municipal, fundos .....	98
Figura 102: Vista da ETA da SANEPAR.....	101
Figura 103: Escritório da SANEPAR, equipado para realização de análises .....	101
Figura 104: Vista do Aterro de Catanduvas .....	104
Figura 105: Detalhe dos poços de captação de chorume.....	104
Figura 106: Veículo responsável pela coleta dos resíduos de serviços de saúde.....	104
Figura 107: Vista de estrutura para separação de resíduos desativada, na área do aterro .....	104
Figura 108: Localização das estruturas de saneamento (ETA) e Aterro Sanitário .....	106
Figura 109: Detalhe das áreas com infra-estrutura ociosa e ocupada com precariedade.....	109
Figura 110: Centro Municipal de Saúde .....	111
Figura 111: Hospital Nossa Senhora das Graças.....	111
Figura 112: Colégio Ferreira Neves (em frente à Prefeitura) .....	121
Figura 113: Estabelecimento escolar (porção sul da sede urbana) .....	121
Figura 114: As cinco regiões brasileiras contempladas com penitenciárias federais de segurança máxima .....	125
Figura 115: Penitenciária Federal de Catanduvas –Paraná .....	125
Figura 116: Vista da penitenciária federal de Catanduvas .....	126
Figura 117: Detalhe da infra-estrutura de segurança da penitenciária .....	126
Figura 118: Mobiliário em concreto no interior das celas individuais .....	126
Figura 119: Vista do corredor que dá acesso às celas .....	126
Figura 120: Vista do banheiro com peças encapsuladas .....	128
Figura 121: Vista do Sistema Compacto de Tratamento de Esgoto da penitenciária de Catanduvas.....	128
Figura 122: Vista do entorno da penitenciária .....	129
Figura 123: Vista do corredor que dá acesso às celas .....	129
Figura 124: Croqui esquemático do entorno imediato da Penitenciária Federal de Catanduvas .....	130
Figura 125: CTG Presilha dos Pagos .....	132
Figura 126: Galpão do Produtor .....	132
Figura 127: Centro Cultural.....	132
Figura 128: Biblioteca Municipal em construção.....	132
Figura 129: Ginásio de esportes.....	133
Figura 130: Ginásio de esportes, comunidade Santa Cruz .....	133
Figura 131: Agricultura, geração de emprego e renda .....	141
Figura 132: Soja e milho, principais produtos do município.....	141
Figura 133: Plantio de Milho .....	143
Figura 134: Plantio de Soja.....	143
Figura 135: Viticultura em pequena escala (propriedade particular na comunidade de Santa Cruz) .....	146



Figura 136: Detalhe da uva produzida.....	146
Figura 137: Bovinocultura.....	147
Figura 138: Baía de alimentação do gado .....	147
Figura 139: Avicultura.....	147
Figura 140: Galpão de avicultura.....	147
Figura 141: Suinocultura.....	147
Figura 142: Equinos.....	147
Figura 143: Viveiro municipal produção de mudas.....	148
Figura 144: Viveiro municipal, mudas ornamentais .....	148
Figura 145: Integração Sadia.....	150
Figura 146: COOPAVEL, galpão de armazenamento .....	150
Figura 147: Vista do abatedouro municipal. Atualmente desativado .....	151
Figura 148: Produção da Indústria de Calçados Cajila.....	154
Figura 149: Produção da JL Indústria de Confecção Ltda.....	154

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação entre a população urbana e rural, para o ano de 2000 .....	45
Gráfico 2: Relação entre a população do sexo masculino e feminino para o ano de 2000 .....	45
Gráfico 3: Pirâmide etária do município de Catanduvas, para o ano de 2000.....	45
Gráfico 4: Distribuição de energia elétrica por tipologia de consumidores no município de Catanduvas (2004). 107	
Gráfico 5: Leitos contratados em rede privada pelo município de Catanduvas: distribuição por especialidade médica .....	114
Gráfico 6: Valores médios de recursos por paciente hospitalizado nas diferentes especialidades (valor total investido/nº pacientes) .....	115
Gráfico 7: Evolução das condições de nascimento no período de 1995 a 2003 – Município de Catanduvas - PR .....	117
Gráfico 8: Mortalidade proporcional (todas as idades) – Município de Catanduvas, PR – ano 2003.....	118
Gráfico 9: Ocupações por seção de atividade na mesorregião oeste do Paraná -2000.....	140
Gráfico 10: Rendimento mensal nominal dos responsáveis por domicílio em Catanduvas - 2000.....	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classes de declividades com indicações gerais da sua adequabilidade e restrições para o planejamento territorial.....	24
Tabela 2: Quantificação das tipologias vegetais da região de Catanduvas.....	42
Tabela 3: Evolução populacional do município de Catanduvas.....	44
Tabela 4: Projeção populacional para Catanduvas - PR .....	46
Tabela 5: Densidade demográfica por setores censitários do município de Catanduvas para o ano de 2000.....	47
Tabela 6: Loteamentos aprovados no município de Catanduvas .....	55
Tabela 7: Uso e Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas .....	60
Tabela 8: Capacidade de saturação das zonas.....	61
Tabela 9: Empreendimentos da COHAPAR no município de Catanduvas.....	74
Tabela 10: Uso do solo atual na área rural.....	77
Tabela 11: Localidades rurais do município de Catanduvas .....	79
Tabela 12: Principais Rodovias de Acesso ao Município de Catanduvas .....	87
Tabela 13: Fluxo de veículos pagantes nas praças de pedágio do entorno imediato de Catanduvas (1998 a 2005) .....	89
Tabela 14: Dimensões mínimas das vias urbanas do município de Catanduvas .....	92
Tabela 15: Linhas do Transporte Escolar Terceirizadas.....	99
Tabela 16: Linhas do Transporte Escolar da Prefeitura.....	99
Tabela 17: Veículos registrados segundo os tipos para o ano de 2005 .....	100
Tabela 18: Proporção de moradores por tipo de abastecimento de água em Catanduvas, PR – valores registrados em 1991 e 2000 e expressos em porcentagem .....	101
Tabela 19: Abastecimento de água em Catanduvas no ano de 2000: número de domicílios e moradores atendidos .....	101
Tabela 20: Abastecimento de água pela SANEPAR segundo as categorias – ano 2005 .....	102
Tabela 21: Proporção de moradores por tipo de instalação sanitária.....	102
Tabela 22: Formas de Esgotamento Sanitário em Catanduvas no ano de 2000: número de domicílios e moradores.....	103
Tabela 23: Sistema de coleta de resíduos sólidos em Catanduvas, PR.....	103
Tabela 24: Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo .....	105
Tabela 25: Destinação do lixo em Catanduvas, ano de 2000: número de domicílios e moradores.....	105
Tabela 26: Atendimento e Tipologia do Uso de Energia Elétrica.....	107
Tabela 27: Comparativo entre o IDH de 1991 e 2000 – município de Catanduvas e Estado do Paraná .....	111
Tabela 28: Número e proporção de unidades por tipo de prestador – Julho, 2003 .....	112
Tabela 29: Natureza e número de atendimentos realizados pelas Unidades de Saúde de Catanduvas, PR .....	112

Tabela 30: Quantidade, valor e valor médio dos procedimentos ambulatoriais realizados no município de Catanduvas no ano de 2005 .....	113
Tabela 31: Cobertura vacinal entre menores de um ano – Catanduvas – PR – ano 2005 .....	116
Tabela 32: Orçamentos públicos em saúde – Catanduvas – PR .....	118
Tabela 33: Estabelecimentos escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental .....	119
Tabela 34: Estabelecimentos escolares de Ensino Fundamental .....	120
Tabela 35: Estabelecimentos escolares de Ensino Médio.....	120
Tabela 36: Número de alunos matriculados na rede de ensino em 2006 – Catanduvas - PR .....	120
Tabela 37: Programas assistenciais de execução direta existentes no Município de Catanduvas - PR .....	123
Tabela 38: Programas assistenciais de execução indireta existentes no Município de Catanduvas - PR .....	123
Tabela 39: Relação de inquéritos instaurados no primeiro semestre de 2007 .....	131
Tabela 40: Canchas esportivas em Catanduvas - PR .....	134
Tabela 41: Calendário esportivo - município de Catanduvas - PR .....	135
Tabela 42: População Economicamente Ativa – PEA – ano de 2000 .....	141
Tabela 43: Tipologia de produção e seu quantitativo .....	142
Tabela 44: Lavouras de Catanduvas de 2005 a 2006 .....	143
Tabela 45: Evolução da lavoura anual no município. ....	144
Tabela 46: Olericultura de Catanduvas– 2005 a 2006.....	144
Tabela 47: Cultura permanente de Catanduvas - 2005 a 2006 .....	145
Tabela 48: Pecuária de Catanduvas - 2005 a 2006.....	146
Tabela 49: Crescimento da atividade pecuária no município. ....	148
Tabela 50: Evolução da atividade extrativista no município. ....	149
Tabela 51: Atividades alternativas 2005 a 2006 .....	149
Tabela 52: Bovinocultura de Leite – Dimensionamento do Rebanho – 2005 - 2006 .....	150
Tabela 53: Suinocultura – Dimensionamento da atividade.....	150
Tabela 54: Suinocultura – Vinculação ao mercado.....	150
Tabela 55: Avicultura .....	151
Tabela 56: Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas - 2004.....	153
Tabela 57: População ocupada no setor secundário -2000.....	153
Tabela 58: Número de estabelecimentos do setor terciário no município de Catanduvas - 2004 .....	154
Tabela 59: Participação no PIB municipal-2003 .....	154
Tabela 60: População ocupada no setor terciário -2003 .....	155
Tabela 61: Identificação de sistema de informação no município de Catanduvas .....	158
Tabela 62: Fontes de Financiamento do PPA 2006 e 2007. ....	163
Tabela 63: Impostos Municipais, Alíquotas e Legislação .....	163
Tabela 64: Indicadores Fiscais de 2006 .....	164
Tabela 65: Emprego Público em Cargo de Provimento Efetivo .....	169



Tabela 66: Emprego Público em Cargo de Comissão .....	170
Tabela 67: Empregos Públicos de Funções Gratificadas .....	170
Tabela 68: Conselhos Municipais .....	172
Quadro 1: Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.....	199

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização .....	5
Mapa 2: Planialtimétrico.....	19
Mapa 3: Sub-bacias .....	20
Mapa 4: Hipsometria.....	26
Mapa 5: Declividades.....	27
Mapa 6: Setores Censitários da Área Urbana .....	49
Mapa 7: Setores Censitários da Área Rural.....	50
Mapa 8: Perímetro Urbano .....	54
Mapa 9: Loteamentos Urbanos.....	59
Mapa 10: Zoneamento Vigente.....	62
Mapa 11: Distrito de Ibiracema .....	68
Mapa 12: Valores Imobiliários.....	76
Mapa 13: Localidades Rurais .....	82
Mapa 14: Sistema Viário – Hierarquia das Vias (Lei Municipal nº 36/97) .....	91
Mapa 15: Pavimentação de Vias Urbanas.....	94
Mapa 16: Equipamentos Sócio-culturais e serviços – Sede Urbana .....	137
Mapa 17: Equipamentos Sócio-culturais e serviços – Município .....	138
Mapa 18: CDPs na Área Municipal.....	204
Mapa 19: CDPs na Área Urbana .....	205

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APMIF	Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e Família
APP	Área de Preservação Permanente
ASR	Associação de Senhoras de Rotarianos
ATI	Análise Temática Integrada
BCG	Bacilo de Calmette-Guérin
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAAD	Centro de Apoio ao Adolescente
CBUQ	Concreto Betuminoso Usinado a Quente
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CDP	Condicionante, Deficiência e Potencialidade
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CENG	Conselho de Entidades Não Governamentais
CEONC	Centro de Oncologia
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COMDEC	Comissão Municipal de Defesa Civil
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Território do Cantuquiriguaçu
COOPAVEL	Cooperativa Agroindustrial
COPEL	Companhia de Energia Elétrica do Paraná
COTRIGUAÇU	Cooperativa Central Regional Iguaçu
CRAS	Coordenadoria Regional de Assistência Social
CRE	Centro Regional de Especialidade
CSR	Centro Sub-Regional
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTN	Código Tributário Nacional
CTN	Código Tributário Nacional
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN	Departamento de Trânsito
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
DPOC	Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
DQO	Demanda Química de Oxigênio
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERCA	Escritório Regional de Cascavel
ETA	Estação de Tratamento de Água
FAMEPAR	Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná
FEDUCAT	Fundação Educacional de Catanduvas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação



GRAF	Grupo de Atividades Fundamentais
HA	Hectare
HAB	Habitantes
HB	Hepatite B
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HUOP	Hospital Universitário do Oeste do Paraná
IAM	Infarto Agudo do Miocárdio
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Insuficiência Cardíaca Congestiva
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens “Intervivos”
JARCAN'S	Jogos Abertos da Cantuquiriguaçu
KM	Quilômetro
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei da Responsabilidade Fiscal
MINEROPAR	Minerais do Paraná S.A.
MJ	Ministério da Justiça
MP	Ministério Público
NBR	Norma Brasileira
NUDEC	Núcleo de Defesa Civil
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PACs	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PDM	Plano Diretor Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A.
PIA	Programa de Inseminação Artificial
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Prefeitura Municipal de Catanduvas
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRDE	Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
PSF	Programa Saúde da Família
RCL	Receita Corrente Líquida
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado
RL	Reserva Legal
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEDU	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado
SESA	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
SESI	Serviço Social da Indústria



SIA	Sistema de Informações Ambulatoriais
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TETRA	Tetravalente
UFM	Unidade Fiscal do Município
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIESC	União Educacional de Ensino Superior de Catanduvas
UOPECAN	Hospital do Câncer
USHG	Unidade de Serviços em Hidrogeologia
UTM	Universal Transverse Mercator
VOP	Vacina Oral contra Poliomielite

## 1 INTRODUÇÃO

O desordenado crescimento urbano verificado nas últimas décadas gerou um panorama urbano nacional de crise. As cidades apresentam, de maneira geral, situações indicadoras desta crise como ocupações irregulares (infringindo parâmetros ambientais e urbanísticos), grande número de lotes e glebas vagos retidos para valorização imobiliária, ausência de infra-estrutura e saneamento básico em algumas áreas da cidade, carência de equipamentos urbanos e áreas de lazer e o comprometimento dos recursos ambientais.

Em meio a significativas transformações relativas ao planejamento urbano e municipal no Brasil, destaca-se a aprovação da Lei Federal n.º 10.257/2001, mais conhecida como **Estatuto da Cidade**, discutida no plenário federal por quase 20 anos. Isto representa, além da evidente regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, maior suporte a questões de gestão democrática, função social da cidade e da propriedade, regularização fundiária, indução e financiamento do desenvolvimento urbano. Estas questões fundamentam o presente **Plano Diretor Municipal** e estarão sendo discutidas ao longo deste.

A realização do Plano Diretor Municipal – PDM de Catanduvas se dá em cumprimento à citada Lei Federal, que estabelece sua elaboração para municípios inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de caráter regional ou nacional, requisito no qual Catanduvas se enquadra, em função da existência da penitenciária federal de segurança máxima. Porém, mais do que isso, o município necessita repensar o seu próprio desenvolvimento e planejamento, tendo em vista as transformações no espaço municipal que se deram a partir da aprovação da atual “Lei de Padrões de Urbanismo”, como é conhecida a Lei nº 036/97.

Em 1996 foi desenvolvido um Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas, pela extinta FAMEPAR (Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná), contemplando propostas de ordenamento de uso e ocupação do solo (restrito à sede urbana), parcelamento do solo, sistema viário e meio ambiente, as quais foram consideradas e ponderadas para certas questões do presente documento. Contudo, torna-se necessário um retrato atual, abrangente e realista do município, apresentado a seguir, que subsidiará as fases seguintes de construção participativa deste PDM.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

Embora o foco do presente Plano Diretor Municipal seja o município de Catanduvas, é inegável a inter-relação deste com os municípios do entorno, expressada nos mais variados recortes e temáticas. Assim, a análise explorada a seguir, refere-se especialmente a questões históricas de formação do município, localização, acessibilidade, centralidade e relação com os municípios vizinhos, planejamento e vocação regional.

### 2.1 Marcos Iniciais de Ocupação

A ocupação do Estado do Paraná iniciou-se no século XVII, no contexto do ciclo do ouro, quando os exploradores portugueses instalaram os primeiros povoamentos no litoral e no primeiro planalto do Estado. Nas áreas interioranas teve início a implantação de Missões conduzidas por padres jesuítas espanhóis, que chegaram ao interior navegando pelo Rio Paraná (CONDETEC, 2004).

O interesse dos colonizadores portugueses na ampliação das fronteiras e na captura de indígenas para o trabalho escravo levou à destruição dessas Missões, no século XVIII. No entanto, permaneceram as primeiras trilhas para o interior, as quais vieram a ser utilizadas pelos primeiros desbravadores do território, que culminaram na descoberta dos Campos de Guarapuava, a partir de 1771, através de uma bandeira cujo objetivo era deter o avanço espanhol na zona meridional. Essa exploração registrou a presença dos povos indígenas que habitavam a região (FERREIRA, 1996).

Seguiram-se expedições com o objetivo de explorar a região, onde surgiu mais tarde a cidade de Laranjeiras do Sul, sendo fundada a Colônia Militar de Iguçu em 1886, já existindo na região diversos colonos descendentes de ingleses, italianos, espanhóis e paraguaios (FAMEPAR, 1996).

No ano de 1.898 foi criado o Distrito Policial de Laranjeiras do Sul, abrangendo os municípios de Guaraniaçu, Catanduvas e Campo Bonito, que serviram de ponto intermediário de ligação entre Guarapuava e Foz do Iguçu. Anos mais tarde, no período de 1.923 a 1.925 a região foi alvo de violentos combates comandados por Izidoro Dias Lopes e Luiz Carlos Prestes (Coluna Prestes), (FAMEPAR, 1996).

No ano de 1951, Catanduvas passou a fazer parte do Município de Guaraniaçu, emancipado apenas em 1960.

### 2.2 Antecedentes Históricos

A povoação inicial do atual município de Catanduvas tem origem a partir da chegada da família de Rodrigues da Cunha e seu crescimento devido ao fluxo migratório sulista. O primeiro nome do lugar foi Barro Preto, mas logo ficou conhecido pela atual denominação Catanduvas, tendo sido elevada à categoria de Distrito Judiciário em 1914, quando instalaram uma estação telegráfica (FERREIRA, 1996).

Dez anos mais tarde, em junho de 1924 chegou à região um contingente de soldados adeptos do “Levante Tenentista” sob o comando de Luiz Carlos Prestes que após conquistarem Foz do Iguaçu (onde estabeleceram seu Quartel-General), rumaram para Catanduvas e se dividiram pela região em direção de Formigas e Serra de Medeiros. A comunidade catanduvense teve que conviver com este estado latente de guerra até abril de 1925, quando as tropas legalistas comandadas pelo legendário Rondon venceram os revoltosos em sucessivos combates (ibid).

Em março de 1938 o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente ao município de Guarapuava, tendo sua denominação alterada para Rocinha, o que não agradou ao povo local, sendo que meses depois voltou a antiga denominação Catanduvas.

Em 1943 foi criado o Território Federal do Iguaçu, com o distrito de Catanduvas pertencente à nova unidade federativa. Três anos mais tarde o citado território foi extinto.

Em 1951 o distrito de Catanduvas passou a integrar o território do município de Guaraniaçu e em 1960 por meio da Lei Estadual nº 4.245 foi emancipado e criado oficialmente o município de Catanduvas. A instalação se deu em dezembro de 1961.

Na década de 80, dois municípios desmembraram-se de Catanduvas. Em maio de 1980, pela Lei Estadual nº 7.305/80 foi criado o município de Três Barras do Paraná e junho de 1989, pela Lei Estadual nº 9.007/89 foi criado o município de Ibema, ambos com território desmembrado de Catanduvas.

## 2.3 Localização

O município de Catanduvas localiza-se na porção oeste do Estado do Paraná, com uma extensão territorial de 589,61 km<sup>2</sup> de área, representando 0,29 % da área do estado (IBGE-Censo Demográfico).

Ainda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresenta a seguinte posição geográfica: latitude 25°12'11" Sul e longitude 53°09'24" W-GR e, altitude de 680 metros.

É delimitado pelos rios Tormenta, Izolina e Adelaide (este último, intercepta toda a extensão norte-sul do município). Encontra-se distante da capital Curitiba 480 km, cerca de 60 km de Cascavel (aeroporto mais próximo) e 250 km de Guarapuava. Faz divisa com os seguintes municípios, conforme demonstra o Mapa 1:

- Norte: Campo Bonito, Ibema;
- Sul: Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu;
- Leste: Guaraniaçu;
- Oeste: Cascavel.

As Figura 1 e Figura 2, abaixo, ilustram vistas aéreas da sede urbana de Catanduvas e as demais, vistas da área urbana e rural do município.

Figura 1: Vista aérea da sede urbana de Catanduvas



Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Figura 2: Vista aérea da sede urbana de Catanduvas



Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Figura 3: Vista da sede urbana de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 4: Vista geral da sede urbana de Catanduvas com a penitenciária ao fundo



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 5: Vista da área rural de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 6: Vista da área rural de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

# LEGENDA



- Municípios do Estado do Paraná
- Municípios que fazem divisa com Catanduvás
- Município de Catanduvás

Base Cartográfica:  
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2006  
Elaborado por:  
Ecotécnica Tecnologia e Consultoria LTDA.

SEM ESCALA



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Catanduvás



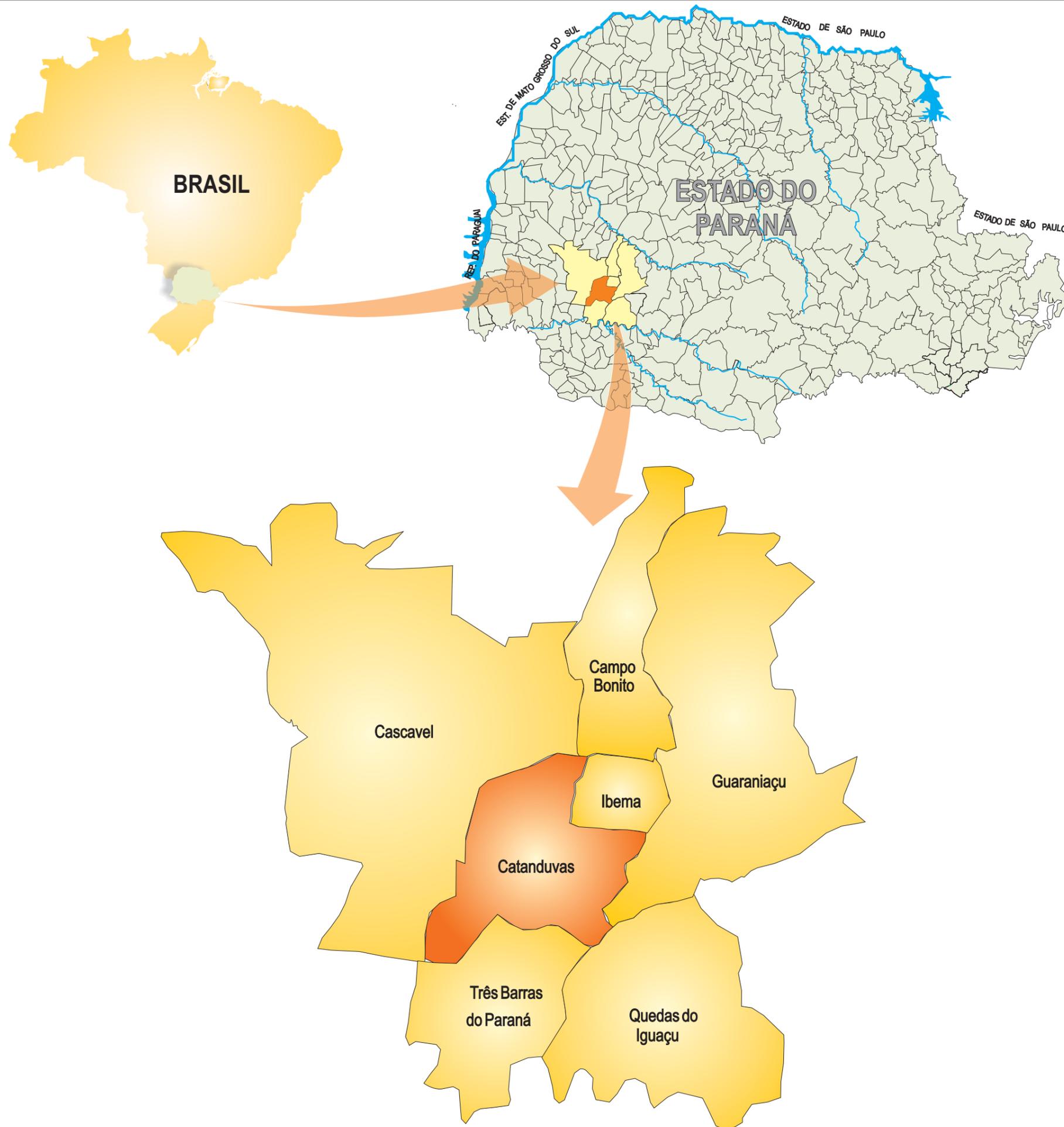
## PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa LOCALIZAÇÃO

Prancha nº 01

Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

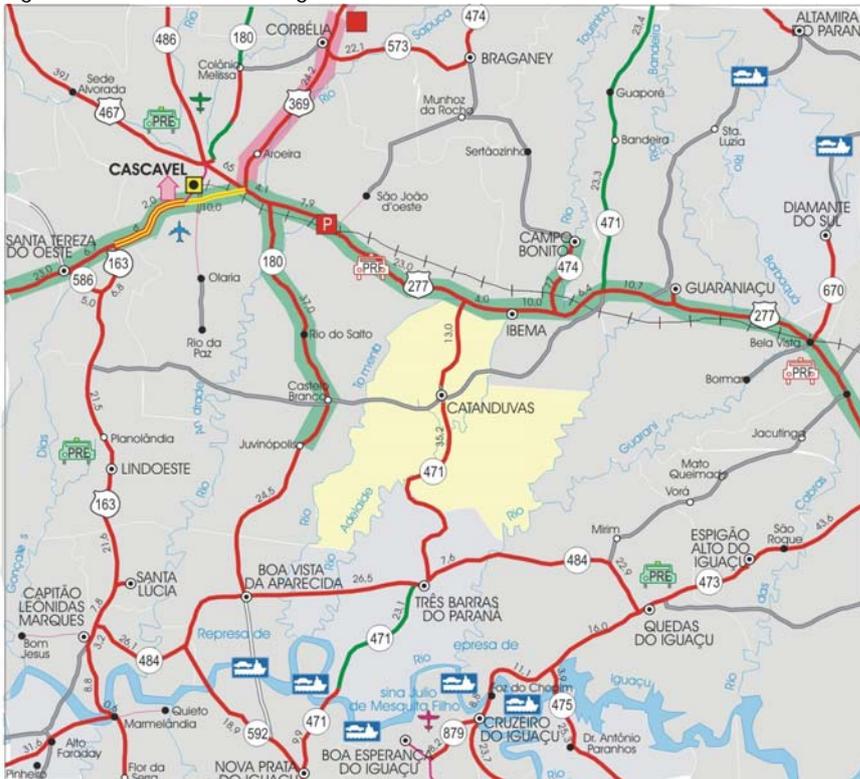


## 2.4 Acessibilidade

A acessibilidade ao município Catanduvas se dá por meio das rodovias BR-277 e PR-471.

Pela **BR-277**, ao norte do Município que permite acesso à **PR-471** (Rodovia Ozório Alves do Oliveira) ou ao sul pela citada **PR-471** proveniente de Três Barras do Paraná, conforme demonstra a Figura 7.

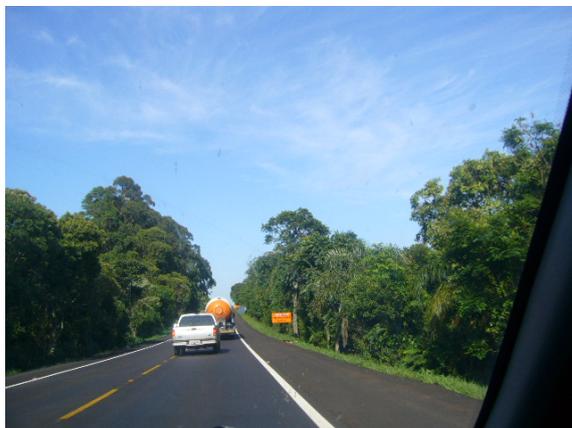
Figura 7: Sistema Viário Regional



Fonte: elaborado com base em DER, 2004

A Figura 8 e Figura 9 ilustra o acesso ao município de Catanduvas pela porção norte (BR-277 e PR-471).

Figura 8: Vista da BR-277, norte do município de Catanduvas-PR



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 9: Vista da PR-471, proveniente da BR-277 (norte do município)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

## 2.5 Centralidade e Relação com Municípios Vizinhos

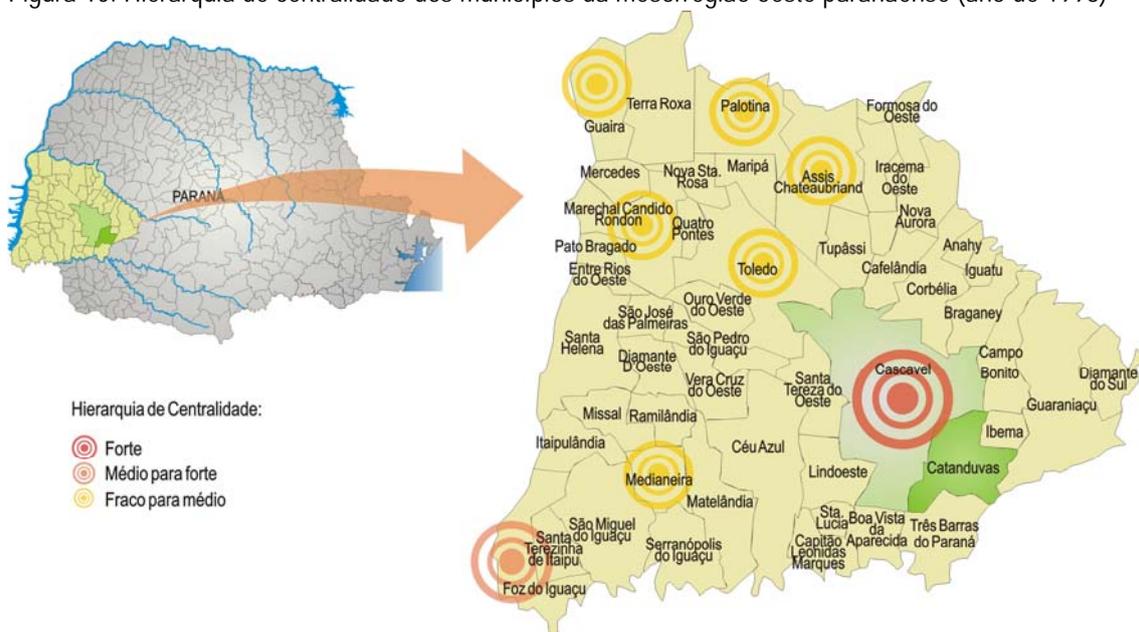
Em estudo recente a respeito da *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (IPEA, 2002a e 2002b), é explorada a estrutura sócio-espaçial contemporânea brasileira, como subsídio à formulação de políticas territoriais de âmbito nacional, regional e municipal. Esta caracterização da rede de cidades representa, em termos de interações espaciais, o caminho preferencial da população de um dado município na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços.

O município de Cascavel destaca-se como Centro Sub-Regional 1 (CSR 1), de acordo com as Classes de Escala da Rede Urbana Brasileira do IPEA (2000), sendo considerado uma aglomeração urbana de média dimensão. Localiza-se na mesorregião oeste paranaense com ritmo de crescimento populacional em declínio.

Em relação à hierarquia da centralidade, para o ano de 1998, é o único, dentre os municípios da mesorregião oeste paranaense, que apresenta nível de centralidade *forte*, atuando como pólo regional que se coloca entre as principais cidades paranaenses, reforçando-se na diversidade das atividades e funções que desempenha. Sua especialidade está na localização estratégica, no fato de ser um entroncamento de acesso a fronteiras internacionais e o acúmulo de funções de alta e média complexidade para o atendimento das demandas regionais. O município de Toledo é o centro secundário, com nível de centralidade médio. Várias unidades de ensino superior localizam-se nesses centros (IPEA, 2000).

A Figura 10, abaixo, ilustra a hierarquia da centralidade, para o ano de 1998, entre os municípios integrantes da mesorregião oeste paranaense, com destaque para Cascavel, Toledo, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Assis Chateaubriand, Medianeira e Foz do Iguaçu. O município de Catanduvas apresenta nível de centralidade fraca e, grande parte de suas relações com outro município se dá com Cascavel.

Figura 10: Hierarquia de centralidade dos municípios da mesorregião oeste paranaense (ano de 1998)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007. Modificado de IPEA, 2000

## 2.6 Planejamento Regional

Apesar da forte descentralização característica da administração brasileira e conseqüente autonomia soberana conferida aos municípios, estes não são ilhas auto-suficientes. São inevitáveis a interação e complementação entre cidades, tanto entre semelhantes como entre uma classificação hierárquica. Este entrelaçamento é imprescindível para pequenas cidades, pois são mais vulneráveis a desequilíbrios do sistema em que se inserem, pela incapacidade da sua dinâmica multiplicadora e, portanto, têm dificuldades de consistentemente darem sustentação a sua população em idade ativa (SEDU, 2003).

No Paraná, pode ser observada uma série de regionalizações estabelecidas com o objetivo de aprimorar o planejamento regional, como os recortes adotados por administrações estaduais, federais e regionais.

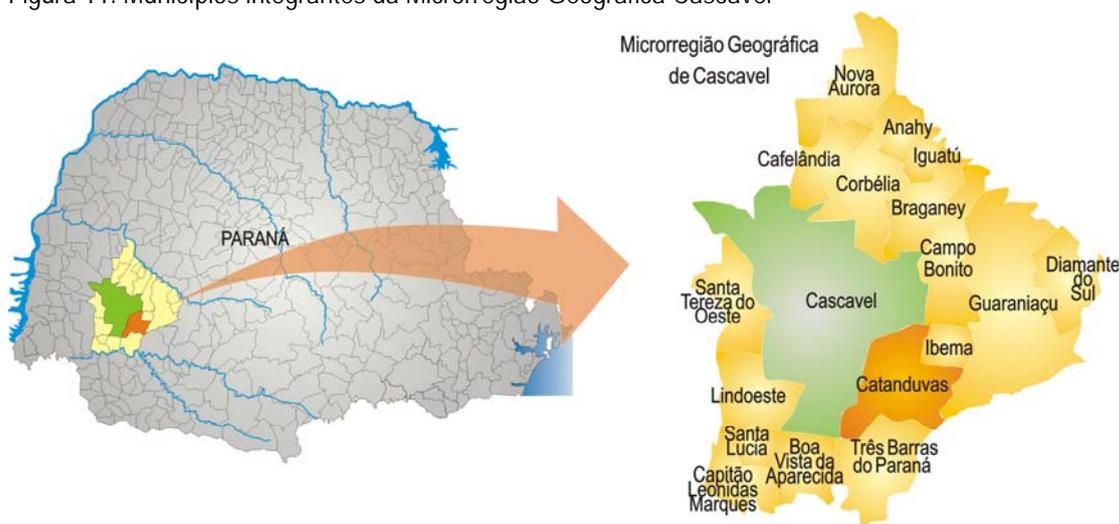
Na seqüência, são descritas mais detalhadamente estas regionais - a maioria delas adotadas por organizações específicas, e a influência que exercem sobre o planejamento municipal de Catanduvas.

### 2.6.1 Microrregião Geográfica Cascavel

Microrregião pode ser entendida como uma unidade territorial, definida com base em identidades político-administrativas, econômicas, geográficas e/ou étnicas, com o intuito de integrar a organização, o planejamento e a realização das funções públicas de interesse comum a municípios limítrofes. Geralmente, é formada por diversos municípios, com uma mescla de características urbanas e rurais e que contam com recursos locais suficientes para apoiar um processo de desenvolvimento socioeconômico (MOREIRA, 1989).

A Microrregião Geográfica Cascavel segundo IPARDES (2000), é integrante da Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Compõe-se por 18 municípios, sendo eles: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, **Catanduvas**, Corbéia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná.

Figura 11: Municípios integrantes da Microrregião Geográfica Cascavel



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007. Modificado de IPARDES, 2000

## 2.6.2 Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) foi criada em 1969 com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos municípios de sua área de abrangência, através da ampliação e do fortalecimento da capacidade administrativa e da promoção de instrumentos de cooperação entre os municípios e com os governos federal e estadual (AMOP, 2007).

A Associação é considerada modelo internacional pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em eficiência e gestão. Mantém programas e iniciativas permanentes em defesa do municipalismo e dos interesses dos 50 municípios da região Oeste do Paraná e é a entidade que agrega e representa todas as forças da sociedade organizada regional.

Dentre os municípios que compõem a AMOP destacam-se: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, **Catanduvas**, Céu Azul, Corbéia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste (AMOP, 2007).

## 2.6.3 Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu

Após discussões entre a Organização de *las Naciones Unidas para la Agricultura y Alimentación* – FAO, e demais órgãos como EMATER, IAPAR, IPARDES, foi aceita a proposta para a escolha de um território do Paraná, no qual seria desenvolvido um estudo com o propósito de levantar informações acerca dessa área, discutir uma estratégia territorial de desenvolvimento e construir termos de referência que possibilitassem orientar futuras parcerias com organismos nacionais e internacionais (EMATER/SEAB, 2001).

A Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu reúne 20 municípios do Território Cantuquiriguaçu, desde 1984, tendo seu processo efetivo de integração em 2001, na busca pelo desenvolvimento sustentável. Os municípios que compõem esta associação são: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, **Catanduvas**, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond, conforme Figura 12.

Destaca-se o município de Laranjeiras do Sul que além de ser o mais populoso e antigo, é também o município sede da associação. O território de Cantuquiriguaçu possui uma população de 232.729 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE), sendo que 51,73% desses moradores residem em área rural.

Figura 12: Municípios integrantes do Território Cantuquiriguaçu, com destaque para o município-sede da Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007. Modificado de Conselho de Desenvolvimento do Território de Cantuquiriguaçu, 2004.

A Associação foi responsável, em 2003, pela elaboração do Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios do Cantuquiriguaçu, contendo diretrizes para o desenvolvimento do território.

Após a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, percebeu-se que a região apresentava profundas desigualdades em relação à realidade local e foi criado o Fórum de Desenvolvimento do Cantuquiriguaçu, atualmente, substituído pelo Conselho de Desenvolvimento do Território do Cantuquiriguaçu - CONDETEC, do qual fazem parte diversas entidades públicas e privadas. Para tanto, tem-se o primeiro documento, datado de 2004, intitulado de Território Cantuquiriguaçu – Paraná: Diagnóstico Socioeconômico, o qual complementa o Plano Diretor e subsidiará o prosseguimento dos trabalhos desse Conselho (CONDETEC, 2004).

#### 2.6.4 Regional de Saúde

A regional de saúde pode ser explicitada como um espaço territorial reconhecido pelas suas identidades e nexos, dotada de organismos capazes de articular e gerir recursos em quantidade e com a qualidade que satisfaça às necessidades dessa população, na área da saúde (IPARDES, 2005).

Catanduvas insere-se na **10ª Regional de Saúde – Cascavel**, da qual fazem parte 25 municípios: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, **Catanduvas**, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Formosa do Oeste, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do

Oeste, Jesuítas, Lindoeste, Nova Aurora, Quedas do Iguaçu, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.

### 2.6.5 Regional de Habitação

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná.

Escritório Regional de Cascavel/ERCA.

Municípios atendidos: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, **Catanduvas**, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

### 2.6.6 Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado

Regional Cascavel.

Municípios atendidos: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, **Catanduvas**, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Itaipulândia, Lindoeste, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Aurora, Ramilândia, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.

## 2.7 Vocação Regional

A vocação regional que se destaca é a produtividade agroindustrial voltada principalmente ao gênero de alimentos, caracterizada pela especialização na produção de grãos (soja, trigo e milho), sendo grande parte dos cultivos mecanizados, também de feccularia; laticínios; moinhos e algodoceiras, dentre outros (IPEA, 2000).

Internamente, predomina a produção de *comodities*, com 82% do total de suas principais culturas. Em termos de produtividade, esse grupo de produtos apresenta desempenho positivo que revela o nível de especialização dessa produção e de seus produtores. Sinaliza também para o aumento da produção de insumos e para maior diversificação, com a expansão das culturas de algodão e mandioca, ambas a partir de um novo padrão de

produção, em grandes áreas mecanizadas, a exemplo do centro-oeste brasileiro. A mandioca insere-se na perspectiva de novos processos de agroindustrialização para usos mais nobres, a exemplo da indústria farmacêutica, papelreira e alimentar, implicando uma seletividade dos produtores (*ibid*).

Completando essa diversificação, começa a ter representatividade a cultura cafeeira em sua nova modalidade de cultivo adensado. A região especializa-se, também, na produção de aves, suínos e de leite com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial, mediante o regime de cooperativas. Dentre as cooperativas destacam-se a Cooperativa Agropecuária Cascavel (COOPAVEL) e a Cooperativa Central Regional Iguaçu (COTRIGUAÇU), ambas sediadas em Cascavel, oriundas fundamentalmente da agroindústria de esmagamento e farelo de soja. As atividades dessas cooperativas estão ligadas aos processamentos iniciais, convivendo com as limitações comuns para avançar a um patamar de maior diversificação da estrutura industrial (*ibid*).

Também, há participação na indústria madeireira e mobiliário (Cascavel, Ibema e Medianeira); indústria têxtil e confecção (Toledo) e indústria metal-mecânica (Cascavel e Toledo).

De modo mais específico o município de Catanduvas tem por vocação regional a agropecuária, tendo a pretensão futura de voltar-se para a agroindústria. Destaca-se também no setor de segurança, principalmente em função da instalação da penitenciária federal.

### 2.7.1 Segurança

A inauguração da primeira Penitenciária Federal no município de Catanduvas em 23 de junho de 2006 trouxe ganhos significativos na área de segurança da região e principalmente para o município. O Sistema Penitenciário Federal de segurança máxima está previsto na Lei de Execução Penal de 1984, mas só foi efetivado com a inauguração desta unidade, localizada a 470 km de Curitiba.

De acordo com o comandante da 2ª Companhia da Polícia Militar o efetivo de homens no município dobrou. Com a presença ostensiva da polícia, os moradores tiveram que conviver e se acostumar com bloqueios quase que diários na cidade. Contudo, ocorrências como furtos e roubos, diminuíram em pelo menos 80% na área urbana e rural. A delegacia de polícia também ganhou com o presídio, a qual está passando por reformas e recebendo presos e cidades vizinhas como Ibema e Três Barras do Paraná (PORTELA, 2007).

A Penitenciária Federal em Catanduvas recebeu um investimento de R\$ 20 milhões e tem 12,6 mil metros quadrados de área construída e capacidade para 208 presos em celas individuais, divididas em quatro módulos. Atualmente, possui 60,5% das vagas preenchidas, havendo 82 celas vazias. De acordo com o Ministério da Justiça, um dos entraves para ocupar todas as celas da penitenciária é o trâmite burocrático. Por isso o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN - não tem previsão para preencher todas as vagas, ficando na dependência das varas de execução penal dos estados.

Maiores detalhes sobre a penitenciária federal estão no item 6.5: Segurança Pública.

### 3 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

São apontados, a seguir, os principais aspectos físico-ambientais que exercem influência no município de Catanduvas. Relacionados ao meio físico têm-se: os elementos climáticos, água (hidrologia), solo e subsolo (geomorfologia), riscos geológicos e ambientais e recursos minerais e produção mineral. Referente ao meio biótico destaca-se a cobertura vegetal.

#### 3.1 Clima e Ar

O clima influencia as condições pluviométricas, temperatura e formação do solo local, condicionando o modo de vida da população.

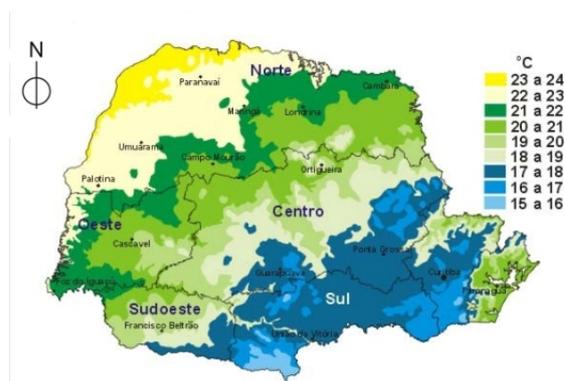
De acordo com MAACK (1968), as variações climáticas do Estado do Paraná são relacionadas às diferenças de altitudes nos planaltos paranaenses e ao ângulo de incidência de radiação solar, responsável pelas estações do ano.

De acordo com a classificação climática de Wladimir Koeppen (Figura 13), o município de Catanduvas é sujeito ao clima Cfa - subtropical úmido mesotérmico, que apresenta verões quentes, tendência à concentração de chuvas (temperatura média superior a 22°C), invernos com geadas pouco frequentes (temperatura média inferior a 18°C) e ausência de estação seca definida. As temperaturas médias anuais na região variam entre 18° e 20° (Figura 14).

Figura 13: Classificação climática do estado do Paraná segundo Koeppen



Fonte: EMBRAPA, 1984



Fonte: IAPAR, 1994

### 3.1.1 Ventos

Grande parte do território da região Sul do Brasil situa-se no interior da zona temperada. O trópico de Capricórnio passa sobre a extremidade setentrional da região sul e, os paralelos 30° a 64° Sul cortam as áreas mais meridionais. Geograficamente, estas áreas de latitudes médias estão sujeitas aos centros básicos de ação atmosférica. Esses centros de alta pressão, que penetram no Paraná, são: anticlone do Atlântico Sul, que origina a massa tropical marítima; e o anticlone Polar, responsável pela infiltração de massas de ar frio. Outro importante centro de ação de baixa pressão, é o da Baixa do Chaco, localizado na região limítrofe de Mato Grosso com a Bolívia.

Pelo fato da variação sazonal da temperatura ser influenciada pela diversidade de posicionamento do sol, esses centros básicos de ação atmosférica se deslocam ora penetrando parcialmente no Paraná, ora se afastando. A formação de aglomerados convectivos, gerados pelo contato principalmente de massas de ar frias e quentes, originam regiões de transição denominadas de “frentes” (SATYAMURTY; ETCHICHURY, 1989). Essas frentes são relativamente estreitas, tendo no máximo 800km de largura, e constituem uma superfície inclinada. As frentes frias, principalmente no inverno, são as que atuam mais frequentemente na região Sul do Brasil. No Paraná, em conformidade com as características próprias das latitudes onde são formadas essas massas de ar, observa-se que ocorrem as seguintes alterações das condições meteorológicas:

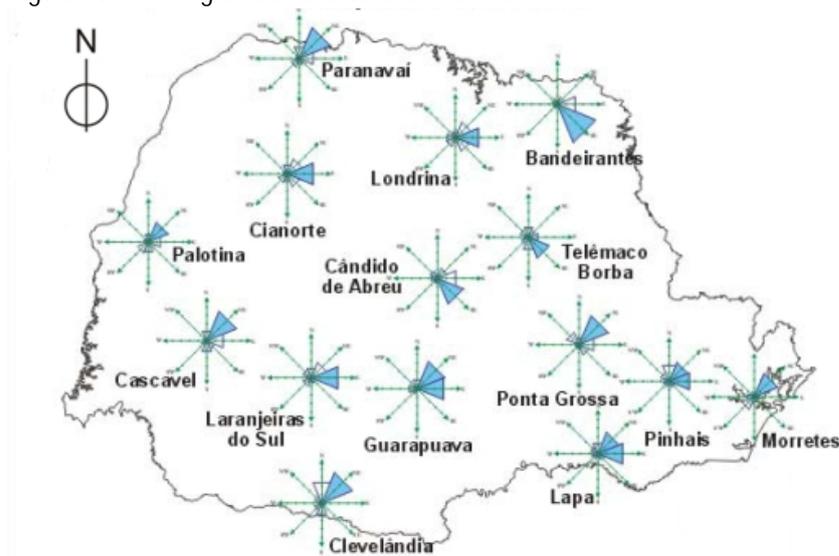
- infiltração de massas de ar frio em direção norte, nos meses de inverno (abril a setembro);
- migração de massas de ar oriundas das zonas Atlântica, Tropical e Equatorial, em direção sul, nos meses de verão (outubro a março).

Durante o verão, os ciclones condutores de chuva, com ventos norte e noroeste, migram da Baixa do Chaco para o Paraná. No mês de março, as massas subtropicais de alta pressão do anticlone do Atlântico Sul se fazem presentes por meio de ventos predominantes dos quadrantes sul e sudeste. Concomitantemente, massas de ar frio advindas do sul penetram também na região do Paraná. Nos meses hibernais, (HOLTZ 1966), com a chegada da frente polar, predomina os ventos do quadrante sul.

A penetração dos ventos marítimos traz chuvas no verão, quando predomina os ventos do quadrante norte. Por outro lado, as massas de ar frio, deslocadas pelos ventos do sul, penetram abaixo das massas ascendentes de ar quente, cessando as chuvas e tornando os dias mais claros.

Na região do município de Catanduvas predominam ventos com direção leste, conforme Figura 15.

Figura 15: Anemogramas no Estado do Paraná



Fonte: IAPAR, 1994

### 3.1.2 Precipitação Pluviométrica

Na região Sul, o desenvolvimento de aglomerados convectivos é o principal responsável pela ocorrência da precipitação. As correntes, sendo relativamente quentes e úmidas, propiciam a convergência de umidade necessária para o desenvolvimento e sustentação da atividade frontal (SATYAMURTY; ETCHICHURY, 1989).

Segundo KAYANO et. al. (1990), as incursões de sistemas frontais até as latitudes tropicais e subtropicais estão diretamente relacionadas com o posicionamento da “zona de convergência” do Atlântico Sul.

Dessa forma, constata-se que o ciclo do Estado do Paraná, embora não possa ser classificado, em face da localização, como uma região de precipitações anuais tipicamente tropicais, é muito semelhante ao do Brasil Tropical – regiões Centro Oeste e Sudeste.

Segundo HOLTZ (1966), o anticlone Polar é responsável pelo principal sistema de correntes geradoras das precipitações. Na sua marcha em direção ao Equador, ora se desloca pelo continente (comumente no inverno), ora pelo oceano (durante o verão). Assim, as máximas precipitações ocorrem no verão e, na maioria das vezes, o trimestre mais chuvoso é representado pelos meses de novembro, dezembro e janeiro (na porção oeste do Estado), e por dezembro, janeiro e fevereiro (na porção leste). As mínimas precipitações verificam-se em fins de outubro e os três meses menos chuvosos, na maioria das vezes, são os de inverno e, secundariamente, os de outono.

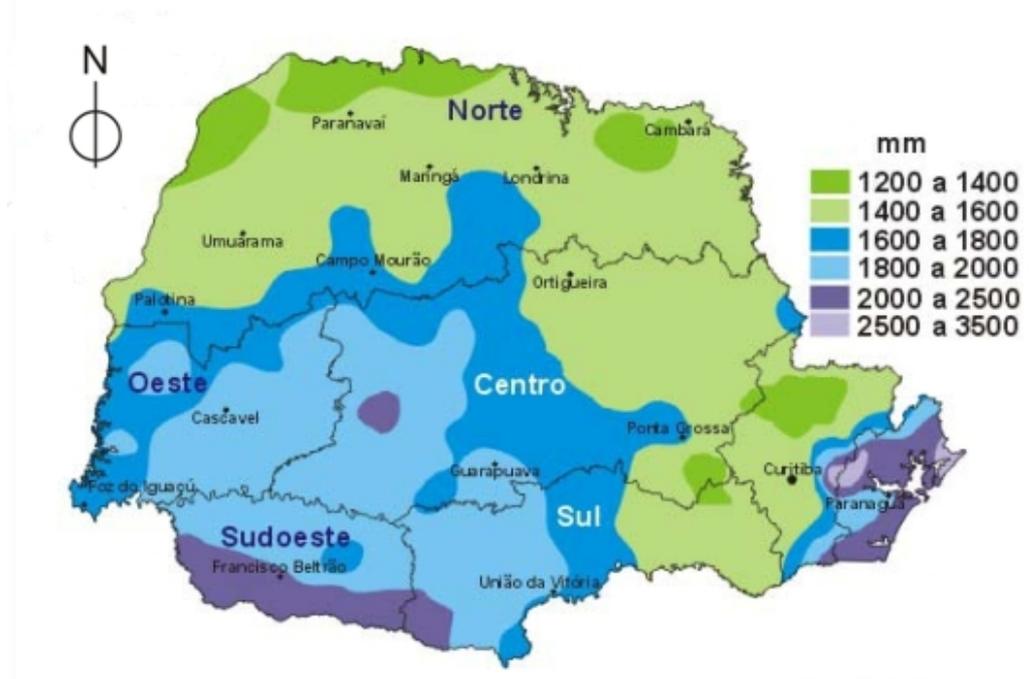
MAACK (1968) ressalta que os acidentes topográfico que delimitam o estado em planaltos, atuam como obstáculos orográficos, influenciando localmente a distribuição das precipitações. Esses acidentes forçam a precipitação dos ventos marítimos úmidos que sopram de leste, nordeste e sudeste, como o alísio, desviado pela serra do Mar.

Por intermédio da rede pluviométrica disponível é possível obter-se adequada caracterização das distribuições geográfica e sazonal das precipitações. O regime de chuvas é, de modo geral, abundante e uniformemente distribuído, favorecendo consideravelmente as potencialidades dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

A precipitação é um dos fatores que mais afeta a produtividade agrícola em todo o mundo. A quantidade e a distribuição da precipitação que incide anualmente sobre uma região são condicionantes, pois determinam o tipo de vegetação e influenciam na programação das atividades agrícolas. Dessa forma, a precipitação local determina as épocas mais adequadas de plantio e colheita, bem como as atividades mecanizadas e as espécies mais adequadas a serem plantadas.

A região em que o município localiza-se apresenta valores médios de precipitação na ordem de 1.800 a 2.000mm/ano (Figura 16).

Figura 16: Isoietas de no Estado do Paraná



Fonte: IAPAR, 1994

NOTA: Precipitação resultante do somatório de cada posto pluviométrico com 20 anos de observações nas estações meteorológicas do IAPAR

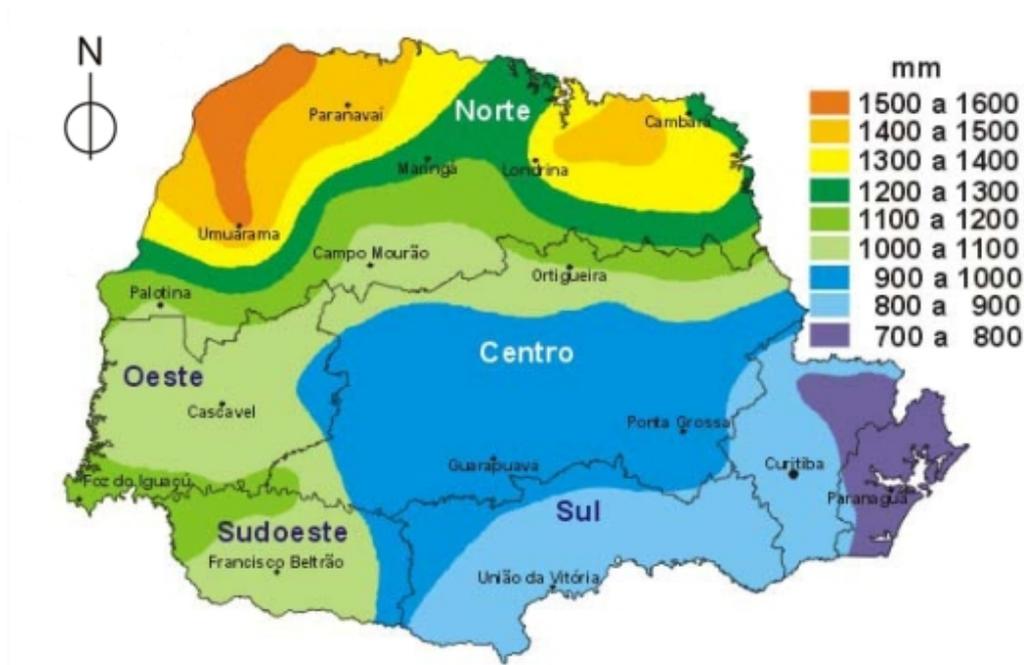
### 3.1.3 Evapotranspiração Potencial

Os fenômenos de evaporação, transpiração e infiltração ocorrem quando a disponibilidade de água na superfície do terreno e no interior do solo excede em volume ao absorvido pelas raízes das plantas. Particularmente, a evapotranspiração se verifica em terrenos inteiramente vegetados, livremente expostos à atmosfera e sem ocorrência de falta de umidade no solo para uso de plantas.

A evapotranspiração potencial pode ser conceituada como um elemento climatológico que quantifica, por meio de uma unidade física definida (mm), a água teoricamente necessária para manter a vegetação turgesciente transpirando livremente durante o ano todo. Conhecendo-se o balanço hídrico de certa região, com base na quantidade de evapotranspiração, pode-se dimensionar sistemas de irrigação.

A região do município de Catanduvas possui valores de evapotranspiração estimados entre 900 a 1.200 mm/ano (Figura 17). No decorrer do ano, observa-se considerável variação nos valores de evapotranspiração potencial. A variação desses valores em julho, nas regiões mais frias, é da ordem de 30 mm, atingindo em janeiro, nas regiões mais quentes do estado, até 150 mm (IAPAR, 1994).

Figura 17: Isolinhas de evapotranspiração no Estado do Paraná



Fonte: IAPAR, 1994

## 3.2 Água

### 3.2.1 Hidrologia Superficial

O complexo hidrográfico do Estado do Paraná abrange dois grandes sistemas: a bacia Atlântica, cuja área representa apenas 7,3% do território paranaense, e a bacia do rio Paraná. Os cursos desta última penetram para o interior do continente, desaguando no oceano Atlântico pela foz do rio da Prata. Os cursos d'água de maior destaque do complexo hidrográfico do rio Paraná-Paranapanema: Tibagi, Piquiri, Ivaí e Iguaçu (Figura 18) cruzam as escarpas limítrofes do Segundo e Terceiro planaltos paranaenses, em vales de rupturas (antecedentes). Normalmente, as linhas de queda desses rios são rejuvenescidas por meio de levantamentos epirogenéticos (MAACK, 1968). O delineamento em antiplanos escalonados, formando sucessivos degraus e

representados pelas linhas de escharpa, determina a ocorrência de saltos e corredeiras, que constituem aspectos característicos em grande parte dos rios da bacia hidrográfica do rio Paraná.

Figura 18: Bacias Hidrográficas do estado do Paraná



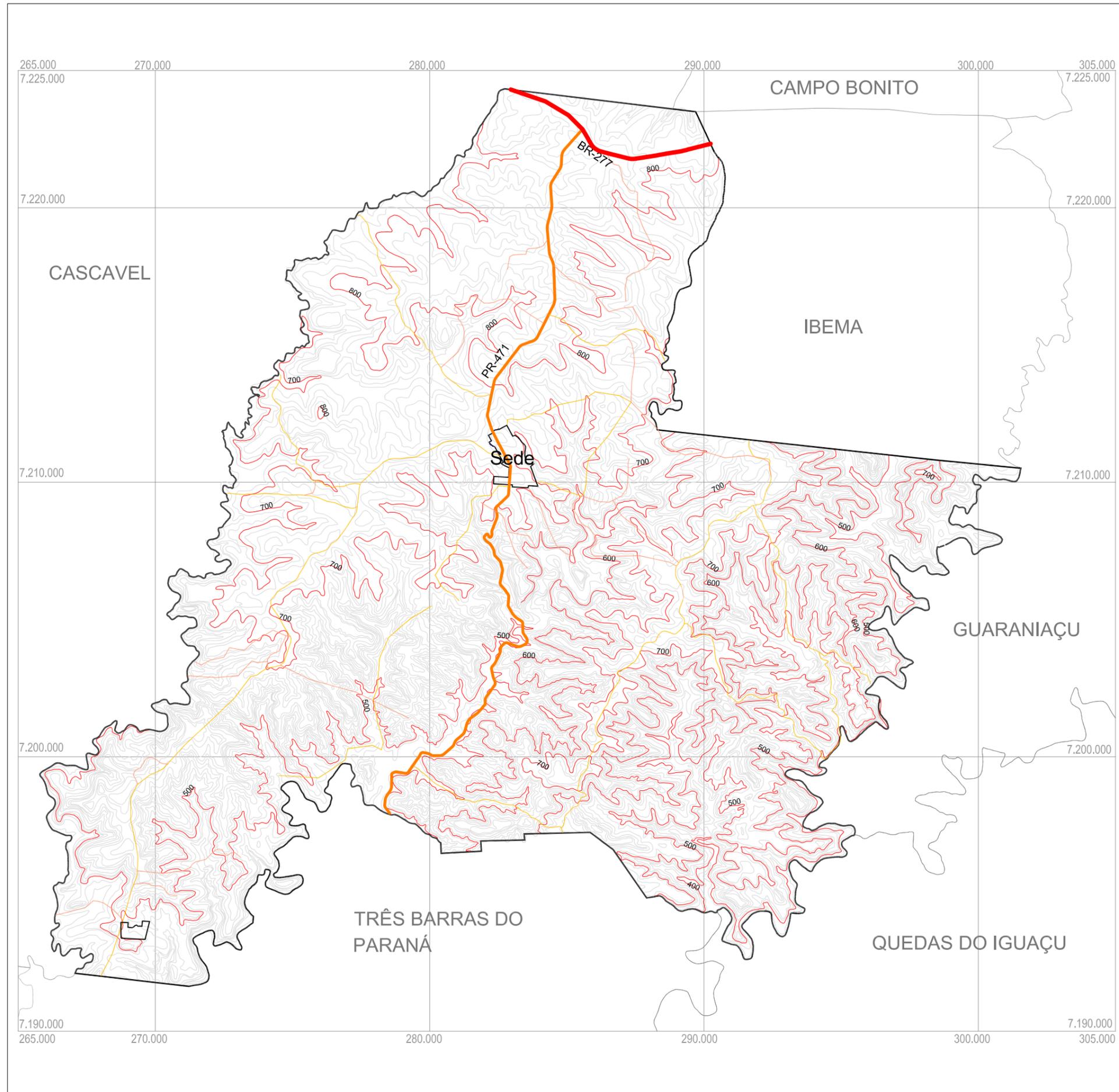
Fonte: UFPR (2006)

A base planialtimétrica do município foi obtida a partir das folhas topográficas de Rio do Salto (MI 2834-1), Catanduvas (MI 2834 -2), Boa Vista da Aparecida (MI 2834 -3), Três Barras do Paraná (MI 2834-4) e Guaraniçu (MI 2835-1), editadas na escala 1:50.000 pelo Serviço Geográfico do Ministério do Exército, com base na cobertura aerofotogramétrica de 1980. As condições topográficas do município podem ser observadas no Mapa 2.

A área de estudo faz parte do complexo hidrográfico do rio Iguçu, estando inserida em um conjunto principal de sub-bacias denominadas: Bacia do rio Tormenta, Bacia do rio Adelaide e Bacia do rio Izolina, sendo que essa última não é uma bacia diretamente ligada ao rio Iguçu, pois ela esta vinculada a Bacia do rio Guarani. Os rios Guarani, Tormenta e Adelaide são afluentes diretos do Rio Iguçu.

A partir das três principais bacias hidrográficas presentes no município foi possível fazer uma subdivisão em nove sub-bacias hidrográficas relacionadas, podendo ainda ser divididas em mais, de acordo com o maior detalhamento ou a necessidade de estudos específicos.

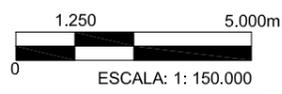
Conforme é observado no Mapa 3, o município de Catanduvas é banhado por extensa rede de drenagem com vergência dominante para sudoeste. Os principais cursos d'água que banham o município são os rios Tormenta, Adelaide e Izolina.



## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
- Perímetro Urbano atual (sede urbana)
- Perímetro do Distrito de Ibiracema
- Rodovia Federal (BR - 277)
- Rodovia Estadual (PR - 471)
- Estradas municipais principais
- Estradas municipais secundárias
- Curvas mestras
- Curvas intermediárias

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
**Dados:**  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



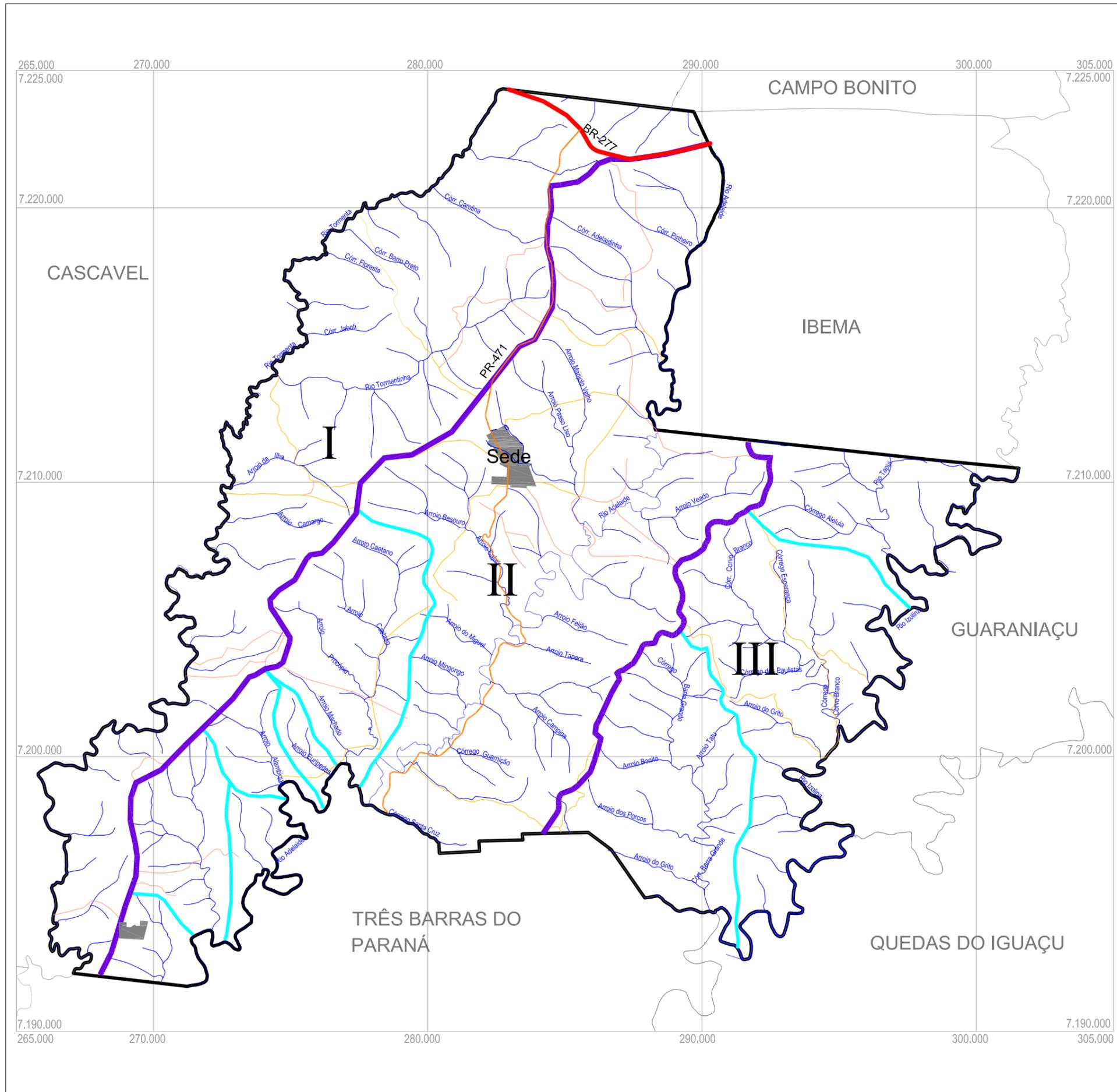
Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa PLANIALTIMÉTRICO  
 Prancha nº 02  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.





## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
- Perímetro Urbano atual (sede urbana)
- Perímetro do Distrito de Ibiracema
- Rodovia Federal (BR - 277)
- Rodovia Estadual (PR - 471)
- Estradas municipais principais
- Estradas municipais secundárias
- Drenagem
  
- Bacias hidrográficas
- I - Bacia do Rio Tormenta
- II - Bacia do Rio Adelaide
- III - Bacia do Izolina
- Sub-bacias hidrográficas

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
**Dados:**  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE

Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa SUB-BACIAS  
 Prancha nº 03  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



### 3.2.2 Hidrogeologia

Além do potencial hídrico representado pela rede de drenagem superficial, existem os reservatórios subterrâneos, que se configuram em grande alternativa para o abastecimento, caracterizando-se como reserva estratégica.

No município de Catanduvas ocorrem duas alternativas que devem ser consideradas. A primeira é o Aquífero Guarani, contido na formação geológica de nome Botucatu, que constitui o maior reservatório de água potável de continente, sendo chamado de “Aquífero do Mercosul”, dada à extensão e potencialidade. Estas características estão relacionadas à natureza litológica, arenitos permeáveis, que facilitam a recarga e filtragem da água. Hoje considera-se viável esta alternativa, após diversas pesquisas, para o abastecimento público. A outra alternativa é a Formação Serra Geral, nas áreas onde as suas litologias se encontram fraturadas. Segundo FRAGA (1992), a vazão média encontrada é de 15 litros/segundo, para uma profundidade de aproximadamente 100 a 200 metros.

A potencialidade do município foi verificada no aquífero Serra Geral, em função dos diversos poços produtivos, que captam água desse Aquífero, perfurados ao longo dos últimos anos. De acordo com dados cedidos pela USHG – Unidade de Serviços em Hidrogeologia da SANEPAR, no município de Catanduvas, entre 1986 e 1992, foram perfurados (03) poços tubulares profundos na localidade de Ibiracema. Apenas um destes poços apresenta coordenadas de localização, UTM E 226.372 – N 7.194.319, possuindo uma vazão insignificante de ( $Q=0,5\text{m}^3/\text{h}$ ). Os outros dois poços possuem apenas um croqui esquemático de localização e nenhum dado específico, porém constam nos arquivos da SANEPAR que esses três poços em Ibiracema são improdutivos.

Os demais poços produtivos perfurados em Catanduvas durante a década de 1990, contemplaram as seguintes comunidades:

- Santa Cruz - perfurado em 1991, com 90 m de profundidade e  $Q=2,8\text{ m}^3/\text{h}$  (sem coordenadas, só croqui)
- Corvo Branco - perfurado em 1992, com 60 m de profundidade e  $Q=2,2\text{ m}^3/\text{h}$  (sem coordenadas, só croqui)
- Cajati - perfurado em 1991; com 94 m de profundidade e  $Q=15\text{ m}^3/\text{h}$  (sem coordenadas, só croqui)
- Passo Liso - perfurado em 1993, com 100 m de profundidade e  $Q=9\text{ m}^3/\text{h}$  (sem coordenadas, só croqui)

Em setembro de 2004 foi perfurado um poço na localidade de Santana, com 100 metros de profundidade, cuja vazão é de  $10\text{ m}^3/\text{h}$ , localizado nas coordenadas UTM 287.891; 7.208.621. Recentemente, em maio de 2006, foi perfurado um poço na sede urbana, com 350 metros de profundidade, com vazão de  $04\text{ m}^3/\text{h}$ , localizado sob a coordenada UTM 285.000, 7.211.300.

### 3.3 Solo e Subsolo

#### 3.3.1 Geomorfologia

O relevo do estado do Paraná é constituído por um conjunto de planaltos, que configuram grandes traços fisiográficos, cuja origem é relacionada a movimentos tectônicos e epirogênicos. Embora os planaltos apresentem uniformidade na conformação de superfícies, constituem regiões geográficas naturais, notadamente diferenciáveis.

A área de interesse está inserida no Terceiro Planalto Paranaense (MAACK, 1968), correspondente à Província do Planalto Ocidental (ALMEIDA, 1964).

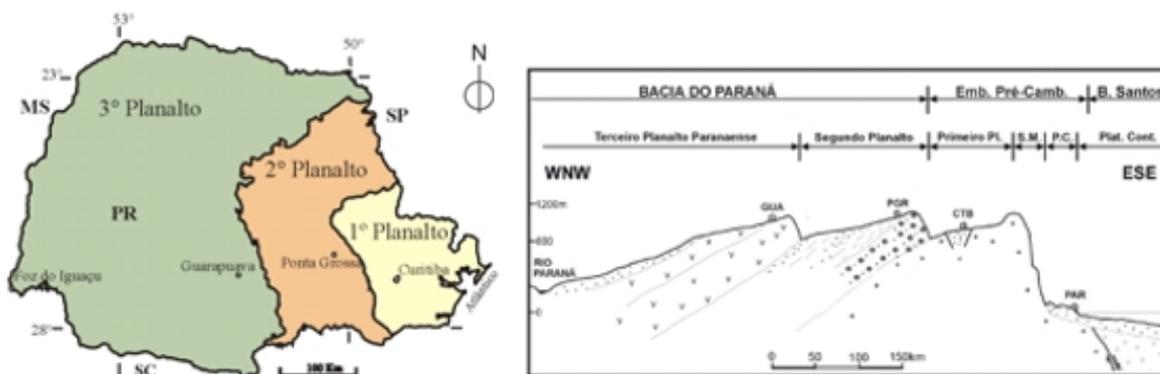
As linhas orográficas principais do Terceiro Planalto Paranaense são formadas, em suas maiores extensões, por escarpas de estratos e planaltos que declinam suavemente nas direções oeste e noroeste (MAACK, 1968). Essas feições geomorfológicas são delimitadas pelos divisores de águas dos principais traços de drenagem: Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu. De conformidade com esse condicionamento estrutural, o Terceiro Planalto Paranaense é dividido nas seguintes regiões geográficas naturais:

- blocos Planálticos de Cambará e São Jerônimo da Serra;
- bloco do Planalto de Apucarana;
- bloco do Planalto de Campo Mourão;
- blocos do Planalto de Guarapuava;
- declive de Palmas.

O município de Catanduvas faz parte da região dos blocos do Planalto de Guarapuava, que constitui a porção noroeste do Terceiro Planalto Paranaense. Abrange a área situada entre os rios Adelaide, Tormenta e Izolina. O município é delimitado ao norte e oeste pelo rio Tormenta, a leste pelo rio Izolina e ao sul pelo rio Adelaide e em parte por linha seca. Uma parte da divisa norte também está definida por linha seca.

A compartimentação geomorfológica do estado pode ser observada na Figura 19.

Figura 19: Compartimentação geomorfológica e seção esquemática das unidades do relevo Estado do Paraná



Fonte: Modificado de MELO; MENEGUZZO (2002)

As principais formas de relevo de Catanduvas são esboçadas pela hipsometria (Mapa 4), elaborado a partir da base planialtimétrica com curvas de nível com equidistância de 20m.

O Mapa 5 aborda as declividades do município mostrando áreas com diferentes inclinações dos terrenos, importantes para uma série de estudos de planejamento territorial.

A declividade do terreno condiciona fatores como escoamento superficial, infiltração da água, erodibilidade das terras e estabilidade de encostas e taludes. Por outro lado, controla diretamente a instalação de sistemas de escoamento que exigem, no mínimo, 0,5% de inclinação, tais como redes de esgoto e canalizações pluviais. O limite de 10% é o máximo recomendado para arruamentos e estradas. As áreas com declividade muito alta (superior a 30%) são consideradas inaptas à ocupação urbana.

A metodologia para a elaboração do mapa de declividades consiste em determinar na base topográfica, áreas de mesmo intervalo de inclinações dos terrenos. Os locais de diferentes classes de declividades são limitados por curvas de nível e por segmentos transversais, de comprimentos proporcionais aos limites previamente escolhidos. Em função da variação de inclinação dos terrenos e da finalidade deste estudo foram selecionados os intervalos: 0 a 5%, 5 a 10%, 10 a 20%, 20 a 30%, e superior a 30%.

Da análise do mapa de declividades certifica-se que os intervalos compreendidos entre 0 e 5% e 5 e 10% ocupam as áreas de planaltos e também os divisores entre as bacias hidrográficas do rio Tormenta, Adelaide e Izolina. Em algumas áreas aluvionares também são verificados esses intervalos principalmente ao longo do rio Adelaide. De maneira geral, essas áreas distribuem-se praticamente em todas as regiões do território municipal, porém com maior abrangência na parte norte.

Em relação à porção sul, leste e sudoeste, o relevo sofre significativas modificações, apresentando menos áreas aluvionares, com predomínio de declividades variando entre 20 e 30%. As declividades superiores a 30% identificadas nessa porção geralmente estão associadas a quebras no relevo que dominam a paisagem marcada pela drenagem.

Portanto, o relevo no contexto de Catanduvas, é em sua maior parte acentuado com encostas de perfil convexo. As porções com declividades menores de 20%, que compõe a porção norte do município, conformam uma paisagem de platôs, reflexo da estruturação das rochas do substrato.

A paisagem topográfica esculpida nas rochas pelos processos exógenos reflete a estruturação dos derrames sucessivos subhorizontalizados de lavas basálticas e ácidas, que formam o substrato rochoso da região, com implicações para o planejamento urbano. A sede municipal situa-se na borda da área plana de domínio dos topos achatados. Ao sul da sede municipal, ocorre a porção do território que apresenta as maiores declividades de sua área, definindo a quebra de relevo entre a área dos platôs e a área de relevo ondulado acentuado (Figura 20 e Figura 21).

Figura 20: Quebra de relevo entre a área de platô (sede em primeiro plano) e relevo acentuado ao fundo



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 21: Configuração de derrame subhorizontalizado, formando platôs



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Neste contexto de relevo acentuado, que surge ao sul da sede municipal, pelo mapa de declividades observa-se que ocorrem declividades de 20 a 30% nas encostas ao longo dos principais cursos de água, com predominância inclusive de declividades superiores a 30%.

A Tabela 1, abaixo, relaciona as classes de declividades com indicações gerais da sua adequabilidade e restrições para o planejamento territorial, ilustradas no Mapa 5.

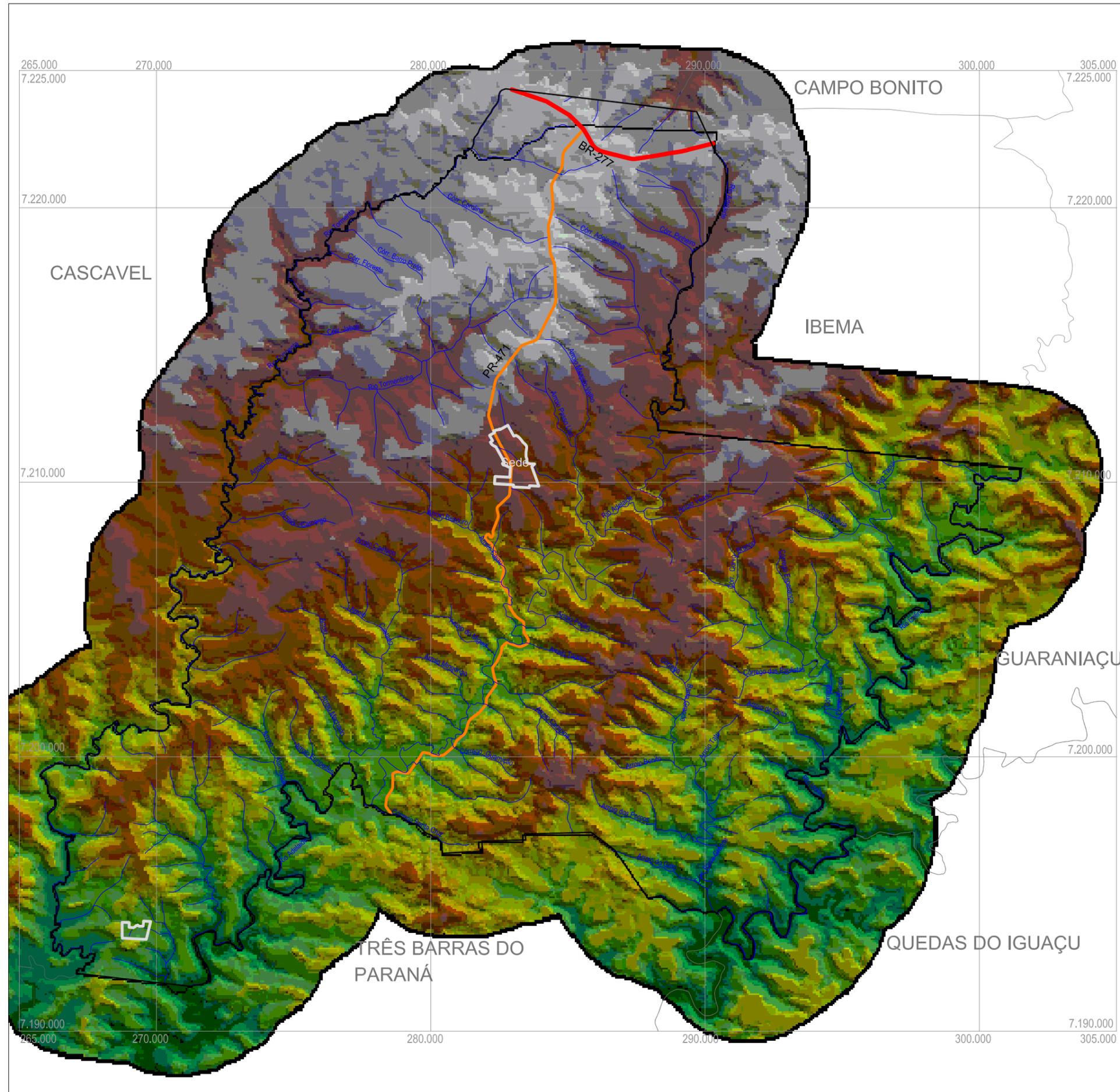
Tabela 1: Classes de declividades com indicações gerais da sua adequabilidade e restrições para o planejamento territorial

Intervalos	Inclinações	Indicações para o planejamento
0 a 5%	2°51'	Áreas com muito baixa declividade. Restrições à ocupação por dificuldades no escoamento de águas superficiais e subterrâneas
5 a 10%	2°51' – 5°42'	Áreas com baixa declividade. Dificuldades na instalação de infraestrutura subterrânea como redes de esgoto e canalizações pluviais
10 a 20%	5°42' – 11°18'	Áreas com média declividade. Aptas à ocupação considerando-se as demais restrições, como: espessura dos solos, profundidade do lençol freático, suscetibilidade a processos erosivos, adequabilidade a construções, etc
20 a 30%	11°18' – 18°26'	Áreas com alta declividade. Restrições à ocupação sem critérios técnicos para arruamentos e implantação de infra-estrutura em loteamentos
> 30%	> 18°26'	Áreas com muito alta declividade. Inaptas à ocupação face aos inúmeros problemas apresentados

Fonte: MINEROPAR, 2004

A porção norte do município apresenta relevo plano a suavemente ondulado, apresentando colinas restritas. A sede urbana situa-se no limite deste contexto, em declividades entre 5 e 10%. A partir dos limites da sede

ocorrem declividades de 10 a 20%, passando a 20 - 30%, sendo que declividades de 30% foram verificadas apenas na porção sul da sede. A partir da quebra de relevo que marca os limites da sede municipal, o relevo passa a ser dominado por declividades de 20 a 30%. As maiores altitudes do município, estão em 880 m, situada na porção norte do município e as menores, em 320 m, no leito do rio Adelaide, a sudoeste do município. Além da porção aluvionar, onde se tem a formação de solos hidromórficos e argilosos, o restante da área compreende vastas extensões onde se expõe a "terra roxa", latossolo roxo, solo formado pela alteração dos derrames basálticos.

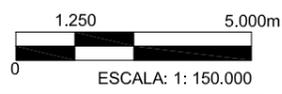


## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
- Perímetro urbano atual (sede urbana)
- Perímetro do Distrito de Ibiracema
- Rodovia Federal (BR - 277)
- Rodovia Estadual (PR - 471)
- Drenagem

	830 - 890 m
	770 - 830 m
	700 - 770 m
	640 - 700 m
	580 - 640 m
	510 - 580 m
	450 - 510 m
	380 - 450 m
	320 - 380 m

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
**Dados:**  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.  
**Elaborado por:**  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



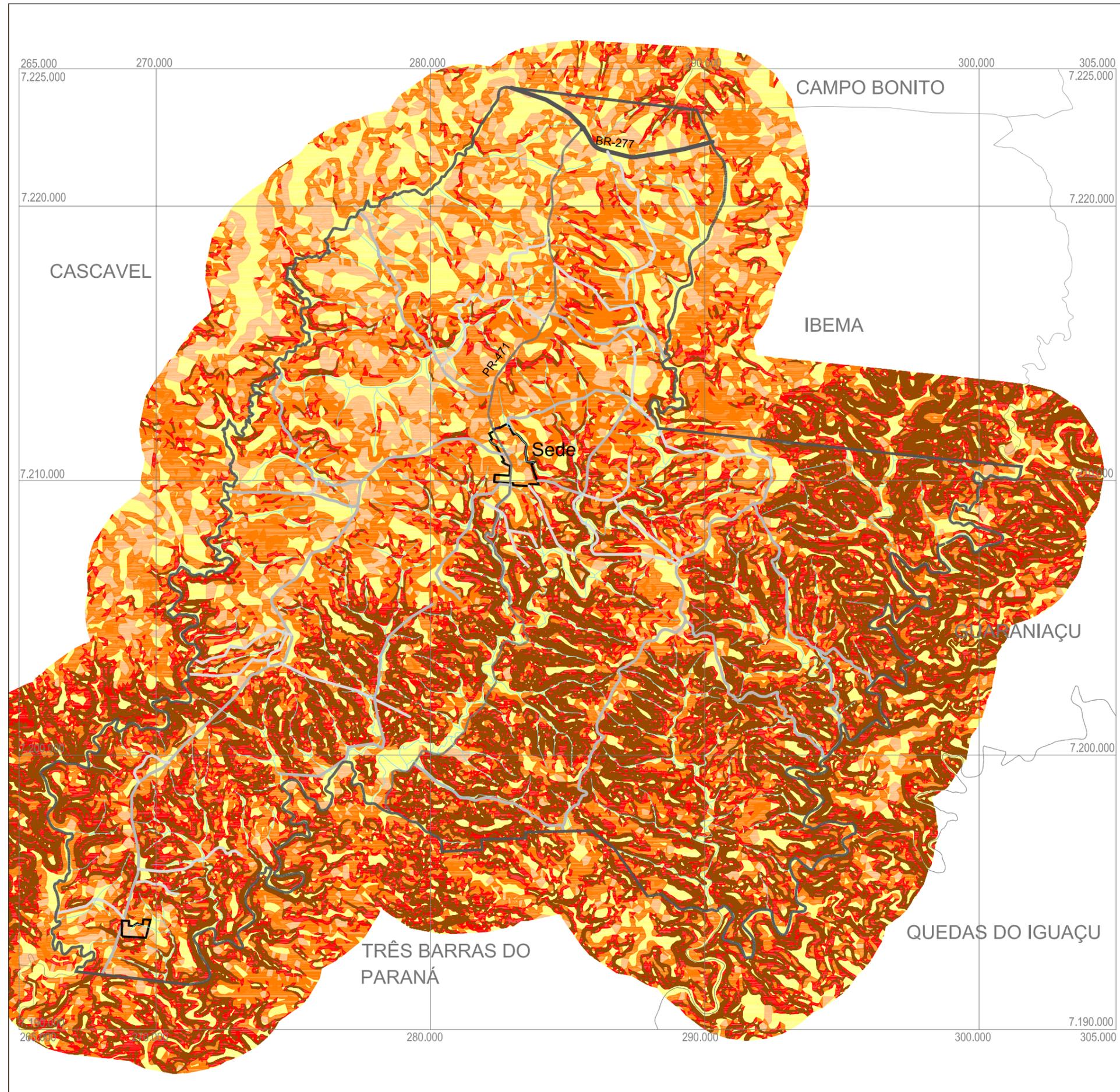
Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa HIPSOMETRIA  
 Prancha nº 04  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.





## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
- Perímetro urbano atual (sede urbana)
- Perímetro do Distrito de Ibiracema
- Rodovia Federal (BR-277)
- Rodovia Estadual (PR-471)
- Estradas municipais principais
- Estradas municipais secundárias
- Drenagem

- 0-5 %
- 5-10 %
- 10-20 %
- 20-30 %
- > 30 %

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
**Dados:**  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa DECLIVIDADES  
 Prancha nº 05

Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



## 3.4 Geologia

Para melhor explicar a situação geológica da área de Catanduvas disposta sobre os basaltos da Formação Serra Geral, é fundamental caracterizar, mesmo que sumariamente, a bacia do Paraná no que se refere à sua gênese, evolução e configuração atual.

### 3.4.1 A Bacia do Paraná na Área de Interesse

A Bacia do Paraná, *lato sensu* é uma vasta bacia intracratônica sul-americana, desenvolvida completamente sobre a crosta continental e preenchida por rochas sedimentares e vulcânicas, cujas idades variam entre os períodos Siluriano e Cretáceo. Abrange uma área de cerca de 1.700.000 km<sup>2</sup>, estendendo-se pelo Brasil (1.100.000 km<sup>2</sup>), Paraguai (100.000 km<sup>2</sup>), Uruguai (100.000 km<sup>2</sup>) e Argentina (400.000 km<sup>2</sup>). A bacia do Paraná é objeto de um estudo da PETROBRAS (1986), intitulado Bacia do Paraná *stricto sensu*. A referida bacia ocupa a parte meridional do Brasil e a metade oriental do Paraguai, com um formato alongado na direção NNE-SSW (1.750 km de comprimento) e apresentando largura média de 900 km. Dois terços da porção brasileira (734.000 km<sup>2</sup>) são cobertos por derrames de lava basáltica que podem atingir até 1.750 m de espessura.

A Bacia do Paraná representa a superposição de pacotes sedimentares depositados, no mínimo, em três diferentes ambientes tectônicos decorrentes da dinâmica de placas que conduziu à evolução do Gondwana no tempo geológico. Dessas três fases de subsidência, a primeira se situaria no Siluriano-Devoniano, a Segunda no Permo-Carbonífero e a terceira na fase de Lavas do Jurássico Superior/Cretáceo Inferior. Estas estariam separadas por dois longos períodos de erosão ou não deposição, ou com baixas taxas de sedimentação. O primeiro situa-se no Devoniano Superior-Mississippiano e o segundo no Triássico-Jurássico. Na terceira fase, coincidente com o magmatismo basáltico, o peso das lavas foi, provavelmente, o causador da subsidência. O fim desta terceira e última fase de subsidência e deposição coincidem com o término do magmatismo que atingiu não só a bacia, mas também o rifte do Atlântico Sul, que se encontrava em desenvolvimento. Existem hipóteses diferentes sobre a evolução deste rifte. Segundo PETROBRAS (1986) os autores deste trabalho são favoráveis à hipótese de que o rifte teria evoluído de Sul para Norte em um mecanismo pulsativo, com cada pulso formado por uma fase de acumulação de energia acompanhada de extensão e afinamento crustal, seguida por uma fase de falhamento da crosta afinada e a conseqüente dispersão de energia acumulada.

Outra hipótese defende que os limites atuais da bacia podem ser de mera natureza erosional ou de origem tectônica (grandes arcos ou soerguimentos). No primeiro caso os sedimentos simplesmente afinam ou são suavemente afinados por erosão, sem a interferência de qualquer atividade tectônica maior. Isto parece ser o caso da borda nordeste da bacia, entre a zona de falha de Guapiara e o arco de Goiânia/ Alto Paranaíba.

O segundo caso, refere-se à erosão decorrente da ação de grandes arcos ou soerguimentos, sendo o mais comum. A borda oeste da bacia é o arco de Assunção, que é uma extensa flexura do embasamento, com direção N-S, que atravessa o Paraguai e a parte ocidental do estado do Mato Grosso do Sul, no Brasil. O limite nordeste é o arco de Goiânia/Alto Paranaíba, com eixo na direção NW, que é outra flexura crustal. Outros dois

arcos com eixo direção NW são de extrema importância na configuração da Bacia. O Arco de Ponta Grossa, que possibilitou notável reentrância na borda oriental da bacia, no Estado do Paraná, e o arco do Rio Grande, que originou uma reentrância similar no Rio grande do Sul, são, provavelmente, expressões de falhas antigas e profundas. O seu paralelismo em torno da direção N55°W é uma indicação clara de sua origem tectônica, já que ela é uma das direções mais importantes de “trends” de falhas e lineamentos da bacia.

### 3.4.2 A Formação Serra Geral

Partindo-se da Borda do 3° Planalto para Oeste, apresenta-se a seguinte seqüência cronoestratigráfica aflorando: Formação Pirambóia, Formação Botucatu, Formação Serra Geral, Formação Caiuá e ainda os depósitos quaternários. As Formações Botucatu e Pirambóia no Paraná têm áreas muito estreitas de afloramento, configurando-se como faixas que acompanham o formato do Arco de Ponta Grossa, com um total de aproximadamente 2.400 km<sup>2</sup> de afloramento. Do ponto de vista espacial a Formação Serra Geral é a de maior superfície exposta, com aproximadamente 106.000 km<sup>2</sup> de área aflorante. Ela está recoberta na porção noroeste do Estado pelos arenitos da Formação Caiuá.

A Formação Serra Geral ocorre sob a forma de derrames, que constituem uma série de unidades superpostas, representativas de um intenso vulcanismo fissural formado em condições não explosivas, dando origem a extensos platôs, hoje profundamente dissecados pelos processos de intemperismo.

Segundo LEINZ (1949), esse intenso magmatismo com manifestações intrusivas e extrusivas, de variado caráter químico, ocorreu em clima árido de forma intermitente e assíncronica. Assim sendo, no conjunto acima referido, são encontradas manifestações de sedimentos que, embora possam ser litologicamente semelhantes aos da formação Botucatu sotoposta, não podem ser a esta associada, pois representam efêmeros episódios na sedimentação eólica.

Por outro lado, é oportuno lembrar que a conformação dos derrames em “trapps” é proporcionada pelas estruturas peculiares que se desenvolveram nos mesmos, em função do movimento, resfriamento e conteúdo em gases de lava efusiva. Tais feições são observadas, sobremaneira, nas escarpas da Formação Serra Geral, nos limites com a depressão periférica da seqüência sedimentar da bacia do Paraná.

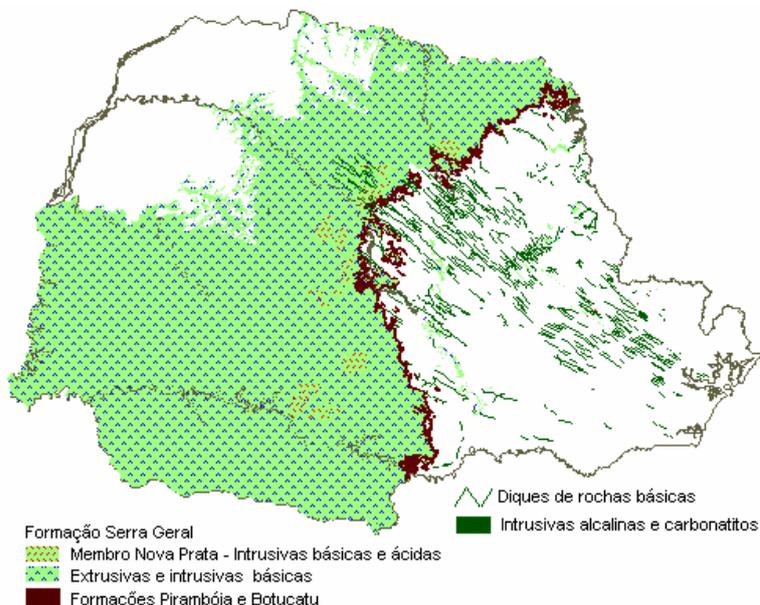
Embora a Formação Serra Geral seja tradicionalmente reconhecida como de típica ocorrência de rochas toleíticas, com grande variação química (RUEGG, 1975), em alguns dos trabalhos afins, relacionados às três últimas décadas, fazem referência à ocorrência de lavas de composição intermediárias e ácidas associadas a esta unidade, tais como os de SARTORI & MACIEL FILHO (1976); SZUBERT *et al.* (1978); e SARTORI & GOMES (1980). Estes “diferenciados ácidos”, a que tudo indica, emergiram a partir de sistemas de fraturas crustais, concentrando-se próximos à área das atuais ocorrências, tendo sua maior viscosidade limitada à sua distribuição. Este vulcanismo parece ter sido do tipo escudo dômico (SZUBERT, 1978).

A idade do conjunto das rochas vulcânicas, obtidas através do método K-Ar em rocha total, em feldspato e biotita, mostra a distribuição, no tempo, de 115 a 135 milhões de anos. Assim sendo, pode ser esse magmatismo

datado como neojurássico-eocretáceo, tendo as manifestações perduradas em conjunto pelo menos 20 milhões de anos (MELFI, 1967).

A Figura 22 mostra a porção compreendida pelas rochas da Formação Serra Geral.

Figura 22: Configuração da Formação Serra Geral no Paraná



Fonte: MINEROPAR, 2004

### 3.4.3 Geologia da Área

A região de Catanduvas está inserida no domínio do Terceiro Planalto Paranaense, nos Blocos do Planalto de Guarapuava.

A constituição geológica da região é representada pelas rochas basálticas da Formação Serra Geral, formadas por derrames de lavas do grande vulcanismo fissural ocorrido durante a era Mesozóica, e pelas rochas ácidas. Os derrames constituem uma série de unidades superpostas, as quais deram origem a extensos platôs, hoje, profundamente dissecados pelos processos que modelaram o relevo. Os diversos derrames apresentam como feições típicas estruturas vesiculares ou amigdalóides, ocasionadas pelo escape de gases no topo do derrame, disjunções poliédricas e fraturas de resfriamento. Muitas vezes a erosão e decomposição seletivas fazem ressaltar na topografia as unidades de derrames, formando verdadeiras escarpas representadas por áreas com declividades acima de 20%, delimitadas por quebras de relevo positivas e negativas, aproximadamente coincidentes com os contatos entre os derrames.

A Formação Serra Geral é constituída por uma série de lavas basálticas toleíticas de textura afanítica (fina) a fanerítica média, cinza-média a negras, geralmente com alto grau de fraturamento. O padrão de fraturamento, juntamente com as zonas vesiculares do topo dos derrames, funciona como canais alimentadores de aquíferos subterrâneos, necessitando medidas de monitoramento da descarga de efluentes químicos e industriais para evitar a contaminação das águas subterrâneas.

Os depósitos de sedimentos recentes ocupam as áreas de fundo de vale. Estes depósitos são formados predominantemente por sedimentos imaturos, argilosos a arenosos, inconsolidados. Ocorrem principalmente nas várzeas do rio Adelaide, Tormenta e Izolina. São depósitos compostos por partículas argilosas e arenosas, desagregadas dos solos formados sobre as rochas basálticas, com proporções variáveis de matéria orgânica, apresentando coloração castanha a cinza escura.

O padrão da rede de drenagem é dendrítico nas porções planas, e predominantemente retilíneo nas porções escarpadas, sendo quase sempre condicionado pelas estruturas de falhas e fraturas da seqüência litoestratigráfica aflorante. Juntamente com os depósitos de fundo de vale, funcionam como canais de comunicação e recarga dos aquíferos subterrâneos.

#### 3.4.3.1 Coberturas Inconsolidadas

A descrição dos solos da região de Catanduvas baseou-se no levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná executado pelo convênio SUDESUL - EMBRAPA – IAPAR. Esse levantamento é de caráter generalizado e visa atender aos interesses da agricultura, da pecuária e do planejamento regional.

Nos limites do perímetro urbano, os solos foram subdivididos em três classes: depósitos cenozóicos de fundo de vale; latossolo roxo distrófico; e associação de solos litólicos + afloramentos de rocha + colúvios.

#### Depósitos Cenozóicos de Fundo de Vale

São incluídos nesta classe os sedimentos recentes, de textura argilosa à arenosa, inconsolidados, que foram transportados pelas águas pluviais e enxurradas e depositados nos fundos de vale. São constituídos por sedimentos imaturos provenientes da decomposição das rochas basálticas, carreados para as drenagens pelas águas das chuvas. Não chegam a desenvolver um perfil típico de solos aluviais ou hidromórficos pelo extremo dinamismo de transporte das partículas. Localmente desenvolve-se uma camada superficial, pouco espessa, de solos orgânicos não discriminados.

Os processos de transporte e formação dos depósitos cenozóicos de fundo de vale iniciam-se pelo impacto das gotas de chuva sobre os solos desprotegidos das vertentes das drenagens, desagregando as partículas mais finas. A ação do escoamento superficial lava a superfície do terreno como um todo, arrastando as partículas liberadas para a calha dos rios. Com a progressiva perda de energia, as partículas são depositadas no leito e nas margens. Esse processo constitui a chamada erosão laminar, cuja consequência direta é o assoreamento do leito dos rios, bueiros e canalizações pluviais, influenciando também o equilíbrio hidrológico da área, propiciando enchentes e inundações.

No perímetro urbano de Catanduvas os depósitos cenozóicos de fundo de vale ocorrem principalmente ao longo dos córregos afluentes do rio Adelaide. São depósitos pouco espessos, possivelmente com até 3 metros de profundidade, de sedimentos inconsolidados com níveis argilosos que, quando solicitados a cargas em fundações, aterros e construções, mostram-se propícios a adensamento e compressibilidade. Isto impõe

restrições à ocupação, devido a problemas de recalque em obras de engenharia. Esses depósitos ocupam áreas de relevo plano nas baixadas dos rios, com nível freático raso ou aflorante, que estão sujeitas a inundações sazonais e apresentam dificuldade de escoamento pela quase ausência de declividade, agravando o problema de assoreamento dos rios e enchentes.

As áreas com depósitos cenozóicos de fundo de vale aparecem no mapa de indicações da geologia para o planejamento como inaptas à ocupação devido às restrições acima citadas e por constituírem áreas de recarga de aquíferos subterrâneos. São consideradas áreas de preservação permanente, que requerem medidas corretivas tais como: coleta eficiente de resíduos, dimensionamento adequado de galerias pluviais e dragagem dos canais dos rios nas áreas já ocupadas, além do monitoramento permanente da descarga de efluentes industriais (se for o caso) e domésticos como proteção dos aquíferos superficiais e subterrâneos.

### Latossolo Roxo Distrófico

Esta classe é constituída por solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B latossólico, que são formados a partir das rochas eruptivas básicas. Apresentam coloração castanha escura, são muito profundos (1-10m, com textura média a argilosa), além de serem porosos e permeáveis e muito friáveis. São incluídas nesta classe variações para terra roxa estruturada distrófica, não individualizadas no mapeamento.

Em Catanduvas os latossolos ocupam áreas aplainadas em relevo suave e ondulado, de vertentes longas, com grandes amplitudes e zonas de divisores de água. O fato de ocorrerem em áreas de relevo suave e apresentarem alta porosidade e boa permeabilidade confere aos solos desta classe uma inerente resistência à erosão em estado natural. No entanto, quando retirada a cobertura vegetal e a camada orgânica superficial de proteção, esses solos são susceptíveis a processos de erosão laminar, com perda do material superficial por desagregação e carreamento das partículas pela água das chuvas. O grau de resistência à erosão é dado pela declividade, comprimento da pendente, o tipo de proteção e a forma de utilização.

As áreas onde predominam os latossolos, no perímetro de Catanduvas, são indicadas como aptas à ocupação, em regiões com declividade inferior a 15%, devido a suas características geotécnicas adequadas à expansão urbana (zonas residenciais e industriais) e à facilidade de implantação de vias de circulação e infra-estrutura. Por outro lado, em regiões com declividade superior a 15% são impostas restrições à ocupação pela maior susceptibilidade a processos de erosão laminar e ravinamento com a retirada da vegetação e da camada orgânica superficial.

Nas áreas de latossolo roxo com declividade superior a 15% são necessários critérios técnicos adequados para ocupação, como preservação das cabeceiras e drenagens, canalização e dissipação de águas pluviais e servidas, calçamento e reflorestamento dos solos desprotegidos.

### Associação de Solos Litólicos + Afloramentos de Rocha + Colúvios

Nesta classe estão englobadas as áreas com solos pouco desenvolvidos, com até 2 metros de profundidade, normalmente constituídos de horizonte orgânico sobre rocha inalterada. Podem variar desde porções

praticamente destituídas de solo, aflorando a rocha do substrato, até solos relativamente desenvolvidos, porém com grande quantidade de blocos e matacões de rocha basáltica não alterada em meio à massa alterada, caracterizando os solos litólicos.

Os solos litólicos são desenvolvidos a partir do fraturamento, desagregação e decomposição esferoidal das rochas basálticas, restando blocos e matacões inalterados.

Os solos pedregosos formados a partir do substrato de rochas basálticas podem ser de natureza residual, configurando solos litólicos. Podem ainda sofrer transporte lento por ação da gravidade, formando depósitos de material inconsolidado e englobando blocos e matacões de rocha, de dimensões métricas, denominados colúvios e depósitos de tálus.

No perímetro urbano as áreas com associação de solos litólicos + afloramentos de rocha + colúvios ocupam segmentos de encosta retilíneos, na porção sudeste, ao longo do arroio Catanduvas. Normalmente ocupam porções abruptas, com inclinações que variam de 8° a 18° (0-30% de declividade). São áreas instáveis, vulneráveis a processos erosivos e poluição de aquíferos. Apresentam grande susceptibilidade à ocorrência de movimentos de massa, escorregamentos, rastejos e quedas de blocos, com possibilidade de prejuízos materiais e de vidas humanas.

Pelas características descritas, a classe de solos que engloba solos litólicos + afloramentos de rocha + colúvios, pode ser configurada dentro das indicações da geologia para o planejamento como áreas aptas à ocupação com restrições que levem em consideração critérios técnicos adequados para arruamentos e instalação de infraestrutura na implantação de loteamentos, tendo em vista a instabilidade do material em cortes e a pequena profundidade dos solos.

### 3.5 Riscos Geológicos e Ambientais

A noção de risco geológico/ambiental aqui considerada está associada às situações oriundas de alterações nos processos do meio físico, nos quais se verificam a possibilidade ou probabilidade de perdas ou danos a vidas humanas e/ou prejuízos materiais.

Neste sentido, os principais processos geológicos que podem oferecer riscos à população que ocupa a área urbana de Catanduvas, dizem respeito a: erosão, instabilidade de encostas, assoreamento, enchentes e inundações.

Tais situações são creditadas, principalmente, à ocupação desordenada do solo, provocadas ou potencializadas pela ação antrópica, sem respeitar as características do meio físico.

Além dos problemas já citados, são abordadas, na seqüência, questões referentes à poluição das águas superficiais e subterrâneas, que promove a degradação ambiental, comprometendo a qualidade de vida das populações urbanas.

### 3.5.1 Erosão

A erosão se constitui em um dos principais fenômenos de riscos causadores de impactos ambientais e sociais em áreas urbanas. Configura-se, tipicamente, como risco relacionado a fenômenos naturais induzidos pela ocupação em áreas potencialmente problemáticas.

De modo geral, pode-se afirmar que a constituição geológica e pedológica, a declividade dos terrenos, a forma e extensão das vertentes e a cobertura vegetal são os principais fatores que condicionam a origem e evolução dos processos erosivos.

Na área urbana de Catanduvas, o processo erosivo é do tipo laminar e se desenvolve principalmente nas áreas recobertas por latossolos. A erosão laminar ocorre na superfície do terreno como um todo, por meio do escoamento da água da chuva sobre áreas desprotegidas de vegetação.

A principal evidência deste tipo de erosão, além da perda de solo, é a coloração alaranjada-avermelhada (barrenta) das águas de enxurrada e o assoreamento dos leitos e córregos da região.

O impacto da chuva no solo constitui-se a etapa inicial do processo de erosão laminar, seguido pelo escoamento d'água do terreno quando, então, a velocidade de fluxo da água superficial passa a promover o desgaste e carregamento das partículas do solo. Desta forma, quando se remove a vegetação, expõe-se a superfície do terreno natural direto à ação da chuva, gerando, conseqüentemente, a lavagem uniforme da superfície exposta.

Em estado natural os latossolos possuem boa capacidade de infiltração e percolação d'água, mostrando boa resistência à erosão. Porém, após o uso contínuo de áreas agricultáveis ou em situações de implantação de loteamentos em encostas abruptas, pode ocorrer a impermeabilização do terreno com diminuição do volume de infiltração de água, favorecendo o escorregamento superficial e deflagrando o processo.

Além da constituição geológica/pedológica do terreno e cobertura vegetal, a declividade é o fator topográfico mais relevante no condicionamento da gênese e evolução do processo de erosão laminar.

De maneira geral, quanto maior a inclinação da encosta mais acentuado e volumoso será o escoamento superficial, acelerando o processo erosivo que poderá evoluir até a formação de sulcos e ravinas.

Na região de Catanduvas, o processo erosivo parece tornar-se mais efetivo a partir de declividades superiores a 15%, tornando-se brando nos terrenos aplainados. Assim, por meio da nítida relação entre erosão, tipo de solo e declividade, é possível delimitar áreas susceptíveis ao fenômeno de erosão, porém, não significativa.

Cabe ressaltar ainda que as áreas recobertas por solos litólicos, colúvios e depósitos de tálus, são também susceptíveis aos processos erosivos, contribuindo igualmente para o processo de assoreamento dos córregos.

Como alternativa para contenção do processo erosivo e conseqüentemente o assoreamento dos cursos d'água, recomenda-se a recomposição da vegetação (gramíneas, mata ciliar) e implantação de sistemas eficientes de drenagem. No caso de loteamentos, deve-se providenciar a pavimentação das vias de circulação e implantação de sistemas de drenagem e captação das águas, com bueiros e outros elementos urbanos.

### 3.5.2 Instabilidade de Encostas

Os movimentos de massa ou movimentos envolvendo corpos de solo ou rocha que se processam para baixo e para fora de um talude ou encosta, ao longo de uma ou mais superfícies de ruptura, são denominados "escorregamentos". A extraordinária variedade de fatores e processos que podem ocasionar os fenômenos de escorregamento normalmente dificulta uma síntese geral, tornando muito trabalhosos os estudos de estabilidade de encostas para projetos de planejamento.

Entre os fatores predisponentes para o fenômeno de movimentos de massa destacam-se os tipos de complexos geológico-morfológicos e climático/hidrogeológicos, o calor solar, o tipo de vegetação e, obviamente, a ação da gravidade. O processo pode ser deflagrado pela pluviosidade, erosão pela água, variações de temperatura, pela ação de fontes ou mananciais, ou ainda pelas oscilações do nível freático e pela ação antrópica (desmatamentos, mutilações, dentre outros).

Os estudos de movimentos de massas, de uma maneira geral podem ser realizados com dois objetivos principais: o corretivo e o preventivo. No corretivo, as investigações devem apresentar soluções para eliminar ou minimizar os efeitos de um processo de instabilidade em andamento ou já ocorrido. Já o caráter preventivo está relacionado com os casos de instabilidade potencial, ou seja, aqueles revelados antes que um fator qualquer inicie o fenômeno de instabilização. Sendo assim, é fácil notar que as medidas preventivas dos estudos de estabilidade de taludes são próprias dos projetos que visam o planejamento urbano.

Quando a área planejada apresentar terrenos com instabilidade potencial, os estudos geológicos devem ser orientados para duas finalidades principais. A primeira é mostrar onde e como a ação antrópica pode desencadear o processo de instabilização e o que deve ser feito para que tal não ocorra. A segunda finalidade é verificar quais fenômenos naturais, e de que maneira os mesmos agem para provocar a instabilização, a fim de que sejam determinadas as medidas de contenção dos escorregamentos.

Nos casos em que o processo de instabilização for de difícil controle, as áreas a serem atingidas pelo fenômeno devem ser delimitadas e sua ocupação urbana proibida.

Nos limites do perímetro urbano de Catanduvas, o fenômeno de instabilidade de encostas se desenvolve em terrenos nitidamente relacionados às áreas de exposições definida pela associação de solos litólicos + afloramentos de rocha + colúvios, principalmente em encostas com declividades superiores a 15% (Mapa 5).

Nas áreas citadas, o processo de instabilização afeta, principalmente, os segmentos do terreno com alta declividade, após a retirada da cobertura vegetal e posterior implantação de loteamentos com arruamentos perpendiculares à encosta, cortes e taludes.

Estas incisões ou cortes expõem o material inconsolidado, gerando superfícies de alívio de pressão, que, aliado ao aumento de densidade do material devido à saturação do solo por acúmulo de águas superficiais, favorece a movimentação do material.

Nestas condições a instabilidade de encosta pode se manifestar por movimentos de solo (colúvio + tálus), solo e rocha ou apenas rocha (queda e rolamento de blocos), caracterizados por movimentos rápidos com limites laterais e profundidade bem definidos (superfícies de ruptura).

Nesta classe estão englobadas as áreas com solos pouco desenvolvidos, com até 2 metros de profundidade, normalmente constituídos de horizonte orgânico sobre rocha inalterada. Podem variar desde porções praticamente destituídas de solo, aflorando a rocha do substrato, até solos relativamente desenvolvidos, porém com grande quantidade de blocos e matações de rocha basáltica não alterada em meio à massa alterada, caracterizando os solos litólicos.

### 3.5.3 Desastres no Município

Este item apresenta os desastres naturais, isto é, ocorridos em função das forças da natureza, no município de Catanduvas.

Conforme dados da Prefeitura Municipal, na década de 60 ocorreu um vendaval no município, o qual além de estragos materiais a muitas residências, tanto da sede urbana quanto da área rural, fez duas vítimas fatais. Outro vendaval ocorreu no município, na década de 80, o qual provocou prejuízos a cerca de 20 casas, além de destruição de mata e vegetação da área rural.

Recentemente, em junho de 2006 ocorreu chuva de granizo, que atingiu apenas a sede urbana. Esta intempérie acabou por destelhar aproximadamente 1.000 casas. A Defesa Civil, por meio do Corpo de Bombeiros de Cascavel prestou fundamental auxílio à população.

## 3.6 Recursos Minerais

Em função da geologia e da geomorfologia, Catanduvas não apresenta potencial para areia. Apesar de possuir em seu território vastas áreas aluvionares verificou-se a existência de pequenos depósitos. O potencial é bom para basalto na obtenção de blocos, brita e saibro, além de água superficial e subterrânea.

A seguir, são apresentadas breves descrições dos bens minerais ocorrentes no município de Catanduvas, suas possibilidades de localização e aproveitamento. Este documento será útil como instrumento de consulta para o desenvolvimento do município.

### 3.6.1 Pedras de Talhe, Cantaria e Brita

A Prefeitura de Catanduvas utiliza o basalto que aflora nas cotas mais altas do município, para o calçamento poliédrico tanto na área urbana como rural.

A MINEROPAR disponibiliza diversas informações, inclusive um manual de orientação de sua autoria sobre o uso de paralelepípedos e pedras irregulares na pavimentação urbana e rural, para ser utilizado pela Prefeitura como guia para aperfeiçoar tecnicamente a execução destas obras. Comparado aos pavimentos asfálticos, o calçamento poliédrico apresenta duas vantagens importantes:

- geração de emprego e renda durante a execução dos projetos, desde a fase de extração até a implantação e reposição dos pavimentos e calçadas;
- redução dos custos de pavimentação e manutenção urbana e rural, em relação ao uso de pavimento asfáltico.

Em relação às vias não-pavimentadas, o calçamento poliédrico apresenta uma série mais diversificada de benefícios:

- barateamento no custo do transporte, com a conseqüente redução do custo de vida;
- aumento da capacidade de transporte das vias públicas;
- acesso fácil e garantido às propriedades públicas e particulares;
- valorização dos imóveis;
- melhoria das condições de habitabilidade das regiões atendidas;
- valorização dos imóveis.

### 3.6.2 Saibro

Alguns tipos de materiais e rochas alteradas podem ser utilizados na pavimentação e conservação das estradas secundárias (macadamização).

Em municípios do oeste do Paraná, como é o caso de Catanduvas, as saibreiras ou cascalheiras como são chamadas, são exploradas pelas prefeituras, normalmente na posição de meia encosta. No caso de exploração pelo poder público as lavras são temporárias, abertas em acordo com os proprietários de terras, ao longo das estradas, que cedem o material que traz também melhorias aos acessos de suas propriedades.

### 3.6.3 Água Superficial e Subterrânea

A água é o recurso mineral mais utilizado e, por isto mesmo, o mais ameaçado de exaustão no mundo. Apesar de três quartos da superfície terrestre serem cobertos por água, somente 1% presta-se ao consumo humano e grande parte desta pequena fração está congelada nos pólos e nas grandes altitudes das cadeias montanhosas. O mau uso (como lavar calçadas e automóveis com água tratada), o desperdício (as perdas médias de 40% nas redes de distribuição dos municípios brasileiros) e a falta de medidas protetoras dos mananciais (contaminação de mananciais pela instalação de lixões e vilas residenciais em locais impróprios) estão levando ao esgotamento não apenas das reservas superficiais, mas também das subterrâneas.

Embora a equipe do projeto não tenha efetuado vistorias de campo voltadas ao levantamento de informações sobre o potencial do município em relação aos mananciais de água subterrânea, alguns poços tubulares profundos foram observados distribuídos pelo município, o que caracteriza o uso desse recurso mineral.

Os resultados na captação de água subterrânea apresentaram-se produtivos em Catanduvas, descontada a área da localidade de Ibiracema.

Apresentam-se, a seguir, alguns dados que podem orientar as autoridades municipais quanto ao seu aproveitamento futuro. Na verdade, este não é o tipo de avaliação que se possa fazer sem a análise do relatório da perfuração e dos testes de vazão dos poços, entre outros recursos de pesquisa. As informações apresentadas baseiam-se principalmente na obra do Dr. Reinhard Maack<sup>3</sup>, pioneiro dos estudos hidrogeológicos do Paraná.

O abastecimento de água, principalmente dos centros urbanos, assume a cada dia aspectos de problema permanente e de solução cada vez mais difícil, devido à concentração acelerada das populações nas regiões metropolitanas, à demanda que cresce acima da capacidade de expansão da infra-estrutura de abastecimento e à conseqüente ocupação das zonas de recarga dos mananciais. Estes três fatores, que se destacam dentro de um grande elenco de causas, geram de imediato a necessidade de se buscar fontes cada vez mais distantes dos pontos de abastecimento, o que encarece os investimentos necessários e os preços finais do consumo.

A origem da água subterrânea é sempre superficial, por precipitação das chuvas, concentração nas bacias de drenagem e infiltração nas zonas de recarga dos aquíferos. Apenas uma fração menor da água infiltrada no subsolo retorna diretamente à superfície, sem penetrar nas rochas e se incorporar às reservas do que se denomina propriamente água subterrânea.

Lençol ou nível freático é a superfície superior da zona do solo e das rochas que está saturada pela água subterrânea. A água que está acima do lençol freático é de infiltração, que ainda se movimenta pela força da gravidade em direção à zona de saturação. Este movimento de infiltração, também dito percolação, pode ser vertical ou sub-horizontal, dependendo da superfície do terreno, da estrutura e das variações de permeabilidade dos materiais percolados.

Quando captada em grande profundidade ou aflorada em fontes naturais, por ascensão a partir das zonas profundas do subsolo, a água subterrânea atinge temperaturas que chegam a 40°C ou mais, dissolvendo sais das rochas encaixantes e adquirindo conteúdos de sais que a tornam merecedora de uma classificação especial. Ela se torna água mineral com classificação variando essencialmente em função da temperatura de surgência, do pH e dos conteúdos salinos.

Os melhores aquíferos são as rochas sedimentares de grão médio a grosseiro, como os arenitos e conglomerados, de altas porosidade e permeabilidade, que as permite armazenar grandes volumes de água e liberar grandes vazões. Ao contrário das rochas argilosas, os seus terrenos são geralmente secos, devido à facilidade de infiltração, mas em profundidade elas contêm excelentes reservas. É por isto que o arenito denominado Botucatu, que aflora imediatamente abaixo do basalto, ao longo das encostas inferiores do Terceiro Planalto, é o maior aquífero da América do Sul, com o nome de Aquífero Guarani.

As medidas mais importantes para a proteção dos aquíferos, segundo MAACK, consistem na proteção e reflorestamento das matas ciliares e de cabeceiras de drenagem, porque elas protegem, por sua vez, as zonas de recarga. Outras medidas que podem ser tomadas são a captação de água da chuva em canais de irrigação e

---

<sup>3</sup> MAACK, R. *Notas preliminares sobre as águas do subsolo da Bacia Paraná-Uruguaí*. Curitiba: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1970.

<sup>4</sup> pH: índice que mede o grau de acidez ou alcalinidade dos líquidos. Os valores de 0 a 6 indicam pH ácido, o valor 7 é neutro e os valores de 8 a 14 são alcalinos.

a construção de açudes, para condução até as zonas de recarga, sobre sedimentos (principalmente aluviões) e rochas permeáveis. Os canais são construídos de forma a concentrarem por gravidade a água nos locais escolhidos, enquanto os açudes geralmente exigem o uso de bombas de grande capacidade. Considerando a boa produtividade dos aquíferos da região, a principal preocupação das autoridades municipais deve ser com a preservação dos mananciais de superfície.

### 3.6.4 Água Mineral

Conforme definição do Código de Águas Minerais do Brasil, em seu artigo 1º, águas minerais naturais *“são aquelas provenientes de fontes naturais ou artificialmente captadas, que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa”* (Decreto-lei 7.841/45). Ainda de acordo com esse código (art. 35), as águas minerais naturais brasileiras são classificadas mediante dois critérios: suas características permanentes e as características inerentes às fontes.

O Anexo 1 apresenta as classificações feitas de acordo com os elementos predominantes e conteúdos em gases. Genericamente, toda água mineral natural traz benefícios à qualidade de vida. Além de repor energias e favorecer o funcionamento adequado de músculos e nervos, tem efeitos benéficos especialmente para a pele, por hidratar e eliminar as toxinas resultantes da queima das células. Em função disso, há dermatologistas que indicam água mineral natural também para a higiene do rosto e do corpo, assim como para minimizar os efeitos de manchas e queimaduras provocadas pelo sol. O Anexo 2 indica os efeitos terapêuticos mais conhecidos das águas minerais brasileiras.

No Brasil, onde cerca de 250 marcas estão presentes no mercado, a maior produção e o maior consumo são de águas minerais naturais leves e macias, classificadas na fonte como radioativas, fracamente radioativas e hipotermiais, assim como as águas classificadas quimicamente como fluoretadas, carbogasosas e oligominerais, estas com vários sais em baixa concentração. Mas há diversas outras classificações, indicadas para diferentes finalidades, como demonstra o Anexo 2, cujo texto foi revisado pelo Dr. Benedictus Mário Mourão, médico e diretor dos Serviços Termiais da Prefeitura de Poços de Caldas e titular da Comissão Permanente de Crenologia do DNPM.

No que diz respeito ao aproveitamento de fontes de água mineral natural, existem duas possibilidades, distribuição e consumo como bebida envasada ou exploração de estância hidromineral. As instruções para a regularização junto ao DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral, em qualquer dos casos são as mesmas oferecidas para o licenciamento. Entretanto, as peculiaridades deste bem mineral, que é tratado como substância terapêutica, demandam uma orientação específica do Departamento Nacional da Produção Mineral quanto aos procedimentos técnicos e legais cabíveis.

### 3.7 Produção Mineral

O município de Catanduvas não apresenta nenhum processo referente a título minerário concedido pelo DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral. Assim, no município, até o presente momento, não é registrado nenhuma produtividade significativa dentro setor mineral.

Não obstante, a prefeitura municipal operou por um tempo uma pedreira de basalto, demonstrada na Figura 23 e Figura 24 (de forma irregular), atualmente não operante, que necessita da devida regularização dessa atividade perante o DNPM.

A partir da Figura 25 pode-se identificar a localização de pedreira que se encontra bastante próxima aos limites da sede urbana (porção leste).

Figura 23: Pedreira de basalto (porção leste)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 24: Detalhe da pedreira de basalto



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 25: Localização da pedreira de retirada de basalto



Legenda:

- Perímetro urbano atual
- Localização da Pedreira

Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 3.7.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM

Instituída pela Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – se dá em função dos detentores de direitos minerários, em decorrência da exploração dos recursos minerais para fins de aproveitamento econômico. Para os minérios regidos pelo sistema de licenciamento, é calculada sobre o valor de 2% do faturamento líquido, considerado como tal o valor de venda do produto mineral, deduzidos os impostos incidentes na comercialização, bem como as despesas com transporte e seguro.

Quando não ocorre a venda, porque o produto mineral é consumido, transformado ou utilizado pelo próprio minerador, considera-se então como valor para efeito de cálculo da CFEM a soma das despesas diretas e indiretas ocorridas até o momento da utilização do produto mineral.

Os recursos da CFEM são distribuídos da seguinte forma: 12% para a União, 23% para o Estado e 65% para o município produtor. Considera-se como município produtor aquele no qual ocorre a extração da substância mineral. Caso a área licenciada abranja mais de um município, deverá ser preenchida uma guia de recolhimento para cada município, observada a proporcionalidade da produção efetivamente ocorrida em cada um deles.

O recolhimento da CFEM deverá ser efetuado mensalmente até o último dia útil do segundo mês subsequente ao fator gerador, nas agências do Banco do Brasil, por meio da guia de recolhimento/CFEM.

Para o caso específico de Catanduvas, como não há registro de atividade de mineração do município junto ao DNPM, conseqüentemente não há CFEM a recolher. Caso a atividade de mineração (no caso, a pedreira) seja devidamente regularizada, caberá ao município solicitar o pagamento da CFEM aos mineradores.

## 3.8 Cobertura Vegetal

A composição florística das florestas da região de Catanduvas tem uma forte influência da Floresta Estacional, com rara presença de Araucária. A ocorrência de epífitas também é baixa. Trata-se de região de ecótono com Floresta Estacional.

Os dados que se seguem, não correspondem apenas ao município de Catanduvas, mas sim à bacia em que se encontra, sendo pois, da “região” de Catanduvas, incluindo porções de municípios de seu entorno imediato como Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida, conforme dados da FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ (2004), CARTA 2834.

A área de ocorrência de Araucária na região de Catanduvas e entorno imediato, corresponde a 263.270 ha, sendo que as florestas nativas abrangem apenas 34.524 ha (13,1%). A quantificação das diferentes tipologias vegetais encontra-se na Tabela 2 e, sua descrição na seqüência.

Tabela 2: Quantificação das tipologias vegetais da região de Catanduvas

Classes	Área de Floresta (ha)	%
Floresta em Estágio Inicial de Sucessão	18.301	6,95
Floresta em Estágio Médio de Sucessão	14.265	5,42
Floresta em Estágio Avançado de Sucessão	1.959	0,74
Floresta com predomínio de Pinheiro	0	0,0
Reflorestamento	7.224	2,74

Fonte: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (CARTA 2834), 2004.

### 3.8.1 Floresta em Estágio Inicial de Sucessão

Possui altura de 12 metros e variação diamétrica das árvores de 10 a 40 cm, sendo predominante *Alchornea triplinervia* e *Sapium glandulatum*. Outras espécies freqüentes são *Bastardiopsis densiflora*, *Casearia sylvestris*, *Cordia trichotoma*, *Ficus sp*, *Jacaranda puberula*, *Ocotea puberula*, *Syagrus romonzaffiana* e, na regeneração, *Balfourodendron riedelianum*, *Cedrela fissilis*, *Prunus sellowii* e *Sorocea bomplandii*, além da presença de muitas lianas.

### 3.8.2 Floresta em Estágio Médio de Sucessão

Possui altura de 16 metros e diâmetros dos indivíduos arbóreos de 5 a 40 cm, sendo as principais espécies encontradas *Alchornea triplinervia*, *Allophylus guaraniticus*, *Campomanesia xanthocarpa*, *Casearia sylvestris*, *Cedrela fissilis*, *Jacaranda puberula*, *Machaerium minutiflorum*, *Matayba elaeagnoides*, *Nectandra lanceolata*, *Ocotea puberula*, *Peltophorum dubium*, *Rapanea ferruginea*, *Syagrus romanzoffiana* e, em alguns fragmentos, predominando *Parapiptadenia rigida*. Na regeneração são freqüentes *Alchornea sidifolia*, *Balfourodendron riedelianum*, *Cecropia sp*, *Matayba elaeagnoides*, *Nectandra lanceolata*, *Prunus sellowii*, *Psychotria sp*, *Rapanea umbellata* e taquaras.

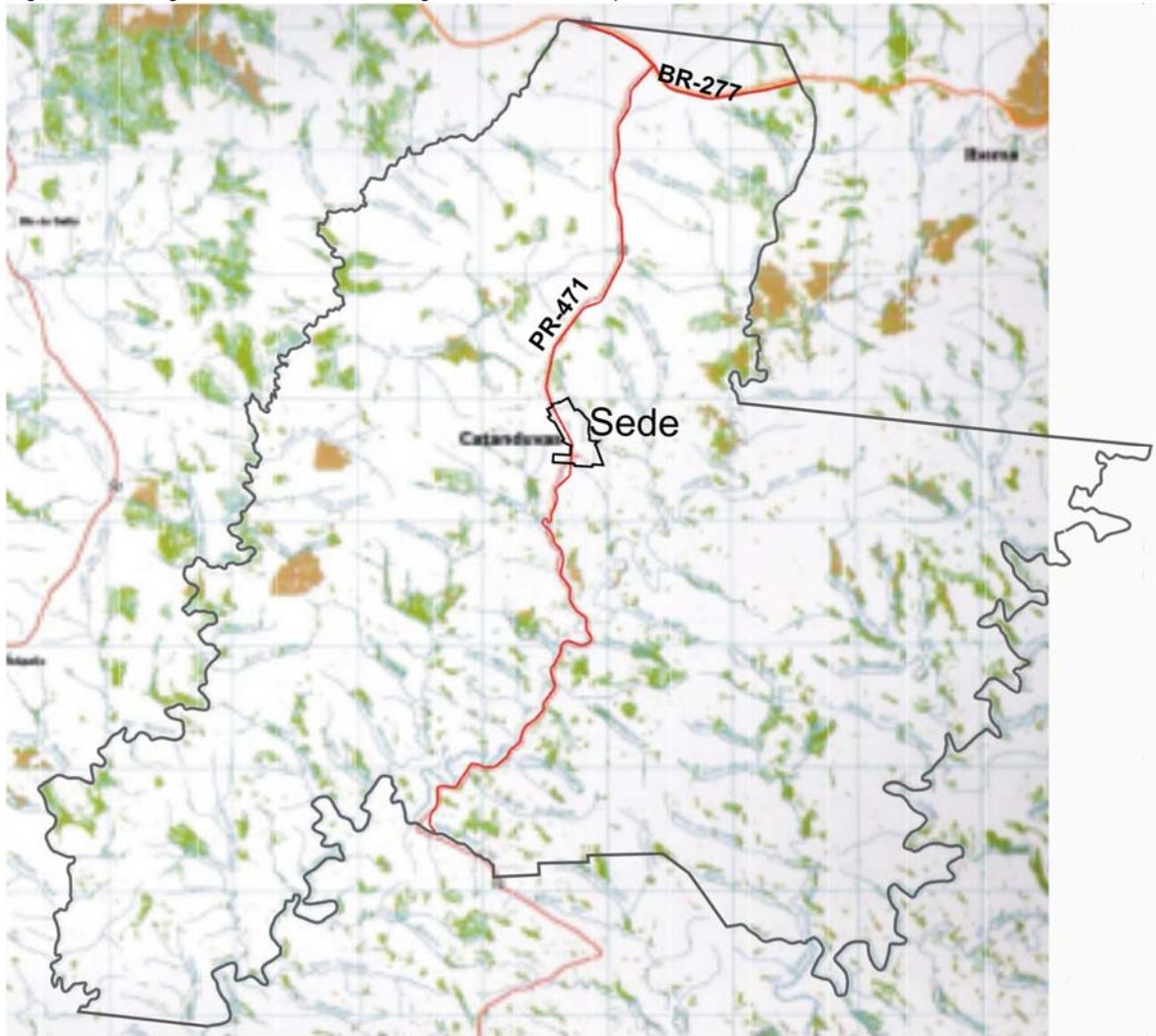
### 3.8.3 Floresta em Estágio Avançado de Sucessão

Possui altura média de 23 metros e diâmetros dos indivíduos arbóreos entre 20 e 80 cm. As principais espécies encontradas foram *Parapiptadenia rigida* (em alguns casos predominantes), *Apuleia leiocarpa*, *Balfourodendron riedelianum*, *Bastardiopsis densiflora*, *Diatenopteryx sorbifolia*, *Campomanesia xanthocarpa*, *Cordia trichotoma*, *Rauvolfia sellowii*, *Nectandra megapotamica*, *Ocotea puberula*, *Prunus sellowii* e *Syagrus romanzoffiana*.

O sub-bosque é dominado por muitas lianas e taquaras, além de indivíduos jovens de algumas espécies arbóreas, tais como *Blepharocalix salicifolius*, *Campomanesia xanthocarpa*, *Jacaratia spinosa*, *Casearia sylvestris*, *Actinostemum concolor*, e *Inga sp*.

A Figura 26 demonstra os estágios sucessionais de vegetação no município de Catanduvas.

Figura 26: Estágios sucessionais de vegetação do município de Catanduvas - PR



Legenda:

- Floresta em estágio inicial de sucessão
- Floresta em estágio médio de sucessão
- Floresta em estágio avançado de sucessão
- Floresta com predominância de pinheiro
- Reflorestamento

Fonte: FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ, 2004

## 4 ASPECTOS TERRITORIAIS

No âmbito dos aspectos territoriais apresentam-se as principais características da demografia; uso e ocupação do solo urbano (contemplando o processo de ocupação urbana, perímetro urbano, parcelamento do solo urbano, e zoneamento vigente); tipologias de uso; arborização e áreas verdes; habitação; preço da terra; uso e ocupação do solo rural; paisagem rural e potencial turístico do município de Catanduvas.

### 4.1 Demografia

A demografia, de modo geral, pode ser entendida como a ciência que estuda a dinâmica populacional humana, tendo seu foco voltado ao estudo das populações humanas, em que são verificadas as taxas de natalidade, mortalidade, imigração e emigração de uma região, dentre outros, possibilitando às políticas públicas o direcionamento dos recursos necessários para o atendimento das necessidades básicas da população.

Conforme a Tabela 3, abaixo, sobre a evolução populacional, verifica-se que no ano de 1970 o município de Catanduvas possuía uma população de 25.726 habitantes. Na década seguinte houve um acréscimo populacional de 41,2%. A década de 80 é marcada por dois desmembramentos do território de Catanduvas que propiciaram, em 1991, um significativo decréscimo populacional, passando de 36.325 habitantes para 9.821 habitantes no ano de 2000 (redução de quase 4 vezes a população). Tal redução populacional justifica-se em função do desmembramento de Três Barras do Paraná em 1980 e de Ibema em 1989.

A partir de então, há um pequeno crescimento populacional (cerca de 6%) conforme dados e projeções do IBGE - Censo Demográfico (2000).

Tabela 3: Evolução populacional do município de Catanduvas

	ANO				ANO (projeção)
	1970	1980	1991	2000	2005
População Urbana	2.187	8.625	3.712	4.944	-
População Rural	23.539	27.700	6.109	5.477	-
<b>TOTAL</b>	<b>25.726</b>	<b>36.325</b>	<b>9.821</b>	<b>10.421</b>	<b>10.797</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

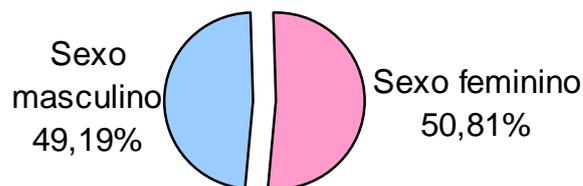
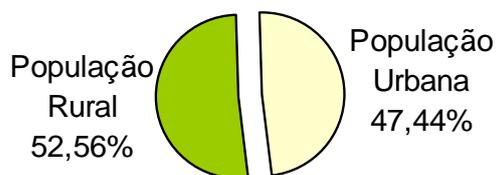
Ainda analisando a Tabela 3, constata-se que ao longo das décadas de 70, 80 e 90 sempre houve o predomínio da população rural sobre a urbana. No ano de 2000, ambas equipararam-se correspondendo o percentual de 52,56 % à população rural e 47,44 % à população urbana, conforme ilustra o Gráfico 1. Para o ano de 2005 a população projetada é de 10.797.

Não obstante, ocorreu no município intensa migração de habitantes, após 2005, advindos em função da implementação da penitenciária federal. Segundo dados da Prefeitura, estima-se a migração ao município de mais de 3.000 pessoas. O cenário verificado para essa situação foi a de prosperidade e geração de empregos durante a fase de construção do empreendimento. Contudo, com o término das obras, ficou o excedente de mão-de-obra propiciando desemprego e problemas decorrentes, verificados até hoje.

Quanto ao gênero (masculino, feminino), há equivalência da população de sexo masculino e feminino, demonstrado no Gráfico 2 (IBGE - Censo Demográfico).

Gráfico 1: Relação entre a população urbana e rural, para o ano de 2000

Gráfico 2: Relação entre a população do sexo masculino e feminino para o ano de 2000

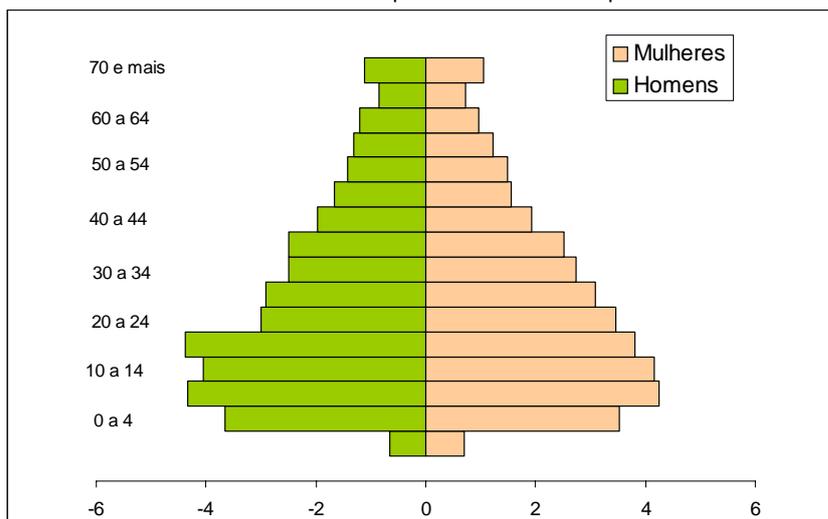


Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Quanto à faixa etária predominante no município, destaca-se entre 15 a 19 anos, seguida pela faixa etária de 5 a 9 anos, conforme ilustra o Gráfico 3, abaixo, sendo portanto, um município jovem e com o predomínio do sexo masculino. A faixa etária entre 65 a 69 anos é a menor e a população com mais de 70 anos corresponde a apenas 2,96% da população total (IPARDES, 2006).

Gráfico 3: Pirâmide etária do município de Catanduvas, para o ano de 2000



Fonte: IPARDES, 2006

A mortalidade, que desde as primeiras décadas do século XX inicia forte tendência de declínio no Paraná, a exemplo do que ocorria em outras áreas brasileiras, prossegue em ritmo de queda apesar de se dar de forma

lenta. Nesse contexto insere-se o índice de Catanduvas que em 2004 apresentou a taxa de mortalidade de 29,07 para cada mil nativos, (IPARDES, 2006). Taxa essa bastante elevada, se comparada a da capital Curitiba para o mesmo ano (11,16 para cada mil nativos).

#### 4.1.1 Projeção da População

O grau de urbanização do município de Catanduvas é de 47,44%, apresentando uma taxa de crescimento geométrico de 0,67%, sendo 3,27% para a área urbana e -1,22% negativo para a área rural (IBGE - Censo Demográfico).

Cabe ressaltar que a institucionalização do planejamento em nível municipal em bases mais técnicas tem gerado uma demanda por informações sócio-demográficas cada vez mais abrangentes, em escopo, e mais detalhadas em escala geográfica. Dentre essas informações demandadas, vêm ganhando destaque as projeções demográficas, pois a definição sobre volume e espacialização dos investimentos em geral requerem um conhecimento circunstanciado da dinâmica de crescimento (ou decréscimo) das distintas zonas e bairros do município (JANNUZZI, 2002).

Para a projeção populacional de Catanduvas para os próximos 10 anos, utilizaram-se as fórmulas explicitadas abaixo, seguindo a metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e uma taxa geométrica de crescimento anual da população constante, também obtida por fórmula.

$$I = \sqrt[n]{P/P_0} - 1$$

$$Pp = P * (1 + I)^n$$

Sendo:

I= taxa de crescimento geométrica anual

n= número de anos

P= última população do período (no caso população censo 2000)

P0= população do início do período (no caso população censo 1991).

Isto posto, pode-se concluir que o município, apresente uma taxa de crescimento pequena (0,65%) e a população para daqui a 10 anos (2020) terá um incremento de apenas 13,84%, passando de 10.764 habitantes, para 11.863 habitantes, conforme a Tabela 4, abaixo, ou seja, sem um crescimento significativo. Assim, pode-se constatar que o poder público, por meio de ações, muitas previstas no Plano Diretor Municipal, deverá realizar alguns investimentos e ter uma política voltada ao incentivo econômico, para a instalação de empreendimentos que geram divisas e emprego à população local.

Tabela 4: Projeção populacional para Catanduvas - PR

	ANO				
	2000	2005	2010	2020	2025
População Projetada	10.421	10.764	11.119	11.863	12.253

Fonte: ECOTÉCNICA, 2007. Baseado em IBGE.

Cabe ressaltar que os dados apresentados na Tabela 4, referentes à projeção da população não estão computando o cenário ocorrido em 2005 e 2006, decorrente da instalação da Penitenciária. Como já exposto acima, houve um acréscimo populacional de mais de 3.000 pessoas. Porém, atualmente, com o término das obras e operação da penitenciária, verifica-se estagnação no crescimento populacional.

#### 4.1.2 Densidade Demográfica

Densidade demográfica ou populacional é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente expressa em habitantes por quilômetro quadrado (km<sup>2</sup>).

Conforme dados do IPARDES (2006) o município de Catanduvas apresenta uma densidade demográfica de 18,31 hab/km<sup>2</sup> (para o ano de 2005), estando 15,35% abaixo da densidade do país (21,63 hab/km<sup>2</sup>) e 64,43% abaixo da densidade do estado (51,48 hab/km<sup>2</sup>), (IBGE, 2000).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) subdividiu o município de Catanduvas em 13 setores censitários, havendo apenas 01 Distrito Administrativo que configura a sede urbana, subdividida em 04 setores urbanos e 09 setores classificados como rurais. A partir da Tabela 5 pode-se verificar a população residente em cada setor censitário e sua respectiva densidade demográfica.

Tabela 5: Densidade demográfica por setores censitários do município de Catanduvas para o ano de 2000

	Setores Censitários <sup>(1)</sup>	Habitantes por setor	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
SEDE URBANA	410500305000001	990	0,787	1.257,941
	410500305000002	1.255	0,535	2.345,794
	410500305000003	1.437	0,317	4.533,123
	410500305000004	1.262	0,521	2.422,264
ÁREA RURAL	410500305000005	1.322	89,011	14,850
	410500305000006	894	75,723	11,806
	410500305000007	475	143,377	3,313
	410500305000008	854	62,986	13,558
	410500305000009	457	42,586	10,731
	410500305000010	336	25,629	13,110
	410500305000011	443	0,543	815,838
	410500305000012	263	45,838	5,737
	410500305000013	433	102,033	4,244
	<b>TOTAL</b>	<b>10.421</b>	<b>589,886</b>	<b>17,666 <sup>(2)</sup></b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000)

<sup>(1)</sup> Código dos setores censitários conforme classificação do IBGE

<sup>(2)</sup> Densidade demográfica média do município (IBGE-Censo Demográfico) para o ano de 2000

 Refere-se aos setores classificados como Urbanos (IBGE)

 Refere-se aos setores classificados como Rurais (IBGE)

Com base nos dados explicitados na Tabela 5, acima, pode-se concluir que o setor censitário da sede urbana, mais adensado, isto é, com maior número de habitantes por quilômetro quadrado é o setor 03 (conforme nomenclatura do Mapa 6, correspondente ao código do IBGE), localizado na porção centro-sul da sede urbana, seguido pelo setor 04 na porção sul da sede. Já o setor com menor densificação, da sede urbana, é o setor 01, na porção norte.

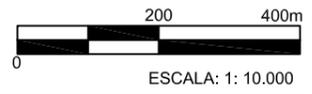
Dentre os setores da área rural, o mais adensado é o setor 11 e o que também apresenta a menor área territorial, situado na porção sudoeste da área rural (correspondendo a localidade de Ibiracema) e o de menor adensamento é o setor 07 (porção leste) e o setor 13 (porção noroeste), conforme pode-se visualizar no Mapa 7.



# LEGENDA

- Perímetro urbano atual (sede urbana)
  - Rodovias estaduais
  - Vias urbanas
  - Divisas de lotes
  - Drenagem
  - Curvas mestras
  - Curvas intermediárias
- 
- Setor Censitário 0001 - (1.257,941 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor Censitário 0002 - (2.345,749 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor Censitário 0003 - (4.533,123 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor Censitário 0004 - (2.422,264 hab/km<sup>2</sup>)

Base Cartográfica:  
 PARANACIDADE, 1996  
 Dados:  
 IBGE - Censo Demográfico, 2000.  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE

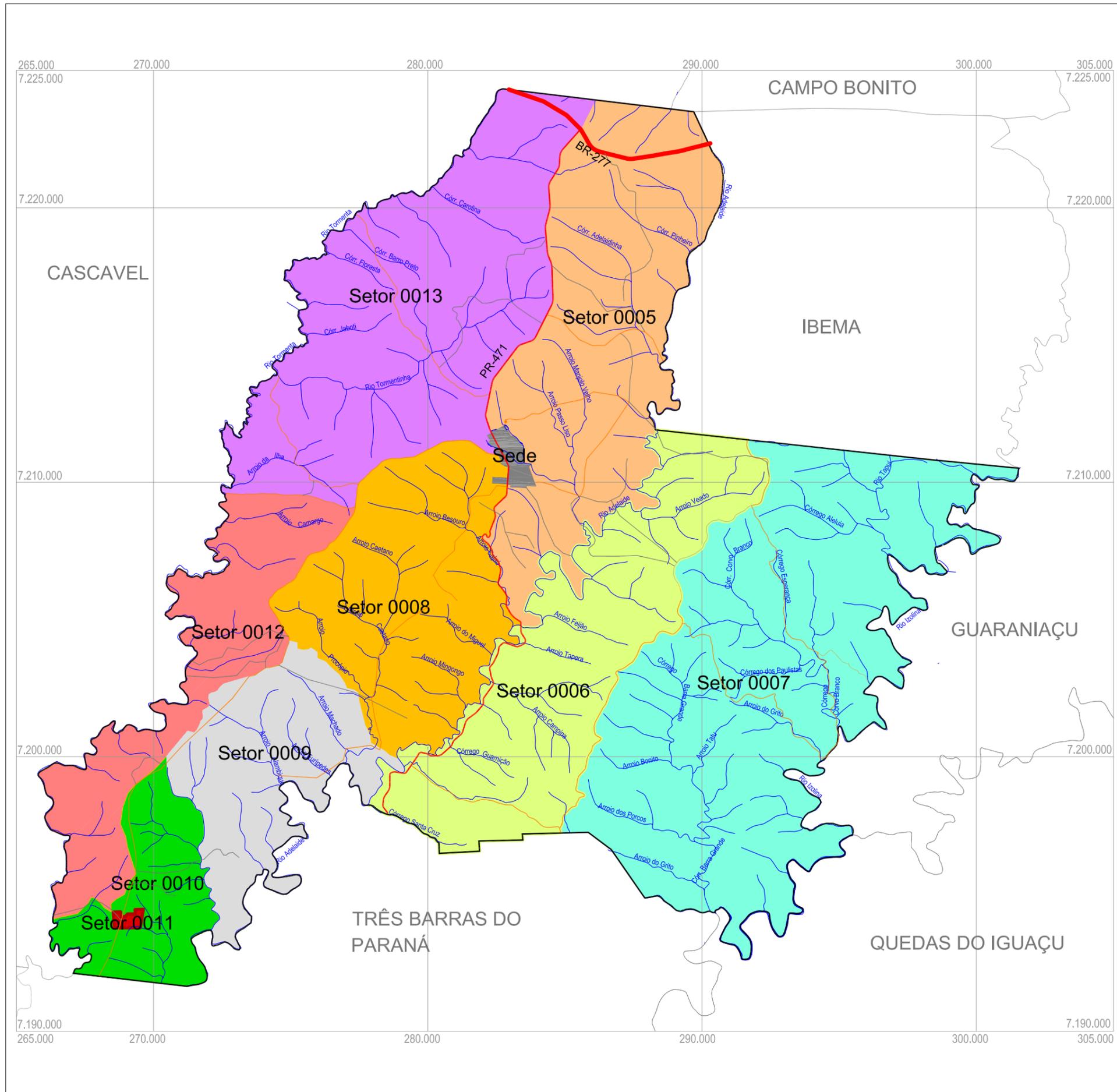
Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa SETORES CENSITÁRIOS - SEDE URBANA  
 Prancha nº 06  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.





## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
  - Perímetro urbano atual (sede urbana)
  - Perímetro do Distrito de Ibiracema
  - Rodovia Federal (BR-277)
  - Rodovia Estadual (PR-471)
  - Estradas municipais principais
  - Estradas municipais secundárias
  - Drenagem
- 
- Setor 0005 - (14,850 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0006 - (11,806 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0007 - (3,313 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0008 - (13,558 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0009 - (10,731 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0010 - (13,110 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0011 - (815,838 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0012 - (5,737 hab/km<sup>2</sup>)
  - Setor 0013 - (4,244 hab/km<sup>2</sup>)

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).

**Dados:**  
 IBGE - Censo Demográfico, 2000.

**Elaborado por:**  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

1.250 5.000m  
 0 ESCALA: 1: 150.000



Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Mapa SETORES CENSITÁRIOS - MUNICÍPIO  
 Prancha nº 07  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



## 4.2 Uso e Ocupação do Solo Urbano

O processo de desenvolvimento urbano observado no Brasil, nas últimas décadas, tem-se mostrado excessivamente rápido e desordenado, propiciando o aparecimento de uma série de problemas urbanísticos e ambientais. Aliado a esse aspecto é freqüente a ausência de planejamento urbano para orientar e disciplinar a expansão demográfica e o uso e ocupação do solo. Tal situação é agravada pela falta de políticas claras e objetivas de desenvolvimento, tanto de ordem físico-territorial como econômica ou social (FAMEPAR, 1996).

O município de Catanduvas também se insere nesse atual contexto urbano e o Plano Diretor pode contribuir para revertê-lo. Como instrumento político e normativo da administração pública, o PDM não tem o poder de resolver por si só, problemas estruturais. No entanto, pode ser peça fundamental no esforço coletivo para a resolução de graves problemas urbanos e pode se tornar um real instrumento de planejamento e gestão local (*ibid*).

Segundo IPARDES (2006), o município de Catanduvas apresenta o grau de urbanização de 47,44% (para o ano de 2000), exercendo, a sede urbana, papel de centro referencial do município e apresenta características inerentes à urbanização, sendo apresentado a seguir, questões referentes à caracterização do uso e ocupação do solo urbano, perímetro urbano, parcelamento do solo urbano e zoneamento, atuais e, por fim as tipologias de uso do solo.

As normas gerais e padrões de Urbanismo e Edificação para a cidade de Catanduvas são instituídas pela Lei de Urbanismo nº 36/97, a qual *“tem por finalidade delimitar o perímetro urbano do município de Catanduvas, bem como, instituir normas gerais e padrões sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, meio ambiente, além de regular as edificações do município”*.

### 4.2.1 Processo de Ocupação Urbana

O processo de ocupação e evolução urbana de Catanduvas, segundo o Registro de Imóveis, 1º Ofício de Cascavel se deu no ano de 1962, na porção sul do município, onde se encontra o Loteamento Jardim Catanduvas. Nesse local, verificaram-se também diversas ocupações irregulares (invasões).

A ocupação continuou para nordeste, que daria origem ao então Loteamento União. Na década de 70 a ocupação desenvolvendo-se próxima ao Arroio Barro Preto (hoje 90% canalizado), na região central da cidade (Loteamento São Pedro). A área ocupada aumentou significativamente para norte, configurando a terceira ocupação, com a aprovação do Loteamento Menino Deus.

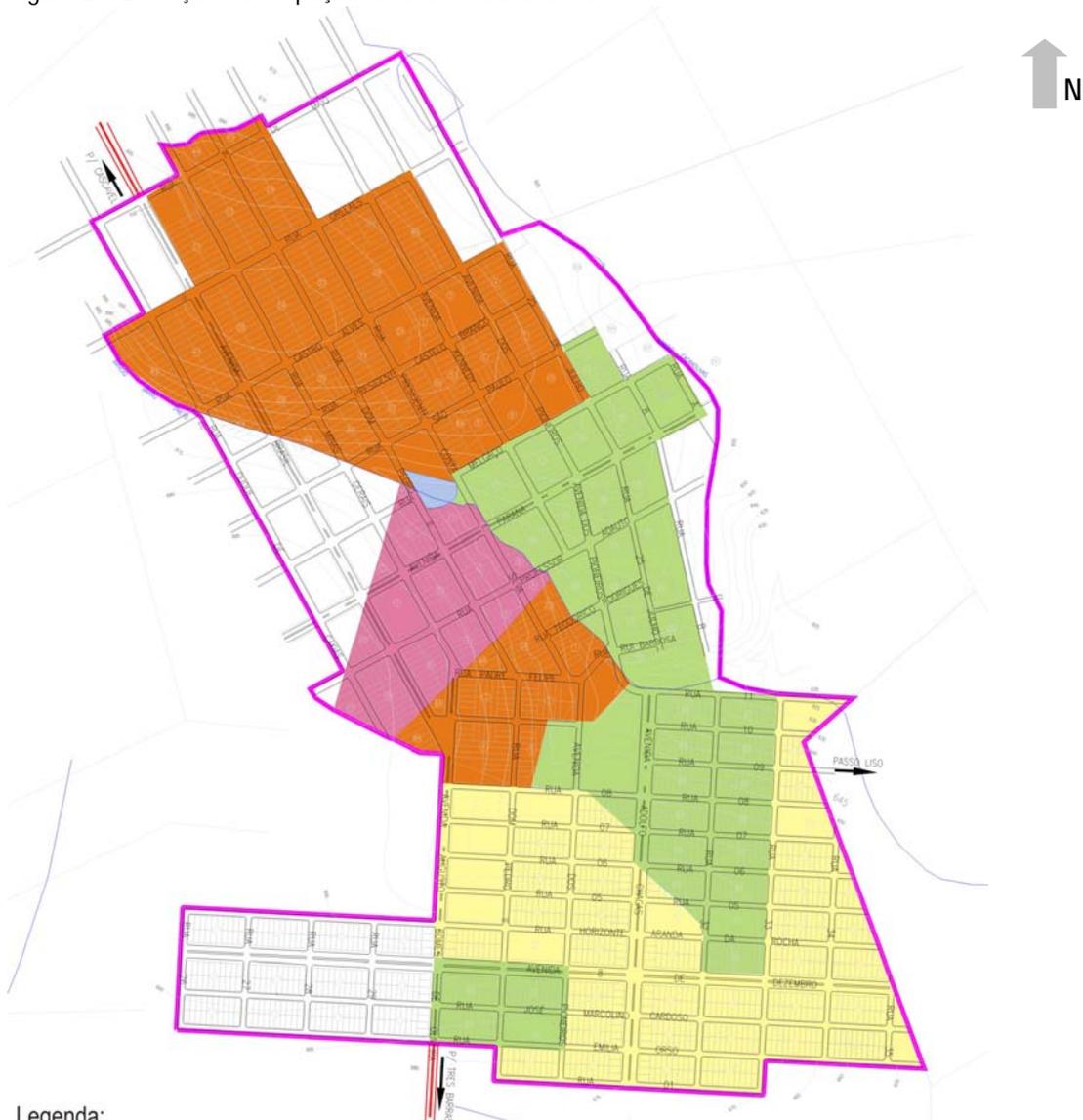
A quarta ocupação apresenta-se mais espalhada e na porção oeste do citado arroio.

A última ocupação pode ser verificada na porção oeste da sede, com a construção das casas populares da COHAPAR. A porção oeste da malha urbana é uma tendência de crescimento e expansão urbana.

Contudo, a falta de critérios durante o processo de urbanização e o não respeito às condições físico-naturais, como topografia acidentada e a não preservação do fundo de vales, tornarem-se os principais responsáveis pelos problemas do uso do solo. A existência de áreas com uso inadequado ou conflitante são visíveis por toda a cidade (FAMEPAR, 1996).

A Figura 27 ilustra, de forma esquemática, o processo e a evolução de ocupação da sede urbana de Catanduvas.

Figura 27: Evolução da ocupação urbana de Catanduvas



Legenda:

- Primeira Ocupação - 1962
- Segunda Ocupação - 1969
- Terceira Ocupação - 1974
- Quarta Ocupação - 1977

Fonte: ECOTÉCNICA, 2007, com base em Registro de Imóveis – 1º Ofício de Cascavel, 2007

De modo geral, a partir da conformação atual do tecido urbano de Catanduvas, observa-se um desenho de loteamentos desconexos entre si, devido a maus projetos e à inadequação topográfica. Ainda, constata-se a existência de muitos vazios urbanos, provenientes de diversas áreas loteadas, porém, desocupadas e também de chácaras na malha urbana. Muitas dessas áreas são ocupadas e legalizadas por meio de “títulos” (FAMEPAR, 1996).

As áreas verdes urbanas, ou matas remanescentes são visíveis, porém, sem receber qualquer proteção e preservação.

As funções urbanas de lazer são tímidas na cidade e não constituem um todo homogêneo e, dificilmente observa-se um espaço de encontro da comunidade.

#### 4.2.2 Perímetro Urbano

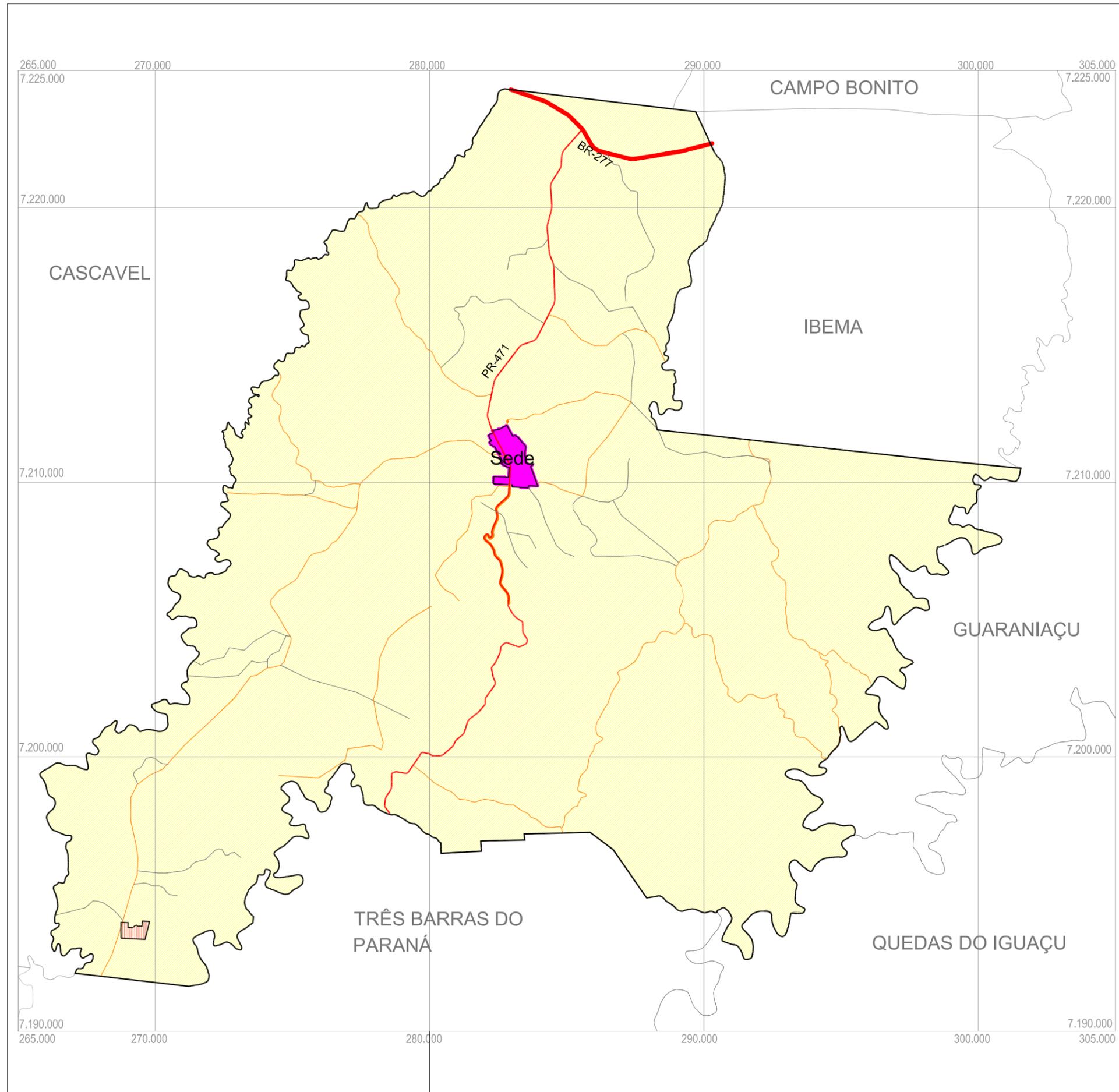
O perímetro urbano vigente da sede de Catanduvas é determinado pela Lei Municipal nº 36 de 22 de dezembro de 1997. Ainda, há o Distrito Administrativo de Ibiracema, criado pela Lei Municipal nº 09/74, o qual teve suas confrontações limítrofes retificadas pela Lei Municipal nº 14/83.

O Mapa 8 apresenta o limite municipal de Catanduvas e o limite da sede urbana, configurado por meio do perímetro urbano. Este delinea-se ao longo da PR-471, perfazendo uma área de 2,15 km<sup>2</sup> o que corresponde a 0,36% da área municipal (589,61 km<sup>2</sup>). Também, no citado mapa pode-se observar o perímetro urbano do Distrito de Ibiracema.

Verifica-se que a maior concentração urbana está na porção central do perímetro. Na porção nordeste, a ocupação ainda é incipiente e na porção sudoeste ainda não há áreas loteadas.

Verifica-se na porção sul do perímetro uma concentração de serviços de pequeno e médio porte que estão fora dos limites do perímetro urbano, que em função dos estudos subseqüentes e nova lei de perímetro poderão ser inseridos no quadro urbano.

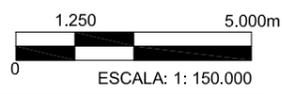
A penitenciária federal também se encontra fora do perímetro urbano atual. Entretanto, a partir da Lei Municipal nº 027/2004 foram criadas áreas urbanas isoladas no município de Catanduvas, visando à edificação de obras necessárias de infra-estrutura da penitenciária federal no município.



## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
- Rodovia Federal (BR-277)
- Rodovia Estadual (PR-471)
- Estradas municipais principais
- Estradas municipais secundárias
- Perímetro municipal
- Perímetro urbano da Sede
- Perímetro urbano do Distrito de Ibiracema

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
**Dados:**  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa PERÍMETROS - MUNICIPAL E URBANO  
 Prancha nº 08  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



### 4.2.3 Parcelamento do Solo Urbano

De acordo com a Lei Federal nº 6.766/79, o parcelamento do solo urbano é realizado através de loteamento<sup>5</sup> ou desmembramento. No município de Catanduvas o Parcelamento do Solo Urbano é disciplinado pela Lei nº 036, de 22 de dezembro de 1997.

Conforme dados da Secretaria Municipal Finanças (setor de tributação), os parcelamentos de solo urbano de Catanduvas são caracterizados, em sua maioria, por loteamentos regulares, isto é, aprovados legalmente pela Prefeitura e registrados. Contudo, em um desses loteamentos há ocupação irregular, isto é, invasões.

Na sede urbana, há um total de 05 loteamentos aprovados, segundo o Registro de Imóveis, 1º Ofício de Cascavel foram aprovados nas décadas de 60 e 70, quais sejam: Loteamento Jardim Catanduvas, Loteamento União, Loteamento São Pedro, Loteamento Menino Deus e Loteamento Bela Vista. A Tabela 6 demonstra data de aprovação de cada um.

Tabela 6: Loteamentos aprovados no município de Catanduvas

Loteamento	Aprovação
Loteamento Jardim Catanduvas	02/05/1962
Loteamento União	05/11/1969
Loteamento São Pedro	31/01/1974
Loteamento Menino Deus	07/03/1974
Loteamento Bela Vista	24/11/1977

Fonte: Registro de Imóveis – 1º Ofício de Cascavel, 2007

O **Loteamento Jardim Catanduvas** foi o primeiro loteamento que começou a se formar em Catanduvas, data do ano de 1962, na porção sul da sede urbana. Esse loteamento fica próximo à penitenciária federal, ao cemitério municipal, ao CTG e indústrias de pequeno porte, ambos em sua porção sul. Verifica-se também um conjunto habitacional da COHAPAR.

Ainda, há sérios problemas fundiários, ou seja, invasões de lotes e a grande maioria não possui escritura de seus imóveis (Figura 28). Corresponde ao loteamento cuja população apresenta o menor poder aquisitivo e insuficiência de infra-estrutura, como calçadas para pedestres, drenagem superficial, dentre outros (Figura 29).

<sup>5</sup> Loteamentos são considerados como a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes (Lei nº 6.766/79).

Figura 28: Detalhe de invasões no Loteamento Jardim Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 29: Vista parcial do Loteamento Jardim Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

O **Loteamento União** encontra-se a nordeste do Loteamento Jardim Catanduvas e entre dois rios que interceptam a sede urbana, o arroio Catanduvas e o arroio Barro Preto. Grande parte deste último está canalizado, porém em alguns trechos onde não houve canalização, há residências em suas margens e o não respeito de sua mata ciliar (Figura 30).

Este loteamento, na continuidade da Avenida Paraná, configura o “centro” urbano de Catanduvas (Figura 31), pois há agência bancária e de crédito e um pouco mais afastado o terminal rodoviário.

Figura 30: Área de preservação permanente com ocupação no Loteamento União



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 31: Vista do “centro” urbano de Catanduvas (av. Paraná)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

O **Loteamento São Pedro** data da década de 70 e localiza-se a sudoeste do Loteamento União. É delimitado à nordeste pelo arroio Barro Preto. É um dos menores loteamentos, em termos de área, da sede urbana.

Em sua porção sul é interceptado por uma rodovia, que no perímetro urbano recebe a denominação de avenida. Assim, verifica-se intenso fluxo de veículos e caminhões, em meio ao fluxo de pedestres e ciclistas que transitam pelo acostamento, conforme demonstra a Figura 32.

Figura 32: Vista da av. Brasil, sentido Três Barras do Paraná



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

O **Loteamento Menino Deus** foi criado oficialmente no mesmo ano que o Loteamento São Pedro, localiza-se na porção norte da sede urbana, cujo acesso se dá pela continuidade da PR-471 (proveniente da BR-277), que passa a se denominar, no perímetro urbano, de Avenida Brasil. Na Figura 33 pode-se ter uma visão parcial do loteamento.

Neste loteamento há equipamentos urbanos importantes como: delegacia, hospital, centro cultural (Figura 34), prefeitura municipal, dentre outros. Também, há conjuntos habitacionais da COHAPAR.

Figura 33: Vista parcial do Loteamento Menino Deus



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 34: Vista do Centro Cultural no Loteamento Menino Deus



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

O **Loteamento Bela Vista** encontra-se na porção oeste da sede urbana e é limitado à nordeste pelo arroio Barro Preto (estando 90% canalizado). Este loteamento foi o último a ser aprovado e data de 1977.

Nesse loteamento há uma área de utilidade pública (Figura 35) para prática de esportes, adjacente ao Detran.

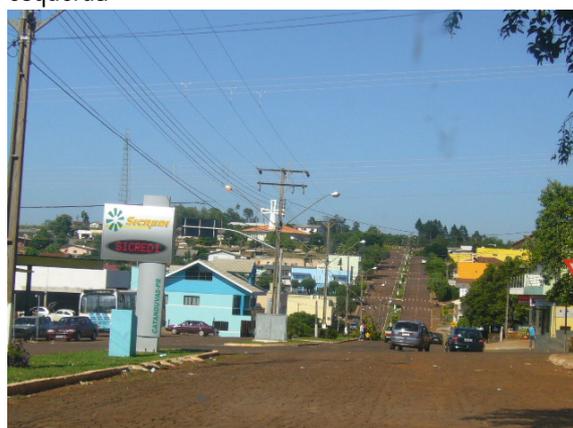
Há uma agência da Caixa (correspondência bancária) e é interceptado em um pequeno trecho pela Avenida Paraná. A Figura 36 demonstra, na porção esquerda, o Loteamento Bela Vista.

Figura 35: Vista da área pública para lazer e esporte



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 36: Vista do Loteamento Bela Vista, na porção esquerda

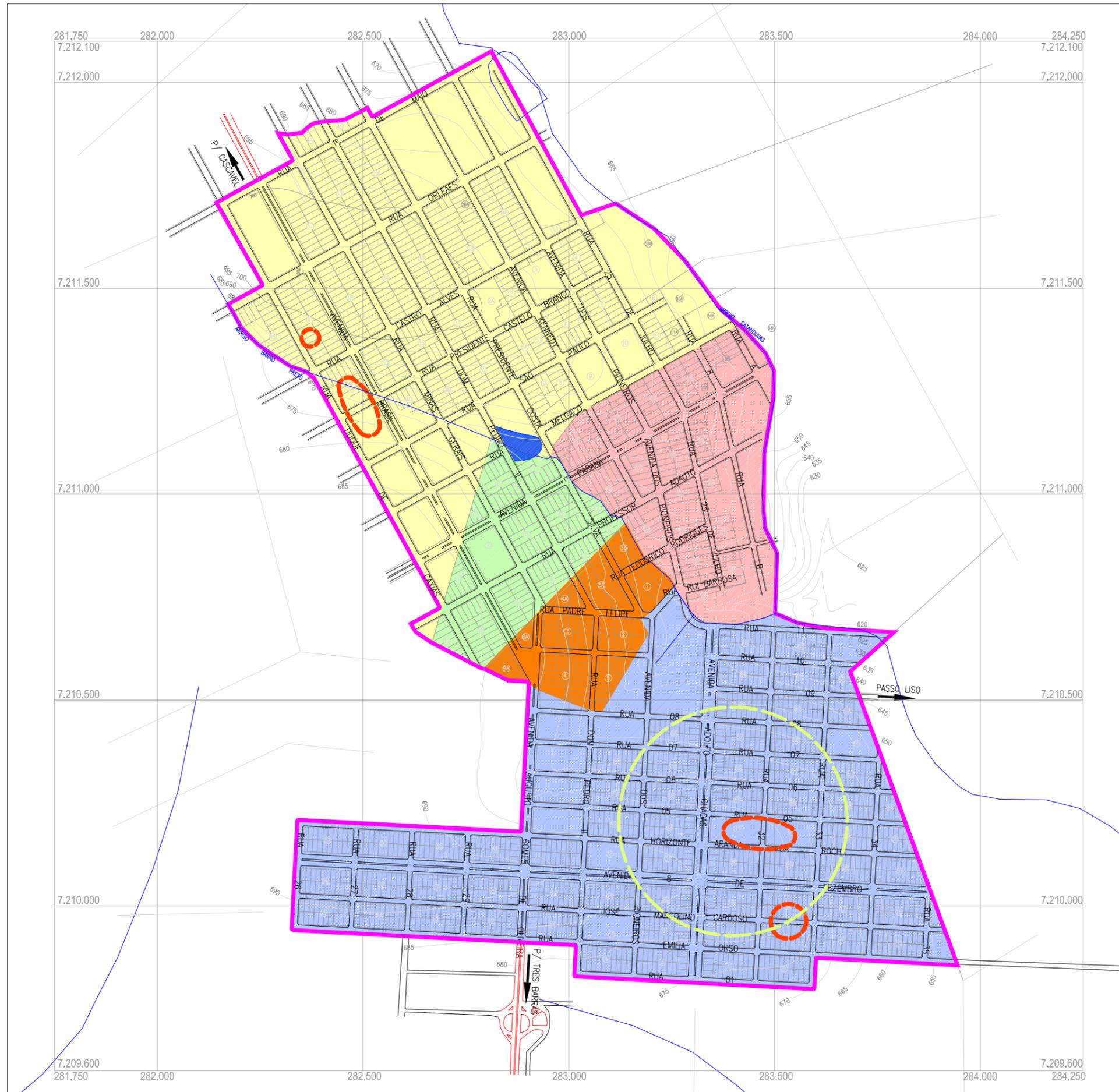


Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

De modo geral, observam-se nos loteamentos diversas áreas desocupadas, devendo ser incentivada sua ocupação e o respeito às áreas reservadas ao Poder Público Municipal (mínimo de 35% conforme Lei Municipal).

Há ainda, ocupações irregulares em áreas de preservação permanente (APPs). A população residente nesse contexto faz uso do rio de maneira direta, tanto para retirada de água para uso doméstico, quanto para o lançamento de todo o tipo de dejetos. Situação esta que acaba comprometendo as matas ciliares dos rios urbanos e da própria água.

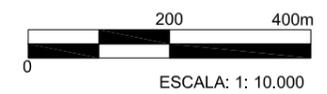
Entretanto, pode-se apontar que o desenvolvimento da área central da sede urbana se dá de maneira satisfatória. Sob o ponto de vista urbanístico, os problemas se concentram nas porções periféricas da área central, em que há precariedade de infra-estrutura urbana e baixos índices de qualidade de vida, devendo, pois ser áreas prioritárias para intervenção e urbanização.



# LEGENDA

- Perímetro urbano atual (sede urbana)
- Rodovias estaduais
- Vias urbanas
- Divisas de lotes
- Drenagem
- Curvas mestras
- Curvas intermediárias
- Loteamento Menino Deus
- Loteamento Bela Vista
- Loteamento União
- Loteamento São Pedro
- Loteamento Jardim Catanduvas
- Conjuntos Residenciais da COHAPAR
- Ocupações Irregulares - (Invasões)

Base Cartográfica:  
 PARANACIDADE, 1996  
 Dados:  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 (Registro Imóveis 1: Ofício Cascavel)  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa LOTEAMENTOS URBANOS  
 Prancha nº 09

Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



#### 4.2.4 Zoneamento Atual

O zoneamento pode ser entendido como o mecanismo de planejamento urbano que visa caracterizar formas de uso e ocupação do solo, estabelecendo zonas com funções específicas, de modo a orientar os investimentos e disciplinar as atividades, adequando-os aos objetivos propostos pelo Plano Diretor.

O marco inicial da subdivisão do solo urbano de Catanduvas em zonas, com parâmetros específicos, originou-se do documento técnico denominado *Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Catanduvas*, realizado pela FAMEPAR (Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná), em 1997. Este documento contém o Anteprojeto de Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano, sendo posteriormente, homologado na forma de lei.

Atualmente, o Uso e Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas é disciplinado pela Lei Municipal nº 36/97, Capítulo III.

A subdivisão das zonas e seus respectivos parâmetros podem ser observados na Tabela 7, a seguir. Ressalta-se que os limites das zonas concentram-se estritamente na malha urbana, conforme Mapa 10.

Tabela 7: Uso e Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas

Zonas	Lotes mínimos		Recuos Mínimos			Índices de Ocupação			
	Área (m <sup>2</sup> )	Testada do Lote (m)	Frontal (m)	Lateral (m)	Fundos (m)	Número máx. de pavim.	Coef. de aprov. máximo	Taxa de ocupação máx. (%)	Taxa de impermeabilização máx. (%)
ZC1	180	12	4	1,5	1,5	04	2,6	100	100
ZC2	240	12	4	1,5	1,5	02	1,2	100	100
ZR1	240	12	5	1,5	1,5	02	1,2	75	75
ZR2	240	12	4	1,5	1,5	02	1,2	75	75
ZR3	240	12	3	1,5	1,5	02	1,2	75	75
ZI	400	20	50	1,5	1,5	02	0,5	50	50
ZROR	750	10	5	2	5	02	0,3	30	30
ZE	Proibido o parcelamento do solo								
ZPFV	Proibido o parcelamento do solo								

Fonte: Lei Municipal nº 36/97

Fazendo um comparativo das zonas determinadas por lei, há dez anos atrás (1997) e seus respectivos parâmetros, com a configuração atual da sede urbana verificada “in loco”, constata-se que a ocupação não se consolidou conforme preconizado pelo zoneamento, principalmente no que se refere às zonas comerciais. Pelo zoneamento deveria ter se formado um eixo comercial na porção sul da sede, ao longo das avenidas 8 de dezembro e Adolfo Chagas. No entanto, esse eixo se consolidou mais ao norte, ao longo das avenidas Paraná e dos Pioneiros.

Fato semelhante se deu com a Zona Industrial, a qual não se formou na porção nordeste indicada pelo zoneamento e sim, na porção sudoeste (fora do perímetro urbano).

A Zona de Expansão, atualmente está em grande parte ocupada. Contudo, na porção sudoeste há cerca de 12 quadras ainda não loteadas e ocupadas.

Por fim, não se respeitou a Zona de Proteção de Fundo de Vale, onde se verificam edificações às margens dos rios na sede urbana (área de preservação permanente).

A partir da Tabela 8, abaixo, pode-se verificar a capacidade de saturação das zonas. Conclui-se que o zoneamento vigente está apto a absorver um número de habitantes correspondente a mais que o triplo da quantidade de habitantes atual da sede (10.797 habitantes segundo projeção para o ano de 2005, IBGE-Censo Demográfico), considerando-se também o crescimento em altura, conforme determinado pelos parâmetros de zoneamento vigente. Foi considerada para as zonas expostas na Tabela 8, apenas uma habitação por lote para as zonas residenciais (apesar do zoneamento permitir até dois pavimentos para essa zona), exceção das zonas comerciais em que se consideraram quatro habitações e duas habitações por lote, respectivamente (Zona Comercial 1 e Zona Comercial 2).

À luz destes dados, pode-se afirmar que o zoneamento atual é bastante dilatado tendo em vista a ocupação atual, não sendo necessárias grandes áreas de expansão urbana e sim, a promoção de ocupação dos vazios urbanos existentes.

Tabela 8: Capacidade de saturação das zonas

Zonas	Área (m <sup>2</sup> )	Área (km <sup>2</sup> )	Lote Mínimo (m <sup>2</sup> )	Área de Lotes (m <sup>2</sup> )	Nº de Lotes	Nº máx. de habitantes	Dens. Max. (hab/km <sup>2</sup> )
ZC1	270.384,76	0,27	180	175.750,09	976	18.122	67117,73
ZC2	409.535,98	4,095	240	266.198,39	1.109	10.293	2513,55
ZR1	154.549,06	1,545	240	100.456,89	419	1.942	1257,07
ZR2	437.606,36	4,376	240	284.444,13	1.185	5.499	1256,68
ZR3	490.919,44	4,909	240	319.097,64	1.330	6.169	1256,72
ZI	112.022,83	0,112	400	72.814,84	182	845	7540,00
ZROR	54.762,22	0,055	750	35.595,44	47	220	4021,33
ZE	124.429,81	0,124					
ZPFV	138.537,18	0,139					
<b>Total</b>	<b>2192747,643</b>	<b>2,193</b>		<b>1.254.357,42</b>	<b>5.248</b>	<b>43.090</b>	<b>12137,58</b>

Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

NOTA: Para o cálculo de nº máximo de habitantes, foi utilizada a média de habitantes por domicílio de 4,64, calculada através dos dados do IBGE (nº total de residentes/nº total de domicílios)

Para a Zona Comercial 1 considerou-se 04 unidades habitacionais, equivalente a 04 pavimentos e para a Zona Comercial 2 considerou-se 02 unidades habitacionais, equivalente a 02 pavimentos.



# LEGENDA

- Perímetro urbano atual (sede urbana)
  - Rodovias estaduais
  - Vias urbanas
  - Divisas de lotes
  - Drenagem
  - Curvas mestras
  - Curvas intermediárias
  - ZR1 - Zona Residencial 1
  - ZR2 - Zona Residencial 2
  - ZR3 - Zona Residencial 3
  - ZC1 - Zona Comercial 1
  - ZC2 - Zona Comercial 2
  - ZI - Zona Industrial
  - ZPFV - Zona Proteção de Fundo de Vale
  - ZROR - Zona Residencial de Ocupação Restrita
  - ZE - Zona Expansão
- (Lei Municipal nº 036 / 97)

Base Cartográfica:  
 PARANACIDADE, 1996  
 Dados:  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas (Lei Municipal nº 036/97)  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

0 200 400m  
 ESCALA: 1: 10.000



Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Mapa ZONEAMENTO VIGENTE  
 Prancha nº 10  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



## 4.2.5 Tipologias de Uso Urbano

De modo geral o município de Catanduvas caracteriza-se por apresentar tipologias e usos homogêneos, isto é, predominam as edificações térreas e unifamiliares, em praticamente toda a extensão da malha urbana, com poucos edifícios superiores a 2 pavimentos.

Abaixo, são explicitadas as tipologias de uso dos espaços da sede urbana, destacando-se os seguintes usos: residenciais, comerciais, industriais, institucionais e especiais, assim como as tipologias das edificações, respectivas a cada uso.

### 4.2.5.1 Usos Residenciais

O uso residencial destaca-se como sendo o uso predominante na sede urbana municipal. Em sua maioria, as residências são térreas (um único pavimento), unifamiliares e de características construtivas mistas (alvenaria e madeira). Porém, na porção central destacam-se edificações em alvenaria e à medida que se afasta do centro, predominam as construções em madeira, conforme demonstra a Figura 37 e Figura 38, inseridas em lotes com área mínima de 240 m<sup>2</sup> (conforme Lei 36/97), contendo uma residência por lote.

Figura 37: Uso residencial – edificações em alvenaria



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 38: Uso residencial – edificações em madeira



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 4.2.5.2 Usos Comerciais e Serviços

O uso comercial e de serviços de pequeno porte, em geral, concentra-se na porção central da cidade, ao longo das avenidas Paraná e dos Pioneiros. Destacam-se as atividades comerciais: lojas de confecções, padarias, lanchonetes, supermercados, bar e mercearia, locadoras, lojas de insumos agrícolas, dentre outros. Destacam-se também serviços de pequeno porte como: cabeleireiros, salões de beleza, consultórios odontológicos, oficinas mecânicas (Figura 39 a Figura 42).

Figura 39: Uso comercial na Av. dos Pioneiros



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 40: Uso comercial e serviços, bares.



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 41: Uso de serviços - oficina mecânica



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 42: Uso de serviços – posto de gasolina



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Pode-se constatar que a malha urbana se configura por um "miolo central", onde se caracteriza uma tendência maior de convivência de usos: residencial, comercial, misto e institucional, formado basicamente pelas avenidas Paraná, dos Pioneiros, Kennedy e rua Melgaço.

#### 4.2.5.3 Usos Industriais

Há poucas indústrias instaladas no município e são de pequeno porte, como a Indústria de Calçados Cajila e a Indústria de Confecções (Figura 43). Destacam-se também os serviços de médio porte, como a serraria (na PR-471, sentido Cascavel), cooperativa COOPAVEL e marcenaria.

Figura 43: Uso industrial (roupas e calçados)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

#### 4.2.5.4 Usos Institucionais

Destacam-se como usos institucionais os órgãos municipais, como a Prefeitura Municipal de Catanduvas (localizada na avenida dos Pioneiros, Figura 44), as Secretarias Municipais (Figura 45), praças (Figura 46), a igreja matriz (Figura 47), sociedades civis filantrópicas, dentre outros.

Figura 44: Uso institucional – Prefeitura Municipal



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 45: Uso institucional – EMATER e Secretaria da Agricultura



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 46: Uso institucional – Praça Cícero Moura



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 47: Uso institucional – Igreja Matriz São Sebastião



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

#### 4.2.5.5 Usos Especiais

Para efeito deste documento, foi considerado como uso especial os cemitérios. Ressalta-se que a penitenciária federal também se enquadra como um uso especial, porém está explicitada no item 6.5: Segurança Pública.

No município há 01 cemitério na sede urbana (Figura 48), localizado no prolongamento da rua Emília Orso, distante aproximadamente 1,6 km do limite urbano, cujo acesso se dá por uma via pavimentada com pedras irregulares.

Na área rural há mais alguns cemitérios como o ilustrado na Figura 49, na comunidade rural Cajati, e outros que estão abandonados. Destaca-se o Cemitério da Revolução de 1924, situado na localidade de Malucelli, que se configura num elemento de importância histórica do município.

Figura 48: Uso especial - cemitério municipal (sede urbana)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 49: Uso especial - cemitério da comunidade Cajati



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

No caso específico deste município, em que a população urbana é pequena, se comparada aos demais do Estado, não há tanta preocupação com as condições ambientais, porém, com o decorrer dos anos e exigências legais deve ir gradativamente se adequando aos sistemas de tratamento ambiental, tais como: instalação de

poços de monitoramento, sistemas de impermeabilização, tratamento das águas superficiais e percoladas, dentre outros. Estruturas essenciais para a garantia da qualidade hídrica e do solo.

Torna-se necessário também, o acompanhamento e fiscalização (por parte da administração pública), de questões referentes ao processo de licenciamento ambiental dos cemitérios junto aos órgãos ambientais pertinentes, bem como providenciar as adequações necessárias de acordo com as normas técnicas e legislações aplicáveis.

#### **4.2.6 Distrito Administrativo de Ibiracema**

O Distrito Administrativo de Ibiracema foi criado oficialmente no ano de 1974 pela Lei Municipal nº 09/74. Localiza-se na porção sudoeste do município de Catanduvas, e próximo a Vila Rural.

Conforme dados da Prefeitura Municipal teve suas origens na década de 60 com a vinda de famílias do sudoeste do Paraná e a fundação da primeira igreja.

Em 1985 foi implantada a Sub-Prefeitura, porém, em 1997 foi desativada, permanecendo assim até os dias de hoje.

Atualmente, há cerca de 356 pessoas residindo no Distrito e a população basicamente se ocupa de atividades agrossilvipastoris. Contudo, o que se observa é uma grande evasão de moradores do Distrito para a sede urbana e mesmo localidades vizinhas.

Quanto aos equipamentos e serviços urbanos do Distrito destacam-se: Colégio Estadual; Colégio Municipal; mini-posto de saúde, centro comunitário, campo de futebol, quadra esportiva coberta e o cemitério municipal.



## LEGENDA

- Vias urbanas
- Divisas de lotes
- Drenagem
- Perímetro do Distrito de Ibiracema

### Cultura / Lazer / Esporte

- Praça de Esportes
- Praça da Igreja

### Outros

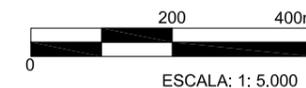
- Cemitério
- Utilidade Pública

### Base Cartográfica:

Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).

### Dados:

Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Catanduvas

**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa DISTRITO DE IBIRACEMA

Prancha nº 11

Data: Jul/2007

Responsável Técnico:

Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



## 4.3 Áreas Verdes

### 4.3.1 Arborização Urbana

No município de Catanduvas não há estabelecido um sistema de arborização urbana formal bem como não há projeto para sua implantação. Contudo, observa-se que é um município com a sede urbana bastante arborizada como demonstra a Figura 50.

Apesar da não existência do Plano de Arborização Urbana a Secretaria Municipal de Agricultura tem desempenhado um importante papel no plantio de mudas por toda a sede. As mudas escolhidas foram a aroeira-salsa (*Schinus molle L*), como ilustra a Figura 51, produzidas no viveiro municipal.

Entretanto, em algumas porções da sede urbana, verifica-se o plantio não ordenado de árvores, assim como, uma não padronização de espécies plantadas.

Figura 50: Vista da arborização urbana da sede de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 51: Detalhe de via arborizada com a aroeira-salsa



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

O desenvolvimento de um projeto de arborização urbana é fundamental para a melhoria tanto em termos visuais como da qualidade de vida de forma geral na sede urbana.

A escolha de espécies arbóreas a serem utilizadas na urbanização de ruas, praças e parques é ampla e variada. Existem inúmeras opções tanto para a escolha de essências nativas como de exóticas. Contudo, é de extrema importância não utilizar espécies comprovadamente danosas à vegetação nativa, como o caso do alfeneiro (*Ligustrum sp.*) e santa-bárbara (*Melia azedarach*). Estas espécies são amplamente utilizadas na arborização urbana no estado do Paraná, havendo em alguns casos quase que uma homogeneidade no uso destas. A fácil disseminação de seus pequenos frutos por animais (principalmente pelas aves) e a capacidade de crescimento rápido, incorre na invasão e posterior substituição das espécies nativas pelo alfeneiro e santa-bárbara. Áreas florestais de nativas são altamente suscetíveis à invasão destas espécies, ocorrendo de forma muito intensa nas florestas ciliares.

Tendo em vista a ocorrência de maciços florestais significativos no município como um todo, sugere-se quando da escolha de espécies arbóreas para arborização urbana, que sejam utilizadas espécies nativas de forma a

valorizar a condição florestal de destaque do município. Assim, a escolha de espécies pode usar a seguinte lógica:

- ❑ Espécies de amplo conhecimento público e de importância comercial para valorizar sua importância histórica e econômica – pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*), imbuia (*Ocotea porosa*), dentre outras;
- ❑ Espécies de destacada beleza – ipê roxo e amarelo (*Tabebuia* spp.), dentre outras;
- ❑ Espécies com frutos apreciados - pitanga (*Eugenia uniflora*), araçá (*Eugenia commersonina*), guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), jervá (*Syagrus romanzoffiana*), dentre outras;
- ❑ Espécies para sombreamento - dedaleiro (*Lafoensia pacari*), monjoleiro (*Anadenanthera colubrina*).

A escolha das espécies deve também considerar questões de segurança, adequar-se ao calçamento e rede elétrica, deciduidade, dentre outras características. Assim, algumas espécies como o pinheiro-do-paraná, normalmente, pode ser usado em parques e praças, enquanto outras podem também ser utilizadas na arborização de ruas. Quando da implementação de projeto de arborização na cidade, é importante atentar para a padronização do porte das mudas (altura mínima de 1,80m) e espaçamento adequado entre mudas e em relação à via e construções.

O uso de espécies exóticas, à exceção das espécies anteriormente citadas, constitui também alternativa para a arborização do município. Sugere-se que estas estejam restritas a locais específicos onde o uso seja relevante e não de forma generalizada.

Quanto às áreas verdes dentro da área urbana construída, há inúmeras, que se configuram em vazios urbanos. Observa-se, ainda, a ocorrência de diversos fragmentos florestais de vários tamanhos localizados imediatamente após a área urbanizada.

Alguns fragmentos de Floresta Estacional estão presentes adjacentes à sede. Também, há pequenas porções de cobertura florestal no meio rural que se dá por indivíduos de pinheiro-do-paraná (Figura 52) e, extensas áreas agricultáveis (Figura 53).

Figura 52: Cobertura florestal com indivíduos de pinheiro-do-paraná



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 53: Vista de área de agricultura e cobertura vegetal significativa ao fundo



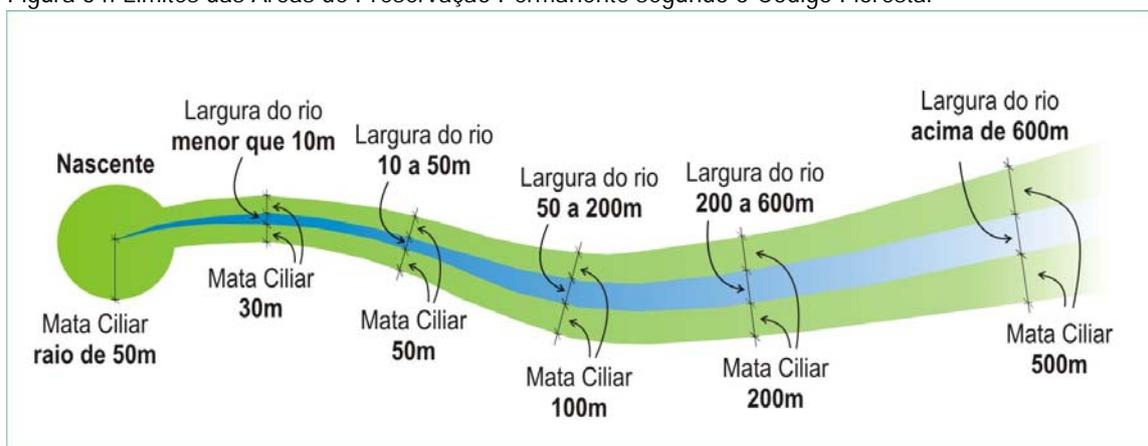
Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 4.3.2 Áreas de Preservação Permanente

A Área de Preservação Permanente é disciplinada legalmente pelo Código Florestal Federal (Lei 4.771/65), também denominada de mata ciliar, mata de galeria, mata de várzea, sendo uma formação vegetal que ocorre nas margens dos rios, córregos, lagos, lagoas, olhos d'água, represas e nascentes. A APP tem por objetivo proteger os cursos d'água funcionando como filtro ambiental, retendo poluentes e sedimentos, de modo a evitar que estes sejam carregados aos cursos d'água (PETERS, 2003).

A Figura 54, ilustra os limites da faixa de preservação permanente de acordo com a largura do rio, como preconiza o Código Florestal.

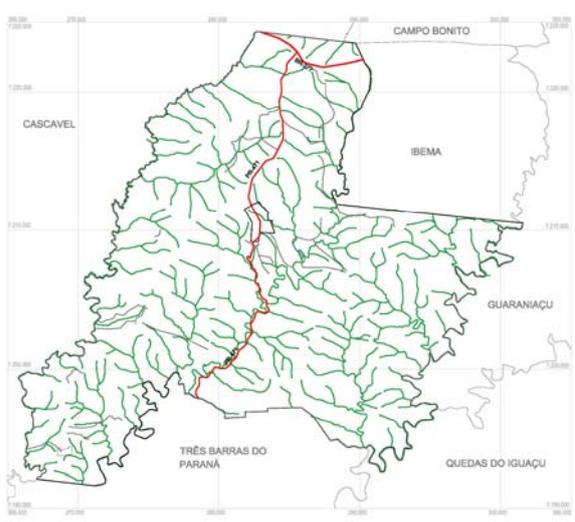
Figura 54: Limites das Áreas de Preservação Permanente segundo o Código Florestal



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007, elaborado com base na Lei nº 4.771/65

No município de Catanduvas cerca de 30% das matas ciliares estão protegidas. Atualmente, o poder público municipal está agindo no sentido de incrementar esse índice. Já, na área urbana a preservação das matas ciliares não é significativa, uma vez que a sede é minimamente banhada por rede hídrica, destacando-se dois córregos, o Arroio Catanduvas e o Arroio Barro Preto, este último 90% canalizado. A Figura 55 e Figura 56, mostram respectivamente as APPs (matas ciliares) do município de Catanduvas e sede urbana.

Figura 55: Detalhe da Área de Preservação Permanente (matas ciliares) da área municipal de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 56: Detalhe da Área de Preservação Permanente (matas ciliares) da área urbana de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 4.3.3 Viveiro Municipal

O município de Catanduvas conta com um viveiro municipal localizado na porção nordeste da sede urbana, (Figura 57 e Figura 58), adjacente a um bosque municipal, com uma área aproximada de 15.000 m<sup>2</sup>. O bosque era utilizado antigamente para a festa da uva, porém, hoje está sem utilização.

A Secretaria Municipal de Agricultura dá todo o suporte ao viveiro onde são plantadas mudas para reflorestamento (eucaliptus), mudas nativas e para arborização urbana como a aroeira-salsa. Tem a intenção de integrar a área do viveiro e do bosque para a utilização concomitante com a educação ambiental, voltada a grupos escolares.

Figura 57: Viveiro municipal



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 58: Vista do viveiro municipal e algumas mudas de aroeira-salsa (à frente)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Ressalta-se que é importante que as praças e parques recebam vegetação arbórea tal que possa incrementar de forma significativa as opções de recreação e lazer dos habitantes.

## 4.4 Habitação

O termo habitação é utilizado para designar o espaço físico que o homem ocupa para a realização dos vários aspectos da sua vida (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005). O direito a este espaço de moradia é reconhecidamente um direito humano, em tratados e declarações internacionais, e inclusive na Constituição Federal brasileira. O Estatuto da Cidade vem ratificar e regulamentar instrumentos específicos relacionados à questão habitacional, tais como o usucapião urbano coletivo, concessão de direito real de uso, as zonas especiais de interesse social, dentre outros. A aplicação prática de tais instrumentos objetiva possibilitar às cidades melhor organização de seu espaço, promover o direito à moradia digna e evitar a especulação imobiliária.

De modo geral, no Estado do Paraná, estima-se um déficit habitacional superior a 265.000 moradias, sendo cerca de 84% na área urbana e cerca de 16% na área rural (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005).

No município de Catanduvas, segundo dados da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social há déficit habitacional no município, mesmo com a grande atuação da COHAPAR no ano de 2006, em que surgiram vários empreendimentos habitacionais, tanto na sede urbana quanto na área rural. O quantitativo estimado de déficit habitacional é de aproximadamente 500 moradias, em especial para pessoas carentes e que residem em áreas de risco. Tal número tem crescido gradativamente. Contudo, o cadastro dessas famílias carentes está desatualizado (sendo o último de 2003) e não existe em meio digital.

Verifica-se também, o forte assistencialismo reivindicado pela população à Secretaria, referentes a pedidos de casa própria, benefícios eventuais, cestas básicas, dentre outros.

O município possui um montante de 2.774 domicílios, praticamente todos particulares, sendo 1.276 inseridos na sede urbana para o ano de 2000. Do total de residências 90% estão ocupadas (IPARDES, 2006).

### 4.4.1 Avaliação das Condicionantes Habitacionais

De modo geral, as habitações da sede urbana apresentam condições razoáveis de habitabilidade. Praticamente todas possuem abastecimento de água potável por rede e 68,85% banheiro dentro da residência (IBGE, 2000). Algumas residências, principalmente dos parcelamentos mais recentes como o Loteamento Jardim Catanduvas, não são atendidas por infra-estrutura básica como vias pavimentadas, calçadas para pedestres, meio-fio e sistema de drenagem pluvial. Maiores detalhes em relação à infra-estrutura são expostos no capítulo seguinte. Já na área rural, verificam-se alguns domicílios em condição de pobreza e sem as mínimas condições de habitabilidade, proporcionando riscos à saúde da família.

A principal condicionante habitacional do município de Catanduvas é econômica. O município está praticamente estagnado em relação à geração de emprego, tendo reflexo direto no poder aquisitivo da população, o que acaba por restringir a realização de grandes investimentos imobiliários.

Ressalta-se a existência de habitações inseridas em Áreas de Preservação Permanente (APP), em especial nas margens dos rios.

#### 4.4.2 Programas Habitacionais

Dentre os programas habitacionais do município, destaca-se a atuação da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, empresa responsável pela execução dos programas habitacionais do Governo do Estado, com o objetivo principal de equacionar e resolver o déficit habitacional, prioritariamente à população de baixa renda. Neste caso específico, no município de Catanduvas, até o ano de 2006 foram realizados 10 empreendimentos e implantadas 223 unidades habitacionais, conforme demonstra a Tabela 9.

Tabela 9: Empreendimentos da COHAPAR no município de Catanduvas

Empreendimento	Unidades	Ano conclusão	Programa
Residencial Catanduvas I <sup>(1)</sup>	9	2006	C. da família
Residencial Catanduvas I <sup>(1)</sup>	53	2006	C. da família
Catanduvas Rural I	23	2006	C. da família
C.E. Thomas P. Dos santos <sup>(2)</sup>	1	2006	C. da família
C.E. João f. Neves <sup>(2)</sup>	1	2006	C. da família
C.E. Profª Maria I.V. Andrade <sup>(1)</sup>	1	2006	C. da família
Vila Rural Novo Caminho	28	1998	Vila Rural <sup>(3)</sup>
Moradias Piriquitos	66	1998	Casa Feliz
Catanduvas	38	1988	Mutirão
Catanduvas	3	1981	Ficam
<b>TOTAL</b>	<b>223</b>		

Fonte: COHAPAR, 2007

<sup>(1)</sup> Localizados no Loteamento Menino Deus

<sup>(2)</sup> Refere-se à modalidade Casa do Zelador

<sup>(3)</sup> A Vila Rural é adjacente à localidade de Ibracema (porção sudoeste do município)

O ano de 2006 engloba o maior número de empreendimentos (total de 06), em que foram implantadas 88 unidades habitacionais, todos pelo programa Casa da Família.

As Figura 59 e Figura 60 ilustra o Conjunto Residencial Catanduvas, localizado no Loteamento Menino Deus.

Figura 59: Conjunto Residencial Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 60: Conjunto Residencial Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

## 4.5 Preço da Terra

O acesso à terra urbana, relacionado às condições sociais e à localização da moradia, espelha com absoluta clareza a seletividade na apropriação do espaço nas cidades. As características locais da terra urbana são produto histórico da ação conjunta de governos e indivíduos, e seu preço representa as externalidades geradas pelos diferentes agentes sociais. Quanto maiores as externalidades, maior o preço do solo e da moradia (IPEA, 2000).

A sede urbana de Catanduvas apresenta os valores imobiliários determinados pelo Decreto Municipal nº 128/2006. A partir do Mapa 12 pode-se verificar os valores imobiliários da sede, em metros quadrados, subdivididos por setores, para o ano de 2005. De modo geral, são bastante heterogêneos e variam de R\$ 1,90/m<sup>2</sup> a R\$ 18,00/m<sup>2</sup>. Os imóveis mais valorizados são aqueles situados ao longo das avenidas Paraná e Pioneiros e também alguns no “miolo” central da sede. Já os imóveis menos valorizados são aqueles situados no Loteamento Jardim Catanduvas (principalmente na porção sudeste da sede).

No meio rural, conforme dados da Secretaria Municipal da Agricultura, o preço médio da terra varia conforme a utilização da terra. As áreas mecanizadas são as mais valorizadas, avaliadas em torno de R\$ 30.000,00/alqueire e as mecanizáveis em torno de R\$ 20.000,00/alqueire. As áreas de pasto valem R\$ 15.000,00/alqueire e as de áreas de mata R\$ 12.000,00/alqueire.



# LEGENDA

- Perímetro urbano atual (sede urbana)
- Rodovias estaduais
- Vias urbanas
- Divisas de lotes
- Drenagem
-  Curvas mestras
-  Curvas intermediárias

- Setor 01 - R\$18,00 / m<sup>2</sup>
- Setor 02 - R\$15,00 / m<sup>2</sup>
- Setor 03 - R\$10,70 / m<sup>2</sup>
- Setor 04 - R\$ 6,25 / m<sup>2</sup>
- Setor 05 - R\$ 5,50 / m<sup>2</sup>
- Setor 06 - R\$ 1,90 / m<sup>2</sup>

(Lei Municipal nº 128 / 06)

Base Cartográfica:  
 PARANACIDADE, 1996  
 Dados:  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.






 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa VALORES IMOBILIÁRIOS  
 Prancha nº 12

Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



## 4.6 Uso e Ocupação do Solo Rural

A área rural de Catanduvas corresponde a 99,64 % de seu território. Tendo em vista a relevância e importância já exposta, em considerar o Plano Diretor em âmbito municipal, buscou-se realizar uma análise específica do meio rural, considerando características do uso e ocupação do solo rural e a estruturação das localidades rurais que compõem esse meio.

A maior parte do território de Catanduvas é ocupada pela atividade agrossilvipastoril, perfazendo 75% do território do município. Deste total 44,38% corresponde à ocupação por lavoura anual (Figura 61) e 32,62% corresponde à área ocupada pela atividade pecuária (Figura 62), como se pode visualizar na Tabela 10. Razão pela qual faz da atividade agrossilvipastoril uma atividade de grande importância econômica e social para o município.

Tabela 10: Uso do solo atual na área rural

Atividade	Área (ha)	%
Lavoura Anual	26.070	44,38%
Lavoura Permanente	1.090	1,86%
Pastagem Cultivada	19.160	32,62%
Pastagem natural	0	-
Reflorestamento	2.998	5,10%
Preservação Permanente	5.010	8,53%
Matas Naturais	1.735	2,95%
Outras áreas	2.677	4,56%

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006

Ainda, observando a Tabela 10, pode-se observar que a área correspondente a matas naturais e de preservação permanente totalizam 11% do território do município. E 5,10% da área é ocupada pela atividade silvícola. Menos de 2% são ocupadas pela lavoura permanente.

Figura 61: Lavoura anual



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 62: Pastagem



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

De acordo com levantamentos realizados junto à EMATER local, as propriedades rurais deste município são predominantemente de média escala, tendo a dimensão de 12 a 24 hectares, ou seja, 5 a 10 alqueires. A Figura

63 e Figura 64 exemplificam algumas propriedades rurais do município. Há, no entanto, grandes fazendas (latifúndios, porém, em minoria no município), encontrados na porção leste, na comunidade rural de Alto Santana onde as declividades são menores.

Figura 63: Propriedade rural de média escala (comunidade Cajati)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Catanduvas apresenta relevos levemente acidentados e de acordo com a EMATER, houve uma sensível melhoria na tecnologia aplicada na agricultura nos últimos 10 anos, onde cerca de 90% das lavouras são cultivadas no sistema de plantio direto, destes, 70% estão se adequando ao sistema conservacionista. Há ainda, a necessidade de diversificar as culturas (rotação de culturas) e ampliar o uso da cobertura verde.

#### 4.6.1 Tipologias de Uso Rural

A tipologia das residências da área rural do município são predominantemente de alvenaria (Figura 65) e mistas (madeira e alvenaria), há também edificações em madeira como pode ser visualizada na Figura 66. Em algumas situações as edificações rurais apresentam-se precárias (Figura 67 e Figura 68).

Figura 65: Residência rural em alvenaria



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 66: Residência rural em madeira



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 67: Propriedade rural



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 68: Propriedade rural



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

#### 4.6.2 Localidades Rurais

As localidades rurais do município de Catanduvas são caracterizadas por núcleos com grandes concentrações de famílias, algumas com a presença de escola municipal rural, mini-postos de saúde e igrejas.

Conforme dados da Prefeitura Municipal e EMATER, totalizam, no município 23 localidades rurais, sendo estas: Alto Cajati; Alto Santana; Cajati; Caravaggio; Ervalzinho; Ibiracema; Malucelli; Nova Colônia; Nova Esperança; Nossa Senhora de Lourdes; Passo Liso; Posto Avaí; Procópio; Rio da Ilha; Roncador; Sanepar; Santana; Santa Izabel; Santa Cruz; São Marcos; São Roque; Varguinhas e Vila Rural.

A Tabela 11 demonstra o número de famílias constantes em cada localidade rural citada.

Tabela 11: Localidades rurais do município de Catanduvas

Localidade Rural	
Alto Cajati	Procópio
Alto Santana	Rio da Ilha
Cajati	Roncador
Caravaggio	Sanepar
Ervalzinho	Santana
Ibiracema	Santa Izabel
Malucelli	Santa Cruz
Nova Colônia	São Marcos
Nova Esperança	São Roque
Nossa Senhora de Lourdes	Varguinhas
Passo Liso	Vila Rural
Posto Avaí	

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura / EMATER, 2007

Quanto ao número de famílias de cada localidade rural deve-se considerar a Contagem Populacional do IBGE para o presente ano (2007), a qual ainda está em andamento.

Contudo, pode-se estimar que dentre as localidades rurais citadas a que apresenta o menor número de famílias é a localidade de Santa Izabel e São Roque, localizadas respectivamente, na porção leste e oeste do município. Já a maior localidade é Santa Cruz com cerca de 110 famílias (localizada na porção sul do município). Destaca-se também Ibiracema com aproximadamente 100 famílias.

A partir da Figura 69 pode-se identificar a comunidade de Santa Cruz, que se configura na mais bem estruturada das comunidades rurais do município, sendo provida por posto de saúde, quadra poliesportiva, escola, igreja (Figura 70), bares, comércio vicinal, dentre outros equipamentos.

Figura 69: Acesso à comunidade Santa Cruz



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 70: Capela da comunidade Santa Cruz



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Ainda na comunidade Santa Cruz, há um campo de experimento do IAPAR, que faz parte do Programa Redes de Referência, com uma propriedade modelo (Figura 71) para o manejo de gado em pasto. Nessa comunidade também se verificam parreirais de uva (Figura 72).

Figura 71: Campo de experimento do IAPAR



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 72: Vista de parreirais de uva



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Na Figura 73 pode-se reconhecer a comunidade de Cajati por sua Igreja, em destaque, e na Figura 74 o acesso à gruta de Nossa Senhora de Caravaggio.

Figura 73: Igreja da comunidade Cajati

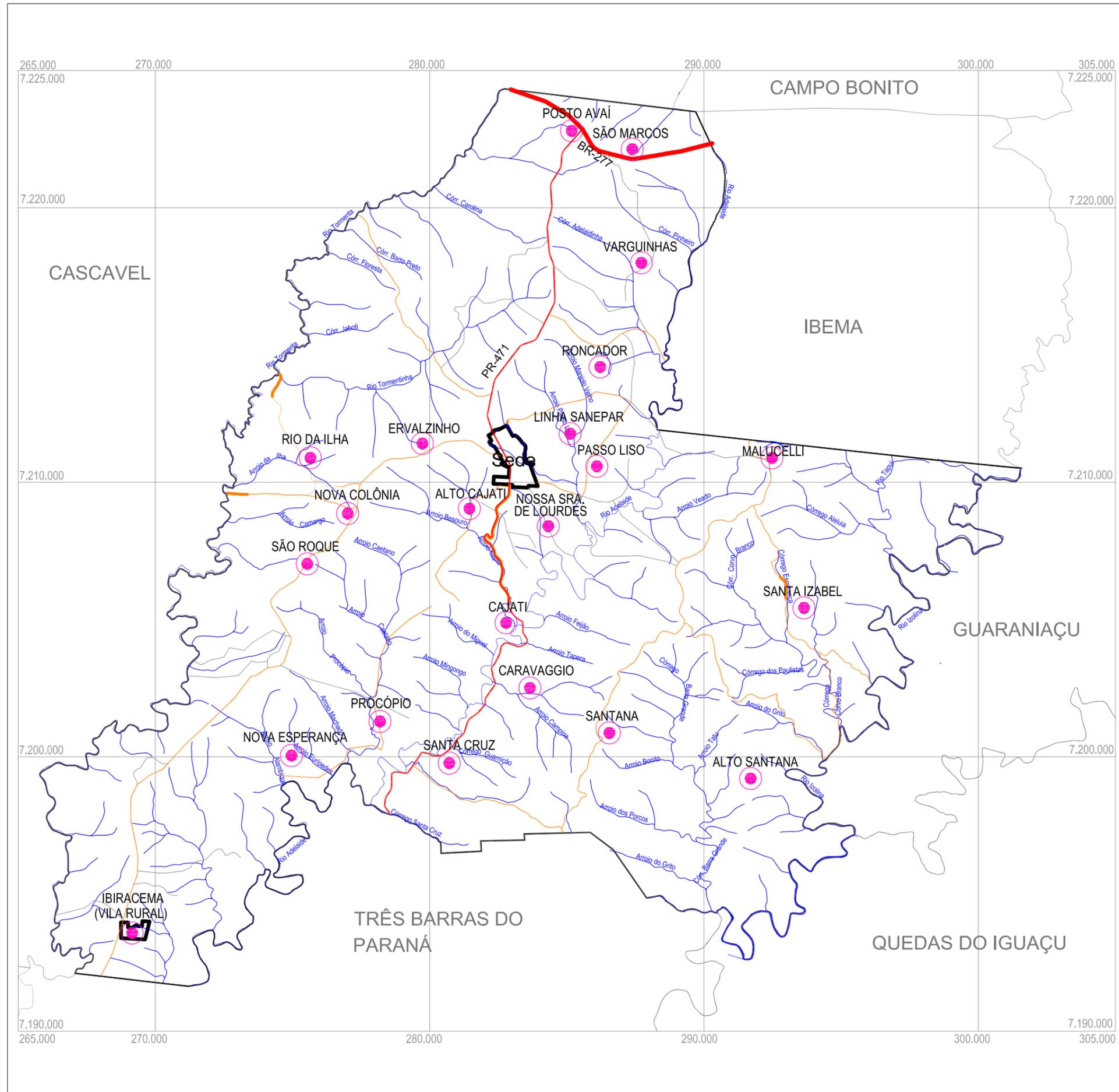


Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 74: Comunidade Caravaggio, acesso à gruta



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007



## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
- Perímetro urbano atual (sede urbana)
- Perímetro do Distrito de Ibiracema
- Rodovia Federal (BR-277)
- Rodovia Estadual (PR-471)
- Estradas municipais principais
- Estradas municipais secundárias
- Drenagem
- Localidades Rurais

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
**Dados:**  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa LOCALIDADES RURAIS  
 Prancha nº 13  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

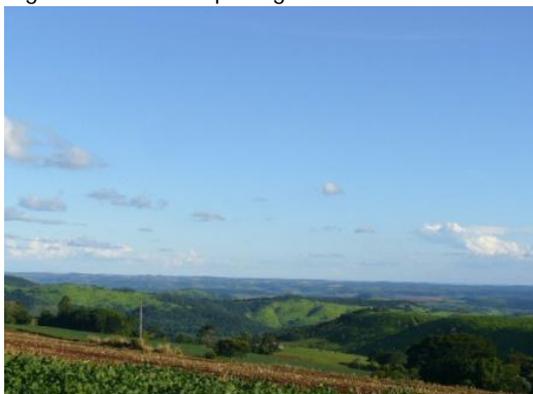


## 4.7 Paisagem Rural

Em razão da ocupação territorial de Catanduvas ser predominantemente rural, verificam-se no município típicas paisagens de plantações e pastagens que se misturam a área de preservação permanente que ainda restam na região (Figura 75 e Figura 76).

A atividade agropecuária compõe a paisagem rural do município, uma vez que se destaca como a principal atividade econômica da região (Figura 77 e Figura 78).

Figura 75: Vista da paisagem rural



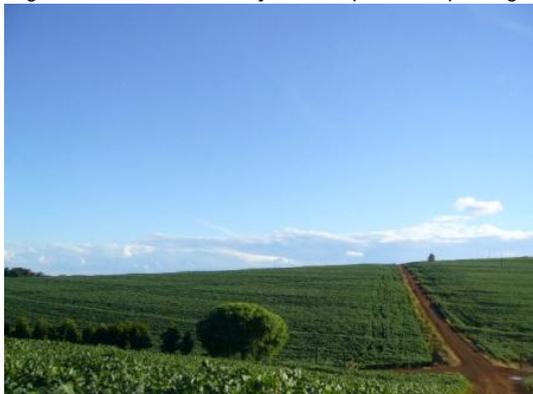
Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 76: Visualização de áreas de preservação



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 77: Plantio de soja como parte da paisagem



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 78: Bovinocultura como parte da paisagem



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Áreas de terrenos mecanizados compõem grandes propriedades rurais (Figura 79 e Figura 80), principalmente na porção sudeste do município. Já as pequenas propriedades rurais se encontram em regiões com maiores declividade, muitas vezes dificultando a mecanização da propriedade, esta é uma característica que pode ser verificado em praticamente toda a região.

Figura 79: Predominância de terrenos mecanizados



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 80: Área mecanizada



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

## 4.8 Potencial Turístico

O município de Catanduvas não dispõe de relevante situação econômica, histórica e ambiental que o enquadre num município com grandes potencialidades turísticas.

Contudo, há belezas naturais no meio rural, ainda não exploradas, que a partir da implementação de infraestrutura podem vir a se tornar locais com potenciais para atração turística, especialmente voltada ao turismo rural e ecoturismo. Aliado a isso, há a posição geográfica favorável, principalmente pela proximidade ao município Cascavel e seu respectivo aeroporto.

A Figura 81 demonstra a paisagem rural, com relevo bastante acidentado, propício à realização de cavalgadas e laçadas, além de trilhas com motocicletas (práticas bastante realizadas no município).

O interior também é provido de algumas quedas d'água e do rio Adelaide que cruza toda a extensão norte-sul do município (Figura 82), o qual apresenta grande potencial para pescaria e práticas de canoagem, rafting, dentre outros.

Figura 81: Vista da área rural, potencial para o turismo rural e ecoturismo



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 82: Vista do rio Adelaide que cruza toda a extensão norte-sul do município



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Além dos atrativos naturais, o município apresenta potenciais voltados à fé e misticismo. Na comunidade rural de Caravaggio há a imagem da Nossa Senhora de Caravaggio e toda uma estrutura voltada ao seu culto (Figura 83 e Figura 84) como acesso pavimentado (pedras irregulares), escadarias, estares, capela, dentre outros.

Figura 83: Acesso à capela de Nossa Senhora de Caravaggio (comunidade de Caravaggio)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

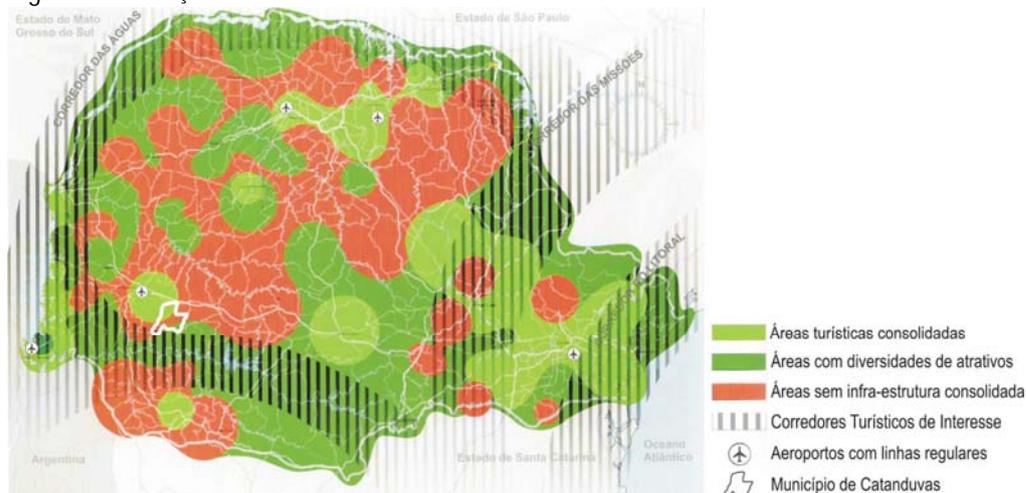


Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Ainda na sede urbana destaca-se o Lago Novo Milenium, localizado a Rua Presidente Costa e Silva, zona central. Os principais freqüentadores deste ponto turístico é a própria população local e seus familiares, os quais desenvolvem passeios e caminhadas no local. Estima-se uma visitação de 4.000 pessoas durante o período de final de ano.

Segundo os Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico - PRDE - do Estado do Paraná (PARANACIDADE/IPARDES/UFPR, 2006), o município de Catanduvas, como se pode visualizar na Figura 85, apresenta a porção sul classificada pela cor vermelha como “área sem infra-estrutura consolidada” e a porção norte num raio de “área turística consolidada” de Cascavel. Cabe destacar a proximidade de Catanduvas (porção sul), com o corredor turístico do Rio Iguaçu.

Figura 85: Inserção de Catanduvas em Corredores Turísticos de Interesse



Fonte: PARANACIDADE/IPARDES/UFPR, 2006 (Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico – PRDE)

#### 4.8.1 Infra-estrutura de Apoio Turístico e Demanda

Apesar do município dispor de uma incipiente malha rodoviária, fazendo ligação a centros como Cascavel e entre as localidades rurais do interior do município, por meio de estradas internas. Catanduvas, de modo geral, não apresenta as estruturas necessárias (não só físicas), para o recebimento de visitantes e turistas. Necessita da elaboração e implementação de um Plano Turístico com a definição de ações e investimentos necessários a implementação de estratégias que visem à utilização dos atrativos existentes, assim como a instalação da infraestrutura adequada, tais como: pavimentação, acostamento, sinalização vertical e horizontal nas estradas, meios de divulgação dos atrativos turísticos, além de estruturas de apoio como pousadas, hotéis, restaurantes, dentre outros.

Quanto à demanda turística verifica-se que o fluxo de visitantes é quase inexistente. Observa-se, no entanto, a grande movimentação de pessoas, na sede urbana, nos dias de visitação aos presos da penitenciária de segurança máxima, que pode vir a se tornar um potencial à medida que o município ofereça as estrutura necessárias ao recebimento dessas pessoas, ofertando produtos e serviços de qualidade, como já exposto: hotéis, pousadas e restaurantes.

## 5 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

O acelerado processo de expansão urbana na grande maioria dos municípios brasileiros, o qual ocorreu em muitos casos de forma desordenada, isto é, sem planejamento ou infra-estrutura adequada. Desta forma as cidades se desenvolveram apresentando várias carências, principalmente na área de saneamento básico a qual é fundamental para a saúde e para a qualidade de vida da população (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

A seguir são apresentados os principais aspectos da infra-estrutura regional e municipal, contemplando: circulação regional, sistema viário, transporte, saneamento, energia e comunicação.

### 5.1 Circulação Regional

As principais vias de acesso ao município de Catanduvas são a BR-277 e a PR-471.

A **BR-277** possibilita o acesso tanto do tráfego vindo de Curitiba quanto proveniente de Cascavel, município pólo da região. A **PR-471** é a rodovia que interliga a BR-277 ao município, a qual atravessa o município no sentido norte-sul. A PR-484, que também se conecta à PR-471 proporciona o acesso aos municípios ao sul de Catanduvas. Ambas as rodovias são providas de pavimentação asfáltica. A Figura 86 apresenta os principais acessos ao município de Catanduvas.

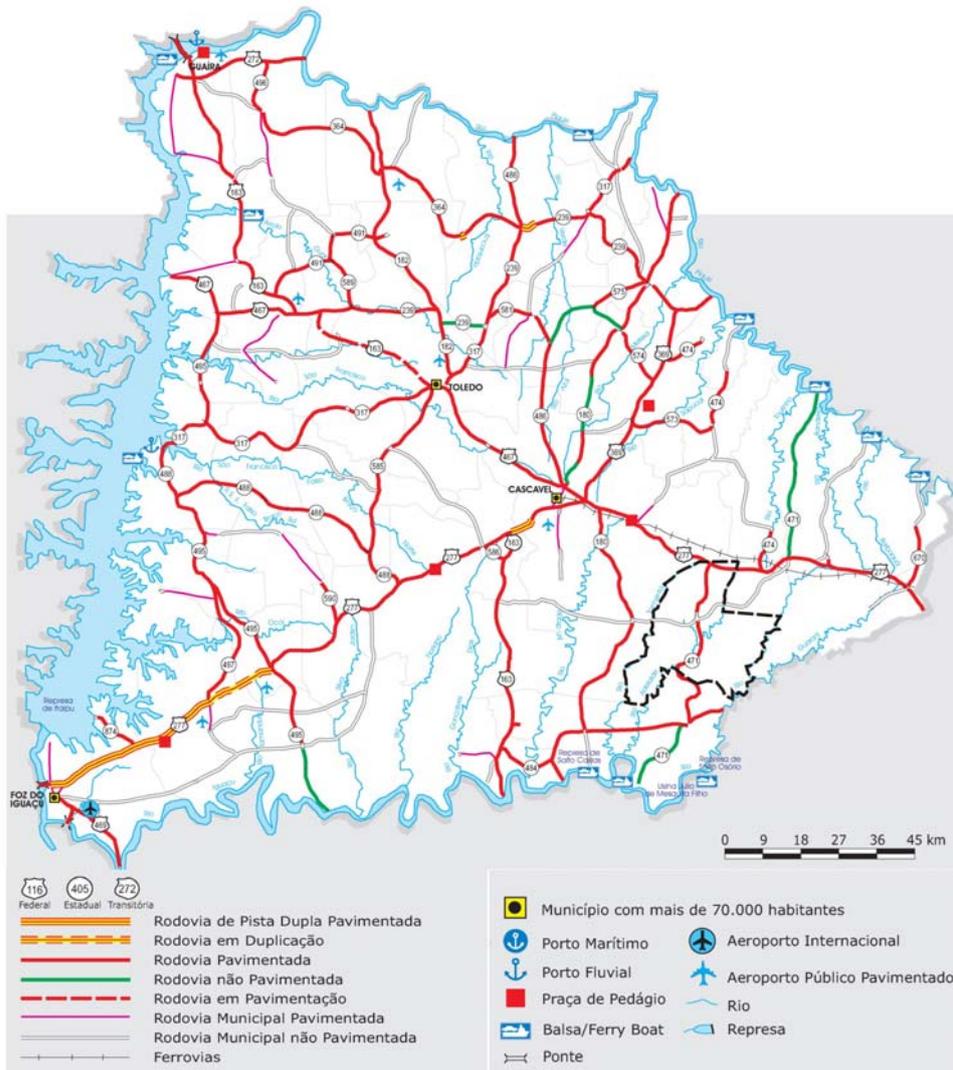
A Tabela 12 detalha os trechos, tipos de pavimentação e extensões das principais rodovias que compõem a circulação regional do entorno imediato do município de Catanduvas.

Tabela 12: Principais Rodovias de Acesso ao Município de Catanduvas

Rodovia	Trecho	Pavimentação	Extensão total
BR-277	Cascavel a PR-271	Asfáltica (CBUQ)	44,0 km
PR-471	Três Barras do Paraná a Catanduvas	Asfáltica (CBUQ)	35,20 km
PR-471	BR 277 a Catanvuvas	Asfáltica (CBUQ)	13,00 km
PR-484	Boa Vista da Aparecida a PR 471	Asfáltica (CBUQ)	26,5 km

Fonte: SETR, 2006

Figura 86: Detalhe dos principais acessos ao município de Catanduvas



Fonte: IPARDES, 2003

### 5.1.1 Fluxo de Veículos

A Figura 87 apresenta as principais praças de pedágio existente no estado do Paraná, onde se verifica que a que possui maior influência sobre município de Catanduvas é a Praça 3 da Rodovias das Cataratas localizada na BR-277 no trecho entre Cascavel e Catanduvas.

A Tabela 13 apresenta o fluxo de veículos que transitam por este trecho no período de 1998 a 2005.

Nota-se que houve um acréscimo significativo do fluxo de veículos entre os anos de 1998 e 2000, período em que o fluxo de veículos praticamente dobrou. Entre 2002 e 2004 houve um pequeno acréscimo, mantendo-se estável em 2005.

Tabela 13: Fluxo de veículos pagantes nas praças de pedágio do entorno imediato de Catanduvas (1998 a 2005)

Rodovia	Praça / Concessionária	Fluxo de Veículos - pagantes				
		1998	2000	2002	2004	2005
BR-277	Laranjeiras do Sul / Rod. das Cataratas	537.245	1.051.101	1.059.805	1.215.536	1.204.353
BR-277	Candói / Rod. das Cataratas	772.061	1.442.723	1.508.049	1.725.779	1.684.793
BR-277	Prudentópolis / Caminhos do Paraná	899.919	1.609.293	1.712.855	1.928.191	1.923.971
BR-277	Irati / Caminhos do Paraná	605.863	1.093.205	1.176.780	1.353.419	1.383.342
BR-277	Porto Amazonas/Caminhos do Paraná	948.751	1.754.515	1.854.205	2.081.351	2.129.077
BR-373	Imbituva / Caminhos do Paraná	557.793	954.535	879.051	1.022.029	988.758

Fonte: DER, 2006a

Figura 87: Praças de pedágio do entorno imediato de Catanduvas



Fonte: DER, 2006b

## 5.2 Caracterização do Sistema Viário Urbano

### 5.2.1 Hierarquização das Vias

A Lei Municipal nº 36/97, dispõe sobre a hierarquização do sistema viário urbano (Mapa 14), a qual classifica as vias em: Estrutural, Principal, Secundária, de Proteção de Fundo de Vale e Local.

- Vias Estruturais – exercem simultaneamente diversas funções, formam o eixo de ligação dos extremos da cidade, dando acesso ao sítio urbano e desenvolvem um tráfego contínuo. Corresponde à Avenidas Brasil e Avenida Augusto Gomes de Oliveira;
- Vias Principais – têm como função coletar e distribuir o tráfego de veículos na parte comercial central da sede. Corresponde à Avenida dos Pioneiros e Avenida Adolfo Chagas;
- Vias Secundárias – possuem tráfego de automóveis em maior intensidade que as vias locais e têm função de desafogar o tráfego das vias coletora e principal. Corresponde à Avenida 08 de Dezembro e Avenida Paraná;
- Vias de Proteção de Fundo de Vale – devem orientar os loteamentos de seu entorno, a fim de que se estabeleça a preservação das encostas e têm como característica o tráfego rápido e funções de escoamento de trânsito.
- Vias Locais – as demais vias. Devem dar preferência à circulação de pedestres e propiciar o uso de lazer, com um tráfego de velocidade mais baixa.

Contudo, na prática, observa-se que algumas vias não se consolidaram como estabelecido na lei, a exemplo da Avenida Paraná. Ela não tem características secundárias e sim, tornou-se uma importante via com características comerciais e de serviços (há agência bancária, comércio, correio, dentre outros).

Ainda, a Lei supracitada estabelece vias coletoras centrais, no entanto, há alguma disparidade, pois elas se confundem com a faixa de preservação permanente (os 30 metros de Área de Preservação Permanente APP), que cruzam lotes e quadras, não havendo a possibilidade de circulação.

Assim, há necessidade da reformulação das hierarquias viárias, de acordo com a realidade atual.



## 5.2.2 Parâmetros Geométricos das Vias

A Lei Municipal nº 36/97 define os padrões e parâmetros geométricos das vias urbanas no município de Catanduvas, nesta são definidos a largura mínima da seção, da pista de rolamento, do estacionamento e do passeio de cada tipologia de via conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14: Dimensões mínimas das vias urbanas do município de Catanduvas

Vias	Seção normal da via	Pista de rolamento	Passeios
Estruturais	20 m	14 m	3 m
Principais	20 m	14 m	3 m
Secundárias	16 m	10 m	3 m
Vias de Proteção de Fundo de Vale	16 m	10 m	3 m
Locais	12	6 m	3 m

Fonte: Lei Municipal nº 36/97

## 5.2.3 Traçado Viário e Principais Eixos

A rede viária de Catanduvas apresenta um traçado regular, em grande parte ortogonal, sendo suas principais vias a Avenida Brasil, a qual é a via de acesso ao município (proveniente da BR-277, Cascavel), que passa a se denominar de Avenida Augusto Gomes de Oliveira (sentido Três Barras do Paraná). A porção central da cidade é marcada por dois eixos perpendiculares que se destacam, em formato de cruz, formada pela Avenida Paraná e dos Pioneiros.

De maneira geral, não há problemas quanto ao traçado das vias, verificando-se, inclusive a preocupação com o traçado de novas vias, decorrentes de novos parcelamentos, como é o caso da porção oeste do Loteamento Jardim Catanduvas, que ainda não foi loteado, mas as diretrizes viárias já foram traçadas.

Há, no entanto, um ponto de conflito decorrente de um cruzamento perigoso em função da intersecção de 4 vias numa única esquina, sendo estas: Rua Padre Felipe, Avenida dos Pioneiros, Rua Rui Barbosa e Rua Presidente Costa e Silva. Tal cruzamento deve ter boa sinalização e elementos de redução de velocidade.

## 5.2.4 Pavimentação das Vias Urbanas

Quanto à pavimentação das vias urbanas, verifica-se o predomínio de pavimentação em pedras irregulares, cuja matéria-prima é proveniente do próprio município.

Poucas vias apresentam pavimentação asfáltica, estas são vias de acesso ao município ou vias principais, as quais não se encontram em bom estado de conservação (Figura 88). Na porção central de cidade grande parte

das vias coletoras e secundárias são pavimentadas com pedras irregulares (Figura 89). Algumas vias locais (minorias) estão em leito natural ou saibro (Figura 90).

O Mapa 15 demonstra os tipos de pavimentação, existentes nas vias urbanas.

Figura 88: Via em pavimentação asfáltica em mal estado de conservação (av. Paraná)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 89: Via em pavimentação por pedras irregulares (Rua Presidente Costa e Silva)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 90: Via em leito natural



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007



## 5.2.5 Passeios ou Calçadas para Pedestres

Nas vias centrais principais da sede urbana, existem calçadas para pedestres com revestimentos adequados, como, por exemplo, blocos sextavados ou simplesmente lajotas de concreto (Figura 91). Contudo, verificam-se também calçadas sem padronização de material (Figura 92), inadequadas e em mal estado de conservação como demonstra a Figura 93. Quando se afasta da porção central, a maioria dos passeios não tem revestimento, como retrata a Figura 94.

Ainda, cabe destacar que ao longo da PR-471 (em que no perímetro urbano recebe a denominação de avenida) não há calçadas para pedestres e nem ciclovias (Figura 95), os quais acabam transitando pelo acostamento. Fato bastante preocupante em vista do intenso fluxo de veículos e caminhões.

Quanto aos portadores de necessidades especiais, estes têm dificuldade de locomoção, visto que inexistem acessos especiais, como guias rebaixadas e sinalizações especiais para estas pessoas.

Quanto às ciclovias, também são inexistentes e não há projetos ou espaços destinados à sua implantação atualmente.

Figura 91: Detalhe da calçada para pedestre bem estruturada



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 93: Calçada para pedestre em mal estado de conservação



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 94: Inexistência de calçada para pedestres



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 95: Inexistência de calçada para pedestres na Avenida Brasil (continuidade da PR-471)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 5.2.6 Sinalização

A sinalização de trânsito na sede urbana, tanto vertical quanto horizontal, não atende totalmente às necessidades dos motoristas e população em geral, sendo bastante deficitária. As faixas para pedestres e para áreas de estacionamento estão mal sinalizadas. A única porção da sede com sinalização adequada é no contorno de acesso à penitenciária (Figura 96).

As placas de identificação de ruas são estilizadas em formato de cacho de uva, como se pode visualizar na Figura 97. Contudo, deveriam ser em maior número e dispostas de tal forma a facilitar a leitura e identificação.

Figura 96: Sinalização no contorno de acesso à penitenciária



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 97: Detalhe das placas estilizadas de identificação de nomes de ruas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

## 5.3 Caracterização do Sistema Viário Municipal Rural

### 5.3.1 Estradas Rurais

Catanduvas dispõe de malha de estradas rurais articulada que possibilita deslocamentos entre a sede urbana, localidades rurais e municípios vizinhos. A maioria das estradas rurais do município não tem pavimentação asfáltica, possuindo revestimento em saibro ou pedra irregular, esta última proveniente de pedreira existente no município.

Atualmente, não existem obras de pavimentação asfáltica em andamento para as vias rurais, apenas melhorias das estradas municipais com ensaibramento.

A área rural é interceptada por duas rodovias, uma delas federal (BR-277) na porção norte do município (a qual passou por obras em novembro de 2006, Figura 98) e outra estadual (PR-471) no sentido norte-sul. Esta última encontra-se em mal estado de conservação, com as faixas de sinalização quase imperceptíveis e sem acostamento adequado Figura 99.

Figura 98: Sinalização no contorno de acesso à penitenciária



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 99: Detalhe das placas estilizadas de identificação de nomes de ruas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 5.3.2 Faixa de Domínio

Não existe regulamentação legal da faixa de domínio das vias rurais de Catanduvas. As conseqüências da falta de regulamentação acarretam o uso indevido de suas margens. Cercas, plantações e árvores próximas das faixas de rolamento, dificultam o trânsito de veículos e impedem a manutenção adequada. Também falta drenagem apropriada, o que acarreta a danificação do leito dessas vias, muitas vezes, decorrentes de erosão.

Conforme já exposto acima, as rodovias BR-277 e PR-471 cruzam o território do município.

Segundo dados do DER a faixa de domínio (dentro do município) da PR-471 é de 30 m, conforme Decreto nº 2.921/80, sendo 15 metros de faixa não edificável. A faixa da BR-277 é de 60 metros.

### 5.3.3 Pontes

O município de Catanduvas é interceptado por algumas pontes na porção rural. Conforme a leitura técnica e apontamentos da comunidade, de modo geral as pontes existentes estão em bom estado de conservação. Contudo, é necessária a realização de manutenções constantes.

## 5.4 Caracterização dos Sistemas de Transportes

### 5.4.1 Transporte Intermunicipal

O sistema de transporte intermunicipal operante em Catanduvas é feito pelas empresas: Catarinense, Eucatur e Viação Sudoeste.

A empresa Catarinense administra a linha Três Barras do Paraná - Curitiba, com parada em Catanduvas, apenas no horário das 22h, todos os dias, exceto sábado.

A empresa Eucatur administra a linha Cascavel – Três Barras do Paraná e, a empresa Viação Sudoeste é responsável pela linha Cascavel – Dois Vizinhos, ambas operantes diariamente.

As Figura 100 e Figura 101 ilustram o terminal rodoviário existente, localizada na porção centro-leste da sede urbana. Atualmente comporta adequadamente a demanda de fluxo de ônibus e passageiros.

Figura 100: Terminal Rodoviário Municipal



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 101: Terminal Rodoviário Municipal, fundos



Fonte: Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 5.4.2 Transporte Público Municipal

Atualmente não há no município sistema coletivo de transporte urbano e nem tão pouco previsão de implantação. A população das localidades rurais às vezes tem utilizado o transporte escolar para o deslocamento, ainda que proibido legalmente.

Quanto aos serviços de táxi, há somente um ponto de táxi na sede urbana, com 2 veículos, localizado junto à rodoviária municipal.

### 5.4.3 Transporte Escolar

O sistema de transporte escolar municipal atende crianças e adolescentes das localidades rurais até escolas na sede urbana e escolas de algumas localidades. Em sua maioria o transporte de alunos é feito em ônibus escolares, sendo 08 linhas terceirizadas e 03 linhas da Prefeitura.

As linhas de transporte escolar terceirizadas perfazem juntas, um total de 15.180 km/mês. Já o transporte escolar disponibilizado pela Prefeitura realiza um total de 3.000 km/mês. Respectivamente, a Tabela 15 e Tabela 16, descrevem as linhas e as distâncias percorridas pelos ônibus de transporte escolar no município de Catanduvas.

Tabela 15: Linhas do Transporte Escolar Terceirizadas

Linha	Km / mês
Linha 1 – Santana – Passo Liso - Catanduvas	1.000
Linha 2 – São Roque – Nova Colônia – Rio da Ilha - Catanduvas	1.160
Linha 3 – Alto Santana – Passo Liso 2 – Catanduvas	1.120
Linha 4 – Fazenda Floresta – Catanduvas	1.340
Linha 5 – Nova Esperança – Rio dos Porcos – Procópio – Linha Dalbosco – Santa Cruz	2.500
Linha 6 <sup>(1)</sup> – Ibiracema – Ervaozinho – Catanduvas Nova Esperança – Rio das Pedras Ibiracema	2.900
Linha 7 <sup>(2)</sup> – Catanduvas – São Marcos	2.680
Linha 8 – Ibiracema – Rio das Pedras – Nova Esperança – Santa Cruz - Catanduvas	2.480

Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduvas, 2006

<sup>(1)</sup> São duas linhas

<sup>(2)</sup> Duas vezes ao dia

Tabela 16: Linhas do Transporte Escolar da Prefeitura

Linha	Km / dia
Santa Izabel – Malucelli – Roncador - Catanduvas	1.080
Catanduvas – Roncador - Catanduvas	480
Catanduvas – São João – Caravaggio - Catanduvas	960
Nossa Senhora de Lourdes – Alto Cajati - Catanduvas	480

Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduvas, 2006

#### 5.4.4 Frota de Veículos

Segundo dados DETRAN apud IPARDES (2007), o município possui 2.019 veículos registrados, predominando automóveis (58%) e motocicletas (19%). As camionetas representam 7,13%, os caminhões 8,12% conforme demonstra de forma detalhada a Tabela 17.

Tabela 17: Veículos registrados segundo os tipos para o ano de 2005

Tipos	Número
Automóvel	1.168
Caminhão	164
Caminhão trator	6
Caminhonete	92
Camioneta	144
Ciclomotor	1
Micro-ônibus	4
Motocicleta	377
Motoneta	17
Ônibus	25
Reboque	15
Semi-reboque	6
<b>TOTAL</b>	<b>2.019</b>

Fonte: IPARDES, 2006

### 5.5 Saneamento

Este item apresenta a caracterização geral do abastecimento de água, drenagem urbana e esgotamento sanitário da sede urbana de Catanduvas.

#### 5.5.1 Abastecimento de Água

Catanduvas utiliza o Rio Passo Liso como manancial para o abastecimento público de água da cidade. Diariamente, são captados por recalque 835 metros cúbicos do líquido, sendo que a cidade trabalha com um volume de reserva de 320 metros cúbicos (PMC, 2006).

A Estação de Tratamento de Água (ETA) localiza-se na porção leste da sede (conforme demonstra a Figura 102 e Figura 108), com capacidade nominal de 350 m<sup>3</sup>/dia, e vazão média de 54 m<sup>3</sup>/h de água tratada e após tratamento é armazenada no reservatório da cidade e distribuída por gravidade às edificações. A Figura 103 demonstra a escritório da SANEPAR devidamente projetado e com os equipamentos necessários para realização periódica de análises físico-químicas e bacteriológicas.

Figura 102: Vista da ETA da SANEPAR



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 103: Escritório da SANEPAR, equipado para realização de análises



Fonte: Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

De acordo com dados obtidos junto à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (2005 apud IPARDES, 2007), o número mais expressivo de ligações é verificado entre unidades do tipo residencial, seguido das comerciais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE classifica o abastecimento de água existente em Catanduvas em três modos distintos: através da rede geral, por meio de poço ou nascente existente na propriedade ou ainda por uma terceira forma não especificada no estudo. A Tabela 18 demonstra a evolução do sistema de abastecimento no município através do comparativo de duas pesquisas censitárias realizadas nos anos de 1991 e 2000.

Tabela 18: Proporção de moradores por tipo de abastecimento de água em Catanduvas, PR – valores registrados em 1991 e 2000 e expressos em porcentagem

Abastecimento de Água	1991	2000
Rede geral	34,3	56,8
Poço ou nascente (na propriedade)	61,6	42,8
Outra forma	4,1	0,4

Fonte: IBGE/Censos Demográficos apud Ministério da Saúde, 2006

Os valores absolutos relativos às porcentagens verificadas em 2000 (Tabela 18) são apresentados na Tabela 19, assim como o número de domicílios correspondentes (AMC, 2000a).

Tabela 19: Abastecimento de água em Catanduvas no ano de 2000: número de domicílios e moradores atendidos

	Domicílios	Moradores
Rede geral – canalizada em pelo menos um cômodo	1.328	5.409
Rede geral – canalizada só na propriedade ou terreno	69	309
<b>Rede geral - Total</b>	<b>1.397</b>	<b>5.718</b>
Poço ou nascente na propriedade – canalizada em pelo menos um cômodo	830	3.513

Poço ou nascente na propriedade – canalizada só na propriedade ou terreno	80	311
Poço ou nascente na propriedade – não canalizada	116	485
<b>Poço ou nascente na propriedade - Total</b>	<b>1.026</b>	<b>4.309</b>
Outra forma – canalizada em pelo menos um cômodo	3	10
Outra forma – canalizada só na propriedade ou terreno	1	1
Outra forma – não canalizada	8	28
<b>Outra forma - Total</b>	<b>12</b>	<b>39</b>

Fonte: IBGE/Censos Demográficos apud AMC, 2000a

No ano de 2005, verifica-se que 1.493 residências eram atendidas (Tabela 20) e, no ano subsequente, este número alcançou 1.564 unidades residenciais abastecidas pelo sistema. Atualmente, há perspectiva de ampliação destes números (PMC, 2006).

Tabela 20: Abastecimento de água pela SANEPAR segundo as categorias – ano 2005

<b>Categorias</b>	<b>Unidades atendidas</b>	<b>Ligações</b>
Residenciais	1.493	1.425
Comerciais	102	85
Industriais	6	6
Utilidade pública	24	23
Poder público	43	43
<b>TOTAL</b>	<b>1.668</b>	<b>1.582</b>

Fonte: SANEPAR apud IPARDES, 2007

Nota: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

### 5.5.2 Drenagem Urbana

Quanto à drenagem urbana, cabe mencionar que a sede de Catanduvas não apresenta sistema de drenagem pluvial abrangente, ou seja, apresenta galerias pluviais em apenas 40% da sede. Menos da metade das vias públicas urbanas possuem sistema de coleta de água das chuvas (canaletas) e bocas-de-lobo. Cabe destacar a obra de drenagem de canalização de 90% do Rio Barro Preto, segundo dados da Prefeitura Municipal de Catanduvas (PMC, 2006).

### 5.5.3 Esgotamento Sanitário

O município não possui rede de coleta de esgoto implantada, portanto, inexistente sistema de tratamento de dejetos. Atualmente, não há previsão de instalação de rede de esgotamento sanitário na sede urbana.

A proporção de moradores por tipo de instalação sanitária é mostrada na Tabela 21.

Tabela 21: Proporção de moradores por tipo de instalação sanitária

<b>Instalação Sanitária</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Rede geral de esgoto ou pluvial	-	0,8
Fossa séptica	2,2	21,1

Fossa rudimentar	80,4	65,8
Vala	2,3	1,7
Rio, lago ou mar	-	0,4
Outro escoadouro	1,3	0,2
Não sabe o tipo de escoadouro	-	-
Não tem instalação sanitária	13,8	9,9

Fonte: IBGE/Censos Demográficos apud Ministério da Saúde, 2006

Os valores absolutos relativos às porcentagens verificadas em 2000 (Tabela 21) são apresentados na Tabela 22, assim como o número de domicílios correspondentes (AMC, 2000b).

Tabela 22: Formas de Esgotamento Sanitário em Catanduvas no ano de 2000: número de domicílios e moradores

	Domicílios	Moradores
Rede geral de esgoto ou pluvial	20	83
Fossa séptica	515	2.127
Fossa rudimentar	1.609	6.619
Vala	46	176
Rio, lago ou mar	9	43
Outro escoadouro	5	17
Não tinham banheiro nem sanitário	231	1.001
<b>Total</b>	<b>2.435</b>	<b>10.066</b>

Fonte: IBGE/Censos Demográficos apud AMC, 2000b

Cabe ressaltar que o Sistema de Tratamento de Esgoto da penitenciária federal está de acordo com as determinações do órgão ambiental (IAP) e está descrito adiante no item 6.5: Segurança Pública.

## 5.6 Resíduos Sólidos Urbanos

Segundo a Prefeitura Municipal de Catanduvas (2006), a área de coleta de resíduos sólidos abrange a sede urbana e as localidades rurais de Santa Cruz e Ibiracema.

Na sede urbana o índice de atendimento atinge 80% da área, sendo gerados aproximadamente 70 toneladas/dia. A frequência deste sistema de coleta pode ser observada na Tabela 23, que segue.

Tabela 23: Sistema de coleta de resíduos sólidos em Catanduvas, PR

Tipo de resíduo sólido	Frequência da coleta
Lixo comum	3 vezes por semana
Lixo orgânico (restos de podas) e entulhos	1 vez por semana

Fonte: PMC, 2006

Os resíduos coletados são encaminhados ao aterro sanitário, distante quase 2 km da sede urbana, como se verifica na Figura 108. O tratamento dos resíduos consiste no depósito destes em valas de compactação (Figura 104) e seu posterior recobrimento. Uma empresa particular é responsável pela coleta e disposição final dos

resíduos. Há sistema de drenagem e de tratamento de chorume através de recirculação, composto por poços de captação de chorume, visualizados na Figura 105, que a partir de bombas o chorume é recirculado às valas. Atualmente, há falhas no recobrimento dos resíduos, o qual não tem ocorrido diariamente, provocando a proliferação de vetores de doenças, como também o mau cheiro. Conforme informações da Prefeitura está se pretendendo voltar os serviços para a própria Prefeitura e não mais empresas terceirizadas em função do alto custo.

Outro problema identificado é que a área do aterro é circundada por plantações de milho e soja (Figura 106), que apesar dos sistemas de tratamento podem estar contaminadas e propiciar riscos a saúde em casos de ingestão. De modo geral, tirando as questões de operacionalização do recobrimento e as citadas acima, a estrutura física do aterro encontra-se adequada: o acesso é bem estruturado e controlado, há sistema de tratamento de chorume, os resíduos de serviços de saúde são separados e coletados por empresa específica (Figura 106), tendo outra destinação e há potencial para a instalação de uma usina de triagem. A partir da Figura 107 verifica-se um local anteriormente utilizado para este fim, porém, atualmente está fora dos padrões permitidos, devendo pois, ser readequado.

Figura 104: Vista do Aterro de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 105: Detalhe dos poços de captação de chorume



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 106: Veículo responsável pela coleta dos resíduos de serviços de saúde



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 107: Vista de estrutura para separação de resíduos desativada, na área do aterro



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Atualmente, não existe coleta seletiva de resíduos e tampouco programa de reciclagem no município. Contudo, há previsão de projetos que busquem a realização da coleta seletiva, fazendo uso, desde que readequada, da estrutura mencionada na Figura 107, na área do aterro.

Dados do Ministério da Saúde (2006) demonstram que, apesar dos índices de coleta terem se elevado em Catanduvas muito em função da instalação da penitenciária, a proporção de moradores que queima o lixo em suas propriedades também se elevou, chegando a 41,4% no ano de 2000 (Tabela 24).

Tabela 24: Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo

Coleta de lixo	1991	2000
Coletado	23,4	44,9
Queimado (na propriedade)	37,2	41,4
Enterrado (na propriedade)	3,1	9,7
Jogado	18,2	4,0
Outro destino	18,2	0,1

Fonte: IBGE/Censos Demográficos apud Ministério da Saúde, 2006

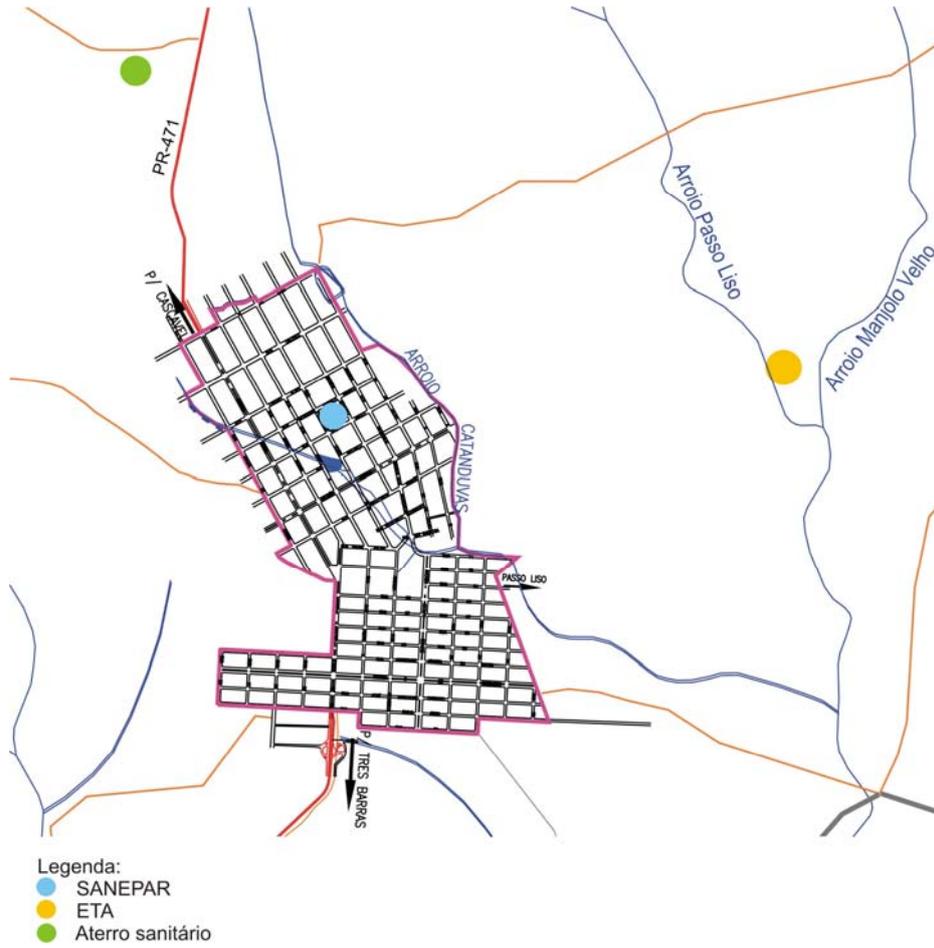
Os valores absolutos relativos às porcentagens verificadas em 2000 (Tabela 24) são apresentados na Tabela 25, assim como o número de domicílios correspondentes (AMC, 2000c).

Tabela 25: Destinação do lixo em Catanduvas, ano de 2000: número de domicílios e moradores

	Domicílios	Moradores
Coletado	1.110	4.521
Coletado por serviço de limpeza	931	3.779
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	179	742
Queimado	1.002	4.165
Enterrado	221	973
Jogado em terreno baldio ou logradouro	93	377
Jogado em rio, lago ou mar	6	22
Outro destino	3	8
<b>Total</b>	<b>2.435</b>	<b>10.066</b>

Fonte: IBGE/Censos Demográficos apud AMC, 2000c

Figura 108: Localização das estruturas de saneamento (ETA) e Aterro Sanitário



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

## 5.7 Energia Elétrica

A distribuição de energia elétrica no município de Catanduvas é realizada pela COPEL. Conforme a Tabela 26 e o Gráfico 4 o município possui 2.636 ligações, havendo predominância de ligações residenciais (51%). As ligações rurais representam 38% do total e as ligações industriais menos de 1%.

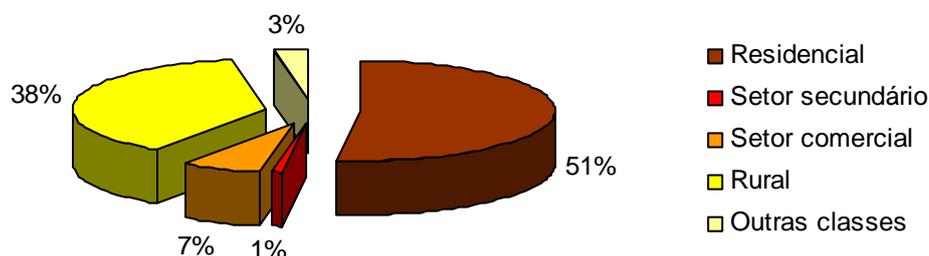
Apesar das ligações de energia elétrica residenciais representarem cerca de 50 do total, estas são responsáveis por apenas 19,10% da energia consumida no município. As ligações da área rural consomem 46,76% da energia e as comerciais cerca de 11% do total de energia consumido no município.

Tabela 26: Atendimento e Tipologia do Uso de Energia Elétrica

Variável	Consumo (Mwh)	Consumidores
Residencial	1.722	1.366
Setor secundário	173	24
Setor comercial	1.079	178
Rural	4.215	996
Outras classes	1.825	72
<b>Total</b>	<b>9.014</b>	<b>2.636</b>

Fonte: COPEL, 2004 apud IPARDES, 2007

Gráfico 4: Distribuição de energia elétrica por tipologia de consumidores no município de Catanduvas (2004)



Fonte: COPEL, 2004 apud IPARDES, 2007

O município possui é beneficiado pelo programa do Governo Federal Luz para Todos, o qual é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com a participação da ELETROBRAS e da COPEL. Este programa tem por objetivo o fornecimento de energia elétrica à população rural que ainda não tem esse serviço público. Em Catanduvas, segundo dados da COPEL (2007) foram beneficiados 66 consumidores.

## 5.8 Comunicação

A infra-estrutura de comunicações em Catanduvas é composta por vários sistemas. A sede urbana conta com uma agência de correio, duas agências de correio comunitárias e uma rádio difusora (IPARDES, 2007).

Os jornais de circulação na região são: o Correio do Povo do Paraná, Gazeta do Paraná e o jornal O Paraná.

Quanto à telefonia móvel o município tem cobertura de serviço das operadoras CLARO e VIVO. Já a telefonia fixa do município utiliza a BrasilTelecom, sendo que o número de usuários não foi disponibilizado pela mesma. Quanto à utilização da internet há cerca de 175 assinaturas que utilizam a internet discada (via rádio), o uso da Banda Larga está se iniciando no município, sendo que a Biblioteca Municipal já dispõe dessa tecnologia.

## 5.9 Capacidade de Suporte da Infra-estrutura Urbana

Em relação à densidade construtiva e demográfica com a capacidade de suporte da infra-estrutura urbana, de maneira geral a infra-estrutura existente na sede de Catanduvas atende à demanda atual. Não obstante, verificam-se situações em que há áreas com infra-estrutura ociosa (pavimentação, calçadas para pedestres, iluminação, rede de abastecimento de água), como se pode visualizar na Figura 109, na cor verde. Ainda, há áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, como na porção sul do município, que corresponde a parte do Loteamento Jardim Catanduvas, em que há algumas ocupações irregulares (invasões) (Figura 109, cor vermelha).

Para um horizonte de 10 anos, há que se incrementar alguns aspectos de infra-estrutura urbana como melhorias na pavimentação; abertura de novas vias (segundo diretrizes viárias); implantação de calçadas para pedestres e guias rebaixadas para pessoas portadoras de necessidades especiais; ampliação da rede de drenagem urbana, incremento na sinalização viária; implementação de transporte coletivo e rede coletora de esgoto.

Figura 109: Detalhe das áreas com infra-estrutura ociosa e ocupada com precariedade



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 5.9.1 Obras em Andamento no Município

Conforme dados da Prefeitura Municipal atualmente, está em andamento, no município as seguintes obras:

- manutenção de estradas rurais;
- pavimentação de vias urbanas e drenagem;
- construção da Biblioteca Municipal;
- construção de vinícola (ao lado dos estabelecimentos industriais de pequeno porte, sul da sede);
- construção do CIRETRAN;
- readequação do antigo local do CIRETRAN para abrigar o CRAS;
- licitação de galpão de 1.000 m<sup>2</sup> para instalação de Centro de Múltiplo Uso (próximo à Casa de Apoio ao Adolescente);
- implementação de praça com playground (ao lado da Câmara Municipal);
- instalação de Portal de acesso a Catanduvas.

## 6 ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS

O município de Catanduvas é considerado como um município de “baixo grau de desenvolvimento socioeconômico e demográfico”, conforme consta no estudo “Tipologia dos Municípios Paranaenses Segundo Indicadores Sócio-econômicos e Demográficos” desenvolvido pelo IPARDES (2003).

Isso se deve principalmente, a forte concentração de renda no município, por parte dos grandes latifundiários. Apesar da densidade demográfica nessa região ser baixa, existem problemas relativos a condições de infraestrutura, moradia e saneamento.

A seguir, é apresentado o índice de desenvolvimento humano do município de Catanduvas, assim como todos os aspectos sócio-culturais (saúde, educação, assistência social, segurança, cultura, esporte e lazer), pertinentes.

### 6.1 Índice de Desenvolvimento Humano

Criado pela Organização das Nações Unidas – ONU, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - foi elaborado com o objetivo de mensurar, de forma mais aproximada, o avanço de uma determinada população, considerando aspectos de ordem econômica, social, cultural e política que incidem sobre a qualidade da vida humana.

O índice, que busca ser “uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano” (PNUD, 2003), utiliza três indicadores para a sua composição:

- Educação - alfabetização e taxa de matrícula;
- Longevidade - esperança de vida ao nascer;
- Renda - PIB per capita.

O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (PNUD, 2003).

O uso do índice dá-se em escala mundial, sendo amplamente utilizado por governos em todas as esferas. É de grande valor na avaliação do desempenho dos Municípios, sendo um importante instrumento para os gestores públicos.

O estudo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, que é encontrado no Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil e que é resultante da média aritmética de IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), permite a avaliação das diferenças entre os municípios, o estabelecimento de comparações e uma abordagem sobre a evolução das diferentes realidades ao longo do tempo.

A Tabela 27 faz um comparativo entre os diferentes IDH-M apresentados para o município de Catanduvas e o Estado do Paraná nos mesmos períodos.

Tabela 27: Comparativo entre o IDH de 1991 e 2000 – município de Catanduvas e Estado do Paraná

	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH-M Renda 1991	IDH-M Renda 2000	IDH-M Longevidade 1991	IDH-M Longevidade e 2000	IDH-M Educação 1991	IDH-M Educação 2000
<b>Catanduvas</b> <sup>(1)</sup>	0,634	0,717	0,585	0,641	0,627	0,703	0,691	0,806
<b>Paraná</b> <sup>(2)</sup>	0,711	0,787	0,678	0,736	0,678	0,747	0,778	0,879

Fonte: PNUD <sup>(1)</sup>, AMP <sup>(2)</sup>, 2004

A análise dos dados da Tabela 27 demonstra que no ano de 2000 todos os índices apresentaram crescimento se comparados aos observados em 1991. Isto ocorreu na esfera municipal e também estadual, sendo que o crescimento mais expressivo foi verificado no índice relativo à educação.

Catanduvas encontra-se entre os municípios classificados como de médio desenvolvimento humano, com variação de IDH entre 0,5 e 0,8. A sua colocação dentro do Estado do Paraná é a de 275 e, em nível nacional, está em 2.674 lugar entre os 5.561 municípios brasileiros.

## 6.2 Saúde

Catanduvas dispõe de quatro unidades de atendimento na área da saúde de caráter público: o Centro de Saúde Moacir, localizado na área central da cidade (Figura 110), e três mini-postos distribuídos na área rural do município (localidades de Ibiracema, Santa Cruz e São Marcos) e o Hospital Nossa Senhora das Graças (Figura 111), credenciado pelo SUS, com cerca de 21 leitos e para convênios e particulares dispõe de 06 leitos.

Figura 110: Centro Municipal de Saúde



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 111: Hospital Nossa Senhora das Graças



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Quanto ao número de servidores voltados à saúde, há um total de 40 servidores, que atuam nas Unidades Básicas e Secretarias de Saúde do município. As especialidades atendidas são de atenção básica, clínica geral, enfermagem, psicologia e odontologia. Outras especialidades e urgências são atendidas em Cascavel pelo consórcio intermunicipal. A saúde da população local é acompanhada por visitas da equipe da Estratégia Saúde

da Família (composta por médico, enfermeiros técnicos de nível médio, dentistas auxiliares e agentes comunitários) que têm meta diária de pelo menos realizar duas visitas ao mês por família.

As condições de infra-estrutura nestas unidades são consideradas adequadas, sendo classificadas pela Prefeitura Municipal (2006) como boas (postos rurais) e ótima (Centro de Saúde).

A rede ambulatorial do município, segundo dados do Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA do Sistema Único de Saúde – SUS (2003 apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006), é acrescida ainda de dois consultórios médicos. As unidades são classificadas de acordo com o tipo de prestador conforme é visto na Tabela 28.

Tabela 28: Número e proporção de unidades por tipo de prestador – Julho, 2003

Tipo de prestador	Unidades	%
Público Federal	1	20,0
Público Estadual	-	-
Público Municipal	1	20,0
Privado com fins lucrativos	2	40,0
Privado optante pelo SIMPLES	-	-
Privado sem fins lucrativos	-	-
Filantropico com CNAS válido	-	-
Sindicatos	1	20,0
Universitários Públicos	-	-
Universitários Privados	-	-
Não Identificados	-	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100</b>

Fonte: SIA/SUS apud Ministério da Saúde, 2006

As consultas efetuadas nas unidades de saúde localizadas no município de Catanduvas possuem caráter generalista, sendo estimada a seguinte média mensal de atendimentos (Tabela 29).

Tabela 29: Natureza e número de atendimentos realizados pelas Unidades de Saúde de Catanduvas, PR

Natureza	Atendimentos / Mês
Cnsulta médica	2.000
Atendimento por enfermeiro	750
Curativos	110
Exames de preventivo	50
Outras ações de enfermagem	1.500
Fraturas	750

Fonte: PMC, 2006

Segundo informações da PMC (2006), as enfermidades de maior ocorrência registradas entre a população são hipertensão arterial, diabetes, infarto agudo do miocárdio – IAM, doença pulmonar obstrutiva crônica – DPOC, diversas pneumopatias, insuficiência cardíaca congestiva – ICC e depressão.

Dados obtidos junto ao SIA/SUS (2005 apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006) demonstram que, das três categorias de atendimento (Atenção Básica, Especializados e Assistenciais de Alta Complexidade), 88,0% dos procedimentos ambulatoriais realizados consistiam em intervenções de Atenção Básica, sendo 28,5% ações de

enfermagem (ou outro de Saúde Nível Médio), 21,8% ações médicas básicas e 37,8% ações básicas em odontologia.

Apenas 7,4% dos procedimentos foram de caráter especializado, distribuídos da seguinte forma: 2,7% consistiram em atendimento especializado por médicos (ou outro de Nível Superior), 3,9% em patologia clínica, 0,7% em exames Ultra-Sonográficos e 0,1% em sessões de fisioterapia.

Com relação aos procedimentos assistenciais de Alta Complexidade (4,6%), a totalidade consistiu no acompanhamento de pacientes, ou seja, nenhum dos procedimentos ambulatoriais classificados como de alta complexidade como, por exemplo, os tratamentos de radioterapia, quimioterapia e ressonância magnética são prestados pelo município. Estas e outras informações são expressas na Tabela 30, que segue.

Tabela 30: Quantidade, valor e valor médio dos procedimentos ambulatoriais realizados no município de Catanduvas no ano de 2005

Categoria de procedimentos	Qtd. Aprovada		Valor Aprovado		Qtd. Apresentada		Valor Apresentado	
	Nº	%	R\$	%	Nº	%	R\$	%
<b>Procedimentos de Atenção Básica</b>	<b>58.995</b>	<b>86,6</b>	-	-	<b>67.925</b>	<b>88,0</b>	-	-
..01-Ações Enfermagem/Outros de Saúde Nível Médio	21.061	30,9	-	-	21.956	28,5	-	-
..02-Ações Médicas Básicas	8.825	13,0	-	-	16.808	21,8	-	-
..03-Ações Básicas Em Odontologia	29.109	42,7	-	-	29.161	37,8	-	-
..04-Ações Executadas P/Outros Prof.Nível Superior	-	-	-	-	-	-	-	-
..05-Procedimentos Básicos Em Vigilância Sanitária	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Procedimentos Especializados</b>	<b>5.659</b>	<b>8,3</b>	<b>25.579,61</b>	<b>34,6</b>	<b>5.705</b>	<b>7,4</b>	<b>26.175,96</b>	<b>34,5</b>
..07-Proc.ed.Espec.Profis.Médicos,Out.NívelSup./Méd	2.013	3,0	9.775,25	13,2	2.058	2,7	10.336,40	13,6
..08-Cirurgias Ambulatoriais Especializadas	-	-	-	-	-	-	-	-
..09-Procedimentos Traumatolo-Ortopédicos	22	0,0	806,56	1,1	23	0,0	841,76	1,1
..10-Ações Especializadas Em Odontologia	-	-	-	-	-	-	-	-
..11-Patologia Clínica	2.988	4,4	8.120,76	11,0	2.988	3,9	8.120,76	10,7
..12-Anatomopatologia e Citopatologia	-	-	-	-	-	-	-	-
..13-Radiodiagnóstico	-	-	-	-	-	-	-	-
..14-Exames Ultra-Sonográficos	536	0,8	6.641,04	9,0	536	0,7	6.641,04	8,8
..17-Diagnose	-	-	-	-	-	-	-	-
..18-Fisioterapia (Por Sessão)	100	0,1	236,00	0,3	100	0,1	236,00	0,3
..19-Terapias Especializadas (Por Terapia)	-	-	-	-	-	-	-	-
..20-Instalação de Cateter	-	-	-	-	-	-	-	-
..21-Próteses e Órteses	-	-	-	-	-	-	-	-
..22-Anestesia	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Procedimentos Assistenciais de Alta Complexidade</b>	<b>3.451</b>	<b>5,1</b>	<b>48.314,00</b>	<b>65,4</b>	<b>3.542</b>	<b>4,6</b>	<b>49.588,00</b>	<b>65,5</b>
..26-Hemodinâmica	-	-	-	-	-	-	-	-
..27-Terapia Renal Substitutiva	-	-	-	-	-	-	-	-
..28-Radioterapia (Por Especificação)	-	-	-	-	-	-	-	-
..29-Quimioterapia - Custo Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-
..30-Busca de Órgãos para transplante	-	-	-	-	-	-	-	-
..31-Ressonância Magnética	-	-	-	-	-	-	-	-
..32-Medicina Nuclear - In Vivo	-	-	-	-	-	-	-	-
..33-Radiologia Intervencionista	-	-	-	-	-	-	-	-
..35-Tomografia Computadorizada	-	-	-	-	-	-	-	-
..36-Medicamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
..37-Hemoterapia	-	-	-	-	-	-	-	-
..38-Acompanhamento de Pacientes	3.451	5,1	48.314,00	65,4	3.542	4,6	49.588,00	65,5
..40-Procedimentos Específicos para Reabilitação	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>68.105</b>	<b>100,0</b>	<b>73.893,61</b>	<b>100,0</b>	<b>77.172</b>	<b>100,0</b>	<b>75.763,96</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIA/SUS apud Ministério da Saúde, 2006

A partir dos valores médios anuais de 2005 apresentados na Tabela 30 é calculado o número de procedimentos e seus respectivos valores para cada habitante do município no referido ano (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006):

- Nº de procedimentos básicos/habitante - 5,5
- Valor procedimentos especializados/habitante - 2,37
- Valor procedimentos alta complexidade/habitante - 4,47

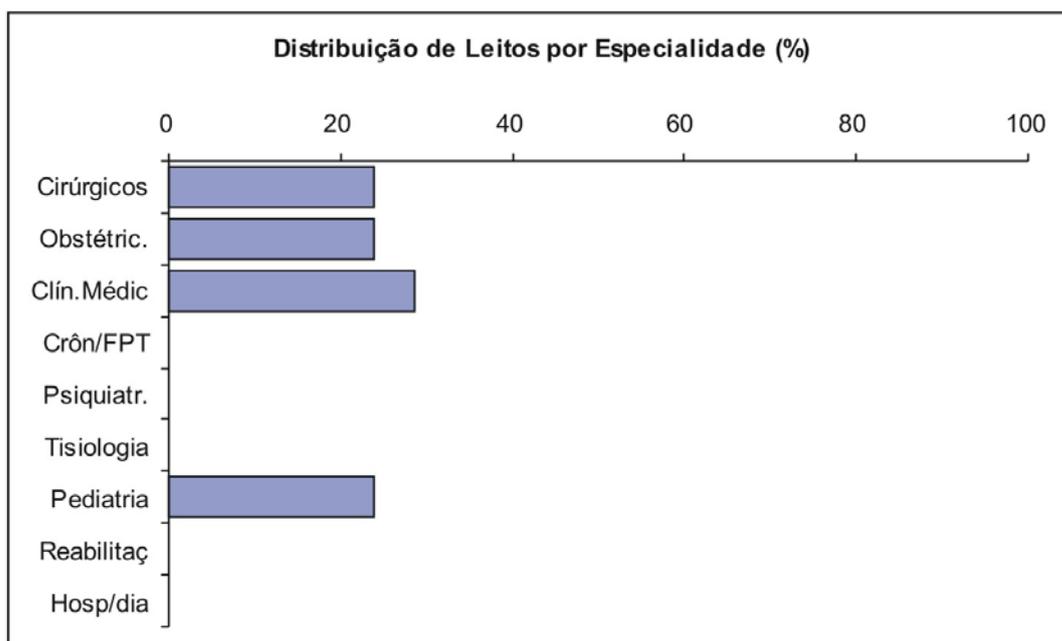
Pacientes que necessitam de consultas especializadas são transportados diariamente a Cascavel, alcançando uma média diária de 34 pessoas conduzidas aos diversos Centros de Saúde do município vizinho. Dentre as instituições procuradas, pode-se citar o Hospital do Câncer – UOPECAN, Hospital dos Olhos de Cascavel,

Clínica de Olhos Dr. Romeu Tolentino, Centro de Oncologia - CEONC, Centro Regional de Especialidade – CRE e Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.

Para o transporte destes pacientes, a Secretaria Municipal de Saúde conta com três ambulâncias. Destes veículos, dois se encontram em bom estado de conservação e um em condições precárias. Além desses veículos há um automóvel da marca Gol e um micro ônibus, em perfeito estado, que completam a frota disponível (PMC, 2006).

O Gráfico 5 demonstra a distribuição de leitos por especialidade médica, expressa em porcentagem.

Gráfico 5: Leitos contratados em rede privada pelo município de Catanduvas: distribuição por especialidade médica



Fonte: SIH/SUS, 2003 apud Ministério da Saúde, 2006

Dentro das 700 internações que ocorreram no ano de 2005 na rede hospitalar, a maior procura foi pela especialidade de clínica médica (355 casos ou 50,7%), seguido da pediatria (211 casos ou 30,1%), obstetrícia (128 casos ou 18,3%) e clínica cirúrgica (6 casos ou 0,9%). Esses valores correspondem a um valor médio anual de 6,5 internações/100 habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Quando considerado o percentual das internações organizado por grupo de causas e faixa etária, observa-se que, do zero aos nove anos de idade, o maior número de internações é devido às doenças do aparelho respiratório (entre pacientes menores de 1 ano, representa 70,1% das baixas hospitalares; de 1 a 4 anos, 72,5% e de 5 a 9 anos, 59,5%).

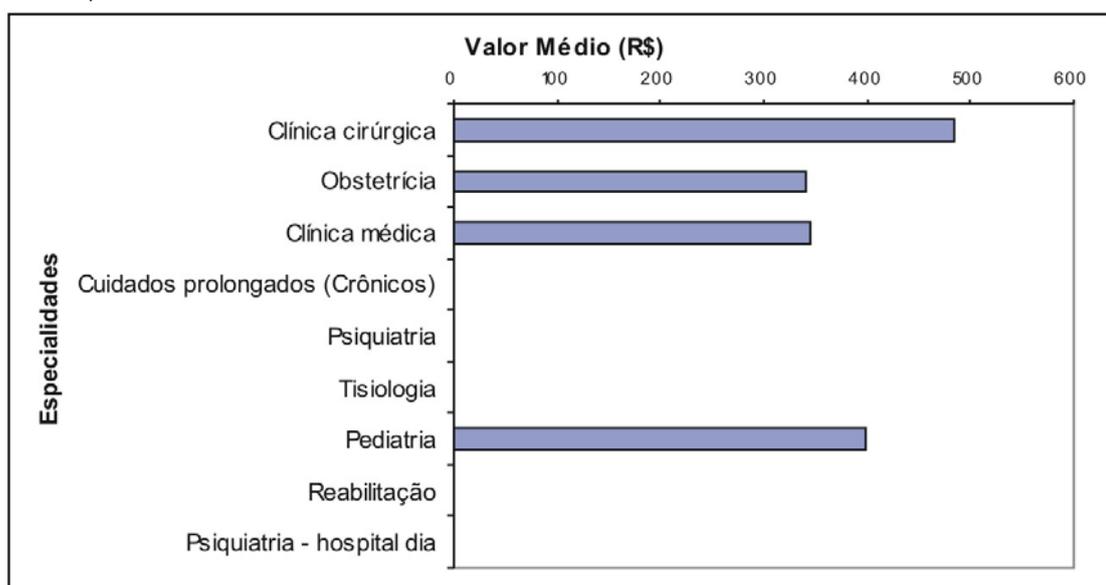
As doenças do aparelho respiratório continuam atingindo números expressivos entre os pacientes que se encontram na faixa dos 10 aos 14 anos (39,5% das ocorrências de internações), decrescendo a partir de então. As taxas voltam a se elevar entre indivíduos acima dos 50 anos (30,9% dos casos), chegando a representar mais da metade das causas de internações entre pessoas acima dos 65 anos de idade (50,8%).

Casos de gravidez, parto e puerpério (pós-parto) são responsáveis por 54,9% das internações entre pacientes pertencentes à faixa dos quinze aos dezenove anos. Esta porcentagem cai a menos da metade na faixa dos 20 a 49 anos de idade (27,1%). Estes dados alertam para o problema dos altos índices de gravidez entre adolescentes, o qual atinge também a população jovem do município de Catanduvas.

Em detrimento das taxas demonstradas, a maior aplicação dos recursos deu-se na especialidade de clínica médica (R\$ 122.846,21 ou 48,4%), seguido da área de pediatria (R\$ 84.284,94 ou 33,2%), obstetrícia (R\$ 43.569,78 ou 17,2%) e clínica cirúrgica (R\$ 2.907,03 ou 1,1%), totalizando R\$ 253.607,96 em investimentos no referido ano.

O valor médio de recursos por paciente hospitalizado foi de R\$ 362,30, possuindo a seguinte variação em detrimento da especialidade médica procurada: clínica cirúrgica – R\$ 484,51; pediatria – R\$ 399,45; clínica médica – R\$ 346,05; obstetrícia – R\$ 340,39 (Gráfico 6). Estes valores representam uma média de R\$23,49 por habitante (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Gráfico 6: Valores médios de recursos por paciente hospitalizado nas diferentes especialidades (valor total investido/nº pacientes)



Fonte: SIH/SUS, 2003 apud Ministério da Saúde, 2006

A permanência média das hospitalizações é de 3,3 dias, sendo que para as especializações de clínica médica e de pediatria o período é muito semelhante (3,7 e 3,6 dias respectivamente). Esse tempo decresce nos casos da clínica cirúrgica (2,5 dias) e da obstetrícia (1,6 dias).

## 6.2.1 Programas Preventivos de Saúde

De acordo com a Prefeitura Municipal de Catanduvas (PMC, 2006), diversos programas preventivos de saúde são oferecidos à população. Dentre estes podem ser citados:

- Programa de prevenção do câncer ginecológico e de mama;
- Programa de controle e prevenção de hanseníase e tuberculose;
- Programa de controle e prevenção de DSTs e HIV;
- Programa de controle e prevenção de hipertensos e diabéticos;
- Programa de prevenção de doenças imunopreveníveis (vacinas);
- Programa de prevenção da mortalidade infantil e materna – pré-natal;
- Programa de saúde bucal.

Os registros referentes à cobertura vacinal do Município de Catanduvas sofrem pequena variação de acordo com a fonte consultada. Dados provenientes da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA indicam a seguinte cobertura vacinal entre menores de um ano em 2005 (Tabela 31).

Tabela 31: Cobertura vacinal entre menores de um ano – Catanduvas – PR – ano 2005

Imunobiológicos	Doses	Cobertura %
BCG (BCG)	157	91,81
Contra Hepatite B (HB)	202	118,13
Oral contra Poliomielite (VOP)	202	118,13
Tetravalente (TETRA)	202	118,13

Fonte: SESA, 2005

De acordo com os dados obtidos junto ao Ministério da Saúde (2006) referentes ao mesmo ano de 2005, a cobertura vacinal de BCG alcançou um índice maior (101,6%) e as demais coberturas alcançaram valores inferiores, porém aproximados aos registrados pela SESA: HB 116,3%, VOP e TETRA 115,5%. O Anexo 3 demonstra esses dados, assim como a evolução desta cobertura vacinal no município de Catanduvas a partir do ano de 1996.

## 6.2.2 Indicadores de Atenção Básica

Os modelos de Atenção Básica buscam direcionar ações para a promoção, recuperação e prevenção da saúde das famílias, com atendimentos realizados nos domicílios ou nas unidades básicas pelas equipes de saúde (compostas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários).

Segundo dados obtidos junto ao Ministério da Saúde (2006) Catanduvas experimentou, nesta última década, dois modelos distintos de Atenção Básica.

O primeiro deles, **Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS**, teve funcionamento até o ano de 2001, com a cobertura de 4.414 indivíduos. Neste mesmo ano, foi implantado um segundo programa que substituiu o anterior, o **Programa de Saúde da Família – PSF**, o qual passou a cobrir uma maior parte da população, totalizando 7.765 pessoas atendidas.

De 2002 até 2005, a cobertura da população permaneceu constante, totalizando, em números absolutos, 8.041 indivíduos. Isto representa, portanto, que o crescimento da população não foi acompanhado pela ampliação do programa e, por essa razão, o auge de cobertura deu-se em 2002, com 76,2% da população atingida.

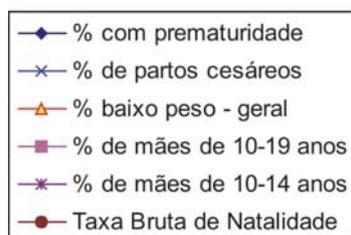
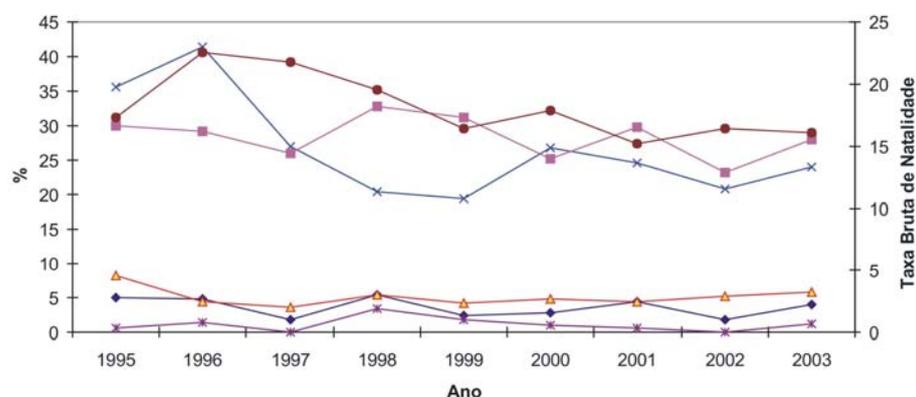
Apesar da não ampliação do programa ao longo dos últimos anos, verifica-se que foram obtidos progressos significativos em dois indicadores de atenção básica: a porcentagem de cobertura de consultas de pré-natal – 97,8% e a diminuição da prevalência de desnutrição que decresceu a uma taxa de 1,2% entre crianças menores de dois anos.

### 6.2.3 Natalidade e Mortalidade

Os registros dos nascimentos ocorridos em Catanduvas no período compreendido entre os anos de 1995 e 2003 demonstram uma média de 185,88 nascimentos/ano, sendo os maiores valores registrados em 1996 e 1997 (230 e 223 nascimentos, respectivamente).

Excetuando-se 2001, 2003 foi o ano que apresentou a menor Taxa Bruta de Natalidade no período e, comparando-se o ano de 2003 com 1995 e 1996, observa-se que houve uma redução inclusive na porcentagem de partos cesáreos realizados (Gráfico 7).

Gráfico 7: Evolução das condições de nascimento no período de 1995 a 2003 – Município de Catanduvas - PR



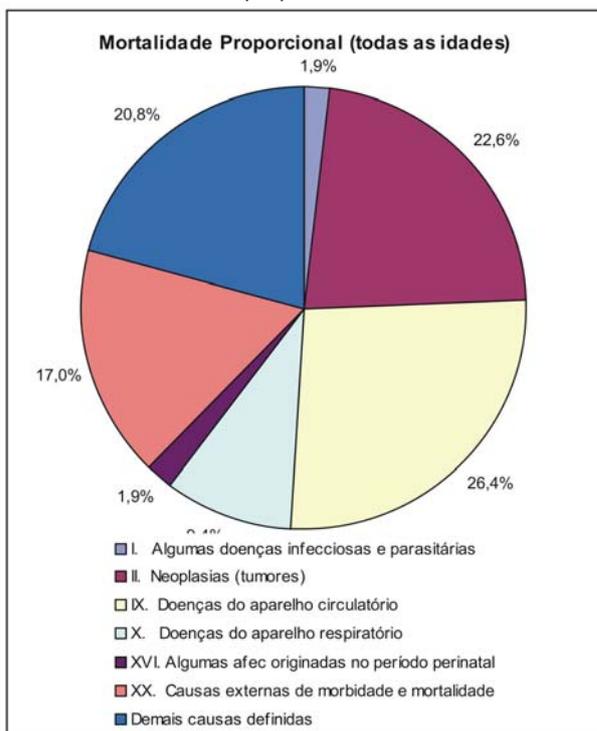
Fonte: SIH/SUS, 2003 apud Ministério da Saúde, 2006

As causas de mortalidade apresentam variações em função da faixa etária analisada. Dados de 2003 demonstram que a totalidade das mortes entre crianças menores de um ano no município foi devida a afecções originadas no período perinatal; que na faixa compreendida entre um a quatro anos, 100% os óbitos foram

resultantes de doenças infecciosas e parasitárias e que na faixa compreendida entre cinco a nove anos, a mortalidade foi devida às doenças do aparelho respiratório.

No mesmo ano, entre a população adulta, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis pela mortalidade de 42,9% dos indivíduos entre 50 e 64 anos e por 31,8% entre adultos com 65 anos ou mais (SIM/SINASC apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Considerando-se apenas as causas dos óbitos e desconsiderando-se a avaliação das faixas etárias, obtém-se a distribuição representada pelo gráfico ilustrado na Gráfico 8.

Gráfico 8: Mortalidade proporcional (todas as idades) – Município de Catanduvas, PR – ano 2003



Fonte: Ministério da Saúde, 2006

#### 6.2.4 Orçamento em Saúde

Os valores aplicados na área de saúde no município de Catanduvas no período compreendido entre 2001 e 2004 são demonstrados na Tabela 32, que segue.

Tabela 32: Orçamentos públicos em saúde – Catanduvas – PR

Dados e Indicadores	2001	2002	2003	2004
Despesa total com saúde por habitante (R\$)	94,79	59,81	123,35	141,14
Despesa com recursos próprios por habitante	62,37	31,42	84,39	106,70
Transferências SUS por habitante	32,42	28,39	38,96	39,04
% despesa com pessoal / despesa total	12,9	49,0	35,1	48,15

% despesa com investimentos / despesa total	25,4	0,1	8,3	1,69
% transferências SUS / despesa total com saúde	34,2	47,5	31,6	27,66
% de recursos próprios aplicados em saúde (EC 29)	15,5	6,5	16,3	17,95
% despesas serv. terceiros - pessoa jurídica/desp. total	22,5	7,7	12,4	7,37
Despesa total com saúde	990.457,00	630.868,28	1.308.021,38	1.505.381,93
Despesa com recursos próprios	651.661,00	331.385,16	894.874,77	1.138.058,70
Receita impostos e transferências constitucionais legais	4.213.229,00	5.123.164,65	5.485.217,83	6.340.111,47
Transferências SUS	338.796,00	299.483,12	413.146,61	416.427,98
Despesa com pessoal	127.312,00	309.023,54	459.390,73	724.798,76

Fonte: SIOPS apud Ministério da Saúde, 2006

### 6.3 Educação

Catanduvas conta com onze escolas que trabalham com ensino infantil, fundamental e médio (PMC, 2006).

A única escola particular do município atende crianças matriculadas no Ensino Fundamental e também oferece vagas para a educação infantil. A Escola Cuca Legal – FEDUCAT – está localizada a Av. dos Pioneiros, s/n, bairro Centro.

O Município também atende crianças nas áreas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ao todo, existem cinco escolas que trabalham com estas faixas, conforme Tabela 33.

Tabela 33: Estabelecimentos escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Escola	Localização
Escola Municipal Professora Maria Mayer	Rua Minas Gerais, nº20. Bairro Menino Deus
Escola Municipal Tiradentes	Rua José Marcolino Cardoso, s/n, Bairro Alto Alegre
Escola Municipal São Marcos	BR-277, Km 548, Reassentamento Nova Veneza (área rural do município);
Escola Rural Municipal Frei Henrique Soares de Coimbra	Rua Principal s/n, Distrito de Ibiracema (área rural do município)
Escola Rural Municipal Professor Valentin Bernardo Thisen	PR-471, localidade de Santa Cruz (área rural do município)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2007

Existem também em Catanduvas cinco escolas estaduais que trabalham com o Ensino Fundamental, porém que não prestam atendimento de educação infantil, como demonstrado na Tabela 34.

Tabela 34: Estabelecimentos escolares de Ensino Fundamental

Escola	Localização
Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves	Av. dos Pioneiros, nº 901, Bairro Centro
Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos	BR-277, Km 548, Reassentamento Nova Veneza (área rural do município)
Escola Estadual Professora Dilma Krolling Angélico	Rua José Marcolino Cardoso, s/n, Bairro Alto Alegre
Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Vieira Andrade	Rua Principal, Distrito de Ibiracema (área rural do município)
Escola Estadual Thomaz Pereira dos Santos	PR-471, localidade de Santa Cruz (área rural do município)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2007

O Ensino Médio é oferecido somente em duas escolas estaduais, uma localizada no centro da cidade e outra na área rural, como apontado na Tabela 35.

Tabela 35: Estabelecimentos escolares de Ensino Médio

Escola	Localização
Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves	Av. dos Pioneiros, nº 901, Bairro Centro
Colégio Estadual do Reassentamento São Marcos	BR-277, Km 548, Reassentamento Nova Veneza (área rural do município)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2007

Atualmente, está sendo implantado no município, através da iniciativa privada, curso de ensino de nível superior. O responsável pela iniciativa é a União Educacional de Ensino Superior de Catanduvas – UNIESC – Faculdade de Ciências Sociais de Catanduvas.

Este processo de implantação e o início das atividades de ensino têm ocorrido junto às instalações da Escola Municipal Professora Maria Mayer, localizada a Rua Minas Gerais, nº 20, Bairro Menino Deus.

Catanduvas possui hoje 140 acadêmicos de nível superior que freqüentam faculdades no município vizinho de Cascavel.

Além destas estruturas de ensino, Catanduvas conta ainda com duas escolas especiais: o Centro de Educação Infantil Esperança do Amanhã (localizado a Av. Oito de Dezembro, s/n, Bairro Alto Alegre) e a Escola de Educação Especial Pestalozzi (localizada a Rua Presidente Costa e Silva, s/n, Bairro Menino Deus). Esta escola, de perfil filantrópico, atende pessoas portadoras de necessidades especiais.

De acordo com dados fornecidos pela PMC (2006), o número de alunos matriculados na rede de ensino, em 2006, totalizou 3.255 indivíduos, distribuídos conforme a Tabela 36.

Tabela 36: Número de alunos matriculados na rede de ensino em 2006 – Catanduvas - PR

Modalidade de ensino	Número de alunos
Infantil - Creche	172
Infantil – Pré-escola	173
Fundamental	2.036
Médio	646
Superior	140

Programa de Alfabetização de Adultos	29
Especial	59
<b>TOTAL</b>	<b>3.255</b>

Fonte: PMC, 2006

Dois programas educacionais estão em andamento no município. O primeiro deles, intitulado *Por um Brasil Alfabetizado*, é voltado para a educação de jovens e adultos e é promovido pelo Serviço Social da Indústria – SESI em parceria com o Governo Federal (MEC-FNDE). A meta inicial do projeto era a de alcançar até 2006 a alfabetização de dois milhões de jovens e adultos em todo o território nacional. Catanduvas é parte integrante do projeto e conta hoje com 23 alunos em processo de formação.

O segundo programa é o de *Inclusão Digital*. Voltado para alunos acima dos doze anos e à população adulta em geral, rural e urbana, procura capacitar os estudantes ao uso do computador e à navegação da Internet. As aulas são ministradas em parceria com a Faculdade Assis Gurgacz e os cursos são ministrados em três turnos, matutino, vespertino e noturno, contemplando atualmente 479 alunos.

Figura 112: Colégio Ferreira Neves (em frente à Prefeitura)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 113: Estabelecimento escolar (porção sul da sede urbana)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

## 6.4 Assistência Social

No município de Catanduvas a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social é a responsável pelos aspectos sociais e pelo funcionamento e praticidade efetiva dos Programas Sociais, dos quais famílias e cidadãos têm direta dependência. Sua função é planejar, administrar, fiscalizar a área da assistência social municipal e seus programas, para que os mesmos atendam às necessidades dos usuários.

Segundo informações da Prefeitura Municipal a área de Assistência Social vem passando por importantes transformações, desde a implantação da Política Nacional de Assistência Social de 2004. Tem o intuito de avançar na organização da prestação dos serviços assistenciais, através do Sistema Único de Assistência social (SUAS).

Esta política prevê uma nova conjuntura, estrutura social e dentro do SUAS cria-se o importante Programa de Proteção Social Básica, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), (ou ainda denominado Casa da Família) que é a unidade de atendimento do Programa de Atenção Integral a Família, o qual serve de referência para as famílias que buscam assistência.

O CRAS está em processo de implantação, cujo recurso já está disponível. Será implantado no prédio onde funciona a Câmara de Vereadores, permanecendo neste prédio até que se consiga um local mais adequado.

A unidade CRAS tem capacidade para atender 2.500 famílias, atualmente o município atende 1.500 famílias (PMC, 2006). Diversas atividades serão desenvolvidas pelo CRAS, dentre as quais podem ser citadas:

- Entrevista e cadastramento das famílias;
- Ações de apoio à família visando o fortalecimento do grupo familiar;
- Atendimento individual;
- Grupos de convivência e sociabilidades geracionais e intergeracionais;
- Atendimento e fortalecimento dos Clubes de Mães;
- Deslocamento da equipe para atendimento às famílias nas comunidades rurais;
- Visitas domiciliares.
- Auxílio à documentação;
- Auxílio fraldas;
- Declaração da água;
- Programa Luz Fraterna;
- Aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- Caminho da solidariedade;
- Seleção e inclusão das famílias no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Seleção das famílias no Programa Leite das Crianças;
- Cursos de costura em sala adequada;
- Promoção de reuniões, cursos variados, como de artesanato, palestras em sala de atividades;
- Promoção de palestras voltadas à comunidade ou à família;
- Promoção de reuniões comunitárias;
- Produção de material para a promoção da inclusão produtiva, oficinas lúdicas, brinquedos, materiais pedagógicos e outros destinados aos serviços sócio-assistenciais.
- Promoção de reuniões, cursos variados, como de artesanato, palestras em sala de atividades;
- Promoção de palestras voltadas à comunidade ou à família;
- Promoção de reuniões comunitárias;
- Produção de material para a promoção da inclusão produtiva, oficinas lúdicas, brinquedos, materiais pedagógicos e outros destinados aos serviços sócio-assistenciais.

Na rede prestadora de serviços assistenciais, as atividades são realizadas de forma **direta** pela Prefeitura, ou de forma **indireta** através de entidades Não Governamentais (ONGs). A Tabela 37 traz a relação de ações assistenciais de execução direta e a Tabela 38 das ações assistenciais de execução indireta.

Tabela 37: Programas assistenciais de execução direta existentes no Município de Catanduvas - PR

Execução Direta	Nº de atendidos	Freqüência de atendimento
Casa de Apoio ao Adolescente – CAAD (contraturno social)	250 crianças e adolescentes de 07 a 15 anos	segunda à sexta-feira
Programa Caminho da Solidariedade	Até 100 famílias/mês	mensal
Apoio às Ações Comunitárias / Clube de Mães	17 Clubes de mães – 340 mulheres	semanal e quinzenal
Auxílio Documentação	Até 10 pessoas	mensal
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI / Parceria com o Governo Federal	155 crianças e adolescentes	segunda à sexta-feira
Programa Agente Jovem / Parceria com o Governo Federal	25 jovens (entre 15 e 17 anos)	segunda à sexta-feira
Programa Bolsa Família / Parceria com o Governo Federal	674 famílias	mensal
Programa Leite das Crianças / Parceria com o Governo Estadual	226 crianças	diariamente
Banco Social / Parceria com o Governo Estadual	10 pessoas	segunda à sexta-feira

Fonte: PMC, 2006

Os Programas de Execução Indireta são realizados através de entidades não governamentais e sem fins lucrativos, sendo elas: a APMIF - Associação de Proteção a Maternidade, Infância, Idoso e a Família de Catanduvas; a PROVOPAR Municipal; Associação Pestalozzi e a Pastoral da Criança. Também consta os Clubes de serviços: Rotary Club e a Associação de Senhoras de Rotarianos (ASR).

As ações desenvolvidas pela APMIF buscam promover e incentivar a auto-sustentação das famílias, através de um atendimento pertinente às diferentes necessidades e capacitar jovens e adultos para entrarem no mercado de trabalho (PMC, 2006). A relação dos Programas Assistenciais de Execução Indireta realizados em Catanduvas é apresentada na Tabela 38.

Tabela 38: Programas assistenciais de execução indireta existentes no Município de Catanduvas - PR

Execução Indireta	Nº de atendidos	Freqüência de atendimento
Programa Ações Sócio-Educativas de Apoio à Família	170 famílias	mensal
API – Apoio à Pessoa Idosa	Meta conveniada: 80 Nº de atendidos: 250	semanal
Lar dos Idosos Vovó Vivina	08 internos	integral
PPD / Pessoa Portadora de Deficiência	Meta conveniada: 50 Nº de atendidos: 60	segunda à sexta-feira
Pastoral da Criança	1.200 crianças	semanal

Fonte: PMC, 2006

Apesar das expressivas atividades, o Município ainda não possui um Centro de Múltiplo Uso (estando este em processo de implantação), área adequada à realização de ações de qualificação de mão-de-obra (como cursos de corte e costura e artesanato que buscam capacitar a população). Na ausência de espaço específico, as ações são realizadas em espaços opcionais oferecidos pela Prefeitura e pela APMIF como: Centro Cultural, galpão do produtor, sala de cursos, sala de atividades da APMIF, entre outros.

## 6.5 Segurança Pública

Este item discorre inicialmente sobre o sistema de penitenciárias federais no Brasil e sobre a penitenciária federal de Catanduvas, bem como seu processo de implantação e impactos. Após, apresenta dados acerca da segurança municipal de Catanduvas, enfatizando os principais delitos e inquéritos instaurados no município.

### 6.5.1 Penitenciárias Federais de Segurança Máxima no Brasil

Em 23 de junho de 2006, Catanduvas recebeu a primeira unidade do Sistema Penitenciário Federal de Segurança Máxima. A construção deste tipo de estabelecimento prisional sob o gerenciamento da União obedece a determinações presentes na Lei de Execuções Penais de 1984 (Lei 7.210/84) e na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90).

Este tipo de presídio é destinado ao abrigo de criminosos de alta periculosidade, que comprometam a segurança de outros detentos ou que possam ser vítimas de atentados dentro dos presídios estaduais, que ponham em risco a ordem ou a incolumidade pública, além daqueles que se encontrem cumprindo penas de Regime Disciplinar Diferenciado – RDD.

Ao todo, serão construídas no país cinco penitenciárias federais de segurança máxima especial, as quais serão localizadas obedecendo a um critério de regionalização, de forma a cobrir as cinco regiões brasileiras (DAMAZIO, 2006):

- Penitenciária Federal de Catanduvas / PR – região Sul
- Penitenciária Federal de Campo Grande / MS – região Centro-oeste
- Penitenciária Federal de Mossoró / RN – região Nordeste
- Penitenciária Federal de Porto Velho / RO – região Norte
- Penitenciária Federal do Espírito Santo ou de Minas Gerais – região Sudeste

As cinco unidades irão totalizar 1.040 vagas, cada estabelecimento apresentando 208 vagas, 250 agentes penitenciários que se revezarão nas guardas interna e externa, além de corpo diretor e apoio administrativo.

Figura 114: As cinco regiões brasileiras contempladas com penitenciárias federais de segurança máxima



Fonte: DAMÁZIO, 2006

## 6.5.2 Penitenciária Federal de Catanduvas

Destaca-se no município de Catanduvas a Penitenciária Federal de Segurança Máxima, localizada na porção noroeste da sede urbana (Figura 115). Possui 12,6 mil metros quadrados de área construída e celas individuais divididas em quatro módulos. No total são 208 vagas, estando atualmente 60,5% ocupadas.

A segurança é feita por 250 agentes penitenciários federais, aprovados em concurso público que se revezam nas guardas interna e externa do presídio.

Figura 115: Penitenciária Federal de Catanduvas –Paraná



Fonte: Agência MJ de Notícias, 2006a<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Autoria da foto: Isaac Amorim / MJ

Segundo Mendes (2006), a edificação é protegida por quatro cercas de arame e um fosso que possui dois metros de largura. Telas e cabos de aço recobrem as áreas expostas ao ar livre, de forma a impedir o pouso de helicópteros que poderiam vir a ser utilizados para o resgate dos apenados (Figura 116 e Figura 117). Para impedir a possível escavação de túneis utilizados em fugas, uma densa e compacta camada de pedras foi estruturada sob o piso do pavilhão central.

Figura 116: Vista da penitenciária federal de Catanduvas



Fonte: SEJU, 2006<sup>7</sup>

Figura 117: Detalhe da infra-estrutura de segurança da penitenciária



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2006

De acordo com a Agência MJ de Notícias (2006b), cada cela é construída com aproximadamente 7,0 m<sup>2</sup> e possui cama, mesa, banco, prateleiras, lavatório e bacia sanitária feitos em concreto, fixados nas paredes ou no chão (Figura 118 e Figura 119). As celas destinadas aos detentos que cumprem o RDD têm o dobro do tamanho do solário, que se constitui em um espaço que possibilita o banho de sol no interior da cela.

Figura 118: Mobiliário em concreto no interior das celas individuais



Fonte: SEJU, 2006<sup>8</sup>

Figura 119: Vista do corredor que dá acesso às celas



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2006

<sup>7</sup> Autoria das fotos: Roberto Corradini / SECS

<sup>8</sup> Autoria da foto: Roberto Corradini / SECS

Além destes diferenciais construtivos, esta unidade prisional conta com vários sistemas tecnológicos que são inéditos no sistema carcerário brasileiro:

- Monitoramento das instalações do presídio nas 24 horas do dia através de 200 câmeras de vídeo. Parte destes equipamentos trabalha com luz infra-vermelha para possibilitar vigilância noturna e está instalada em locais secretos. As imagens geradas são enviadas em tempo real para três centrais de monitoramento: a primeira está localizada no próprio prédio, a segunda, na delegacia da Polícia Federal de Cascavel (a 43 Km de Catanduvas) e a terceira presente na Central de Inteligência Penitenciária do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em Brasília (SEJU, 2006);
- Investigação dos visitantes por aparelhos de Raio-X ;
- Uso de detectores de metais;
- Identificação eletrônica de todos que ingressarem no estabelecimento a partir da emissão de crachás com chips e código de barras diferenciados;
- Utilização de espectrômetros para a detecção e identificação de elementos químicos; os equipamentos são capazes de detectar partículas de 10 diferentes explosivos, 8 tipos de drogas, 9 de armas de guerra química e oito de produtos químicos industriais tóxicos (DAMAZIO, 2006);
- Submissão dos detentos a aparelho de biometria, os quais coletam impressões digitais por impulsos elétricos (ARAÚJO, 2006).

#### 6.5.2.1 Processo de Implantação Penitenciária de Segurança Máxima

Conforme dados do Engenheiro da Caixa Econômica Federal responsável pela supervisão e fiscalização do projeto e obras da penitenciária federal de Catanduvas, com recursos do Ministério Público, o início das discussões acerca da implantação da penitenciária de segurança máxima no Paraná se deu em âmbito federal. Inicialmente, cogitou-se a implantação no município de Cascavel, porém, em função de questões políticas o local escolhido foi o município de Catanduvas.

Após escolhido o terreno foram realizadas desapropriações, ao todo foram cerca 100.000 m<sup>2</sup> de área desapropriada (Decreto nº 017/2004) e o local para a instalação da penitenciária enquadrou-se na categoria de "áreas urbanas isoladas" pela Lei nº 027/2004. Foi aprovada e sancionada a Lei nº 027/2007 que "cria áreas urbanas isoladas no município de Catanduvas e dá outras providências" e a Lei nº 001/2005 que "acrescenta e altera artigo da Lei nº 027/2004". Segundo o Cartório do Registro de Imóveis de Catanduvas deve-se respeitar o Código de Normas, baixado pelo Provimento nº 060/2005, o qual "exige a prévia averbação de reserva legal em qualquer alteração na descrição do imóvel na sua natureza (por exemplo, de imóvel rural para imóvel urbano)". Iniciou-se o processo de licenciamento junto ao IAP (Escritório Regional de Cascavel) e licitações, cuja empresa vencedora para a realização das obras foi a JL Construções Civis Ltda. (Cascavel-PR).

A licença prévia foi concedida e válida até dezembro de 2004, indicando a viabilidade ambiental da implantação do empreendimento. O órgão ambiental (IAP), para dar prosseguimento ao processo, solicitou especial atenção ao sistema de tratamento de esgoto.

Dessa forma para o tratamento de esgoto sanitário produzido na penitenciária utilizou-se um Sistema Compacto de Tratamento (Figura 120 e Figura 121), que possibilita a obtenção de efluentes líquidos com alto grau de pureza (remoção de DBO, DQO e coliformes fecais acima dos índices exigidos pelo IAP) para posterior despejo no corpo receptor mais próximo, cerca de 300 metros da penitenciária. Tal sistema atende aos parâmetros exigidos pelo IAP.

Figura 120: Vista do banheiro com peças encapsuladas



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2006

Figura 121: Vista do Sistema Compacto de Tratamento de Esgoto da penitenciária de Catanduvas



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2006

#### 6.5.2.2 Impactos da Penitenciária de Segurança Máxima

Os principais impactos da penitenciária foram econômicos e positivos.

O início do processo de implantação da penitenciária gerou impactos econômicos positivos para a região, principalmente Cascavel, movimentando escritórios de engenharia e construtoras.

A construção propriamente dita da penitenciária teve impactos diretos sobre o emprego e renda da população de Catanduvas, gerando 400 empregos diretos na construção e diversos outros indiretos, principalmente nos setores de alimentação (restaurantes, lanchonetes, mercados) e comércio em geral.

A população de Catanduvas sofreu um aumento expressivo, cerca de 2.500 pessoas a mais, com o anúncio da construção da penitenciária, de acordo a Agência MJ de Notícias (2006b). Em decorrência deste expressivo crescimento populacional, houve um aumento da demanda por imóveis residenciais, os quais tiveram uma valorização que atingiu a marca dos 100%.

A inauguração da penitenciária foi responsável também pela geração de investimentos em Catanduvas. No começo de 2006 foram iniciadas as obras para a construção de uma fábrica de ração de frangos, sendo esperada a geração de 160 empregos diretos e indiretos. Com a construção subsequente do abatedouro de

aves, esperava-se que sejam gerados em torno de 1.000 empregos diretos. Ainda, serão construídas cerca de 55 casas pela Companhia de Habitação - COHAB, pelo governo do estado, a serem disponibilizadas aos servidores federais que vierem a se fixar no município. De acordo com o governador, o salário médio destes funcionários é acima de R\$ 4.000,00 mensais, o que terá um impacto positivo sobre a economia municipal (SEJU, 2006). Ganhos também serão vistos na saúde e educação, provenientes de recursos federais.

Outro impacto positivo foi a diminuição de pelo menos 80% das ocorrências de furtos e roubos, tanto na área urbana quanto rural. A delegacia de polícia também teve ganhos com a instalação da penitenciária, pro meio da obtenção de recursos para reformas.

Quanto ao entorno imediato da penitenciária, ressalta-se que está fora do perímetro urbano e grande parte de seu entorno é rural (Figura 122), apenas sua porção noroeste é ocupada por galpões industriais de pequeno porte que abriga um total de 100 funcionários (Figura 123). Há também o CTG onde são realizados torneios interestaduais de rodeios com cerca de 2.000 pessoas. Ainda, a Prefeitura tem interesse em implantar um Parque de Exposições nos fundos do CTG. Essa proximidade pode ser fator de algum impacto negativo, contudo, a população se sente segura, principalmente pela existência de uma penitenciária de segurança máxima, a qual, também acabou se tornando um atrativo para a cidade. A Figura 124 apresenta um croquis esquemático do entorno imediato da penitenciária federal.

Figura 122: Vista do entorno da penitenciária



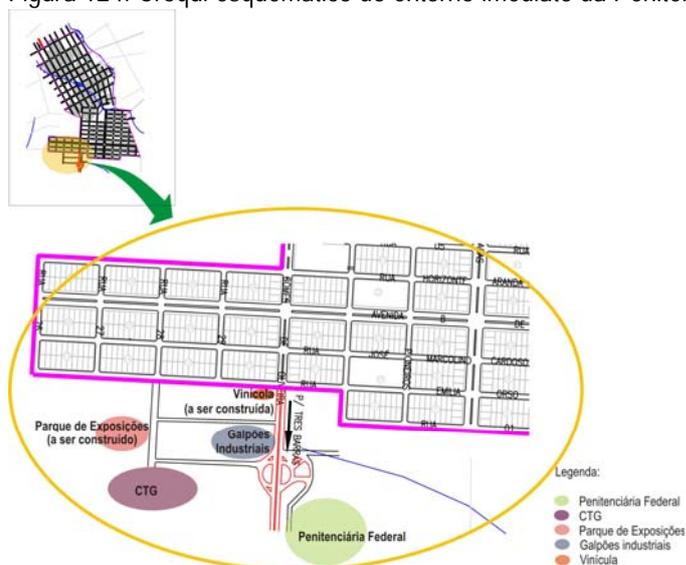
Fonte: Caixa Econômica Federal, 2006

Figura 123: Vista do corredor que dá acesso às celas



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2006

Figura 124: Croqui esquemático do entorno imediato da Penitenciária Federal de Catanduvas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 6.5.3 Segurança Municipal

A segurança pública do município de Catanduvas é subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, sendo os serviços exercidos pela Delegacia de Polícia Civil de Catanduvas Paraná (15ª Subdivisão Policial de Cascavel Paraná) e pelo Destacamento da Polícia Militar.

Em 1996 foi composta a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) Lei Municipal nº 099/96, com a finalidade de apoio, suporte, informação e acompanhamento das ações dos policiais militares, sem no entanto, poder de intervenção. Entretanto, esta lei não está sendo aplicada no município, devendo, pois ser revisada e regulamentada em conformidade com o Manual de Operacionalização da COMDEC-2005, do Governo do Estado do Paraná, através da Coordenadoria Regional de Defesa Civil e CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

A Delegacia situa-se à rua Minas Gerais em frente ao Batalhão da Polícia Militar. Conforme já exposto acima, o prédio da delegacia passou por reformas, com recursos provenientes da instalação da penitenciária federal. Ainda, com a instalação desse empreendimento houve a diminuição de cerca de 80% das ocorrências de furtos e roubos no município.

Contudo, segundo dados da delegacia, no primeiro semestre do presente ano (2007), foram instaurados 53 inquéritos policiais, predominando a violência doméstica, seguida por furtos e roubos. A

Tabela 39 apresenta a relação dos delitos ocorridos no município.

Tabela 39: Relação de inquéritos instaurados no primeiro semestre de 2007

Tipologia do delito	Ocorrência
Violência doméstica	16
Furto	07
Roubo	06
Homicídio	02
Tentativa de homicídio	04
Homicídio culposo	02
Estupro	04
Suicídio	01
Fuga	01
Tráfico de drogas	02
Fornecimento de bebidas alcóolicas	01
Direção de veículos sob efeito de álcool	03
Porte ilegal de arma	04
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>

Fonte: Delegacia de Polícia Civil de Catanduvas Paraná, 2007

## 6.6 Cultura e Lazer

Catanduvas possui quatro momentos em seu calendário anual dedicados a festividades.

Em 20 de janeiro é festejado o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade. As comemorações são realizadas no centro de festas da Igreja Católica (Igreja Matriz) e a estimativa de participação é de aproximadamente 1.000 pessoas oriundas de comunidades rurais da municipalidade e também provenientes da população local (PMC, 2006).

Na primeira quinzena de fevereiro, é realizado o rodeio crioulo interestadual que conta com a participação de diversos Centros de Tradições Gaúchas – CTGs originários dos três estados do Sul do Brasil. O evento tem a duração de três dias nos quais são realizadas provas campeiras, apresentações artísticas e bailes. O CTG Presilha dos Pagos (Figura 125) é sede do rodeio que conta com a participação de cerca de 2.000 pessoas por edição.

O dia 25 de julho é a data oficial da emancipação política do Município de Catanduvas. Os festejos que marcam o aniversário do Município envolvem uma grande diversidade de atividades, como a Festa do Vinho, o festival Valores da Terra, festa da terceira idade, exposição de produtos do comércio, indústria e artesanato e jogos da integração (PMC, 2006).

As comemorações são realizadas no centro de eventos (galpão do produtor, Figura 126), localizado nas imediações do CTG Presilha dos Pagos, na rodovia PR-471, na saída para Três Barras do Paraná.

Figura 125: CTG Presilha dos Pagos



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 126: Galpão do Produtor



Fonte: Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

A maior parte dos freqüentadores destas atividades é proveniente da comunidade local; exceção ocorre com relação à Festa do Vinho a qual, de maiores proporções, envolve toda a região oeste e sudoeste paranaense, reunindo, aproximadamente, 5.000 visitantes em cada realização do evento. A prefeitura tem intenção de implantar uma vinícola na PR-471, ao lado dos galpões industriais de pequeno porte (proximidades do CTG).

Por fim, no período compreendido entre 24 e 31 de dezembro, ocorrem festividades culturais alusivas à semana do Natal e Ano-Novo. As comemorações são realizadas no Lago Novo Milenium, situado a Rua Presidente Costa e Silva, bairro centro. Este período de celebrações é tradição no Município e envolve a população local e seus familiares, contando com a visitação de aproximadamente 4000 pessoas a cada ano (PMC, 2006).

Além dos locais de festividades citados, Catanduvas possui ainda o Centro Cultural Rosely de Oliveira onde são desenvolvidas, em qualquer período do ano, atividades culturais, como ensaios da banda municipal, aulas vocais e instrumentais (violão, gaita, flauta e teclado). O Centro Cultural (Figura 127) localiza-se a Rua Presidente Costa e Silva, s/n e possui a capacidade para abrigar 500 pessoas (PMC, 2006).

Está sendo construída a Biblioteca Municipal, com recursos estaduais, nas proximidades da Prefeitura Municipal (Figura 128).

Figura 127: Centro Cultural



Figura 128: Biblioteca Municipal em construção



Catanduvas conta ainda com três associações para o desenvolvimento de atividades sociais e recreativas:

- Country Club – possui 500 associados; sede localizada a Av. dos Pioneiros / fundos;
- Associação dos Servidores Municipais de Catanduvas - ASSERMUCAT – conta com 180 sócios; situada a Rua Melgaço;
- Associação Atlética Veteranos – possui 30 associados; localizado no setor São Sebastião.

## 6.7 Esporte

O município possui um ginásio, um mini-ginásio e uma praça onde são desenvolvidas regularmente atividades esportivas.

O Ginásio de Esportes João Maria Alves de Oliveira está situado na Avenida dos Pioneiros, s/n, bairro Centro (Figura 129). Neste espaço são desenvolvidas diariamente atividades desportivas amadoras, praticadas por uma população jovem compreendida na faixa dos 04 aos 18 anos de idade. O local possui capacidade para abrigar um público de 3.000 pessoas.

O mini-ginásio de esportes está localizado à Rua Principal, no Distrito de Ibiracema, junto à Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Vieira Andrade. A edificação encontra-se em fase final de construção e, quando da conclusão da obra, irá atender a comunidade escolar e a população em geral, representando mais uma opção para a prática desportiva amadora na região. Em algumas comunidades rurais também se verificam ginásios e quadras poliesportivas (Figura 130).

Figura 129: Ginásio de esportes



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 130: Ginásio de esportes, comunidade Santa Cruz



Fonte: Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

A praça de esportes Emílio João Bernartt está localizada na Avenida Paraná, s/n, bairro Centro. O local oferece uma série de opções para a que a população possa se exercitar, havendo inclusive áreas para a realização de caminhadas. A praça possui um campo de futebol sete, cancha aberta, áreas arborizadas, sanitários e arquibancadas com a capacidade para 2.000 pessoas.

Além das três opções citadas, o município conta ainda com a infra-estrutura, para a prática de esportes, apresentada na Tabela 40.

Tabela 40: Canchas esportivas em Catanduvas - PR

Quantidade / Tipo	Localização	Observações
01 cancha desportiva	Rodovia PR-471 em Santa Cruz	Utilização por escolares e comunidade aos finais de semana
02 canchas de areia	Bairro Alto Alegre	
01 cancha de areia	Distrito de Ibiracema	
01 campo de futebol aberto	Av. Brasil, Bairro Alto Alegre – saída para Três Barras do Paraná (PR-471)	
04 canchas sintéticas para bocha	Country Club (02) ASSERMUCAT (01) Santa Cruz (01)	
03 canchas de bolão	Country Club (01) ASSERMUCAT (01) Santa Cruz (01)	Obra da cancha em Santa Cruz em finalização
04 campos de futebol suíço	Country Club (01) ASSERMUCAT (01) Associação Veteranos (01) Pça. Esportes Emílio J. Bernartt (01)	
20 canchas de areia para bocha	Igreja de São Sebastião (01)	Demais unidades nas comunidades rurais
01 cancha para prova de laço	CTG Presilha do Pagos - Rodovia PR-471 – saída para Três Barras do Paraná	

Fonte: PMC, 2006

Quanto a eventos e campeonatos a Prefeitura Municipal promove três campeonatos esportivos anualmente:

- Campeonato Municipal de futebol de campo;
- Campeonato Municipal de futsal;
- Campeonato Municipal de bocha e bolão.

No município são realizados também os *Jogos da Integração*. Neste evento, diversas modalidades esportivas amadoras são praticadas, inclusive jogos de mesa como xadrez, truco e canastra.

Esportes de competição individuais e coletivos também são praticados, como o voleibol, voleibol de duplas, futebol sete, futebol de areia sub 17, futebol de campo, futsal, bocha, bolão e tênis de mesa. Provas como corridas atléticas e tiro de laço também ocorrem no evento, o qual conta com a participação de aproximadamente 800 atletas provenientes da comunidade local inscritos nas diversas modalidades, nas categorias masculino e feminino livre (PMC, 2006).

O Município é também representado por equipes amadoras, formadas nas diversas modalidades esportivas, em jogos abertos, colegiais e da Cantuquiriguaçu (este último considerado o maior evento esportivo da região). Como exemplo, pode-se citar a participação na Copa CATV (regional), Copa CANTU (regional), Jogos Brasileirinho, com categorias infanto-juvenil (regional) e Projeto 2º tempo (programa estadual em parceria com o município).

O calendário esportivo obedece ao cronograma explicitado na Tabela 41.

Tabela 41: Calendário esportivo - município de Catanduvas - PR

Meses	Evento
Fevereiro	Campeonato Municipal de Futebol de Campo
Abril	Campeonato Municipal de Futsal
Junho a Julho	Jogos de Integração
Agosto	Campeonato Municipal de Bocha e Bolão
Abril / Maio	JARCAN'S (Jogos Abertos da Cantuquiriguaçu)
Período letivo	Jogos internos para categorias infanto-juvenil (12 aos 15 anos); jogos de futsal em amistosos regionais

Fonte: PMC, 2006

## 6.8 Demanda por Equipamentos Sócio-culturais

Diante do exposto acima, pode-se visualizar no Mapa 16 os equipamentos sócio-culturais e serviços da sede urbana, identificando espacialmente os equipamentos de saúde; educação; cultura, lazer e esporte; segurança, institucional e outros.

Atualmente, a demanda por esses equipamentos está suprida, sendo, pois, satisfatória a abrangência destes. Analisando-se a evolução para os próximos anos faz-se necessária a implantação de alguns equipamentos na sede urbana tais como: mini-posto de saúde; casa-lar para idosos; escola de ensino fundamental, centro de educação infantil, cobertura para todas as quadras poliesportivas existentes na sede, construção de estádio municipal de futebol e ginásio de esportes, além da construção de um centro de exposições, para que a demanda seja atendida e garanta à população qualidade de vida e bem-estar.

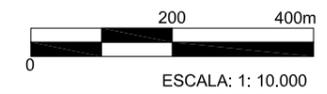
Na área rural, o Mapa 17 apresenta espacialmente a localização dos equipamentos sócio-culturais por localidade rural. Há 03 mini-postos de saúde, uma escola e canchas esportivas, que se encontram nas comunidades de Santa Cruz, São Marcos e Distrito de Ibiracema, conforme o Mapa 17.



# LEGENDA

- Perímetro urbano atual (sede urbana)
- Rodovias estaduais
- Vias urbanas
- Divisas de lotes
- Drenagem
- Curvas mestras
- Curvas intermediárias
- Saúde**
  - Hospital N. Sra. das Graças
  - Centro de Saúde
- Educação**
  - Colégio Ferreira Neves
  - Colégio Tiradentes
  - Escola
- Cultura / lazer / esporte**
  - Ginásio de Esportes
  - Parque de festas - bosque
  - Centro Cultural
  - Centro de Convivência 3ª Idade
  - CTG
  - Centro Comunitário
  - Estádio Municipal
  - Praça de Esportes
- Institucional**
  - Prefeitura Municipal
  - Área da Prefeitura Municipal
  - EMATER
  - Fórum
- Segurança Pública e Serviço Social**
  - Delegacia de Polícia Civil
  - Batalhão da Polícia Militar
  - Penitenciária Federal
- Outros**
  - Terminal rodoviário
  - Copel
  - Cemitério
  - Área de utilidade pública
  - Correio
  - Banco do Brasil
  - Viveiro
  - Detran
  - SANEPAR
  - Indústrias de pequeno porte
  - Igreja Matriz
  - Igrejas

Base Cartográfica: PARANACIDADE, 1996  
 Dados: Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

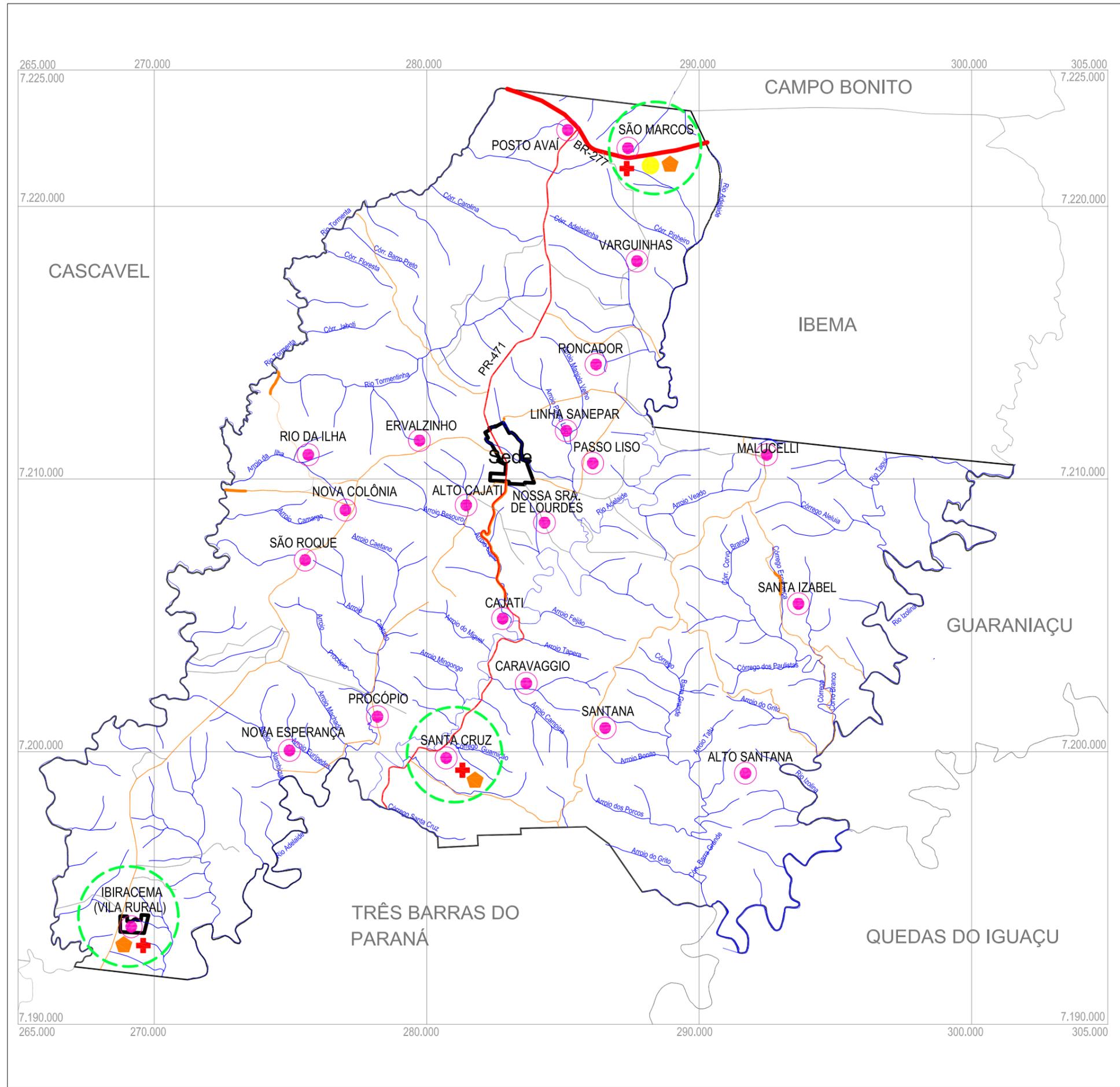


Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Mapa EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS DA SEDE URBANA  
 Prancha nº 16  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.





## LEGENDA

- Limite municipal de Catanduvas
- Perímetro urbano atual (sede urbana)
- Perímetro do Distrito de Ibiracema
- Rodovia Federal (BR-277)
- Rodovia Estadual (PR-471)
- Estradas municipais principais
- Estradas municipais secundárias
- Drenagem
- Localidades Rurais
- Mini-posto de Saúde
- Escola
- Canchas Esportivas
- Destaque da Localidade Rural

**Base Cartográfica:**  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
**Dados:**  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas  
 Elaborado por :  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**



Mapa EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS DO MUNICÍPIO  
 Prancha nº 17  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.



## 7 ASPECTOS ECONÔMICOS

Neste capítulo são expostos os principais aspectos econômicos do município de Catanduvas, dentre eles a dinâmica econômica regional e municipal, o perfil da renda e ocupação da população e dos setores produtivos, subdivididos em setor primário, secundário e terciário.

### 7.1 Dinâmica Econômica

A dinâmica econômica da Região Sul, segundo IPARDES (2002) é baseada na expansão da fronteira agrícola do Paraná, a partir do início do século XX. A distribuição das atividades econômicas compreende a agricultura e a agroindústria mais moderna; as atividades industriais voltadas à produção de insumos, máquinas e implementos para os segmentos agroindustriais; as atividades agrícolas e industriais voltadas para a exportação, como por exemplo, produção de calçados, de grãos e seu processamento.

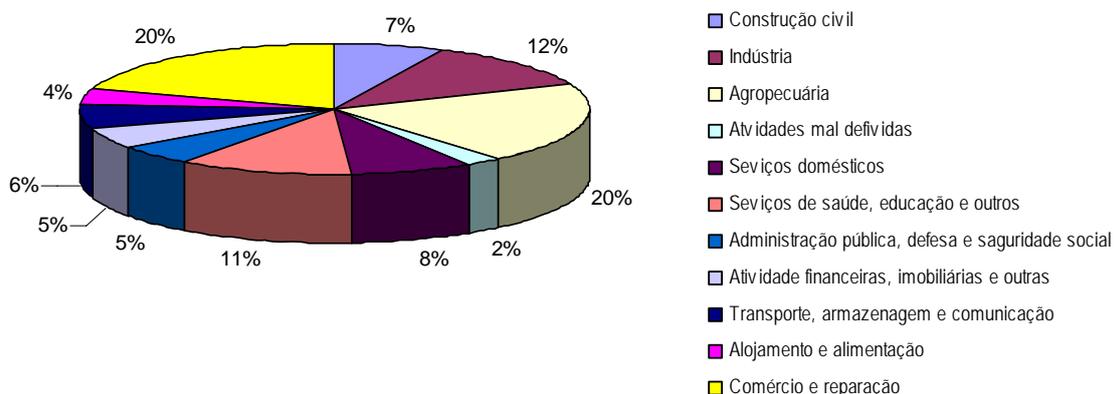
Em 1995 o PIB do Estado do Paraná foi de 38,2%, o do Rio Grande do Sul de 42,3% e de Santa Catarina de 19,5%, representando uma média de 17,4% para a Região Sul, a segunda maior entre as cinco regiões geográficas do país (IPARDES, 2002).

A mesorregião oeste tem participação no valor adicionado total do Paraná que cresceu no final dos anos 80, até atingir 14,68% em 1996. É a terceira maior participação do estado, bastante influenciada pela produção e distribuição de energia elétrica de Itaipu. Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu destacam-se dentre as 14 maiores participações do estado em 1996, com 2,32%, respectivamente, no valor adicionado total. Setorialmente, a região apresenta a maior participação no valor adicionado do setor primário (21,75%) e está dentre as três maiores participações no secundário (13,83%), com 11,8% no comércio e 12,23% em serviços (IPEA, 2000).

Industrialmente, é uma das regiões que aprestam maior grau de concentração de atividades na agroindústria (64,0%) e, dentro dessa, na produção de alimentos. Esse fato coloca-a como a terceira maior participação no gênero de alimentos com 17,06% do total do estado (*ibid*).

Não obstante, apesar da mesorregião oeste ter forte vocação agropecuária, a absorção de trabalhadores nas atividades rurais é de apenas 20,8% (IPARDES, 2003). Os demais trabalhadores estão inseridos nas áreas de comércio e reparação (19,9%), transporte, armazenagem e comunicação (6,1%), alojamento e alimentação (4,4%). Estas e outras distribuições ocupacionais são vistas no Gráfico 9, abaixo.

Gráfico 9: Ocupações por seção de atividade na mesorregião oeste do Paraná -2000



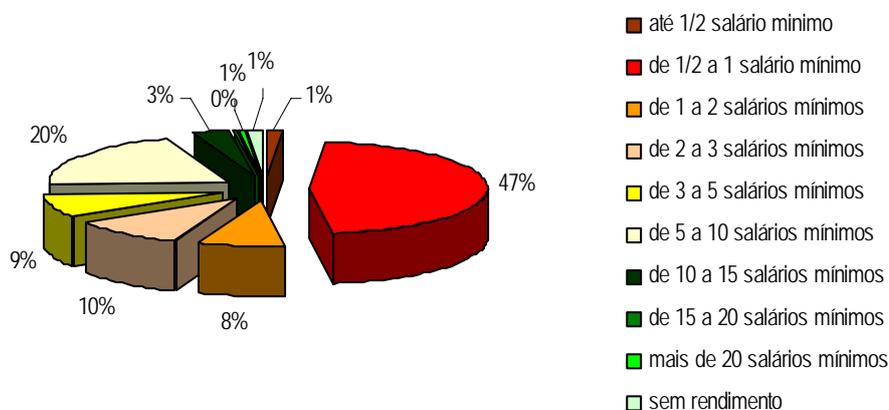
Fonte: IPARDES, 2003

## 7.2 Renda e Ocupação

De modo geral, as atividades da indústria de transformação na mesorregião oeste paranaense repercutem no emprego formal, gerando mais de 22.000 postos de trabalho, a terceira maior concentração do estado. Acompanhando o crescimento das mesorregiões com dinâmica agroindustrial, o gênero alimentos é o principal empregador, respondendo por 46% do mercado de trabalho regional. Na década de 90 apresentou um dos crescimentos mais expressivos do gênero no estado, agregando mais de 3.000 postos, número superior ao total dos novos empregos gerados pelos demais gêneros da região (IPEA, 2000).

Segundo dados do IBGE (2000) aproximadamente 47% dos responsáveis por domicílios do município de Catanduvas possuem rendimento entre meio e um salário mínimo e apenas 20% do total possuem rendimento entre 5 e 10 salários mínimos (Gráfico 10), demonstrando que grande parte da população no município é carente.

Gráfico 10: Rendimento mensal nominal dos responsáveis por domicílio em Catanduvas - 2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

Com relação ao emprego, o município possui 4.291 pessoas economicamente ativas em 2000 (Tabela 42), porém segundo dados do IPARDES (2007), apenas 3.795 estavam ocupadas, ou seja, aproximadamente 12% da população economicamente ativa ao possuía ocupação no período.

Tabela 42: População Economicamente Ativa – PEA – ano de 2000

População Economicamente Ativa - PEA	População (hab)
PEA - meio urbano	2.110
PEA - meio rural	2.181
<b>PEA - TOTAL</b>	<b>4.291</b>

Fonte: IPARDES, 2006.

### 7.3 Atividades Primárias

De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Catanduvas e da EMATER local (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) a atividade agrossilvipastoril é sem dúvida o alicerce da economia local, beneficiando direta e indiretamente 90% da população do município. É também o fator principal de geração de divisas para o município e seus munícipes, sendo a razão da existência das atividades dos demais setores econômicos.

A agricultura e a pecuária, atividades predominantes no município (Figura 131 e Figura 132) são desenvolvidas em diferentes categorias, que vão desde a pequena propriedade de subsistência a grandes propriedades, o que pode se denominar de um empreendimento rural. As tecnologias aplicadas nas propriedades apresentam uma variação que vai de tecnologias alternativas de baixo impacto a mecanização agrícola pesada, em sistema de integração, parceria ou sob a assistência técnica da prefeitura municipal através da sua Secretaria de Agricultura e da EMATER.

Figura 131: Agricultura, geração de emprego e renda



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 132: Soja e milho, principais produtos do município.



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

A partir da Tabela 43, abaixo, pode-se verificar que há predominância de propriedades rurais que desenvolvem atividades de subsistência, também denominadas e classificadas pela EMATER de “produtores simples de mercadoria 1”, cujas propriedades apresentam área entre 1 a 15 ha. Há 221 propriedades cuja área gira em torno de 15 a 30 hectares e 125 propriedades rurais cuja área gira em torno de 30 a 50 ha, sendo o que se pode denominar de pequena a média propriedade rural.

Do total de 1.141 propriedades rurais existentes no município, apenas 49 propriedades rurais são administradas como uma empresa rural, e existem ainda 142 propriedades nas quais os empresários e demais atuantes são membros da mesma família. Pode-se verificar ainda, a ocorrência de 243 proprietários de terra que trabalham para outros produtores rurais sendo classificados como “trabalhador rural”, os quais não cultivam as suas próprias terras.

Tabela 43: Tipologia de produção e seu quantitativo

Atividade	Numero de propriedades
Produtor de subsistência ou produtores simples de mercadorias 1*	361
Produtor simples de mercadorias 2**	221
Produtor simples de mercadorias 3***	125
Empresário Familiar	142
Empresário Rural	49
Trabalhador rural	243
<b>Total</b>	<b>1141</b>

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

\* produtores simples de mercadoria 1 – até 15 hectares de terra;

\*\* produtores simples de mercadoria 2 – de 15 a 30 hectares de terra;

\*\*\* produtores simples de mercadoria 3 – de 30 a 50 hectares de terra.

### 7.3.1 Agricultura

Dentre as atividades agrícolas, a que tem maior destaque no município de Catanduvas, é o milho (Figura 133) e a soja (Figura 134), cultivados em larga escala, ocupando uma área total de 11.800 ha e 12.500 ha respectivamente, como mostra a Tabela 44. O município apresenta ainda uma grande produção de aveia e trigo, como cultura de inverno, ocupando uma área de 5.000 ha e 1.500 ha, respectivamente.

Figura 133: Plantio de Milho



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 134: Plantio de Soja



Fonte: Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

O milho e a soja, como já exposto, apresentam-se como as principais culturas do município, sendo produzidos atualmente, em 660 propriedades rurais, no caso do milho e em 335 propriedades no caso da soja. Destaca-se, ainda o cultivo da mandioca que se dá em 550 propriedades rurais e a cana-de-açúcar produzida em 310 propriedades, como se demonstra na Tabela 44. O cultivo do arroz de sequeiro, a aveia e o amendoim também são produzidos em mais de 200 propriedades rurais, respectivamente.

Tabela 44: Lavouras de Catanduvas de 2005 a 2006

Atividade	Produtores	Área (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Algodão	10	36	2.000
Amoreira	22	50	500
Arroz de sequeiro	225	240	2.300
Cana-de-açúcar	310	650	65.000
Feijão das águas	100	500	1.800
Feijão das secas	145	1.020	2.000
Mandioca	550	600	25.000
Milho	660	11.800	7.500
Milho safrinha	95	600	4.400
Soja	335	12.500	2.900
Trigo	60	1.500	2.400
Fumo	80	170	1.700
Aveia	200	5.000	1.500
Triticale	15	300	2.200
Sorgo granífero	10	50	8.000
Amendoim	200	150	2.300
Sorgo vassoura	17	10	4.000

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

Analisando a Tabela 45, sobre evolução das atividades da lavoura anual de 1991 a 2003, pode-se verificar uma significativa redução no total de área de produção do algodão, que neste período passou de 1.400 ha para 120

ha em todo o município. A área de plantação de milho sofreu redução de 12.500 ha para 7.050 ha e o arroz que em 1991 ocupava 800 ha de área, em 2003 passou a ocupar apenas 450 ha.

No entanto, observa-se um crescimento acentuado na área de produção da cana-de-açúcar que aumentou de 30 ha em 1991 para 1.000 ha em 2003, assim como a área de produção da soja que passou de 4.000 ha para 12.250 ha. O trigo também teve significativo aumento de área de plantio, passando de 790 ha para 7.340 ha.

A cultura do milho e feijão pode ser destacada ainda, pelo rendimento produtivo que estas culturas vêm apresentando, embora a área de produção do milho tenha sofrido redução de 12.500 ha para 7.050 ha, a sua produtividade em tonelada tem aumentado de 33 mil toneladas para 55 mil toneladas, o que comprova a melhoria da tecnologia aplicada nas propriedades, seja esta relacionada à infra-estrutura ou a insumos agrícolas.

O crescimento de produtividade, apesar da redução de área, pode ser verificado também na produção do arroz.

A soja triplicou a área de produção passando a ter 200% a mais de área produtiva e, a produtividade teve um aumento maior que 400% como se pode verificar na Tabela 45.

Tabela 45: Evolução da lavoura anual no município.

	1991		2000		2001		2002		2003	
	Área (ha)	Produção (ton)								
Algodão	1.400	2.621	30	45	30	54	120	283	120	240
Alho	--	--	--	--	10	50	15	60	8	32
Amendoim	20	24	10	20	10	20	25	50	30	60
Arroz	800	240	350	805	320	800	300	750	450	1.125
Aveia	500	450	662	385	550	660	1.500	1.500	1.300	1.690
Cana-de-açúcar	30	1.350	25	1.000	600	39.000	800	40.000	1.000	50.000
Feijão	400	120	800	495	720	1.224	1.120	2.148	1.320	1.922
Fumo	20	40	49	108	25	42	46	85	86	139
Milho	12.500	33.592	9.800	51.900	11.000	82.800	7.800	51.070	7.050	55.650
Soja	4.000	7.320	7.510	20.265	7.000	23.100	10.200	28.580	12.250	39.500
Trigo	790	544	664	582	2.000	5.000	2.500	4.200	7.340	19.600

Fonte: CNM – Confederação Nacional dos Municípios, 2006 (IBGE – Produção Agrícola Municipal)

A olericultura é uma prática predominante nas pequenas e médias propriedades rurais de Catanduvas. No município identifica-se a predominância de produtores de repolho, batata-doce e cebola como exposto na Tabela 46.

Tabela 46: Olericultura de Catanduvas– 2005 a 2006

Atividade	Produtores (número)	Área (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Abóbora	95	47	22.000
Abobrinha	44	4,5	15.000
Alface	53	5,5	12.000
Alho	75	12	7.000
Batata doce	106	21	20.000

Chuchu	46	5	35.000
Cebola	90	24	12.000
Melancia	52	18	27.500
Repolho	105	6	29.000
Tomate	75	5	40.000
Aipim (mandioca)	450	50	26.500

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

Na Tabela 47, pode-se verificar que o município possui pequenas áreas de culturas permanentes, que são representados pela fruticultura. De acordo com dados da EMATER, conclui-se que a fruticultura não tem grande representatividade na economia local, destaca-se o cultivo da laranja em uma área de 95 hectares produzidos por 165 proprietários rurais, apresentando um rendimento médio de 16.500 kg/ha.

De acordo com o levantamento realizado na Prefeitura Municipal, a viticultura está em pleno crescimento no município (Figura 135 e Figura 136). A partir do ano de 2000 esta atividade vem crescendo, a qual possui associação própria dos produtores, em que se discute a construção de uma vinícola na sede urbana. A produção de uvas e vinho tem uma representatividade importante para o município, todos os anos, no mês de julho é realizada a festa da uva, na qual promove-se o município e a atividade da região.

A Prefeitura Municipal como forma de incentivo aos produtores rurais, produz no viveiro municipal muda de porta enxertos para serem distribuídos aos produtores.

Tabela 47: Cultura permanente de Catanduvas - 2005 a 2006

Atividade	Produtores	Área (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Abacate	24	3	20.000
Ameixa	18	4,5	9.500
Banana	43	21	32.000
Caqui	26	3,2	12.000
Laranja	165	95	16.500
Limão	108	6,5	11.000
Mamão	46	1,3	19.000
Nectarina	19	3,5	3.500
Pêssego	45	11	6.500
Tangerina	23	10	14.000
Uva de mesa	16	5	13.000
Uva (vinho/suco)	32	6	11.000

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

Figura 135: Viticultura em pequena escala (propriedade particular na comunidade de Santa Cruz)



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 136: Detalhe da uva produzida



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 7.3.2 Pecuária

A criação de animais com fins econômicos, no município, são predominantemente a bovinocultura (Figura 137 e Figura 138), avicultura (Figura 139 e Figura 140) e suinocultura (Figura 141).

A bovinocultura de corte, leite e mista representa um total de 881 produtores rurais, seguido da avicultura, realizada por 695 produtores rurais e a suinocultura realizada em 312 propriedades rurais, como pode ser visto na Tabela 48. O rebanho municipal teve uma melhoria na produção de leite. Segundo técnicos locais a produção de leite diária no município era de 5 mil litros por dia em 2000, e hoje a produção é de 80 mil litros diários, este acréscimo de produção de leite se deve ao aumento da quantidade e da qualidade de rebanho leiteiro no município, que foi favorecido através do programa de inseminação artificial (PIA) realizada em parceria com o Governo de Estado.

A Prefeitura Municipal vem incentivando a criação de animais em confinamento com o Programa de auxílio na instalação de silo trincheira, para o armazenamento de alimento para o animal. Desta forma os criadores têm também produzido alimento para o armazenamento e, assim atendendo a própria demanda.

Tabela 48: Pecuária de Catanduvas - 2005 a 2006

Atividade	Produtores	Rebanho (cabeça)
Bovinocultura de corte	307	25.100
Bovinocultura de Leite	210	10.500
Bovinocultura mista*	362	9.375
Suinocultura	312	63.500
Caprinocultura	19	490
Ovinocultura	38	2900

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

\*Bovinocultura mista, no campo rebanho informa o rebanho para produção de bezerros e comercialização de leite;

Figura 137: Bovinocultura



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 138: Baía de alimentação do gado



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 139: Avicultura



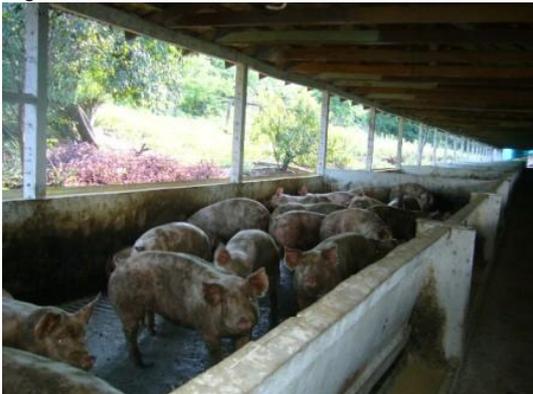
Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 140: Galpão de avicultura



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 141: Suinocultura



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 142: Equinos



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Ao analisar o crescimento da atividade pecuária no município de 1991 a 2003, pode-se verificar um significativo crescimento do rebanho de bovinos que passou de 19.552 cabeças para 37.460 cabeças e a galinha e frango que teve um aumento de 15.890 para 133.965 galinhas (em 2003) e um crescimento de 80.500 (em 1991) para

899.733 galos (em 2003). A suinocultura teve uma estabilidade nestes 12 anos, ou seja, a alta produção continua num mesmo patamar de produtividade, como pode ser visto na Tabela 49.

A criação de equínos (Figura 142) ainda é realizada no município embora tenha sofrido uma redução nos últimos 3 anos.

Tabela 49: Crescimento da atividade pecuária no município.

Atividade	1991	2000	2001	2002	2003
Asinino	1	5	3	3	3
Bovino	19.552	27.260	31.349	32.916	37.460
Bubalino	--	26	26	27	27
Caprino	800	270	210	212	213
Codorna	125	135	135	142	159
Coelho	230	70	60	62	68
Equino	240	1.310	950	988	987
Galinha	15.980	106.700	124.839	131.081	133.965
Galo	80.500	602.700	675.024	708.776	899.733
Muar	120	80	80	83	82
Ovino	385	1.533	1.300	1.308	1.307
Suino	16.081	10.769	12.488	13.112	14.525

Fonte: CNM – Confederação Nacional dos Municípios, 2006 (IBGE – Produção Agrícola Municipal)

### 7.3.3 Reflorestamento e Extrativismo

O município já esteve em destaque com a produção de erva-mate, no entanto, esta cultura encontra-se em decadência. Atualmente, existem no município grandes áreas de reflorestamento que, segundo a EMATER, são reflorestamentos com pinus e araucária, além de eucalipto (em pequenas propriedades rurais). Grande parte das mudas (Figura 143 e Figura 144) é produzida no viveiro municipal (já exposto anteriormente no item 4.3.3).

Na Tabela 50, pode-se verificar o declínio que a atividade extrativista vem apresentando no município de Catanduvas, principalmente de carvão vegetal e madeira em tora. Há, pois, um aumento significativo na extração de carvão vegetal.

Figura 143: Viveiro municipal produção de mudas



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 144: Viveiro municipal, mudas ornamentais



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Tabela 50: Evolução da atividade extrativista no município.

Atividade	1991	2000	2001	2002
Alimentício (ton)	33	30	37	38
Erva Mate (ton)	33	30	37	38
Carvão vegetal (ton)	823	597	418	184
Lenha (m3)	855	3.800	3.190	1.740
Madeira em tora (m3)	3.350	680	591	563

Fonte: CNM – Confederação Nacional dos Municípios, 2006 (IBGE – Produção Agrícola Municipal)

### 7.3.4 Atividade Alternativa

Destaca-se como atividade alternativa os pesque-pagues, existentes no município em número de 06. Há um total de 5,4 hectares de tanques produzindo 15.000 alevinos e uma produção de 7,5 toneladas /hectares. Em visita técnica identificou-se a criação de avestruzes, embora ainda não esteja participando diretamente da estatística econômica do município. A Tabela 51, demonstra as atividades alternativas no município.

Tabela 51: Atividades alternativas 2005 a 2006

Atividade	Produtores	Rebanho *****
Cunicultura	17	180
Apicultura**	52	750
Avicultura***	695	1250
Piscicultura****	235	5,4
Sericicultura*****	22	50

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

\*\* em apicultura, no campo rebanho informa o número de colméias;

\*\*\* em avicultura informa o rebanho em 1000 cabeças

\*\*\*\* em piscicultura, no campo rebanho, informa a área dos tanques em hectares;

\*\*\*\*\* em sericicultura, no campo rebanho informa a área de amoreiras.

Ainda, destaca-se como atividade alternativa a sericicultura, que está sendo difundida no município através do sistema de integração com a BRATAC. Os produtores recebem a assistência técnica para desenvolver a atividade em pequenas propriedades rurais, garantindo a venda de seus produtos para a empresa. Atualmente, 22 produtores rurais estão desenvolvendo essa atividade.

### 7.3.5 Infra-estrutura de Apoio ao Produtor

#### 7.3.5.1 Integração

Os bovinocultores de leite contam hoje com mais de 08 laticínios que garantem a compra do leite produzido nas propriedades leiteiras do município. A Tabela 52 apresenta o dimensionamento do rebanho de bovinos de leite.

Tabela 52: Bovinocultura de Leite – Dimensionamento do Rebanho – 2005 - 2006

Atividade	Produtores	Rebanho (cabeça)	Produção (1000litros)
Animais de raças especializadas em leite	210	10500	20.695
Animais cruzados para leite	362	9375	7.500
Animais de corte, com produção de leite (criadores safristas)	50	1.500	450

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

Na suinocultura os produtores rurais contam, ainda com o sistema de integração com a Sadia e a Coopavel (Figura 145 e Figura 146).

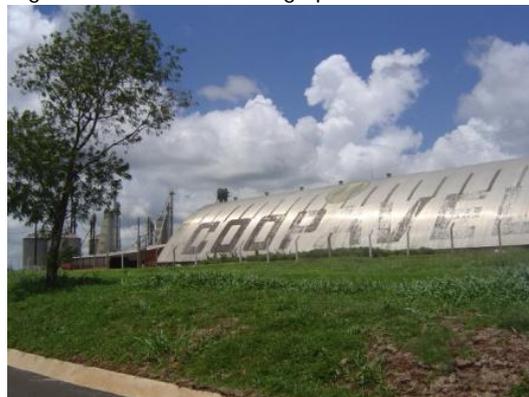
A Tabela 53 apresenta o dimensionamento da atividade de suinocultura em Catanduvas e a Tabela 54 a vinculação dessa atividade no mercado.

Figura 145: Integração Sadia



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 146: COOPAVEL, galpão de armazenamento



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Tabela 53: Suinocultura – Dimensionamento da atividade

Atividade	Produtores	Rebanho (número de matrizes)
Criação até 5 matrizes	164	489
criação de 6 a 15 matrizes	37	330
ciração de 16 a 30 matrizes	16	368
criação de 31 a 60 matrizes	14	590
criação acima de 60 matrizes	11	850
total	241	2627

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

Tabela 54: Suinocultura – Vinculação ao mercado

Atividade	Produtores	Matrizes (número)
Produtores independentes	180	840
Produtores integrados	85	2.100

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

Na avicultura a empresa Sadia, COOPAVEL e Globo Aves, prestam orientação, fornecimento de insumos e assistência dentro do seu sistema de integração com os criadores do município.

Tabela 55: Avicultura

Atividade	Produtores	Aves alojadas (rebanhos existentes em cabeças)
Aves de corte	99	1.322.000
Aves caseiras	593	59.000
Rebanho Total	682	1.3381.000

Fonte: EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2006.

### 7.3.5.2 Abatedouro Municipal

O município conta com um abatedouro municipal de bovinos, desativado por algum tempo (Figura 147). Recentemente passou por reformas e já está iniciando suas atividades novamente, com a pretensão de abater 1000 cabeças de gado por mês.

Figura 147: Vista do abatedouro municipal



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

### 7.3.5.3 Organização dos Produtores Rurais

Em Catanduvas, há uma unidade da Cooperativa COOPAVEL, na qual 250 são cooperados desta, recebendo auxílio na produção e escoamento de suas mercadorias.

No município há cerca de 20 associações comunitárias e, três associações de classes, sendo estas a associação dos suinocultores, avicultores e bovinocultores de leite, e mais recentemente está sendo formada a associação dos viticultores.

Assim, como os produtores rurais contam com um Sindicato Rural em seu município, os trabalhadores rurais também podem contar com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aonde cada qual auxilia e defende os direitos de suas categorias. Tendo como membros do sindicato rural 185 produtores rurais, e 335 trabalhadores rurais, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

As associações do município de Catanduvas são: Associação agropecuária Rio da Ilha; Associação Agropecuária Santana; Associação Comunitária Novo Caminho; Associação Agropecuária Linha Sanepar; Associação Municipal dos Suinocultores de Catanduvas; Associação dos Produtores de Leite do Município de Catanduvas; Associação Saudade do Iguçu; Associação Veneza; Associação Agropecuária Passo Liso; Associação Amigos do Roncado; Associação Agropecuária Nova Esperança; Associação Agropecuária Santa

Isabel; Associação Agropecuária Cajati; Associação Agropecuária Malucelli; Associação Agropecuária Nossa Senhora de Lourdes; Associação Agropecuária São Roque; Associação agropecuária Nova Colônia; Associação Agropecuária de Ibiracema; Associação Agropecuária Procópio; Associação Agropecuária Alto Santana.

### 7.3.6 Principais Programas

O município realiza em parceria com a EMATER o *Programa Patrulha Rural*, na qual possuem duas frotas, e realizam ainda palestras para a conscientização ambiental, o reflorestamento e a Educação Ambiental em geral. Contando ainda com a produção de mudas no viveiro municipal para a produção de mudas.

A EMATER participa junto ao município através da extensão rural.

A Prefeitura Municipal trabalha em parceria com os produtores rurais, incentivando a construção de silo trincheira para o armazenamento de silagem para o gado no período de estiagem. Incentivando além do armazenamento da silagem, cultivar a demanda necessária em sua propriedade, buscando desta forma reduzir o custo de produção para o proprietário rural.

Em parceria com o Governo de Estado, Catanduvas conta com o *Programa Paraná Biodiversidade*, que é uma ramificação do Paraná 12 meses que já beneficiou várias famílias em melhoria de moradias, sistema de saneamento rural e geração de emprego e renda.

O programa municipal *PIA (Programa de Inseminação Artificial)* atende a todas as comunidades do município e tem resultado em melhoria na quantidade de leite produzida no município.

### 7.3.7 Principais Problemas Diagnosticados no Município

Em levantamento ao município, pôde-se detectar alguns problemas, dentre os quais, cita-se:

- Baixa capacidade de ampliação de fronteiras, uma vez que as áreas que hoje não estão sendo ocupadas pela atividade agrossilvipastoril, é em grande parte áreas destinadas a Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), ficando um grande desafio para o município, a melhoria da produtividade dentro da área destinada para a atividade, concomitantemente com a expansão urbana.
- A atividade primária do município está diretamente ligada ao uso de insumos agrícolas, no entanto, há uma falta de consciência na utilização do mesmo, causando potencial poluição pelo uso de agrotóxico. Este é um problema ainda existente no município, principalmente no que se refere ao abastecimento de tanques pulverizadores nos mananciais hídricos, destinação final das embalagens uma vez que o processo imposto pelas empresas e instituições ambientais ainda não é eficiente.
- O município vem trabalhando na conscientização para a redução dos focos de erosão, assim sendo, a erosão é um problema quase sanado. Contudo, ainda se podem ver áreas isoladas, nas quais o problema prevalece, havendo a necessidade de melhoria da cobertura vegetal do solo.

- No que se refere à área de preservação permanente (APP), hoje o município possui um terço da mata ciliar exigida por lei. Sendo necessário ampliar o trabalho de preservação e recuperação.
- Infra-estrutura precária das propriedades rurais, principalmente para o armazenamento da produção. A produtividade do município vem aumentando, porém, a baixa concorrência na compra das mercadorias (venda do produto), principalmente dos grãos, deixam os produtores as margens do baixo preço.
- Os acessos para as propriedades rurais muitas vezes encontra-se em situações precárias, dificultando o escoamento da mercadoria.

## 7.4 Atividades Secundárias

A atividade industrial no município é pouco desenvolvida, pois este setor conta com poucos estabelecimentos, conforme demonstra a Tabela 56. Outro fator que reforça que a atividade industrial no município é incipiente é o valor adicionado gerado pelo ramo, de apenas 2.719.696 reais no ano de 2003, bem inferior ao gerado pela agropecuária 73.461.383 reais e representa apenas 2,64% do PIB municipal (IPARDES, 2007).

Tabela 56: Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas - 2004

Atividade Econômica	Estabelecimentos
Indústria de produtos minerais não metálicos	1
Indústria da madeira e do mobiliário	1
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	3
Indústria de calçados	1
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	2
Construção civil	1

Fonte: IPARDES, 2007

No município estacam-se as indústrias de transformação: madeireiras, de mobiliário e de produtos alimentares. Estas são a que oferecem mais postos de trabalho, sendo seguida pela construção civil, conforme demonstra a Tabela 57.

Tabela 57: População ocupada no setor secundário -2000

Atividade Econômica	Nº de Pessoas
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	15
Indústria de transformação	223
Construção civil	146

Fonte: IPARDES, 2007

Na sede urbana de Catanduvas destaca-se, na porção sul, a indústria de pequeno porte de calçados, denominada de Indústria de Calçados Cajila, instalada há mais de 5 anos no município, com um quadro de funcionários aproximado de 18 pessoas. A produção concentração em “rasteirinhas” femininas, cerca de 10.000 pares por mês, exportados em sua maioria (60%) para Rondônia-RO (Figura 148).

Ainda, destaca-se a facção de roupas, denominada de JL Indústria de Confecção Ltda., instalada há 3 anos, com um quadro de funcionários aproximado de 40 pessoas. A produção concentração em calças jeans vendidas 100% para lojas de departamentos (C&A, Pernambucanas, dentre outras) de São Paulo-SP. São produzidas cerca de 15.000 peças por mês (Figura 149).

Figura 148: Produção da Indústria de Calçados Cajila



Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

Figura 149: Produção da JL Indústria de Confecção Ltda.



Fonte: Fonte: ECOTÉCNICA, 2007

## 7.5 Atividades Terciárias

Quanto ao setor terciário destaca-se a venda do varejo e do atacado. A Tabela 58 apresenta o número de estabelecimentos de comércio e serviços, totalizando 45 estabelecimentos. Este setor representa 26,17% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, conforme demonstra a Tabela 59.

Tabela 58: Número de estabelecimentos do setor terciário no município de Catanduvas - 2004

Setor	Número de estabelecimentos
Comércio varejista	35
Comércio atacadista	4
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	3
Administradoras de imóveis, valores mobil.,serv.téc.n.profis.,aux.ativ.econ.	3
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>

Fonte: IPARDES, 2007

Tabela 59: Participação no PIB municipal-2003

Setor	Participação (%)
Agropecuária	71,19
Indústria	2,64
Serviços	26,17

Fonte: IPARDES, 2007

Quanto à ocupação da população este setor é significativo, sendo responsável, segundo dados do IPARDES (2007) por aproximadamente 42% da população ocupada no município em 2003. A distribuição da população ocupada por atividade econômica é demonstrada na Tabela 60.

Tabela 60: População ocupada no setor terciário -2003

Atividade Econômica	Nº de Pessoas
Comércio, reparação de veíc. automotivos, obj. pessoais e domésticos	471
Alojamento e alimentação	66
Transporte, armazenagem e comunicação	144
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	97
Administração pública, defesa e seguridade social	71
Educação	205
Saúde e serviços sociais	59
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	87
Serviços domésticos	264
Serviços domésticos	156

Fonte: IPARDES, 2007

## 8 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A componente Institucional é caracterizada com base nos aspectos relativos à Estrutura Administrativa, Gestão Democrática e Organizações Sociais, Programa de Governo Municipal e Estrutura Normativa e Legal do município de Catanduvas.

### 8.1 Estrutura Administrativa

A Estrutura Administrativa no Governo Municipal é composta por órgãos segmentados, tendo níveis de atuação e abrangência definidos por área. Estes têm objetivo de criar condições e realizar as metas e ações propostas. Para análise dessa estrutura, seja: Administração Pública, Orçamento e Finanças e Recursos Humanos, foram feitas coletas de informações por meio documental, visitas ao Município, reuniões de apresentação das temáticas, entrevistas individuais com os responsáveis pelas áreas e aplicação de questionário complementar (Anexo 4).

#### 8.1.1 Administração Pública

A Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município está consolidada pela Lei nº 020/2002 que “Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Município de Catanduvas, Estado do Paraná e dá outras providências”. Segundo esta Lei, no artigo 1 esclarece que o Planejamento será adotado como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Municipal, no qual a ação governamental terá princípios norteados pelos instrumentos: I - Plano Plurianual; II - Diretrizes Orçamentárias; III - Orçamento Programa. Importante ressaltar que esta lei prioriza o planejamento municipal em consonância com os planos e programas do Governo do Estado do Paraná e dos Órgãos de Administração Federal.

De acordo com o Título II desta lei, que discorre sobre a Estrutura Básica, no seu artigo 10º, a Prefeitura está constituída pelos seguintes órgãos:

I - Órgãos de Aconselhamento:

- . Conselho Municipal de Assistência Social
- . Conselho Municipal de Saúde
- . Conselho da Alimentação Escolar
- . Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- . Conselho Municipal do Trabalho

- . Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
  - . Comissão Municipal de Defesa Civil
  - . Comissões Especiais destinadas a assuntos de caráter temporário
- II - Órgão de Assistência Imediata:
- . Gabinete do Prefeito.
- III - Órgãos de Assessoramento:
- . Procuradoria Jurídica;
  - . Assessoria de Imprensa.
- IV - Órgãos de Colaboração com o Governo Federal e Estadual:
- . Junta do Serviço Militar;
  - . Unidade Municipal de Cadastramento (INCRA);
  - . Unidade do Departamento de Trânsito DETRAN;
  - . Serviço de Identificação.
- V - Órgãos de Administração Geral:
- . Secretaria de Administração;
  - . Secretaria de Finanças;
  - . Secretaria de Planejamento.
- VI - Órgãos de Administração Específica:
- . Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
  - . Secretaria de Saúde;
  - . Secretaria de Viação e Obras;
  - . Secretaria de Agricultura e Expansão Industrial;
  - . Secretaria de Trabalho e Ação Social.

Cabe ressaltar que os Órgãos de Aconselhamento vinculam-se ao Prefeito por coordenação e os demais órgãos mencionados neste artigo subordinam-se ao Prefeito por linha de autoridade integral.

Esta lei 020/2002, que trata da estrutura administrativa encontra-se desatualizada, tendo em vista a criação de novos conselhos e novo órgão funcional a Controladoria, assim como será apropriado ajuste nas nomenclaturas de algumas Secretarias em função das responsabilidades e nível de abrangência de cada, a exemplo da Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Agricultura e Expansão Industrial, sugestão de novo departamento na Secretaria de Administração, realocação do departamento de engenharia e arquitetura da Secretaria de Planejamento.

A estrutura organizacional administrativa no tocante aos ambientes físicos onde os secretários e sua equipe exercem suas funções, encontra-se descentralizada, ou seja, a grande maioria das Secretarias a exemplo: da Agricultura, Saúde, Trabalho e Assistência Social, Educação, entre outras, atuam em locais distintos. Esta

descentralização é avaliada pela equipe interna da prefeitura, como boa, pois o espaço físico onde a prefeitura esta localizada não comporta o atendimento a população e evita-se congestionamento de pessoas.

No endereço: Av. dos Pioneiros, 900 - centro, está localizada a prefeitura, nesse ambiente atuam o prefeito, gabinete, Secretaria de Finanças e Planejamento, Administração com suas respectivas divisões, Procuradoria Jurídica e Junta Militar. O que chama atenção desse espaço físico, é a necessidade de um redimensionamento e/ou reposicionamento dos setores, pois em sua grande maioria existe apenas um responsável por área sem auxiliares, documentos com arquivos comprometidos, espaços mal dimensionados pela ocupação. Outro fator importante a ser frisado, é o número de servidores por setor. Neste aspecto, cada responsável exerce atividade técnica, operacional e auxiliar, ou seja, o tempo para pensar em gestão fica comprometido, assim como os casos de substituição em cursos internos e externo, palestras, férias, doenças, entre outras variáveis que afetam o desempenho do servidor municipal. Ressalta-se que nesse modo de operação detectou-se sobrecarga de funções, necessidade de trabalho além do expediente interno, falta de registro dos bens patrimoniais, falta de informações integradas entre as Secretárias, carência por informações concretas, documentos oficiais sem centralização, ou seja, disperso entre as secretarias e setores.

#### 8.1.1.1 Reuniões Técnicas Internas e Externas junto a Comunidade

Com relação às Reuniões Técnicas Internas da Prefeitura, cabe citar a existência de agenda de reunião semanal da Prefeitura, envolvendo as secretarias. Nesse processo permeia a discussão interna e entrosamento administrativo. Por sua vez a comunidade também tem seu espaço garantido, no entanto, somente a Secretaria de Agricultura promove os encontros com maior frequência. Existe sinalização por parte do Secretario de Administração que outras secretarias promovam encontros com a comunidade com a periodicidade de 90 dias.

#### 8.1.1.2 Sistema de Informações Municipais

O uso dos recursos tecnológicos no município está dirigido à atividade de controle e registro de dados, principalmente nas áreas de recursos humanos, financeira, tributária e saúde, conforme identificado na Tabela 61. O uso destes recursos por meio de sistemas contribui com a agilidade na coleta e atualização das informações para tomada de decisão

Tabela 61: Identificação de sistema de informação no município de Catanduvas

	Existência Sim/Não	Nome do Sistema Utilizado (*)	Manutenção Mensal (R\$ 1,00) (**)
Cadastro de alvarás	sim	GP Cetil	
Cadastro de funcionários	sim	GP Cetil	
Cadastro de ISS	sim	GP Cetil	
Cadastro e ou banco de dados da educação		-	
Cadastro e ou banco de	não	-	

dados de patrimônio			
Cadastro e ou banco de dados de saúde	Sim	Software do Ministério da saúde	0,00
Cadastro imobiliário IPTU	sim	GP Cetil	
Contabilidade	sim	GP Cetil	
Controle da execução orçamentária	sim	GP Cetil	
Folha de pagamento	sim	GP Cetil	
Outros sistemas (***)		Nota produtor rural	0,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduvas - questionário complementar – Anexo A.

Nota: (\*) Informar o nome do sistema utilizado, caso de existe. (\*\*) Informar qual o custo mensal e/ou não existe custo.

Para dar suporte às necessidades complementares em termos de sistemas de informação são necessários outros recursos em termos de equipamento e acessórios que somam ao parque tecnológico, entre os exemplos cabe citar: computadores, impressoras, gravadores de CD, scanner e leitor de código de barras. Porém constatou-se a existência desses equipamentos e acessórios, no entanto, não existe registro informando quantidade e local onde estão disponíveis para trabalho.

A prefeitura não conta com site próprio, portanto o acesso às informações da prefeitura não são disponibilizadas a qualquer nível de abrangência, seja local, regional e/ou nacional. Ressalta-se que apesar de não existir endereço eletrônico oficial, alguns setores/servidores da prefeitura se utilizam de e-mail particular e outros fazem uso do endereço eletrônico da empresa: Olivatti no site: [www.olivatti.com.br](http://www.olivatti.com.br) com sede em Cascavel. Essa empresa, de automação pública e comercial também disponibiliza as contas públicas municipais de alguns municípios, onde Catanduvas faz uso desse recurso. Entre as informações divulgada e pertinente nesse quesito da conta pública, cabe citar: Tributos Arrecadados; Orçamento Anual; Execução do Orçamento; Balanços Orçamentários; Demonstrativo de Receita e Despesa; Contratos e seus aditivos e Compras.

Por sua vez, a atuação em rede (*on-line*) não ocorre em toda estrutura administrativa, apenas os sistemas da Cetil são integrados.

#### 8.1.1.3 Consórcio Intermunicipal

De acordo com análise documental e questionário complementar – Anexo A, a prefeitura atua somente com o Consórcio para área de saúde. Este consórcio iniciou através de um Contrato de Adesão entre Catanduvas e Cascavel, no ano de 1993. A Lei nº 94/95 veio autorizar o Executivo municipal a participar do consórcio intermunicipal de saúde. Esse consórcio tem como objetivo o atendimento médico em diversas especialidades. A primeira etapa realiza-se nos centros de saúde municipal, depois dessa fase, o munícipe passa por uma avaliação no centro e o próprio centro marca a consulta e encaminha o munícipe à Cascavel sem nenhum custo. As demandas são: ortopedia, cardiologia, dermatologia, oftalmologia. O ônibus que leva a Cascavel tem capacidade de transportar 32 pessoas, e esse transporte ocorre diariamente.

#### 8.1.1.4 Saúde Pública – Presídio de Segurança Máxima de Catanduvas

Nessa área de saúde pública, cabe ressaltar a Lei nº 071/2006 que autoriza o município a firmar convênio com o Ministério da Justiça, nessa lei destaca-se o parágrafo primeiro: “O valor do convênio – que será repassado pela União ao Município – deverá atender a necessidade do executivo em tornar mais efetivo o atendimento a saúde pública para a população carcerária e, bem como aos munícipes”.

Outro convenio firmado é com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, de acordo com a Lei nº 001/2007 - “termo de parceria” com OSCIP e dá outras providências. Neste no Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar “termo de parceria” com a ORDESC -Organização para o Desenvolvimento Social e Cidadania, pessoa jurídica considerada como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme ato do Ministério da Justiça de nº 08.015.011.712/2003-58, com o objetivo de levar a termo o Convênio firmado com a União, por intermédio do Ministério da Justiça, visando a execução do Projeto Assistência á Saúde dos presos da Penitenciária Federal de Catanduvas. Neste caso, os atendimentos procedem do seguinte modo: para área de saúde os profissionais atendem 40 horas por semana, sendo: médicos (20 h/20 h), psiquiatra - (20 h/20 h), psicólogo - (32 h/8 h), enfermeiros - (20 h/20 h), assistência social - (20 h/20 h), sendo parte da carga horária direcionada ao presídio e parte para comunidade, conforme exposto acima.

#### 8.1.1.5 Terceirização

Os atuais serviços terceirizados referem-se somente a coleta de lixo domiciliar, residencial e hospitalar. E, segundo informações do Secretario de Administração - Sr. Hélio, este tipo de atividade deverá ser reavaliado, tendo em vista a qualidade dos serviços prestados pela empresa terceirizada.

#### 8.1.1.6 Cadastro Imobiliário Municipal

Com relação ao Cadastro Técnico Imobiliário, que é controlado pela prefeitura, este compõe de 1.477 unidades prediais e territoriais, distribuídas em 1.000 unidades prediais e 477 unidades territoriais, posição até fevereiro de 2007.

## 8.2 Orçamento e Finanças

### 8.2.1 PPA – Plano Plurianual 2006-2009

O PPA do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 11, de 28 de junho de 2005. Esta lei dispõe sobre os objetivos e metas de governo para o período de 2006 a 2009 organizados em “programas de governo”, assim descritos:

#### Programa Institucional



1000 – Gestão Legislativa Municipal

Programas de Apoio Administrativo

1050 – Gestão Administrativa Municipal

1051 – Gestão Financeira Municipal

1053 – Gestão do Planejamento Municipal

1054 – Gestão Municipal de Controle Interno (inserido pela Lei nº 62/2006)

2050 – Gestão da Dívida Pública Municipal

2150 – Gestão Especial

Programas Finalísticos

1052 – Gestão Comunitária Municipal

1200 – Gestão Municipal de Assistência Social

1250 – Gestão de Previdência Própria

1300 – Gestão Municipal de Saúde

1350 – Gestão Municipal de Empregos

1400 – Gestão Municipal de Educação

1450 – Gestão Municipal de Cultura

1500 – Gestão Municipal de Urbanismo

1550 – Gestão Municipal de Habitação

1600 – Gestão Municipal de Saneamento

1650 – Gestão Municipal de Meio Ambiente

1700 – Gestão Municipal de Agricultura

1800 – Gestão Municipal de Industrialização

1850 – Gestão Municipal de Apoio ao Comércio

1900 – Gestão Municipal de Transporte

1950 – Gestão Municipal de Esportes

2000 – Gestão Municipal de Lazer

Foi estimada a aplicação de R\$ 52 milhões nesses programas, durante todo o seu período de abrangência, sendo 3% deste montante alocado à Gestão das Atividades Legislativas, 18% aos programas de apoio administrativo e 79% aos programas finalísticos (voltados à população). O dimensionamento das ações do plano levou em consideração as expectativas de arrecadação no período, aonde 14% dos recursos são gerados através das receitas próprias do município, 37% oriundos de repasses do Estado e 49% da União. Estes números foram calculados considerando os valores apresentados nos Anexos II e III da Lei do PPA indicada anteriormente.

A apresentação dos anexos do PPA 2006 a 2009 da cidade não possibilita a identificação da estimativa de custo por ação de governo, mas apenas por programa.

O primeiro ano de vigência do PPA (2006) já foi executado pela Prefeitura. O orçamento das ações de governo para 2006 foi fixado em R\$ 10.967 mil, ou seja, aproximadamente 21% da meta de aplicação para o período de 2006 a 2009.

## **8.2.2 LDO – Diretrizes Orçamentárias para 2007**

A LDO do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 49, de 15 de agosto de 2006. Esta lei dispõe sobre as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Catanduvas para o exercício financeiro de 2007.

As diretrizes orçamentárias para 2007 compreendem ações estimadas em R\$ 13.675 mil, ou o equivalente a 26% da meta de aplicação do PPA 2006 a 2009.

## **8.2.3 LOA – Orçamento Anual para 2007**

A LOA do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 72, de 06 de dezembro de 2006. Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Catanduvas para o exercício financeiro de 2007.

As ações de governo contempladas na LOA de 2007 foram reajustadas para R\$ 13.973 mil aumentando as metas fiscais declaradas nas diretrizes orçamentárias para 2007.

## **8.2.4 Fontes de Financiamento do Município**

### **8.2.4.1 Histórico de Arrecadação**

A principal fonte de financiamento das ações do governo de Catanduvas tem sido as receitas oriundas das transferências do Estado e da União. Em média, 86% dos recursos estimados para as ações de governo provêm das transferências. O restante é financiado pelas receitas próprias do município e operações de crédito.

A participação das transferências correntes não variou em proporção do total de recursos disponíveis no período, embora tenha se elevado monetariamente. Na estimativa para o Orçamento de 2007, acredita-se que haverá um incremento monetário de aproximadamente R\$ 2 milhões.

Do total de R\$ 52 milhões previstos para execução do PPA 2006-2009, R\$ 24,6 milhões foram alocados nos dois primeiros anos do ano, isto é, 2006 e 2007 (Tabela 62).

Tabela 62: Fontes de Financiamento do PPA 2006 e 2007.

Discriminação	Orçado 2006	%	Orçado 2007	%	Execução Do PPA	em R\$
						1,00
						%
RECEITAS CORRENTES	8.862.000	80,8%	11.640.000	85,1%	20.502.000	83,2%
Receita Tributária	406.000	3,7%	650.000	4,8%	1.056.000	4,3%
Receita de Contribuições	33.000	0,3%	425.000	3,1%	458.000	1,9%
Receita Patrimonial	140.000	1,3%	297.000	2,2%	437.000	1,8%
Receita de Serviços	25.000	0,2%	95.000	0,7%	120.000	0,5%
Transferências Correntes	8.105.000	73,9%	10.098.000	73,8%	18.203.000	73,9%
Outras Receitas Correntes	153.000	1,4%	75.000	0,5%	228.000	0,9%
RECEITAS DE CAPITAL	2.105.000	19,2%	2.035.000	14,9%	4.140.000	16,8%
Operações de Crédito	460.000	4,2%	530.000	3,9%	990.000	4,0%
Alienação de Bens	5.000	0,0%	5.000	0,0%	10.000	0,0%
Transferências de Capital	1.640.000	15,0%	1.500.000	11,0%	3.140.000	12,7%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.967.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.675.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>24.642.000</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Orçamento Anual de 2006 e 2007.

## 8.2.5 Código Tributário do Município

A estrutura de tributação do município prevê a existência de impostos (IPTU, ISS e ITBI), taxas e contribuição de melhoria, conforme descrito na Lei Municipal nº 88/2000, que institui o Código Tributário Municipal e suas alterações. No que concerne aos impostos, as alíquotas praticadas pelo município estão explicitadas na Tabela 63.

Tabela 63: Impostos Municipais, Alíquotas e Legislação

<b>ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens “Intervivos”</b>	<b>Alíquota (art.99)</b>
Transmissão de bens compreendidas no sistema financeiro da habitação	0,5%
Transmissão de bens	2%
<b>IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano</b>	<b>Alíquota (Anexo IV, Tabela 2)</b>
Terrenos com edificações	0,35% a 0,75%
Terrenos sem edificações	2,5% a 3,0%
<b>ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza</b>	<b>Alíquota (Anexo II, Tabela 1)</b>
Instituições Financeiras	10%
Pedágio	5%
Execução de obras	2%

Bingos e Jogos Eletrônicos	15%
Demais serviços	3%

Fonte: Código Tributário Municipal.

A estrutura de arrecadação de IPTU no município de Catanduvas não está adequado ao artigo 7º da Lei nº 10.257/2001, que define o Estatuto das Cidades, no que tange à progressividade do imposto.

#### 8.2.5.1 Nível de Inadimplência da Arrecadação Tributária Municipal

O nível de inadimplência do IPTU é de aproximadamente 30% do valor lançado pela prefeitura. Considerando os valores de receita estimados para o período do PPA, o montante equivalente a R\$ 50 mil não foram ou serão aplicados nas ações de governo, criando um desequilíbrio entre o planejamento e a execução.

No ISS, este nível de inadimplência equivale a 20%, isto é, o equivalente a R\$ 68 mil que não foram ou serão aplicados também.

No geral, equivale a R\$ 118 mil de recursos não alocados às ações de governo. Este montante equivale ao custo previsto no PPA para a execução de programas de governo como Gestão Municipal do Meio Ambiente e Gestão Municipal de Apoio ao Comércio.

### 8.2.6 Gestão Fiscal do Município

#### 8.2.6.1 Indicadores Fiscais

A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, as entidades governamentais devem monitorar determinados gastos públicos de forma que os recursos disponíveis nos cofres públicos sejam suficientes para atender todas as necessidades de governo, principalmente àquelas voltadas aos programas finalísticos do município. Os principais indicadores para análise são: comprometimento da Receita Corrente Líquida – RCL com gastos com pessoal e encargos sociais; comprometimento da RCL com pagamentos da dívida; índice de endividamento anual; e a situação de endividamento total. Através destes indicadores é possível identificar o nível de responsabilidade do gestor público no uso dos recursos.

De acordo com as informações levantadas junto à Prefeitura, os indicadores do Município de Catanduvas estão na Tabela 64.

Tabela 64: Indicadores Fiscais de 2006

Indicador	Valor em R\$1,00	%	Limite Legal	Situação
RCL – Receita Corrente Líquida	9.476.779,91	100,0	-	-
Comprometimento com Gastos de Pessoal e Encargos Sociais	4.336.380,53	45,76	60,0%	Responsável

Comprometimento com Pagamentos da Dívida	297.644,29	3,14	11,5%	Responsável
Grau de Endividamento Anual – Operações de Crédito	86.417,08	0,91	16,0%	Responsável
Grau de Endividamento Total – Dívida Consolidada Líquida	5.629.699,68	59,40	120,0%	Responsável

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária.

Os indicadores fiscais de Catanduvas estão dentro dos limites máximos permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O seu grau de endividamento atual é basicamente formado por parcelamento de contribuições sociais e FGTS. A dívida onerosa é de apenas 2,89% da RCL.

De acordo com o nível de endividamento atual, a capacidade de endividamento do município é de R\$ 5.742.436,21, contudo esta capacidade não poderá ser utilizada no curto prazo, sendo estimado de 3 a 4 anos para esgotar este saldo.

#### 8.2.6.2 Capacidade de Endividamento

O cálculo da capacidade de endividamento permite ao gestor determinar o montante de recursos que poderão ser tomados junto às instituições financeiras nacionais ou internacionais para fomentar ações de investimento estipulados no plano de governo municipal.

O cálculo da capacidade de endividamento é assim demonstrado:

$$\text{Capacidade de Endividamento Anual} = (\text{RCL} \times 16\%) - \text{Receitas de Operações de Crédito até o momento}$$

$$\text{Capacidade de Endividamento Total} = (\text{RCL} \times 120\%) - \text{Dívida Consolidada Líquida atual}$$

Aplicando as fórmulas da capacidade de endividamento para o município de Catanduvas, chega-se aos seguintes valores:

$$\text{Capacidade de Endividamento para o ano de 2007} = (\text{R\$ } 10.300.000,00 \times 16\%) - \text{R\$ } 530.000,00 = \text{R\$ } 1.118.000,00$$

$$\text{Capacidade de Endividamento Total} = (\text{R\$ } 10.300.000,00 \times 120\%) - \text{R\$ } 6.098.000,00 = \text{R\$ } 6.262.000,00$$

Nota: Valores estimados conforme orçamento 2007

#### Capacidade de Pagamento da Dívida

O cálculo da capacidade de pagamento auxilia o gestor na determinação do impacto do pagamento das parcelas da dívida traz à execução do Orçamento Anual e, conseqüentemente, ao planejamento da cidade.

Para determinar a capacidade de pagamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Capacidade de Pagamento da Dívida} = (\text{RCL} \times 11,5\%)$$



Capacidade de Crescimento da Dívida = ( RCL x 11,5% ) – Gastos com Serviços da Dívida para o Ano

Esta fórmula dá a dimensão da capacidade de pagamento da dívida no curto prazo, isto é, para o período do Orçamento Anual vigente. Aplicando a fórmula da capacidade de endividamento para o município de Catanduvas, chega-se ao seguinte resultado:

Capacidade de Pagamento da Dívida para 2007 = ( R\$ 10.300.000,00 x 11,5% ) = R\$ **1.184.500,00**

Capacidade de Crescimento da Dívida para 2007 = [ ( R\$ 1.184.500,00 ) – ( R\$ 180.000,00 + R\$ 650.000,00 ) ] = R\$ **354.500,00**

Nota: Valores estimados conforme orçamento 2007

Em virtude da dívida gerar obrigações financeiras em mais de um orçamento, deve-se utilizar o resultado primário como forma de identificar os impactos da dívida sobre o planejamento municipal. Neste sentido, a fórmula utilizada é a seguinte:

Impacto da Dívida sobre o Planejamento = Resultado Primário para o Ano – Gastos com Serviços da Dívida Fixadas para o Ano

Se o resultado da aplicação da fórmula anterior for um valor negativo, interpreta-se que o município não tem capacidade de gerar recursos operacionais suficientes para arcar com os pagamentos da dívida e executar as ações previstas no seu planejamento anual, sem buscar a geração de receitas não primárias como rendimentos de aplicação financeira, operações de crédito (novas dívidas) e alienação de bens. As informações sobre os Resultados Primários futuros são obtidas no Anexo de Metas Fiscais publicado juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os impactos apurados para o município de Catanduvas são:

Impacto da Dívida sobre o Planejamento de 2007 = R\$ 2.000,00 – ( R\$ 180.000,00 + R\$ 650.000,00 ) = R\$ **- 828.000,00**

Impacto da Dívida sobre o Planejamento de 2008 = R\$ 33.000,00 – ( R\$ 203.000,00 + R\$ 741.000,00 ) = R\$ **- 911.000,00**

Impacto da Dívida sobre o Planejamento de 2009 = R\$ 70.000,00 – ( R\$ 230.000,00 + R\$ 860.000,00 ) = R\$ **- 1.020.000,00**

O município de Catanduvas financia suas ações de governo e os serviços da dívida através de receitas não primárias, principalmente por recursos oriundos de operações de crédito. Sem o ingresso destes recursos o município não poderá manter o nível de investimento nos serviços e equipamentos públicos da cidade.

### 8.3 Recursos Humanos

A legislação vigente para o ordenamento dos Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Catanduvas é composta pela Lei nº 18/93, que disciplina o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Civis do Município; a Lei nº 18/2001 e suas atualizações, a qual cria a Previdência Social dos Servidores Públicos, instituindo Plano de Custeio e de Benefícios; o Decreto 10/2002 o qual trata da descrição dos cargos dos servidores; a Lei nº 21/2002 e suas atualizações dispõem sobre o quadro de pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos servidores públicos; a Lei nº 22/2002 e suas atualizações que dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério.

O Quadro Único de Pessoal é integrado pelos:

- ✓ Cargos ou Emprego Públicos,
- ✓ Cargos em Comissão e
- ✓ Cargos ou Empregos Públicos Celetistas (CLT).

Os Cargos ou Empregos Públicos são divididos em três Grupos Ocupacionais:

- ✓ Serviços Profissionais: abrange os cargos cujas tarefas requerem grau elevado de atividade mental, exigindo conhecimentos teóricos e práticos com formação no ensino superior especificamente na área de atuação.
- ✓ Serviços Técnicos e Administrativos: abrange os cargos ligados às atividades de escritório e de âmbito administrativo com formação mínima no ensino médio.
- ✓ Serviços Gerais: compreende os cargos cujas tarefas requerem conhecimentos práticos do trabalho, limitados a uma rotina predominante de esforço físico, com escolaridade mínima no ensino fundamental, preferencialmente completo.

Para a carreira do magistério o cargo de professor (a) está dividido em 04 (quatro) classes, conforme a qualificação do docente:

- ✓ Professor(a) I - Integrada pelos profissionais que tenham concluído o ensino médio mais o pós-médio na modalidade magistério ou na modalidade normal-magistério.
- ✓ Professor(a) II - Integrada pelos profissionais que tenham concluído o Curso Normal Superior ou Estudos Adicionais em Educação Especial.;
- ✓ Professor(a) III - Integrada pelos profissionais da Educação que tenham concluído o curso de Pedagogia ou Licenciatura Plena nas áreas de Educação.
- ✓ Professor(a) IV - Integrada Pelos profissionais da Educação que tenham concluído Pós-graduação em Pedagogia ou pós-graduação nas disciplinas das áreas de Educação.

A Tabela salarial dos servidores municipais (excluindo o magistério) possui dezessete níveis prevendo a possibilidade da aprovação do servidor em todas as avaliações de desempenho. Para o magistério têm-se quinze níveis.

Para a apreciação do desempenho do servidor, no cargo em que atua, bem como de seu potencial de desenvolvimento, a Prefeitura estabeleceu 5 fatores de avaliação, para os quais se atribui notas de 0 a 10, sendo necessária a obtenção de no mínimo 7 (sete) pontos em cada fator para progressão salarial, conforme segue:

- ✓ Assiduidade e pontualidade;
- ✓ Produção e rendimento;
- ✓ Iniciativa e criatividade;
- ✓ Atenção e qualidade no trabalho;
- ✓ Capacidade de Adaptação;
- ✓ Cooperação.

Para que a avaliação de desempenho se realize, é constituída uma comissão avaliadora (servidores municipais de reconhecida capacidade e idoneidade) designada pelo Chefe do Executivo Municipal.

A periodicidade da avaliação é de dois em dois anos, tendo os meses de setembro e outubro (magistério) e novembro como referência para os demais servidores. Consta que a primeira avaliação realizada ocorreu em 2004.

Em 22/02/2007, a soma do quadro de pessoal (efetivos + comissionados + função gratificada) do Município de Catanduvas representava 381 servidores, e sua composição segundo o grau de instrução estava assim representada:

- ✓ 182 com ensino fundamental,
- ✓ 118 com ensino médio e
- ✓ 81 com nível superior.

Até o momento da coleta das informações para constituição deste documento, a Prefeitura não mantinha Programa de Capacitação dos Servidores (apenas pontualmente) e, ainda, questionada sobre a realização de mapeamento de competência de seu quadro de pessoal, a Prefeitura respondeu já ter realizado por ocasião da última atualização das Leis: **Lei nº 20/2002** Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Município de Catanduvas, Estado do Paraná e dá outras providências; **Lei nº 21/2002** Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais da Prefeitura de Catanduvas – PR e dá outras providências; e **Lei nº 22/2002** Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Catanduvas - PR.

Com relação ao número de vagas existentes e ocupadas o retrato municipal é demonstrado conforme Tabela 65.

Tabela 65: Emprego Público em Cargo de Provimento Efetivo

<b>Cargo Público</b>	<b>Nº de Vagas</b>	<b>Vagas ocupadas</b>
<b>GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS</b>		
Agente Fiscal	04	04
Agente de Saneamento	03	01
Assistente Administrativo	35	16
Auxiliar de Enfermagem	15	06
Escriturário *	03	0
Fiscal de Tributos *	03	0
Técnico Administrativo	02	02
Técnico de Agropecuária	02	0
Técnico de Enfermagem	05	0
Técnico de Higiene Dental	04	01
Técnico em Processamento de Dados	02	01
<b>GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS</b>		
Agente Comunitário de Saúde	40	28
Atendente de Consultório Dentário	03	02
Auxiliar de Serviços Escolares (220h)	02	0
Auxiliar de Serviços Escolares (110h)	05	0
Auxiliar de Serviços Gerais (220h)	100	81
Auxiliar de Serviços Gerais (110h)	01	01
Auxiliar de Topografia	01	0
Eletricista	02	0
Inspetora de Alunos*	02	01
Mecânico	02	01
Mecânico Externo *	01	01
Motorista	30	20
Operador de Máquinas	16	11
Servente de Serviços Gerais	65	30
Pedreiro	5	4
Monitor (20h)	20	0
<b>GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS PROFISSIONAIS</b>		
Assessor Jurídico	01	0
Assistente Social	02	01
Bioquímico	01	0
Contador	01	0
Dentista	02	01
Enfermeiro	04	02
Engenheiro Agrônomo	01	0
Engenheiro Civil	01	0
Farmacêutico-Bioquímico	02	0
Fisioterapeuta	02	0
Fonoaudiólogo	02	0
Médico (20h)	04	0
Médico (40h)	04	0
Médico Veterinário	02	01
Nutricionista	02	0
Psicólogo (20h)	02	0
<b>GRUPO OCUPACIONAL: PROFESSORES</b>		
Professor (20h)	160	133

<b>Total</b>	<b>575</b>	<b>349</b>
--------------	------------	------------

Fonte: Lei nº 021/2002 e atualizações até 22/02/2007

Tabela 66: Emprego Público em Cargo de Comissão

Denominação do Emprego	Nº de Vagas	Vagas ocupadas
Chefe de Gabinete	01	0
Assessoria de Imprensa	03	0
Procuradoria Jurídica	01	01
Secretário de Administração	01	01
Secretário de Finanças	01	01
Secretário de Planejamento	01	0
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	0
Secretário de Saúde	01	01
Secretário de Viação e Obras	01	01
Secretário de Agricultura e Expansão Industrial	01	01
Secretário de Trabalho e Ação Social	01	01
Contador	01	01
Diretor de Departamento	20	03
Assessor de Departamento	20	01
Auxiliar de Departamento	04	0
Agente de Segurança	01	0
Diretor de Instituições de Ensino	10	03
Assessor de Relações Públicas	05	03
Auxiliar de Relações Públicas	10	06
Assessor de Gabinete	05	0
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>24</b>

Fonte: Lei nº 021/2002 e atualizações até 22/02/2007

Tabela 67: Empregos Públicos de Funções Gratificadas

Denominação do Emprego	Nº de Vagas	Vagas ocupadas
<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
Diretor Departamento de Recursos Humanos	01	01
Diretor Departamento de Compras e Licitação	01	0
<b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		
Diretor Departamento de Contabilidade e Orçamento	01	0
Diretor Departamento de Arrecadação e Fiscalização	01	01
<b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</b>		
Diretor Departamento de Planejamento e Projetos	01	0
Diretor Departamento de Engenharia e Arquitetura	01	0
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>		
Diretor Departamento de Educação e Administração Escolar	01	01
Diretor Departamento de Cultura	01	0
Diretor Departamento de Esportes	01	0
Diretor Departamento de Educação Especial	01	0
<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>		
Diretor Departamento de Saúde	01	0
Diretor Departamento de Vigilância Sanitária Epidemiológica	01	0
<b>SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS</b>		
Diretor Departamento de Serviços Rodoviários	01	01
Diretor Departamento de Urbanismo e Serviços Públicos	01	0



<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA E EXPANSÃO INDUSTRIAL</b>		
Diretor Departamento de Fomento Agropecuário	01	0
Diretor Departamento de Indústria, Comércio e Turismo	01	0
Diretor Departamento de Meio Ambiente	01	0
<b>SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL</b>		
Diretor Departamento de Assistência Social	01	01
Diretor Departamento de Ação Comunitária	01	0
Diretor Departamento do Trabalho	01	0
Responsável pelo INCRA - Unidade Municipal de Cadastramento	01	01
Responsável pelo DETRAN - Unidade do Departamento de Trânsito	01	0
Responsável pela Junta do Serviço Militar - JSM	01	01
Responsável pelos Serviços de Identificação	01	0
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>07</b>

Fonte: Lei nº 021/2002 e atualizações até 22/02/2007

Nas três tabelas acima, fica evidenciada uma política de contenção na contratação de pessoal, por parte da Prefeitura. Há espaços para crescimento nos diversos grupos operacionais do quadro de efetivos, como também nos cargos comissionados e de função gratificada. Foi observado, que a carência no número de servidores da Prefeitura é acentuada no que diz respeito às atividades administrativas. A Prefeitura, em 02/01/2007, publicou o Edital de Concurso nº 001/2007 para os Grupos Ocupacionais: Serviços Profissionais; Serviços Técnicos e Administrativos e Serviços Gerais.

Outra informação relevante está na Lei Municipal nº 018/2001, modificada pela Lei Municipal nº 011/2004, que trata da Contribuição dos Servidores Municipais ao Fundo de Previdência Próprio e dá providências - A contribuição do servidor ativo e inativo é calculada mediante a aplicação mensal da alíquota de 11% (onze por cento) sobre o valor da remuneração ou da aposentadoria. Para realizar a gestão do Fundo Especial Previdenciário, o Município conta com o Conselho de Administração da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Catanduvas.

## 8.4 Gestão Democrática e Organizações Sociais

### 8.4.1 Conselhos Municipais

A Lei nº 020/2002 que trata da Estrutura Administrativa do Município de Catanduvas estabelece como Estrutura Básica para a Prefeitura, 07 (sete) órgãos de aconselhamento para assuntos de: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, Saúde, Assistência Social, Alimentação Escolar, Trabalho, de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, Defesa Civil, além de Comissões Especiais destinadas a assuntos de caráter temporário. Registra-se na Tabela 68 a relação dos Conselhos com legislações disponibilizadas pela Prefeitura.

Cabe mencionar que não foram encontradas as legislações pertinentes ao Conselho Municipal para Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Ressaltam-se outros Conselhos constituídos que não se encontravam na Lei da Estrutura Administrativa: Fundo para Financiamento da Política Habitacional e Conselho Municipal de Política Agrícola Fundiária e Meio Ambiente.

Tabela 68: Conselhos Municipais

Lei nº	Conselho	Ano
154/92 82/95 78/2000	Conselho Municipal e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	30/10/1992 05/04/1995 26/04/2000
009/93 010/93 69/99	Conselho Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde	23/04/1993 23/04/1993 30/09/1999
85/95	Conselho Municipal de Política Agrícola Fundiária e Meio Ambiente	24/04/1995
91/95 104/96 Decreto nº 032/2004	Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social	11/09/1995 07/03/1996 26/04/2004
105/96 32/2004	Conselho Municipal do Trabalho	12/03/1996
24/2001 e 27/2002	Conselho Deliberativo e Fundo para Financiamento da Política Habitacional	20/12/2001 27/06/2002
16/2005	Conselho Municipal de Educação	06/09/2005

Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduvas, 2007.

Com o retratado acima, vê-se que o Município de Catanduvas, poderá ampliar sua rede de Conselhos Municipais, envolvendo vários aspectos de suma importância para a comunidade, até então não contemplados nas competências dos Conselhos vigentes.

#### 8.4.2 Fórum de Desenvolvimento Local

Conceituando um pouco sobre Fórum de Desenvolvimento Local pode-se dizer que é o órgão responsável pela coordenação da Comunidade Ativa na localidade. Um Fórum é composto, por consenso, pelas principais lideranças locais, convocadas para tanto pelo Prefeito. Em Catanduvas não foi identificada nenhuma estrutura desta natureza, porém é importante constar a importância para o Município conforme segue:

- ✓ O Fórum deve ser representativo de todos os setores políticos e sociais presentes na localidade, reunindo desde o próprio Prefeito até aquelas lideranças que não pertencem a qualquer organização formal.
- ✓ Do Fórum pode participar também um gestor de Desenvolvimento Local onde ocorrem processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

- ✓ Do Fórum devem participar pessoas da situação e de oposição: por exemplo, os vereadores dos partidos que apóiam e dos partidos que fazem oposição ao governo municipal. O Prefeito participa do Fórum, mas não manda no Fórum. Ele pode indicar seus representantes para participar do Fórum, mas não pode vetar a participação de pessoas que não lhe agradam.
- ✓ O Fórum deve tomar suas decisões, preferencialmente, por consenso. O recurso da votação só deve ser utilizado em último caso, quando for mesmo impossível superar impasses através do esforço, repetido muitas vezes, de diálogo, persuasão, convencimento, negociação.
- ✓ O Fórum escolhe um grupo menor, uma espécie de comissão executiva, chamado Equipe Gestora Local. A Equipe Gestora Local é composta por pessoas com dedicação integral ao trabalho da Comunidade Ativa na localidade.
- ✓ Da Equipe Gestora Local participam, além das pessoas escolhidas pelo Fórum, o Gestor Local de Desenvolvimento Local (caso haja) e um representante do Prefeito.

### 8.4.3 Organizações Comunitárias

Conforme já debatido e explicitado por diversos autores, e como ensina Celso Furtado, “o *melhor desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade*”. Esta sentença demonstra claramente a importância do papel exercido pelas organizações comunitárias no desenvolvimento municipal. Em Catanduvas foram caracterizadas algumas entidades de Associações Comunitárias a exemplo de: Sindicato Rural-Patronal, Sindicato dos trabalhadores rurais, Associação Comercial, Associação Pestalose, APAS, Provopar, Rotary e Pastoral da criança. Cabe salientar que não existe uma periodicidade para reuniões entre a prefeitura e essas associações, porém havendo necessidade e convite à prefeitura, a mesma participa dos encontros.

## 8.5 Plano de Governo Municipal

O Plano de Governo (proposta de campanha eleitoral) da administração atual contempla o horizonte de 2005 a 2008, tem como objetivo onze pontos básicos, sendo: Agricultura, Habitação, Urbanização, Saúde, Ação Social, Educação, Esporte e Cultura, Turismo e Lazer, Geração de Empregos, Administração e Segurança.

Estes onze pontos básicos visam atender os principais anseios do povo de Catanduvas, vale ressaltar que algumas iniciativas já se tornaram realidade.

Tendo em vista a vocação do município para agropecuária as ações reforçam o relacionamento com os produtores incentivando apoio a diferentes tipo de produção agrícola, cursos de aperfeiçoamento, fortalecimento com as entidades de classe, segurança com a patrulha rural, assim como o apoio a legalização de terras rurais. As ações voltadas a Habitação prioritariamente atendem a construção de 300 casas populares, bem como a apoio a legalização de terrenos no perímetro urbano. Outro ponto importante é a urbanização que tem a

preocupação em sanar problemas de acessibilidade, iluminação, melhoria dos locais públicos, comunicação (telefonia rural, convencional e celular), entre outros. A saúde também tem seu espaço na questão familiar, atendimento móvel às comunidades, ampliação do número de medicamentos ofertados. A ação social procura atender diversos públicos, desde o mais novo até os idosos, inclusive com cursos, reformas e construção de alguns centros que atendem a comunidade carente. A Educação por sua vez, será brindada com uma biblioteca pública e com plano municipal de educação, assim como informática estará presente nas escolas. Na área do Turismo e Lazer cabe citar entres as ações prioritárias, a criação de um programa de turismo rural, bem como a recuperação do bosque municipal para uso ecológicos e educativos, a implantação também é prevista. A geração de Emprego importante função econômica e social, tem como prioridade a geração de 1000 empregos fixos com a instalação de agroindústrias, fábrica de móveis, apoio aos cursos de capacitação e criação de uma cooperativa de trabalho. Com relação às questões administrativas, os servidores passaram por qualificação contínua, haverá revisão no plano de cargos e salários, assim como concurso público. No quesito Segurança Pública, muitas ações já foram realizadas a exemplo da instalação da penitenciária federal de segurança máxima, com a devida realização de concurso público para preenchimento das vagas. Entre as prioridades pendentes, em termos de segurança esta a construção de habitações para esses servidores que atuam na penitenciária, bem como a instalação de diversos órgãos como delegacia federal e companhia da polícia militar. Em linhas gerais estas ações propostas vêm ao encontro da elaboração da revisão do Plano Diretor, que deverá estar sendo pensada, discutida e construída em conjunto com a comunidade local. Vale ressaltar que muitas destas questões deverão ser levadas em conta pelos próximos candidatos à prefeitura, pois neste trabalho iniciou-se a construção de um caminho viável ao desenvolvimento municipal.

## 8.6 Estrutura Normativa e Legal

A análise da estrutura normativa e legal constitui aspecto relevante na elaboração do Plano Diretor de Catanduvas.

Entende-se por estrutura normativa e legal toda legislação relacionada à constituição do município e demais leis municipais essenciais para o desenvolvimento do município como um todo, considerando-se ainda a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, fundamentada na Constituição Federal de 1988.

A presente análise explicita a compatibilização da lei municipal, com as legislações estaduais e federais, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo urbano e rural, à administração pública municipal, à base tributária e financeira, recursos humanos, organização comunitária, aspectos ambientais, recursos naturais, serviços urbanos e regionais, serviços sociais, habitação, setores produtivos, entre outros.

Neste momento, a compatibilização que se destaca é a verificação da conformidade da legislação municipal com a Lei Federal 10.257/01, denominada de Estatuto da Cidade.

A citada Lei Federal regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, onde “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (art.1º, Parágrafo Único).

Ressalta-se que com o Estatuto da Cidade, ampliou-se a área de atuação do Plano Diretor, “englobando o território do Município como um todo” (art. 40, § 2º), deixando de ser apenas um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

O Plano Diretor instituído pela Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, diferentemente do(s) plano(s) anterior(es) adotado(s) pelo(s) Município(s), além de garantir o bem-estar do cidadão, a função social da propriedade e da cidade, estende-se à toda área rural e tem em seu processo de elaboração e fiscalização a participação garantida da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade, através de audiências públicas e debates.

### 8.6.1 Legislação Municipal

Através da legislação o município exercita sua autonomia política e administrativa e, garantias constitucionais. Posição esta defendida por FERRARI (2005), quando ensina que “dentro do aspecto político da autonomia municipal encontra-se a capacidade de estruturação dos Poderes Executivo e Legislativo (...) de organizar e constituir o seu próprio governo”.

Conforme ainda renomada jurista, o município desempenha sua função legislativa, através da qual elabora suas leis, ou normas de conduta, abstratas, gerais e obrigatórias, limitando-se aos assuntos de sua competência, em respeito às reservas constitucionais da União e dos Estados Membros (FERRARI, 2005).

A primeira lei a ser constatada é a Lei Estadual nº. 4.245, de 25 de julho de 1960, que cria o município de Catanduvas, consoante as Constituição Federal e Estadual. Com a lei de criação, nasce o município, com todos os direitos e deveres impostos pela Carta Magna.

Uma vez criado, o município elabora sua Lei Orgânica, indicando quais as matérias de competência privativa municipal; estabelece o processo legislativo das leis em geral, assim como o da sua lei orçamentária. Esta capacidade está disposta no art. 29 da Constituição de 1988:

*“O Município reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os preceitos seguintes (...)”*

#### 8.6.1.1 Lei Orgânica do Município de Catanduvas

Dando continuidade à análise da estrutura legal, observa-se a Lei Orgânica do Município, que foi promulgada a 05 de setembro de 1990, em consonância com a Constituição Federal de 1988.

Nota-se que a Lei Orgânica fundamenta os direitos, deveres e poderes municipais dentro das prerrogativas outorgadas pela Constituição Federal.

Perquirindo-se argumentos doutrinários, lê-se em TAUIL (2005) que é na Lei Orgânica que são traçadas as diretrizes de cumprimento a várias atribuições do município, dentre elas: instituir e arrecadar tributos de sua competência; elaborar plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual; elaborar o Código Tributário Municipal, o Código de Posturas e o Plano Diretor da Cidade; regulamentar o uso das vias urbanas e estradas municipais.

No que diz respeito, por exemplo, ao Plano Diretor, encontram-se os fundamentos para a implantação do Plano Diretor Municipal na política de desenvolvimento municipal, da Lei Orgânica, com os seguintes objetivos (art. 8º):

I - Assegurar as todos os catanduvenses:

- a) existência digna;
- b) bem-estar e justiça sociais;

II - Priorizar o primado do trabalho;

III - Cooperar com a União e o Estado e consorciar-se a outros municípios, na realização de metas de interesse da coletividade.

IV - Promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico.

V - Realizar planos, programas e projetos de interesse dos segmentos marginalizados da sociedade.

No que diz respeito às suas competências, em consonância com a Constituição Federal, no art. 9º se destacam a competência, dentre outras, para:

- 1 - Legislar sobre assunto de interesse local, especialmente sobre planejamento municipal, compreendendo: plano diretor e legislação correlata; plano plurianual; lei de diretrizes orçamentárias; e orçamento anual.
- 2 - Instituição e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas;
- 3 - criação, organização e supressão de distritos, nos termos do artigo 7º da Lei Orgânica;
- 4 - Organização e prestação, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- 5 - Poder de política administrativa, notadamente em matéria de saúde e higiene públicas, construção, trânsito, tráfego, logradouros públicos e horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços;
- 6 - Regime jurídico único de seus servidores; Organização de seu governo e administração;
- 7 - Administração, utilização e alienação de seus bens;
- 8 - Fiscalização da administração pública, mediante controle externo, controle interno e controle popular;
- 9 - Manifestação da soberania popular, através do plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- 10 - Administração pública municipal, notadamente sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos do transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência; e
- 11 - Política de desenvolvimento municipal.

Outras atribuições ainda se somam às citadas, tais como: Executar obras públicas; Cassar licença que haja concedido a estabelecimento que tenha atuação prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego ou à segurança pública; Adquirir bens, inclusive Por desapropriação; Fomentar atividades econômicas, com prioridade para os pequenos empreendimentos, incluída a atividade artesanal; Promover iniciativas e atos que assegurem a plenitude da sua autonomia constitucionalmente assegurada; e conceder licença para:

- a) Localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços;
- b) Publicidade em geral;
- c) Atividade de comércio eventual ou ambulante;
- d) Promoção de jogos, espetáculos e divertimentos públicos;
- e) Serviço de táxis.

A Lei Orgânica confirma ainda as matérias de competência comum ou conjunta com União e o Estado do Paraná no artigo 10.

No artigo 11 detalha a Competência Suplementar, conforme se transcreve:

“**Art. 11** - Compete, ainda, ao município suplementar a legislação federal e estadual, visando ao exercício de sua autonomia e à consecução do interesse local, especialmente sobre: ”

- I - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do Plano Diretor;
- II - sistema municipal de educação;
- III - licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública direta, indireta e fundacional;
- IV - defesa e preservação do meio ambiente e conservação do solo;
- V - combate a todas as formas de poluição ambiental;
- VI - uso e armazenamento de agrotóxicos;
- VII - defesa ao consumidor;
- VIII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- IX - seguridade social.

Igualmente, é na Lei Orgânica que se encontra a instituição da Organização dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal; matéria que fundamenta a Administração Tributária, Financeira e Orçamentária do Município e fundamentos da Ordem Econômica e Social.

Sob o título da Ordem Econômica e Social, destaca-se a Política Urbana onde são traçadas as diretrizes gerais em conformidade com a legislação federal, visando o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes mediante, muito importantes para o desenvolvimento e implantação do Plano Diretor Municipal:

- I - Acesso à moradia, com a garantia de equipamentos urbanos;
- II - Gestão democrática da cidade;
- III - Combate à especulação imobiliária;
- IV - Direito de propriedade, condicionado ao interesse social;
- V - Combate a depredação do patrimônio ambiental e cultural;
- VI - Direito de construir submetido a função social da propriedade;
- VII - Política relativa ao solo urbano, observado o disposto nos incisos IV, V e VI acima;
- VIII - Garantia de transporte coletivo acessível a todos; saneamento; iluminação pública; educação, saúde e lazer.
- IX - Urbanização e regularização de loteamentos de áreas urbanas;

- X - Preservação de áreas periféricas de produção agrícola, e pecuária;
- XI - Criação e manutenção de parques de especial interesse urbanístico, social, ambiental e de utilização pública;
- XII - Utilização racional de território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias;
- XIII - Manutenção de sistema de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo;
- XIV - Reserva de áreas urbanas para implantação de projetos de cunho social;
- XV - Integração dos bairros ao conjunto da cidade;
- XVI - Descentralização administrativa da cidade.

Expressamente no art. 86, a Lei Orgânica adverte que dispõe dos seguintes instrumentos para assegurar a prevalência dos direitos urbanos: desapropriação por interesse social ou utilidade pública; tombamento de imóveis; regime especial de proteção urbanística e de preservação ambiental; direito de preferência na aquisição de imóveis urbanos. E ainda, conforme lei federal, o Poder Político municipal, mediante lei específica para a área incluída no plano diretor, exigirá do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios; impostos sobre a propriedade predial e territorial urbano, progressivo no tempo; desapropriação com o pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate até 10 anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados a valor real da indenização ou os juros legais.

O Município reconhece através desta Constituição Municipal o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, valorizando a participação popular. Segundo o artigo 90 da Lei Orgânica, em consonância com o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor conterá os instrumentos relacionados acima; as principais atividades econômicas da cidade e seu papel na região; as exigências fundamentais de ordenação urbana; a urbanização, regularização e titulação das áreas deterioradas, preferencialmente sem remoção dos moradores; o uso e ocupação do solo urbano; a indicação e caracterização de potencialidade e problemas, como previsões de sua evolução e agravamento.

Outras matérias de grande importância são assumidas na Lei Orgânica do Município de Catanduvas, tais como as que dizem respeito à política agrícola e fundiária; à ordem social; ao meio ambiente; à administração pública; aos bens, às obras e serviços públicos e ao planejamento municipal.

Portanto, no cumprimento das diretrizes e princípios estabelecidos na Lei Orgânica, o Município desenvolve sua competência legislativa, seguindo o devido processo legislativo, editando e promulgando suas leis conforme serão apresentadas a seguir. Algumas serão comentadas com maior acuidade, outras apenas citadas neste espaço, pois tiveram tratamento especial no início da análise dos Aspectos Institucionais, tais como as leis relativas à Estrutura Administrativa, administração pública, orçamento e finanças, recursos humanos, conselhos municipais, fórum de desenvolvimento local, organizações comunitárias e Plano de Governo Municipal.

De todos os elementos analisados, destaca-se, ao final que a Lei Orgânica do Município de Catanduvas apresenta prescrições para os instrumentos jurídicos e urbanísticos que devem ser utilizados na implantação do Plano Diretor:

- I - Desapropriação por interesse social ou utilidade pública;
- II - Tombamento de imóveis;

- III - Regime especial de proteção urbanística e de preservação ambiental;
- IV - Direito de preferência na aquisição de imóveis urbanos;
- V - Parcelamento ou edificação compulsórios;
- VI - Impostos sobre a propriedade predial e territorial urbano, progressivo no tempo;
- VII - Desapropriação com o pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate até 10 anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados a valor real da indenização ou os juros legais.

Sugere-se, por fim, alteração e atualização da Lei Orgânica, em matéria discorrida no art. 64, I, c, quanto ao imposto de vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos exceto óleo diesel.

#### 8.6.1.2 Lei de Criação de Distritos

A criação de distritos administrativos visa à descentralização do poder e a desconcentração dos serviços públicos, exatamente como consta do Artigo 7º da Lei Orgânica Municipal. Nos termos do § 2º desse artigo, os distritos serão geridos por um administrador distrital, com a cooperação de um Conselho Distrital, na forma da Lei.

Atendendo à necessidade admitida no artigo 7º, o Município de Catanduvas criou o Distrito Administrativo de Ibiracema, através da **Lei Municipal 09/74**, cujas confrontações limítrofes foram alteradas pela **Lei Municipal 14/83**.

Pressupõe-se, portanto que o Distrito Administrativo de Ibiracema conte com uma representação junto à população local na pessoa de um Administrador Distrital, com funções constantes da Lei de Organização Administrativa, fato este a ser confrontado durante a Avaliação Temática do Município.

Uma vez criado o Distrito, este deve contar com todos os serviços fundamentais elencados na Constituição Municipal, a Lei Orgânica promulgada a 05 de setembro de 1990. Cite-se como exemplo o art. 85, em especial o inciso VIII e XVI de referido artigo da LO, combinado com art. 88:

“**Art. 85** - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais estabelecidas na legislação federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes mediante:

- I - Acesso à moradia, com a garantia de equipamentos urbanos;
- II - Gestão democrática da cidade;
- III - Combate à especulação imobiliária;
- IV - Direito de propriedade, condicionado ao interesse social;
- V - Combate a depredação do patrimônio ambiental e cultural;
- VI - Direito de construir submetido a função social da propriedade;
- VII - Política relativa ao solo urbano, observado o disposto nos incisos IV, V e VI deste artigo;

**VIII - Garantia de:**

- a) - Transporte coletivo acessível a todos;
- b) - Saneamento;
- c) - Iluminação pública;
- d) - Educação, saúde e lazer.

....

**XVI - Descentralização administrativa da cidade.”**

(...)

**“Art. 88 - Aplica-se, no que couber, às sedes distritais e às demais localidades situadas no meio rural do Município o disposto nesta seção.”**

Fica, portanto evidenciado, que o Município conta com fundamentação legal e constitucional para a criação do Distrito Administrativo de Ibiracema, bastando apenas dar continuidade às ações propostas para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, considerando-se também o Distrito e garantir o bem-estar de seus habitantes.

#### 8.6.1.3 Sistema Tributário Municipal

A Lei Tributária é a norma legislativa que dispõe sobre tributos, considerada imprescindível para o Município. Observa-se que só a norma legislativa formal e material (lei), pode criar suprimir ou alterar tributos. O fundamento constitucional, em termos gerais, conforme ensina MEIRELLES, está nos arts 5º, II (“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”); e 24, I, que trata da Competência concorrente. Em termos específicos, fundamenta-se no artigo 150, I: “é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”. (MEIRELLES, 2006).

Outra fundamentação de destaque está no fato de o Município necessitar de recursos financeiros para realizar seus fins administrativos, executar obras e serviços públicos. Conforme MEIRELLES (2006, p. 149), o município obtém esses recursos financeiros usando de seu poder impositivo para a instituição de tributos, ou explorando seus bens e serviços à semelhança dos particulares, mediante o pagamento facultativo de preços. Os tributos e preços são fontes de renda ao município, que se somam a outros recursos conseguidos fora dessa fonte própria, formando a receita municipal.

Nesse entendimento, a lei municipal em epígrafe, que regulamenta o sistema tributário, tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

O Código Tributário do Município de Catanduvas, representado na **Lei Municipal 88/2000** tem como escopo a regulação dos direitos e obrigações de ordem pública concernente à Fazenda Municipal e as pessoas obrigadas ao pagamento dos tributos municipais ou penalidades pecuniárias.

Esta lei sofreu alterações pela **Lei Municipal 030/2003**, a qual altera, acrescenta e exclui dispositivos do CTM – Lei 088/2000. Ficam alterados integralmente os artigos 6º, 9º, 12, 37 e 52. E parcialmente alterados o artigo 7º, parágrafo único e incisos; art. 11, 16, 17 e 38. Apresentam alteração na redação os artigos 22, 23, 30, 31, 34, 35, 39 e 53.

A Lei 088/2000 (CTM) apresenta os tributos de competência do Município, sendo eles: **IMPOSTOS** sobre serviços de qualquer natureza; sobre a propriedade predial e territorial urbana; sobre transmissão “inter-vivos” de bens imóveis; **TAXAS** pelo exercício do poder de polícia, de serviços gerais e de serviços urbanos; **CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** em razão da valorização de imóveis decorrentes da execução de obra pública. No uso das atribuições conferidas ao Município pela Constituição Federal e vinculadas ao Sistema Tributário Nacional, o Código Tributário Municipal, quanto aos Impostos, dispõe dos fatos geradores e incidência; da base

de cálculo e alíquotas; descreve o contribuinte e as modalidades de lançamentos, dentre outras regulamentações. Da mesma forma dispensa atenção às Taxas, e Contribuição de Melhoria.

Dentre as Taxas, destacam-se as Taxas de Coleta de Lixo e de Limpeza Pública, Conservação de Vias e Logradouros Públicos. Neste caso, sugere-se a revisão dos valores e formas de cobrança, o que pode ser obtido a partir de elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbano visando o equilíbrio financeiro em face dos serviços prestados.

O presente Código trata ainda, como não pode deixar de ser, da Responsabilidade, da Constituição do Crédito Tributário, Lançamento, Suspensão, Extinção do Crédito Tributário, da Exclusão do Crédito Tributário, da Restituição.

Capítulo igualmente importante é o que trata da Administração Tributária, onde se determina, nos termos do artigo 314 que *“Todas as funções referentes à arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a elas hierárquica ou funcionalmente subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.”*

Denota-se, portanto, a conciliação das leis municipais – Organização Administrativa e Código Tributário Municipal, na realização da autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, conferida pela Constituição Federal, assunto já discorrido neste trabalho.

No que diz respeito aos tributos municipais, pode-se observar que o Código Tributário Municipal segue as normas gerais de direito tributário constantes do Código Tributário Nacional e de leis complementares à Constituição.

O presente código discorre sobre a Dívida Ativa e sua inscrição, bem como dos atos a ela pertinentes. Igualmente é no Código Tributário que deve estar regulado o Procedimento Tributário, que envolve o auto de infração e o processo administrativo fiscal.

Lembrando-se que se encontram aqui fundamentos para aplicação das penalidades estabelecidas no Código de Posturas e no Código de Obras do Município.

Outra matéria peculiar ao Código Tributário Municipal é a que trata do Cadastro Fiscal, que compreende o cadastro imobiliário; cadastro das atividades econômicas; cadastro rural; cadastro de execução de obras e loteamentos, dentre outros constantes do artigo 368.

Interessa destacar que o cadastro imobiliário compreende os lotes de terras, edificados ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, de expansão urbana ou urbanizáveis; e os imóveis mesmo que localizados em áreas rurais, mas que comprovadamente sejam utilizados para outros fins não agropastoris.

Este cadastro se reflete diretamente sobre a arrecadação do IPTU.

De acordo, ainda, com a presente lei, o Município institui a Unidade Fiscal do Município – UFM, que quando da publicação da lei tinha o valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). O artigo 370, parágrafo único determina que esse valor da UFM seja atualizado semestralmente com base no INPC.

Importante ressaltar que o Código Tributário Municipal de Catanduvas faz previsão no art. 373 e parágrafo único, de redução de cinquenta (50%) do valor do imposto lançado, para os imóveis declarados por lei municipal como sendo de preservação permanente, ambiental ou ecológica, patrimonial ou histórica, condicionada a requerimento anual, comprovando-se o atendimento das condições estipuladas. Contudo, esse mecanismo não está sendo aplicado ao município. Faz-se necessária uma revisão do Código Tributário, mais condizente com a realidade local.

Anexos ao Código, estão a Lista de Serviços (ISS); Tabela para cobrança do ISSQN – alíquotas / profissionais autônomos e empresas; Tabela para Classificação de Construção Civil para fins do cálculo do ISSQN – construção civil/edificações em geral; Tabela para Lançamento do IPTU – alíquotas; Tabela para cobrança da Taxa de Licença para localização e funcionamento e da Taxa de Verificação de Regular funcionamento e renovação de licença – especificação/UFM; Tabela para cobrança da Taxa de Licença para Execução de Obras em Geral – especificação/UFM para Obras e Loteamentos; Tabela para cobrança da Taxa de Licença para o Comércio eventual ou ambulante; Tabela para cobrança da Taxa de Licença para Publicidade e Propaganda – modalidades/UFM; Tabela para cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária – grau de risco/UFM e Classificação dos Estabelecimentos; Tabela para cobrança da Taxa de Habite-se e Aprovação de Projetos de Construção; Tabela para cobrança da Taxa de Coleta de Lixo; Tabela para cobrança da Taxa de Combate a incêndio; Tabela para cobrança da Taxa de Limpeza Pública, Conservação de Vias e Logradouros Públicos; Tabela para cobrança da Taxa de Iluminação Pública; Tabela para cobrança da Taxa de Vistoria e Segurança contra incêndio e Classificação dos grupos de riscos contra incêndio.

Outra lei vinculada ao Sistema Tributário do Município é a Lei nº 26/2002, que institui a cobrança de Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COPIP, prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal. Juntamente com a instituição da contribuição, cria-se o Fundo Municipal de Iluminação Pública – FUMIP, de natureza contábil e administrado pela Secretaria da Fazenda Municipal, para o qual deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a COSIP e que deverá custear os serviços de iluminação pública previsto na lei. Anexa à lei está a Tabela para Cobrança de referida Contribuição.

Em suma, o Código Tributário Municipal é um instrumento muito importante para a operacionalização do sistema tributário. A Administração pública municipal deve estar sempre atenta às mudanças e novas necessidades da sociedade e atuando precisamente conforme princípios da tributação, para que possa alcançar o equilíbrio econômico-financeiro das contas municipais.

Neste sentido, cite-se, por exemplo, a necessidade de adequar o Código Tributário Municipal de Catanduvas ao Estatuto da Cidade, no que diz respeito ao IPTU progressivo, vinculado à função social da propriedade.

De acordo com a lei federal 10.257/01, Artigo 7º e parágrafos, o Município *procederá à aplicação do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU - progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, se forem descumpridas as condições e os prazos previstos em lei municipal específica sobre o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, ou não sendo cumpridas as etapas previstas para os empreendimentos de grande porte. O valor da alíquota a ser aplicada a cada ano será*

*fixado na lei municipal pertinente e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (MEIRELLES, 2006, p. 526).*

#### 8.6.1.4 Leis Urbanísticas

As leis urbanísticas aprovadas pela Câmara Municipal dentro do Processo legislativo legal, que pressupõe a publicidade das leis, instrumentaliza o planejamento e desenvolvimento ordenado do espaço urbano.

Constata-se, que o Município de Catanduvas apresenta a Lei Municipal nº 036 de 22 de dezembro de 1997 que instituiu normas gerais e padrões de Urbanismo e Edificação para a cidade de Catanduvas, da qual fazem parte Lei de Perímetro Urbano (Capítulo I); Parcelamento do Solo (Capítulo II); Uso e Ocupação do Solo Urbano (Capítulo III); Sistema Viário (Capítulo IV); Meio Ambiente (Capítulo V); Edificação em Geral (Obras) (Capítulo VI); Posturas e Procedimentos Administrativos.

Tal Lei teve origem do Anteprojeto de lei integrante do Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, desenvolvido e implementado pela SEDU/FAMEPAR, em março de 1996, o qual estava condicionado a aprovação pela Câmara Municipal. Muitos dos objetivos e diretrizes traçados no referido plano, estão sendo aplicados pelo Município. Verifica-se, pois, que a Lei nº 036/97 está sendo aplicada **parcialmente**.

A partir do presente Plano Diretor serão elaboradas minutas de leis, necessárias ao desenvolvimento ordenado do município, não só para área urbana, mas também atendendo necessidades da área rural, como dispõe a Lei Federal 10.257/01. Essas minutas deverão ser discutidas e receber emendas necessárias com a participação popular, conforme princípio do Estatuto da Cidade; apresentadas em audiências públicas e aprovadas pela Câmara Municipal com prioridade para viabilizar a implementação deste Plano Diretor Municipal.

A seguir, alguns destaques dos textos do Anteprojeto de Lei de Urbanismo do Plano de Uso e Ocupação de Solo de 1996, que têm servido de apoio às ações municipais, no que concerne:

##### Perímetro Urbano

A lei de perímetro urbano é editada para delimitar o perímetro urbano do município. Com apenas dois artigos, apresenta no artigo 2º do anteprojeto S/Nº a descrição de perímetro com as respectivas delimitações.

##### Parcelamento do Solo

As normas relativas ao parcelamento do solo do Município de Catanduvas estão dispostas no Capítulo II da Lei 036/97, iniciando-se no artigo 3º, em continuidade à Lei de Perímetro.

Nos termos da lei, entende-se por parcelamento do solo urbano os processos de loteamento, desmembramento e unificação de lotes urbanos. De acordo com disposições no art. 4º, "só será admitido parcelamento do solo para fins urbanos em zona urbana devidamente definida no capítulo referente ao Perímetro Urbano (acima) respeitada a Lei Federal 6766/79 e o Capítulo III – Uso e Ocupação do Solo Urbano".

##### Uso e Ocupação do Solo Urbano

As normas de uso e Ocupação do Solo Urbano estão contempladas a partir do artigo 9º da Lei 036/97. Cada zona tem determinadas suas medidas de testada mínima, área mínima do lote, recuo frontal, recuos laterais e recuo de fundo.

### Sistema Viário

Igualmente, o Sistema Viário tem tratativa na Lei 036/97, Capítulo IV, com as vias da sede urbana classificadas em: estrutural, principal, secundária, de proteção de fundo de vale e local. Acompanha o anteprojeto um mapa de Diretrizes do Sistema Viário. O texto normativo dispõe das funções de cada via, bem como de suas dimensões.

### Meio Ambiente

A Lei 036/97, no Capítulo V, dispõe de forma genérica, sobre a proteção dos recursos hídricos (art. 23); do Ar (art. 30); das Vias e Logradouros e Limpeza Pública (art. 35) e da Arborização (art. 45).

### Das Edificações em Geral (Código de Obras)

O Código de Obras do Município está representado no Capítulo VI, sob título “Das Edificações em Geral”, a partir do artigo 49. Vincula as atividades próprias da edificação as especificações e normas oficiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Contudo, não cita quais são essas normas. Faz referência à conformidade com Lei de Urbanismo e Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município, bem como demais normas federal e estadual.

#### 8.6.1.5 Código de Posturas – Lei nº 38/97

O Código de Posturas faz parte do Plano de Uso e Ocupação do Solo desenvolvido pela FAMEPAR/1996. “Dispõe sobre a utilização do espaço do município de Catanduvas e o bem-estar público, observadas as normas federais e estaduais relativas à matéria”, instituído pela Lei nº 39/97.

Em linguagem simples e direta, traça em poucos artigos (67) a regulamentação da utilização de todas as áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública (entidades públicas ou privadas). Sujeita à regulamentação apresentada, as edificações e atividades particulares “que, no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano”.

Observa-se que a regulamentação se dá de forma genérica, fazendo menção a praticamente todos os segmentos normalmente tratados neste tipo de Código, ou seja:

- Higiene Pública - das vias e logradouros públicos; das edificações; da preservação do meio ambiente;
- Higiene da Alimentação;
- Do Bem Estar Público – dos locais de Culto; do cemitério; dos divertimentos públicos; da propaganda em geral; das medidas referentes aos animais;
- Do Comércio, Serviços e Indústria - do licenciamento; do comercio ambulante; do funcionamento.

Neste sentido, é sugerida uma adequação às normas ambientais posteriores, bem como às consideradas para a viabilização do Plano Diretor, em função da Lei Federal 10.257/01.

#### 8.6.1.6 Lei de Regularização de Procedimentos Administrativos

Objetiva esta norma, regulamentar a lei de urbanismo no que diz respeito à aprovação do projeto de parcelamento, alvarás de construção, alvarás de licença de funcionamento e locação.

A sugestão é a de que cada lei específica contenha em seu corpo as devidas regulamentações, o que facilitaria a consulta por parte dos departamentos responsáveis bem como pelos interessados em geral.

#### 8.6.1.7 Outras Leis Urbanísticas

- **Lei 014/1983** - 05 de setembro de 1983 – retifica as confrontações limítrofes do Distrito Administrativo de Ibiracema, criado pela Lei 09/74.
- **Lei nº. 027/2004** - 13 de dezembro de 2004 - cria áreas urbanas isoladas no município de catanduvas, visando à edificação de obras necessárias de infra-estrutura da penitenciária federal no município, ficando, referida área isenta de qualquer imposto, face ao contido no art. 5º, inciso IV, letra 'a', da lei municipal 088/2000.
- **Lei nº. 038/2006** - 09 de maio de 2006 - Cria áreas urbanas isoladas no Município de Catanduvas, para a edificação de obras de infra-estrutura para edificação de casas e abertura de loteamento neste município.
- **Lei nº. 043/2006** - 28 de junho de 2006 - Altera artigos da Lei Municipal nº 004/97 estabelecendo a criação de uma faixa de domínio público, com 7,5 metros para cada lado do eixo das estradas rurais municipais, destinadas à realização de obras de interesse público de iniciativa privada ou com a participação do Governo Municipal ou Estadual, e que serão executadas, obrigatoriamente, mediante critérios e orientação técnica. Quando não se tratar de execução de obras, a faixa de domínio fica estabelecida em 4,5 metros para cada lado do eixo das estradas rurais municipais. A lei ainda assegura o direito de trânsito livre com máquinas agrícolas ou não, veículos oficiais ou não, nas faixas de domínio estabelecidas no "caput" do artigo primeiro e seu parágrafo quarto, em qualquer época do ano, independentemente da ocupação do terreno por lavoura, pastagens ou reflorestamento.

#### 8.6.1.8 Leis Administrativas

A Estrutura Administrativa do Município está regulamentada pela **Lei Municipal nº. 020/2002**, que determina o Planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Municipal. Os instrumentos fundamentais para as atividades da Administração Municipal são: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Orçamento Programa, que devem estar em sintonia com os Planos e Programas do Governo Federal e Estadual.

Para desenvolver suas atividades administrativas o município conta com uma estrutura, definida em lei, onde se determinam as atribuições de cada órgão. À medida que as atividades se ampliam e de acordo com novas necessidades, faz-se necessária a alteração dessa estrutura, também através de lei.

Portanto, de acordo com a **Lei Municipal nº. 020/2002**, a Estrutura Básica da Prefeitura de Catanduvas/PR, compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Órgãos de Aconselhamento:

- . Conselho Municipal de Assistência Social
- . Conselho Municipal de Saúde
- . Conselho da Alimentação Escolar
- . Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- . Conselho Municipal do Trabalho
- . Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- . Comissão Municipal de Defesa Civil
- . Comissões Especiais destinadas a assuntos de caráter temporário

II - Órgão de Assistência Imediata:

- . Gabinete do Prefeito.

III - Órgãos de Assessoramento:

- . Procuradoria Jurídica;
- . Assessoria de Imprensa.

IV - Órgãos de Colaboração com o Governo Federal e Estadual:

- . Junta do Serviço Militar;
- . Unidade Municipal de Cadastramento (INCRA);
- . Unidade do Departamento de Trânsito DETRAN;
- . Serviço de Identificação.

V - Órgãos de Administração Geral:

- . Secretaria de Administração;
- . Secretaria de Finanças;
- . Secretaria de Planejamento.

VI - Órgãos de Administração Específica:

- . Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- . Secretaria de Saúde;
- . Secretaria de Viação e Obras;
- . Secretaria de Agricultura e Expansão Industrial;
- . Secretaria de Trabalho e Ação Social.

Cada um desses órgãos tem suas atribuições específicas para dar cumprimento às atividades e ações Municipais detalhadas nessa lei.

Observa-se que, sob o aspecto legal, pode-se dizer que a lei de estrutura administrativa do Município, atende aos requisitos legais e jurídicos, uma vez que fica explicitada a autonomia para auto organizar-se concedida aos municípios, com o advento da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, é possível que se sugira alguma adequação da estrutura administrativa deste Município, para otimizar e viabilizar as ações planejadas para o desenvolvimento municipal e aplicação do Plano Diretor.

➤ **Lei nº 003/2006** - Altera o artigo 74 da Lei Municipal nº 018/2001, modificado pela Lei Municipal nº 011/2004, que trata da Contribuição dos Servidores Municipais ao Fundo de Previdência Próprio e dá providências.

➤ **Lei nº 06/2006** - Inclui no Programa “Gestão Municipal de Assistência Social” do PPA para o período de 2006-2009, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2006, ações voltadas à assistência social, e dá providências.

➤ **Lei nº 024/2006** - Altera a Lei 022/2002, passando o artigo 12 a vigorar com a seguinte redação:

Professor(a) I	Integrada pelos profissionais que tenham concluído o ensino médio mais o pós-médio na modalidade magistério ou na modalidade normal-magistério.
Professor(a) II	Integrada pelos profissionais que tenham concluído o Curso Normal Superior ou Estudos Adicionais em Educação Especial.
Professor(a) III	Integrada pelos profissionais da Educação que tenham concluído o curso de Pedagogia ou Licenciatura Plena nas áreas de Educação.
Professor(a) IV	Integrada Pelos profissionais da Educação que tenham concluído Pós-graduação em Pedagogia ou pós-graduação nas disciplinas das áreas de Educação.

Fonte: FAMEPAR, 1996

➤ **Lei nº 025/2006** - Altera a Lei 021/2002 e cria Anexo, passando o artigo 1º a vigorar com a seguinte redação:

“O Serviço Público do Município de Catanduvas - Estado do Paraná, no que diz respeito à Administração Direta e Autarquias, terá Quadro Único de Pessoal regido pelo Regime Estatutário e alguns cargos pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”.

➤ **Lei nº 073/2006** - Altera o anexo III da Lei nº. 021/2002. Passa a incluir o seguinte cargo, cuja designação caberá unicamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os servidores de provimento efetivo que disponham de capacitação técnica e profissional para o exercício do cargo, até que lei complementar federal disponha sobre as regras gerais de escolha, levando em consideração os recursos humanos do Município:

Vaga(s)	Cargo	Gratificação	Carga horária
01	controlador interno	50% a 100% do valor percebido pelo servidor	40h

Fonte: FAMEPAR, 1996

➤ **LEI Nº 074/2006** - Altera o anexo I e IV da Lei nº. 021/2002 e dá outras providências. Desta forma, cria os cargos, conforme tabela abaixo, que serão regidos pelo RPPS – Regime Próprio de Previdência Social (Estatutário), e os Servidores ocupantes dos cargos criados por essa lei, terão direito a progressão, nos termos do contido na Lei 021/2002:

Vaga(s)	Cargo	Salário R\$	Funções	Carga horária
01	pedagogo	1.834,75	Executar serviços junto a Secretaria de Trabalho e Assistência Social	40h
01	coordenador projetos saúde	1.620,00	Executar os serviços de Coordenação dos Programas de Saúde junto a Secretaria de Saúde	40h
01	assessor jurídico	2.822,69	Executar os serviços jurídicos junto a Procuradoria Jurídica do Município, atuando nas mais diversas áreas da administração pública.	40h

Fonte: FAMEPAR, 1996

#### 8.6.1.9 Lei da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC

A Comissão Municipal de Defesa Civil foi criada pela **Lei Municipal nº 099/96**, integrante do Gabinete do Prefeito com a seguinte estrutura:

1. Presidência e Adjunto;
2. Diretoria de Operações e Secretário;
3. Grupo de Atividades Fundamentais – GRAF;
4. Conselho de Entidades Não Governamentais – CENG;
5. Núcleo de Defesa Civil – NUDEC.

A presidência é exercida pelo Chefe do Executivo Municipal e, ao Vice-prefeito cabe exercer o cargo de Adjunto. Entretanto, esta lei não está sendo aplicada no município, para o que, se sugere a sua regulamentação em conformidade com o Manual de Operacionalização da COMDEC-2005, do Governo do Estado do Paraná, através da Coordenadoria Regional de Defesa Civil e CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

A constituição da COMDEC e NUDEC tem orientação da Secretaria Nacional da Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Integra ainda o Sistema Estadual de Defesa Civil.

A idéia principal é a de que as comunidades sejam atuantes na própria defesa e ajam preventivamente, por meio da COMDEC e dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), que devem incentivar e permitir a efetiva participação e o envolvimento dos cidadãos. Esses órgãos são responsáveis pela identificação das ameaças, a prevenção dos riscos, a minimização dos desastres nos municípios, possibilitando ao poder público local e a sociedade a reagir com mais rapidez, eficiência e eficácia, em circunstâncias de desastres.

Esses órgãos constituem ainda instrumento de articulação de esforços da Prefeitura e demais entidades públicas e privadas, além de manter constante contato com a Coordenadoria Regional de Defesa Civil e CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

## 8.6.2 Legislação Estadual

Através da análise da legislação Estadual buscam-se os fundamentos legais relacionados com a Política Urbana a ser aplicada ao uso e ocupação do solo no Município de Catanduvas.

### 8.6.2.1 Constituição do Estado do Paraná

Na primeira linha de hierarquia das Leis, no âmbito Estadual, temos a Constituição do Estado do Paraná, que é o ordenamento básico do Estado, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição Federativa do Brasil.

Fundamenta-se na Constituição Estadual a Organização dos Municípios, alcançando matéria da política urbana e políticas agrícola e agrária.

A Constituição do Estado do Paraná dispõe que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana, e deve ser aprovado pela Câmara Municipal (art. 152). Nos termos desse artigo, o plano diretor disporá sobre normas relativas ao desenvolvimento urbano; políticas de orientação da formulação de planos setoriais; critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer; proteção ambiental; ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal.

### 8.6.2.2 Lei Estadual 11.054/95

Estabelece a Lei Florestal do Estado e define regras ao Estado do Paraná, com base na Lei Federal 4.771/65 (Código Florestal), principalmente referente ao regime florestal; proteção, manejo, reflorestamento, controle e fiscalização das florestas.

Tal importância se dá, tendo em vista a política rural estabelecida na Lei Orgânica do Município e as atividades agrossilvipastoris que apresentam importante influência para o PIB do município.

Segundo orientação legal, há que se obedecer às definições e limitações impostas no que diz respeito à Reserva Legal, preservação permanente, áreas produtivas e unidades de conservação (art. 5º, nº s. I a IV; art. 7º da Lei Estadual 11054/95; e art. 16 da Lei 4.771/65, com a Redação Introduzida pela MP 2166-67/2001). Lembrando que a propriedade rural deve conservar o mínimo de 20% como Reserva Legal (RL), visando à manutenção do tecido florestal na propriedade, ficando seu uso permitido através de técnicas de manejo.

A Lei prevê a possibilidade de implementação da RL de forma gradativa, nos termos do art. 44, Inciso I, Lei Federal 4.771/65, com redação determinada pela MP 2166-67/01, mantidas pelo Decreto Estadual 3.320/04, ratificado pela Portaria do IAP nº. 233/04:

"I – recomposição da Reserva Legal mediante o plantio, a cada 3 anos, de no mínimo 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente; (...)".

A Reserva Legal no Estado do Paraná, observa o Fundamento Constitucional contido no Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII; **Legislação Federal** :Lei Federal nº 4.771/1965, alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67/2001, Lei Federal nº 4.947/1966, Lei Federal nº 6.938/1981, Lei Federal nº 8.171/1991, Lei Federal nº 9.393/1996 e Decreto Federal nº 4.382/2002; **Legislação Estadual**: Lei Estadual nº 10.066/1992, Lei Estadual nº 10.233/1992, Lei Estadual nº 11.054/1995 (alterada pela Lei Estadual nº 14.582/2004), Lei Estadual nº 12.116/1998, Lei Estadual nº 14.582/2004, Decreto Estadual nº 6.120/1985, Decreto Estadual nº 4.223/1998, Decreto Estadual nº 387/1999, Decreto Estadual nº 3.320/2004, Resolução SEMA nº 31/1998 e Portaria IAP nº 233/2004.

#### 8.6.2.3 Lei Estadual 12.726/99

Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, em conformidade com a Lei Federal 9.433/97.

Os municípios devem estar atentos aos princípios e diretrizes das políticas de Recursos Hídricos, sejam elas federais ou estaduais.

#### 8.6.2.4 Lei Estadual 14.087/03

Institui o Programa "LUZ FRATERNA". Este Decreto autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos Programas Sociais do Governo Federal, relacionados no art. 2º dessa lei, ou cadastrados no Programa Social da COPEL, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 (cem) kWh (kilowatts-hora). O ressarcimento dos valores correspondentes ao benefício referido no art. 1º, às concessionárias autorizadas e permissionárias de energia elétrica, situadas no Estado do Paraná será efetuado mediante dotação no orçamento geral do Estado (art. 3º).

Não se incluem no benefício as unidades consumidoras que: apresentarem sazonalidade de consumo; não estiverem ocupadas; não se caracterizarem como residência permanente, tais como sem consumo e de veranistas. De acordo com o Art. 2º, para beneficiar-se do Programa "Luz Fraterna" o consumidor deverá atender cumulativamente as seguintes condições:

##### a – Classe Residencial

- I – ser da subclasse residencial baixa renda com atendimento monofásico, conforme a Lei Federal nº 10.438, de 26.04.2002, regulamentada pelas Resoluções ANEEL nºs 246, de 30.04.2002 e 485, de 29.08.2002;
- II – estar o titular da unidade consumidora, cadastrado no Programa Social da COPEL, ou beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás;
- III – ter consumo até 100 KWh/mês;
- IV – não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome;

##### b) Classe Rural:

- I – ser monofásico ou bifásico com disjuntor de até 50 ampéres;
- II – ter consumo mensal de até 100 KWh/mês;

III – não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome.

#### 8.6.2.5 Lei Estadual 7.827/83

Tendo em vista a extensão agrícola do município entende-se relevante destacar as Leis que regulamentam a questão dos agrotóxicos e destino das respectivas embalagens, que devem ser observadas pelas autoridades municipais, particulares, proprietários rurais, enfim, todos envolvidos.

O Estado do Paraná como responsável por grande parte da produção agrícola brasileira, regulamentou a situação dos agrotóxicos, e regulamenta através do Decreto 3.876, de 20 de setembro de 1984, determinando que cabe à Secretaria de Estado da Agricultura a competência de fiscalizar, à Secretaria do Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, dentre outras competências, realizarem amostragem dos alimentos para análise de resíduos e realizar estudos epidemiológicos para identificar problemas de saúde ocupacional na agricultura, e, por fim, à Secretaria de Estado do Interior realizar amostragem de ar, água e solo para identificação de resíduos de agrotóxicos e dar as normas para a destinação final de materiais que tenham apresentado resíduos contaminantes de agrotóxicos acima das tolerâncias permitidas, dentre outras competências.

#### 8.6.2.6 Lei Estadual 12.493/ 99

A Lei 12.493, de 22 de janeiro de 1999 estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.

Destaca-se nesta oportunidade, o artigo 12 onde se determina que as empresas produtoras e/ ou comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, em todo o território do estado do Paraná, são responsáveis pelo estabelecimento de mecanismos de coleta e recebimento e pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e/ ou comercializados, bem como pelos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e pelos tornados impróprios para utilização, obedecidas às condições e critérios estabelecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

#### 8.6.2.7 Lei Estadual 15.229/06

Esta lei substitui o Decreto Estadual nº 2581, de 17/02/2004, o qual determinava que o Governo do Estado do Paraná somente firmaria convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que disponham de Planos Diretores que observem o Estatuto da Cidade.

A presente **Lei Estadual** , publicada no Diário Oficial N. ° 7276 de 26/07/2006, dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.

### 8.6.3 Legislação Federal

Da mesma forma que se analisou a Legislação Municipal e a Estadual, encontra-se na Legislação Federal o arcabouço legal voltado para a elaboração e implementação do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo.

Tem-se como ponto de partida a Constituição Federal, considerando-se a hierarquia das leis.

No Brasil, a Constituição Federal ocupa o topo da hierarquia das leis brasileiras.

Em hierarquia similar à da Constituição Federal, porém em jurisdição própria estão as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios, que funcionam à semelhança de uma constituição para o Município. Toda a hierarquia enunciada para o nível Federal, serve igualmente para o nível Estadual e Municipal.

Cada Estado tem uma Constituição própria e um conjunto de leis estaduais que deve se enquadrar nas federais. Assim também os Municípios, ao elaborar suas leis orgânicas e as demais leis, devem conformá-las de modo a não contrariar a Lei Estadual e a Federal.

As Resoluções, Instruções Normativas, Instruções Administrativas e Atos e Portarias existem para permitir a execução das leis. São o detalhamento de como executar, cobrar, dispensar serviços, verificar aplicação legal ou execução de obrigações paralelas das várias áreas Ministeriais, Departamentais ou setoriais, como de órgãos autárquicos (SOARES, 2005).

Das legislações a nível Federal, que vêm de encontro com o processo de elaboração e implantação do Plano Diretor Municipal, sem prejuízo de outras, podem se destacar as seguintes:

#### 8.6.3.1 Constituição Federal de 1988

Constituição é um conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto no aspecto individual como social.

Particularmente, neste trabalho, destaca-se a Norma Constitucional com reflexo direto nos Municípios e cidadãos, a exemplo das normas relacionadas ao Meio Ambiente (art. 225); à Política Urbana e Agrícola; Fundiária e da Reforma Agrária; do Sistema Financeiro Nacional; Organização Político-Administrativa (que envolve a União, Estados, Distrito Federal e Municípios), competências, administração Pública; Organização dos Poderes, entre outros.

Um dos aspectos constitucionais de relevância é a autonomia municipal concedida a partir da Constituição Federal de 1988.

Os municípios brasileiros alcançaram autonomia política, administrativa e financeira, contudo guarda limitações contidas na própria lei Magna do Estado Federal e Constituição Estadual.

#### 8.6.3.2 Lei Federal 4.320/64

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados e dos Municípios e do Distrito Federal, relacionada diretamente com a gestão fiscal do município. Assim, ao elaborar sua Lei de Orçamentos, o Município deve observar o disposto nesta lei federal.

#### 8.6.3.3 Lei 5.172/66

Refere-se ao Código Tributário Nacional (CTN). Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Sua leitura e interpretação devem ser acompanhadas de leis complementares, Decretos e demais legislações que vieram posteriormente, no sentido de regulamentar e atualizar as disposições do CTN.

#### 8.6.3.4 Lei Federal Complementar 101/00

Conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. O município está vinculado a esta norma no que diz respeito ao Planejamento e equilíbrio das contas públicas.

#### 8.6.3.5 Lei Federal 4.771/65

Institui o Código Florestal, que apresenta regulamentos de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente.

De suma importância o conhecimento e aplicação do disposto nesta Lei Federal, para preservação das áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente, quando da elaboração de um plano de expansão urbana, zoneamento, e demais ações direcionadas pelo Plano Diretor.

De acordo com o disposto no parágrafo único, do art. 2º, da Lei 4.771/65, oportunamente comentado, no caso de área urbana, definida por lei municipal, e nas regiões metropolitanas, serão observados o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, contudo, devem ser respeitados os limites e os princípios estabelecidos neste artigo 2º.

Pode-se concluir dessa leitura, que os Planos Diretores Municipais têm autonomia nas determinações do uso do solo, porém, não se trata de uma autonomia integral. Neste caso, estão vinculados a esses limites, ou seja, se houver interesse em alterar uma área de preservação permanente, onde o limite é de 30 metros para cursos d'água de menos de 10 metros de largura, a lei municipal de uso do solo pode estabelecer, por exemplo, 40 metros de APP, porém nunca menos de 30 metros (limite legal).

#### 8.6.3.6 Lei Federal 6.938/81

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Sem maiores comentários, todas as ações do Poder Público devem estar em consonância também com esta Política, no sentido de se manter o equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo. Ainda, deve ser considerada a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção do ecossistema; controle e zoneamento das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras entre outros considerados no artigo 2º.

#### 8.6.3.7 Lei Federal 9.433/97

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Igualmente esta Política tem reflexos diretos para os Municípios, que de acordo com o art. 3º, vão estar sujeitos a articulação da gestão de recursos hídricos com a de uso e ocupação do solo.

#### 8.6.3.8 Lei Federal 6.766/79

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; alterada pela **Lei 9.785/99** e **Lei Federal 10.932/04**.

Importante ao Município observar o contido na Lei, quando da elaboração do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo.

Essa lei está passando por novas discussões, com processo de revisão no Congresso Nacional, através do PL 3.057, aprovado na Comissão de desenvolvimento Urbano (CDU), e atualmente em análise pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).

Um detalhe importante a ser lembrado, e que permanece no projeto de lei de revisão em andamento do Congresso Nacional, é a autonomia municipal e a competência exclusiva do Município sobre questões de parcelamento do solo, nos termos do artigo 30, VIII da Constituição Federal, e competência concorrente sobre o meio ambiente, nos termos do artigo 24, VI.

Encaminha-se para um consenso que os Planos Diretores e a autonomia municipal são fundamentais para a regulamentação e execução da política de desenvolvimento urbano e no ordenamento das funções sociais da cidade e da propriedade, bem como a participação dos conselhos municipais que têm competência para análise e decisão de processos locais que dizem respeito ao uso e ocupação do solo urbano.

#### 8.6.3.9 Lei Federal 10.257/01

Esta lei, denominada Estatuto da Cidade, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, normas de ordem pública e interesse social, regulando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Regulamenta os instrumentos da política urbana, entre eles o Plano Diretor, art. 39 a 42.

Destaca-se entre suas diretrizes a garantia do direito a cidades sustentáveis; gestão democrática; cooperação entre governos, a iniciativa privada e demais setores da sociedade; planejamento do desenvolvimento das cidades, distribuição espacial da população e das atividades econômicas; ordenação e controle do uso do solo; integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais; preservação, proteção e recuperação do meio ambiente; regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda; dentre outras enumeradas no artigo 2º da presente Lei.

Dentre os instrumentos apresentados no Estatuto da Cidade, destaca-se o Plano Diretor como instrumento para o cumprimento da Política Urbana, ao qual se aliam o Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA), que compõem o sistema de planejamento municipal.

O Plano Diretor, conforme definição constante no Termo de Referência é um instrumento de planejamento urbano e municipal indispensável e permanente à determinação das intervenções a serem executadas pelo

poder público municipal, de maneira coordenada e articulada e que deve permitir a indução de um processo de planejamento contínuo. Deve ser concebido como parte de um processo de planejamento que permita sua contínua atualização e revisão pela Equipe Técnica Municipal, pelo menos a cada dez anos.

No Estado do Paraná, a implantação do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo geralmente segue o escopo fixado no Termo de Referência, sob a supervisão da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, através do PARANACIDADE (Superintendência Executiva, Diretoria de Operações e Escritórios Regionais do Serviço Social Autônomo).

#### 8.6.3.10 Resolução nº 25/ 05 – Ministério das Cidades

Dispõe da participação democrática na elaboração dos planos diretores:

“g) que, nos termos do art. 52, VI e VII, do Estatuto da Cidade, incorrem em improbidade administrativa os prefeitos que desatenderem o mencionado prazo ou deixarem de observar os princípios de participação social e de publicidade, que devem presidir o processo de elaboração dos planos diretores;”

“Art. 3º O processo de elaboração, implementação e execução do Plano diretor deve ser participativo, nos termos do art. 40, § 4º e do art. 43 do Estatuto da Cidade.

§1º A coordenação do processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação de poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo, desde a elaboração até a definição dos mecanismos para a tomada de decisões”.

#### 8.6.3.11 Resolução 34/ 05 - Ministério das Cidades

Dispõe sobre orientações e recomendações quanto ao conteúdo mínimo do Plano Diretor:

“Art. 1º O Plano Diretor deve prever, no mínimo:

I – as ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano;

II- as ações e medidas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública;

III- os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos espaços territoriais adjacentes;

IV- os instrumentos da política urbana previstos pelo art. 42 do Estatuto da Cidade, vinculando -os aos objetivos e estratégias estabelecidos no Plano Diretor”.

#### 8.6.3.12 Resolução Recomendada nº 9 /06 \_ Ministério das Cidades

Dispõe do prazo para aprovação de planos diretores tanto para elaboração como revisão.

“Art. 1º. Reafirmar o prazo estabelecido no art. 50 do Estatuto da Cidade quanto à obrigatoriedade de aprovação de planos diretores, dirigido aos municípios que tenham população superior a 20.000 habitantes, ou que integrem regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, que não possuem plano diretor ou cujo plano diretor tenha sido aprovado há mais de 10 anos.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o art. 1º desta Resolução, com base no estabelecido no art. 50 do Estatuto da Cidade, esgota-se no dia 10 de outubro de 2006 e destina-se a estabelecer uma data limite para APROVAÇÃO pela Câmara de Vereadores do Projeto de Lei do Plano Diretor encaminhado pelo poder executivo municipal.

Art. 2º Em observância da ordem urbanística, durante todo o processo de elaboração ou revisão do Plano Diretor deverão ser considerados, no **mesmo nível de relevância do prazo**, os aspectos referentes ao **processo participativo**, e os referentes ao **conteúdo do plano diretor.**”

#### 8.6.3.13 MP 2.220/ 01

Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1o do art. 183 (Da Política Urbana) da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, instrumento importantíssimo que havia sido vetado quando da publicação do Estatuto da Cidade, e aprovado sob forma de Medida Provisória.

#### 8.6.3.14 Lei 11.124/ 05

Também devem ser observadas normas legais relativas a **Programas Habitacionais**, tais como a recente lei 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cujos objetivos são: viabilizar para a população de menor renda o acesso a terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda e articular, compatibilizar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

#### 8.6.3.15 Decreto 4873/03

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências. Este programa está destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

#### 8.6.3.16 Lei Federal 7.802/ 89

Esta Lei de julho de 1989, além de conceituar os agrotóxicos, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins foi alterada pela Lei 9.974 de 06 de junho de 2000, e posteriormente regulamentada pelo Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002. O artigo 6º da Lei 7.802/89, parágrafo 2º, determina que os usuários de agrotóxicos e afins tenham a obrigação de devolver as embalagens vazias de agrotóxicos, aos estabelecimentos que foram adquiridos, devendo ser submetidas pelo usuário à operação de tríplex lavagem (§ 4º). Neste caso as embalagens vazias lavadas estão isentas das exigências legais e técnicas para o transporte de produtos perigosos.

Essas determinações são reforçadas pela Lei Federal 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais – que prevê a responsabilidade penal do condutor do veículo e da pessoa jurídica (proprietário do veículo ou a transportadora) quando não observadas as cautelas mínimas exigidas pela legislação vigente referente ao transporte de produtos perigosos.

Outra norma a ser observada incondicionalmente é a Norma Brasileira (NBR) 10004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que classifica os resíduos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde

pública indicando quais resíduos devem ter manuseio e destinação mais rigidamente controlados. Essa norma estabelece que os resíduos provenientes dos defensivos agrícolas sejam considerados classe I, ou seja, perigosos. Segundo essa Norma, Classe I (Perigosos) são aqueles que podem apresentar, dentre outras características, toxicidade, podendo acarretar risco à saúde pública, provocando ou contribuindo para um aumento de mortalidade ou incidência de doenças e/ ou apresentar efeitos adversos ao meio ambiente, quando manuseados ou dispostos de forma inadequada.

#### 8.6.3.17 Lei Federal 9.605/98

Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

#### 8.6.3.18 Lei Federal 11.445/07

A Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.

## 9 AVALIAÇÃO SISTÊMICA

A partir dos capítulos expostos acima, pode-se ter uma visão abrangente e detalhada dos vários aspectos que influenciam, condicionam e caracterizam o desenvolvimento municipal de Catanduvas. Contudo, esses componentes não estão isolados, mas intimamente interligados e interagindo de modo a determinar os padrões e processos funcionais do município.

A análise sistêmica dos fatores apresentados tem por objetivo agregar e relacionar questões cruciais inerentes ao PDM (tendo em vista o contexto geral), bem como priorizar os fatos que são relevantes para posterior definição de eixos de desenvolvimento, diretrizes, proposições e ações específicas.

A metodologia adotada para atender a estes aspectos é conhecida como CDP, acrônimo para **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**. Esta metodologia tem origem no setor privado, em que se buscava o máximo de produtividade com a maior eficiência e efetividade. Nos Estados Unidos, originariamente, foi aplicado ao planejamento através da conhecida metodologia *SWOT Analysis (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – potenciais, fraquezas, oportunidades e ameaças) (LEVY, 2005). No Brasil foi introduzida na década de 80, e é bastante utilizada nas tarefas de planejamento urbano. Neste trabalho, tem-se o objetivo, na sua utilização, de apresentar uma abordagem objetiva, priorizada, compreensível e de fácil visualização. Conseqüentemente, a elaboração de estratégias futuras torna-se mais didática e eficaz.

Ainda, quando da elaboração dos elementos que compõe o quadro final, tem-se sempre em mente a qualificação dos dados, bem como uma análise confrontada ao desenvolvimento do município.

Compõe essa metodologia, como o próprio nome explicita, as seguintes categorias:

- Condicionantes – situações ou elementos que, a princípio, não podem ou não devem ser alterados e/ou estão fora de alcance da esfera municipal de ação;
- Deficiências – situações ou elementos que entram o desenvolvimento municipal ou problemas locais que afetam a qualidade de vida;
- Potencialidades – situações ou elementos potenciais para impulsionar o desenvolvimento local e ampliar a qualidade de vida.

As questões avalladas seguiram a categorização adotada para elaboração desta ATI, nos sete aspectos principais (contextualização regional, aspectos físico-ambientais, territoriais, de infra-estrutura e serviços, sócio-culturais, econômicos e institucionais). Esta estruturação, no entanto, não significa de forma alguma uma leitura estanque de cada aspecto. Obviamente, os elementos citados exercem influência e interagem com outros aspectos e, a inserção nesta ou naquela categoria simplesmente foi adotada para sistematizar a leitura e seguir a lógica já adotada.

Chegou-se ao seguinte quadro:

QUADRO 1 CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>Contextualização Regional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rodovias <b>BR-277</b> (Nova Laranjeiras-Catanduvas-Cascavel) e PR-471;</li> <li>Proximidade com Cascavel;</li> <li>Sindacta II.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Má conservação da PR-471, estrada de acesso ao município;</li> <li>Dependência de Cascavel.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vocação municipal para o plantio (solo e clima favoráveis).</li> </ul>
<b>Aspectos Físico-Ambientais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CONAMA nº 302 de 2002, Lei 7.803/89 - Recuperação da Mata Ciliar;</li> <li>Lei Federal nº. 7.802/89: processo de produção, comercialização e destino final das embalagens de agrotóxico;</li> <li>Lei nº. 708/2004: política de proteção e conservação e recuperação do meio ambiente e outros;</li> <li>Recursos Hídricos (rio Tormenta, Adelaide e Izolina);</li> <li>Aquífero da Serra Geral e Guarani;</li> <li>Relevo;</li> <li>Código de Mineração (Decreto-Lei nº 277/67);</li> <li>Código Florestal (Lei nº 4.771/65).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas de preservação permanente (APPs) pouco respeitadas. O município possui 1/3 de mata ciliar exigida por lei;</li> <li>Expansão agrícola limitada em função de se manter a APP e RL;</li> <li>Elevado número de propriedades rurais sem Reserva Legal (RL);</li> <li>Falta de conscientização da população quanto à proteção e preservação dos rios e mananciais;</li> <li>Abandono do bosque municipal;</li> <li>Problemas com descarte de embalagens de agrotóxicos (as antigas não estão sendo coletadas), problemas com a tríplex lavagem e uso adequado de EPI's;</li> <li>Problemas com dejetos animais (suínos);</li> <li>Operacionalização inadequada do aterro pela falta de recobrimento diário das células, além da existência de cultivo (milho, soja) dentro da área do aterro;</li> <li>Inexistência de coleta seletiva de resíduos;</li> <li>Inexistência de outorga definitiva dos poços tubulares profundos ativos</li> <li>Utilização de lavra de basalto (pedreira) sem registro no DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral e licença do IAP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas potenciais para criação de RPPNs – Reservas Particulares de Patrimônio Natural;</li> <li>Extensas áreas de reflorestamento;</li> <li>Existência de Viveiro Municipal e Bosque Municipal;</li> <li>Importante malha hidrográfica (rio Adelaide, Tormenta e Izolina);</li> <li>Aproveitamento da água subterrânea do Aquífero Serra Geral por poços tubulares profundos;</li> <li>Solo, clima e relevo favoráveis para agricultura (70% lavoura e pecuária e 50% mecanizada);</li> <li>90% das lavouras plantadas utilizam-se do plantio direto;</li> <li>Existência de Aterro Sanitário.</li> </ul>
<b>Aspectos Territoriais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rodovia que interceptam o território municipal: PR-471;</li> <li>Localidades rurais esparsas pelo território municipal e com pouca concentração de famílias;</li> <li>Penitenciária Federal (implantada em 2006).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ocupações irregulares (invasões) na porção sul da sede urbana;</li> <li>Problemas de registro de imóveis (escrituração), principalmente no Loteamento Jardim Catanduvas;</li> <li>Problemas fundiários no território municipal;</li> <li>Não consolidação da Lei nº 36/97 - Uso e Ocupação do Solo (zoneamento);</li> <li>Indústrias e consolidações de serviços fora do perímetro urbano (adjacentes à sede);</li> <li>Falta de estruturas de apoio ao turismo (placas de sinalização, pousadas, hotéis, restaurantes) e acessos difíceis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Potenciais paisagísticos (beleza cênica, cachoeiras e rios);</li> <li>Potencial histórico-cultural (conflitos da Coluna Prestes, Cemitério de 1924 e o potencial religioso, gruta e cavaleiros na Localidade de Caravaggio).</li> </ul>

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Aspectos de Infra-Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rodovia de acesso à sede urbana, PR-471;</li> <li>Trevo de acesso ao município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tráfego intenso pela rodovia PR-471, que intercepta a porção oeste da sede urbana e há ciclistas e pedestres transitando pelo acostamento;</li> <li>Insuficiência de sinalização adequada horizontal e vertical na sede urbana, inclusive regulamentando estacionamentos;</li> <li>Inexistência de transporte coletivo na sede urbana e falta de transporte para a população das localidades rurais;</li> <li>Vias urbanas em mal estado de conservação e grande número de vias sem pavimentação;</li> <li>Algumas estradas rurais estão em estado precário de conservação;</li> <li>Algumas calçadas para pedestres com pavimentos inadequados e falta de padronização;</li> <li>Estruturas do aterro mal conservadas e comprometimento de sua vida útil pelo aumento da quantidade de resíduos em função da penitenciária;</li> <li>Inexistência de rede de esgoto na sede urbana e de saneamento na área rural;</li> <li>Inexistência de sistema de Drenagem Urbana;</li> <li>Problemas de água potável para as comunidades do interior do município;</li> <li>Falta de proteção de fundos de vale na sede urbana;</li> <li>Insuficiência de infra-estrutura no Distrito de Ibiracema e Vila Rural;</li> <li>Inexistência de infra-estrutura adequada para pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abastecimento de água potável para praticamente toda a sede urbana;</li> <li>Boa abrangência do transporte escolar;</li> <li>Existência de estruturas físicas na área do aterro para reciclagem de resíduos, porém, necessitam de readequação.</li> </ul>
Aspectos Sócio-culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Penitenciária Federal (implantada em 2006).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Excesso de assistencialismo;</li> <li>Falta de canchas poliesportivas cobertas e de lazer;</li> <li>Falta de patrulha rural e máquinas de apoio ao agricultor;</li> <li>Falta de incentivo à valorização da cultura local;</li> <li>Alto índice de analfabetismo e exclusão digital;</li> <li>Insuficiência de capacitação profissional no município;</li> <li>Índice elevado de pobreza;</li> <li>Crescimento do alcoolismo e desvio de condutas pelo funcionamento de bares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eficiente transporte de pacientes (encaminhados a Cascavel);</li> <li>Em processo de construção do CRAS;</li> <li>Realização dos campeonatos esportivos (jogos de integração), festas, rodeio, "laçada", dentre outros;</li> <li>Existência de programas federais;</li> <li>Bom atendimento nos postos de saúde do município;</li> <li>Melhorias na segurança com a instalação da penitenciária federal.</li> </ul>

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Aspectos Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura Conservacionista - Lei Estadual 8.014/84 e Lei Estadual 6.120/85;</li> <li>▪ Predomínio da Atividade Primária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixa renda per capita (concentração de riquezas), dificultando iniciativas de investimento local;</li> <li>▪ Falta de incentivo à industrialização (principalmente agroindústrias), prejudicando a geração de empregos;</li> <li>▪ A agricultura do município é pouco diversificada e os produtos locais são pouco valorizados;</li> <li>▪ Falta de apoio ao agricultor principalmente quanto à armazenagem da produção e subsídios de Calcário (na propriedade);</li> <li>▪ Pouca mão-de-obra qualificada no município;</li> <li>▪ Setor industrial é pouco desenvolvido no município;</li> <li>▪ Falta de conscientização do produtor quanto à emissão de nota fiscal;</li> <li>▪ Inexistência de licença para utilização da pedreira;</li> <li>▪ Baixa Arrecadação – 5% municipal (alta inadimplência);</li> <li>▪ Não emissão de notas fiscais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reativação do Abatedouro Municipal;</li> <li>▪ Grande bacia leiteira;</li> <li>▪ Pavimentação das vias municipais com utilização de matéria-prima proveniente do próprio município, Pedreira (pedras irregulares);</li> <li>▪ Potenciais paisagísticos para o turismo (beleza cênica, cachoeiras e rios), e potencial religioso para o turismo (Localidade de Caravaggio);</li> <li>▪ Existência de associações municipais organizadas;</li> <li>▪ Reflorestamento e Viveiro Municipal;</li> <li>▪ Agropecuária (agricultura, pecuária, avicultura e suinocultura);</li> <li>▪ Utilização da prática da agricultura conservacionista;</li> <li>▪ Programas desenvolvidos no município: PIA, Programa Paraná Biodiversidade; Apicultura, Mudanças florestais, Mata Ciliar, Patrulha Rural, Viticultura;</li> <li>▪ Possibilidade futura de implantação de um Parque de Exposição e vinícola na sede urbana;</li> <li>▪ Crescimento na construção civil;</li> <li>▪ Existência de empresas de facções e calçados;</li> <li>▪ Geração de emprego e renda quando da construção da penitenciária e, atualmente, empregos indiretos (restaurantes, lanchonetes, comércio em geral).</li> </ul>

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Aspectos Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lei Orgânica Municipal;</li> <li>▪ Lei nº 020/02 - “Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Município de Catanduvas, Estado do Paraná e dá outras providências”;</li> <li>▪ Lei nº 088/2000 - Código Tributário Municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desatualização da Lei nº 020/2002 – estrutura administrativa;</li> <li>▪ Ausência de Secretaria Geral, Departamento de Informática e Departamento de Patrimônio na composição da Secretaria de Administração;</li> <li>▪ Ausência (na lei) dos Departamentos de Engenharia e Arquitetura e Departamento de Habitação;</li> <li>▪ Excesso de funções da Secretaria de Agricultura e Expansão Industrial, que acaba não conseguindo atender totalmente a demanda dos setores de indústria, comércio e turismo;</li> <li>▪ Ambiente físico não muito adequado para a sede da prefeitura (equipamentos e mobiliário defasado);</li> <li>▪ Ausência de registro de bens patrimoniais, desde equipamento de informática, mobiliário e equipamentos urbanos;</li> <li>▪ Desatualização do Cadastro imobiliário;</li> <li>▪ Falta de banco de dados com dados das famílias dos munícipes que procuram principalmente Saúde, Assistência Social. Necessidade de compartilhar informações num banco de dados único. Ampliar para questões tributárias, educação;</li> <li>▪ Ausência de site oficial do município;</li> <li>▪ Ausência de um Programa de Capacitação ao Quadro de Servidores Municipais;</li> <li>▪ Ausência de mapeamento de competências;</li> <li>▪ Ausência de Conselho Municipal para tratar da temática de Desenvolvimento Econômico;</li> <li>▪ Ausência de Fórum de Desenvolvimento Local;</li> <li>▪ Inadequação do Código Tributário Municipal com o Estatuto da Cidade, no que diz respeito ao IPTU progressivo, vinculado à função social da propriedade;</li> <li>▪ Desatualização dos valores e formas de cobrança das Taxas de Coleta de Lixo e de Limpeza Pública, Conservação de Vias e Logradouros Públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Código Tributário Municipal de Catanduvas – Art. 373: previsão de redução de cinquenta (50%) do valor do imposto lançado, para os imóveis declarados por lei municipal como sendo de preservação permanente, ambiental ou ecológica, patrimonial ou histórica, condicionada a requerimento anual, comprovando-se o atendimento das condições estipuladas;</li> <li>▪ Lei Orgânica do Município de Catanduvas – apresenta prescrições para os instrumentos jurídicos e urbanísticos que devem ser utilizados na implantação do Plano Diretor.</li> </ul>

Como pode ser observado no quadro CDP, exposto acima, aspectos de influência e concretização direta no dia-a-dia da população de Catanduvas foram aqueles que receberam maior destaque, uma vez que o quadro é originário de uma leitura técnica e comunitária. Como já mencionada, esta fase dará origem aos eixos, diretrizes e ações a serem propostos, o que significa que os diversos aspectos componentes do quadro poderão constar em diferentes fases do trabalho. Em linhas gerais, o quadro obtido possibilita o fornecimento tanto de aspectos gerais, a serem observados na elaboração de eixos e diretrizes, quanto de alguns aspectos pontuais, que por sua relevância não puderam deixar de ser citados e que poderão ser considerados quando da elaboração de ações específicas.

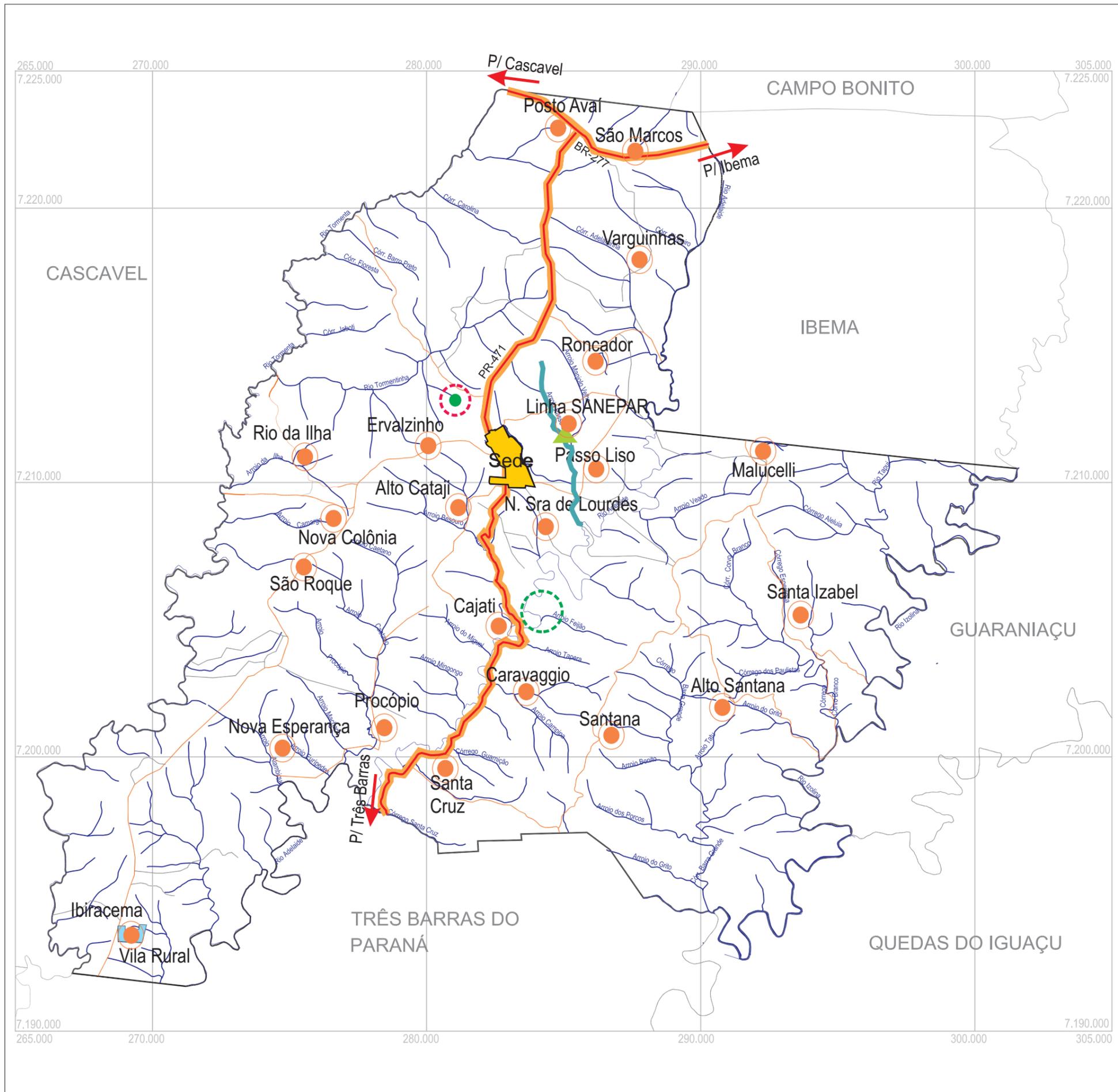
Desta forma, verifica-se que os aspectos fundiários, de infra-estrutura urbana, saneamento e sócio-culturais são identificados como aqueles que mais necessitam de atenção, melhorias e investimentos por parte da Administração Pública Municipal.

De maneira compreensível tais aspectos revelam a significativa deficiência que a falta de projetos e investimentos públicos, especialmente em infra-estrutura urbana e municipal, saneamento básico, educação e geração de emprego e renda pode ocasionar, de maneira geral, para a baixa qualidade de vida da população, explicitada pela 275ª posição no ranking de IDH-M, somada a problemas fundiários, tanto na sede urbana quanto na área rural e também a questões ambientais relacionadas a não preservação das matas ciliares (áreas de preservação permanente – APPs).

Por outro lado, o município apresenta potencialidades que, uma vez exploradas adequadamente e de modo sustentável podem gerar riquezas ao município, como seu potencial agropecuário e hídrico. O turismo rural, também pode ser visto como um setor com grande potencialidade (em que podem ser exploradas as paisagens cênicas e histórico-culturais), que igualmente necessitam de investimentos públicos e infra-estrutura.

As condicionantes mais destacadas, por sua vez, são aquelas relacionadas às rodovias, em especial a PR-471 que intercepta a porção oeste da sede urbana e à existência da penitenciária federal. Outros elementos, não menos importantes, compõem o quadro e todos aqueles que comportam espacialização estão representados nos mapas a seguir, em âmbito urbano e municipal.

Estes e outros pontos estão espacializados no Mapa 18 e Mapa 19 a seguir, que juntamente com a tabela de CDPs, formam o ponto básico de articulação com a próxima fase de construção do Plano Diretor Municipal do município de Catanduvas.



**LEGENDA**

- Limite Municipal de Catanduvas
- Perímetro urbano atual
- Rodovias estaduais
- Estradas municipais principais
- Estradas municipais secundárias
- Drenagem

- Condicionantes**
- Rodovias - BR-277 e PR-471
  - Localidades rurais
  - Sede urbana
  - Distrito de Ibiracema

- Deficiências**
- Problemas com a operacionalização do aterro (falta de recolhimento diário dos resíduos)

- Potencialidades**
- Gruta de Nossa Senhora de Caravaggio
  - Existência de aterro sanitário
  - ETA
  - Manancial de abastecimento de água da sede urbana
  - Agropecuária (solo e clima adequados)

Base Cartográfica:  
 Diretoria de Serviço Geográfico Brasil (DSG), Escala 1:50.000.  
 Articulações: Catanduvas-PR (MI-2834/2, 1981) e Três Barras-PR (MI-2834/4, 1980).  
 Dados:  
 Prefeitura Municipal de Catanduvas.  
 Elaborado por:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria LTDA.

0 1.250 5.000m  
 ESCALA: 1:150.000

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Catanduvas  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Mapa CDPs NA ÁREA MUNICIPAL  
 Prancha nº 18  
 Data: Jul/2007

Responsável Técnico:  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.





## 10 REFERÊNCIAS

- AEN – Agência Estadual de Notícias. **Secretaria de Segurança reforça policiamento em Catanduvas**. 1997. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=21762>>. Acesso em: Fev. 2007.
- AGÊNCIA MJ DE NOTÍCIAS. Galeria de Fotos. 2006a. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/galeria.htm>>. Acesso em: Fev. 2007.
- AGÊNCIA MJ DE NOTÍCIAS. **Brasil inaugura primeira penitenciária federal**. 2006b. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/especiais/2006/junho/mtesp230606-penitenciaria.htm>>. Acesso em: Fev. 2007.
- AMC- Associação dos Municípios do Paraná. **Abastecimento de água**: Catanduvas, Paraná. 2000a. Disponível em: <[http://www.ampr.org.br/ampr/infra/mu\\_infra\\_abastecimento.asp?ildMun=100141072](http://www.ampr.org.br/ampr/infra/mu_infra_abastecimento.asp?ildMun=100141072)>. Acesso em: Fev. 2007.
- AMC- Associação dos Municípios do Paraná. **Esgotamento sanitário**: Catanduvas, Paraná. 2000b. Disponível em: <[http://www.ampr.org.br/ampr/infra/mu\\_infra\\_esgotamento.asp](http://www.ampr.org.br/ampr/infra/mu_infra_esgotamento.asp)>. Acesso em: Fev. 2007.
- AMC- Associação dos Municípios do Paraná. **Destino do lixo**: Catanduvas, Paraná. 2000c. Disponível em: <[http://www.ampr.org.br/ampr/infra/mu\\_infra\\_lixo.asp?ildMun=100141072](http://www.ampr.org.br/ampr/infra/mu_infra_lixo.asp?ildMun=100141072)>. Acesso em: Fev. 2007.
- AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Informações gerais sobre a Associação Municípios do Oeste do Paraná**. Disponível em: <http://www.amop.org.br/news.php?news=3>. Acesso em junho de 2007.
- AMP – Associação dos Municípios do Paraná. **IDH – índice de Desenvolvimento Humano**: Paraná. ANO Disponível em: <[http://www.ampr.org.br/ampr/idh/uf\\_idh\\_atual.asp](http://www.ampr.org.br/ampr/idh/uf_idh_atual.asp)>. Acesso em: jan. 2007.
- ALMEIDA, F.F.M. de - 1964 - **Fundamentos geológicos do relevo paulista**. Inst. Geogr. Geol., Bol. (41):161-263
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2005.
- ARAÚJO, G. **Presos são monitorados 24 horas com alta tecnologia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1280134-5598,00.html>>. Acesso em: Fev. 2007.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CANTUGUIRIGUAÇU. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul, 2003.
- BECKER, Antonio. **Estatuto da Cidade**, lei 10.257, de 20 de julho de 2001. Organizador. Serie Legislação Lúmen Júris. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2001.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
- CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Perfil Municipal - Acesso à Segurança Pública**. 2007a. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/perfil/mu\\_perfil\\_tabela.asp?ildMun=100141072&ild=22](http://www.cnm.org.br/perfil/mu_perfil_tabela.asp?ildMun=100141072&ild=22)>. Acesso em: Fev. 2007.
- CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Perfil Municipal - Acesso à Justiça**. 2007b. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/perfil/mu\\_perfil\\_tabela.asp?ildMun=100141072&ild=21](http://www.cnm.org.br/perfil/mu_perfil_tabela.asp?ildMun=100141072&ild=21)>. Acesso em: Fev. 2007.
- CONSTANTINO, Carlos Ernani. **Delitos Ecológicos – A lei ambiental comentada artigo por artigo; aspectos penais e processuais penais**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- COPEL – Companhia Paranaense de Energia. **Detalhe do andamento do Programa Luz para Todos**. Disponível em: <[http://www.copel.com/sitearquivos.nsf/arquivos/situacao-luz-para-todos-pdf/\\$FILE/situacao-luz-para-todos.pdf](http://www.copel.com/sitearquivos.nsf/arquivos/situacao-luz-para-todos-pdf/$FILE/situacao-luz-para-todos.pdf)>. Acesso em: Fev. 2007.
- CONDETEC. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico**. Curitiba, 2004.
- CUNHA, Sérgio da C. **Dicionário Compacto Do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DAMAZIO, W. **Penitenciária Federal de Catanduvas**. 2006. Apresentação em Powerpoint. Disponível em: <[http://www3.mj.gov.br/defensoria/formacao/pps\\_WilsonDamazio.pps](http://www3.mj.gov.br/defensoria/formacao/pps_WilsonDamazio.pps)>. Acesso em: Fev. 2007.

DER – Departamento de Estradas de Rodagem. **Mapa Político Rodoviário do Estado do Paraná.** 2004.

DER – Departamento de Estradas de Rodagem. **Mapa – Praças de pedágio.** Disponível em: <[http://www.pr.gov.br/derpr/pdf/conc\\_mapa.pdf](http://www.pr.gov.br/derpr/pdf/conc_mapa.pdf)>. Acesso em: Fev. 2007a

DER – Departamento de Estradas de Rodagem. **Fluxo de veículos pagantes 1998-2005.** Disponível em: <[http://www.pr.gov.br/derpr/pdf/conc\\_fluxo.pdf](http://www.pr.gov.br/derpr/pdf/conc_fluxo.pdf)>. Acesso em: Fev. 2007b.

Delegacia de Polícia Civil de Catanduvas Paraná. **Informações gerais sobre os Inquéritos Policiais Instaurados no Município.** Catanduvas, 2007.

EMATER/SEAB. **Informe Final Território do Cantuquiriguaçu.** Estado do Paraná, Brasil, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do estado do Paraná.** Londrina: SUDESUL / EMBRAPA / IAPAR, 1984. 2 v.

FAMEPAR – Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná. **Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Catanduvas.** Catanduvas, 1996.

FANUCCHI, Fábio. **Curso de Direito Tributário Brasileiro. Vol.II.** 3ª Edição. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda, 1975.

FERRARI, R.M.M.Nery. **Direito Municipal.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_. **Controle da Constitucionalidade das Leis Municipais.** 3ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus Municípios.** Maringá: Memória Brasileira, 1996. 728 p.

FRAGA, C.G. **Origem de fluoreto em águas subterrâneas dos sistemas aquíferos Botucatu e Serra Geral da bacia do Paraná.** Tese de Doutorado, USP, São Paulo, SP. 1992. 163p.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais.** CARTA 2834. Brasília, 236p. 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudo Político e Social. **O déficit habitacional do Brasil. Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas.** Convênio PNUD/Secretaria de Política Urbana (Ministério do Planejamento), Belo Horizonte, 2005.

GALLO, A.F.A. **Código Tributário Nacional e Legislação Complementar.** São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

GASPARIN, Daniele Costacurta. **Defensivos Agrícolas E Seus Impactos Sobre O Meio Ambiente.** Trabalho De Conclusão De Curso, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Curso de Engenharia Ambiental. Curitiba, Junho / 2005.

HOLTZ, A.C.T – 1966 – **Isoietas mensais, trimestrais e anuais,** In: *Bol. Pluviométrico do Estado do Paraná*, Curitiba, (24): 1-10.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados agregados do Censo 2000.** 2000. 1 CD-ROM.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ. 1994 - **Cartas climáticas do Estado do Paraná.** Londrina, IAPAR, 1994. 49 p. ilust. (IAPAR, Documento, 18).

IPARDES. **Lista dos 399 municípios do estado ordenados segundo mesorregiões e microrregiões geográficas do ibge.** PARANÁ, 2000.

IPARDES. **Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana,** Curitiba, 2002.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense.** Curitiba: IPARDES, BRDE, 2003.

IPARDES. **Tecnologias Adequadas Em Equipamentos e Serviços de Saúde para Escalas Regionalmente Diferenciadas: referências para rediscussão da regionalização em saúde.** Curitiba, 2005.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Oeste paranaense.** 2003. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: jan 2007.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos municipais: caderno estatístico – município de Catanduvas.** 2007.

Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85470&btOk=ok>>. Acesso em: Fev. 2007.

IPEA, IBGE, UNICAMP, IPARDES, **Redes Urbanas Regionais: Sul**, Série Caracterização e Tendências de Rede Urbana do Brasil, Brasília, v.6, 2000.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Configuração Atual e Tendências da rede urbana**, Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, Brasília, v.1, 2002a.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Estudos básicos para a Caracterização da Rede urbana**, Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, Brasília, v. 2, 2002b.

IPIB – Internet Produto Interno Bruto. **Participação do Estados no PIB nacional em 2004**. 2007.

Disponível em: <<http://www.ipib.com.br/ranking/pesquisaValEstados.asp>>. Acesso em: Fev. 2007.

JANNUZZI, M. P. **Projeções Populacionais para Pequeníssimas Áreas: método e resultados**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2002.

KAYANO, T.M.; KOUSKY, V.E.; STUDZINSKI, C.D.; DIAS, P.L.S. - 1990 - **As variações intra-zonais da precipitação no Brasil durante o verão de 1989/1990**, In: Climanálise Boletim de Monitoramento e Análise Climática do CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (MCT/INPE), São José dos Campos - SP, (4):40-50.

LEINZ, V. **Contribuição à geologia dos derrames basálticos do sul do Brasil**. Bol. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 103 (Geol.5), 1949.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 1968. Curitiba: Publ. UFP, IBPT 350p.

MACHADO, PAULO A. LEME. **Direito Ambiental Brasileiro**. 14ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MACHADO, H.de B. **Curso de Direito Tributário**. 24ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2004.

MEDAUAR, Odete; ALMEIDA, Fernando D. M. **Estatuto da Cidade, Comentários**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2005.

\_\_\_\_\_. **Direito Municipal Brasileiro**; 14ª Edição, atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2006.

MELFI, A.J. "Potassium – Argon ages for core samples of basaltic rocks from southern Brazil", *Geoch. et Cosmoch. Acta*. 1967. p. 1079-89.

MELO, M.A.; GODOY, L.C.; MENEGUZZO, P.M & SILVA, D.J.P. "A geologia no plano de manejo do parque Estadual de Vila Velha, PR", *Revista Brasileira de Geociências*. 2004. p. 561-570.

MENDES, V. **Penitenciária de Catanduvas está pronta para receber presos perigosos**. 2006. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ultimas/cidades/noticias/2006/jul/10/332.htm>>. Acesso em: Fev. 2007.

MINEROPAR.- **Mapeamento Geológico – Geotécnico no Município de Cascavel**. 1994. Projeto Serviço Geológico nos Municípios.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de informações de saúde: Município de Catanduvas, PR**. 2006. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/pr.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

MOREIRA, A. C. M. L. **Regiões Metropolitanas na Constituição Estadual**. Seminário "Plano Diretor Municipal". São Paulo, FAUUSP, 1989.

OLIVEIRA, Aluisio Pires de; CARVALHO, Paulo C. P. **Estatuto da Cidade**, Anotações à Lei 10.257, de 10.07.2001. Curitiba: Juruá Editora, 2003.

PARANÁ, SEAB: <http://www.pr.gov.br/agrotóxico>.

PARANÁ Assembléia Legislativa, Curitiba. **Repartição das Receitas Tributárias**. Artigo 132, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, aspectos para sua regulamentação de 29 de novembro de 1990. Curitiba, 1990. 133p.

PARANÁ Assembléia Legislativa, Curitiba. Lei Estadual Complementar nº 9491, de 21 de dezembro de 1990. Estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto de arrecadação do ICMS. **Diário Oficial do Estado do Paraná**.

PARANÁ Assembléia Legislativa, Curitiba. Lei Estadual Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, que alude o art.2º da Lei nº 9491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná.**

PARANÁ Gabinete Civil do Governo do Estado do Paraná, Curitiba. Decreto nº 2791/96, de 27 de dezembro de 1996. Define critérios técnicos a que alude o art. 5º da Lei Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991. **Diário Oficial do Estado do Paraná.**

PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. **Análise da bacia do Paraná.** *Relatório do DEPEX-CENPS*, GT – OS – 009/85, Rio de Janeiro-RJ, 1986. 186 p.

PETERS, E. L. **Manual do Direito Ambiental.** Curitiba: Juruá, 2003. 214p.

PINTO, V.C. **Direito Urbanístico – Plano Diretor e Direito de Propriedade.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

PMC – Prefeitura Municipal de Catanduvas. **Dados gerais do Município de Catanduvas:** saúde, saneamento, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer. Catanduvas, 2006.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados. In: **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2003.** Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo\\_IDH.doc](http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Calculo_IDH.doc)>. Acesso em: jan. 2007

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Tabelas de ranking do IDH-M:** ranking do IDH-M dos municípios do Brasil. 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em jan. 2007.

PORTELA, M. Unidade Federal ainda não tem bloqueadores de celulares previstos no projeto. Catanduvas faz 5 meses com 60,5% das vagas preenchidas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, Segurança, 7 de janeiro de 2007, p.3

RODRIGUES, M. V. 1989 **Qualidade de vida no trabalho.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

RÜEGG, N.R. **Modelos de variações químicas na província basáltica do Brasil meridional: características do teor, distribuição geográfica e diferenciação,** IG.USP – Universidade de São Paulo, *Tese de Livre Docência.* 1975. 215 p.

SATYAMURTY, P. & ETCHICHURY, P.C – **Seca de 1988/89 no extremo sul do Brasil,** In: *Climanálise Bol. De Monitoramento e Análise Climática do CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudo Climático (MCT/INPE),* São José dos Campos –SP, (4): 31-8.

SARTORI, P.L.P. & MACIEL Fº, C.L. **Petrologia da Seqüência vulcânica da Formação Serra Geral no rebordo ocidental do planalto meridional .** RS, *Anais XIX Congr. Bras. Geol.* 1976. v.1,p.297.

SEDU, PARANÁ. Governo do Estado. **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná.** Curitiba, 2003.

SEJU - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. **Paraná ganha primeira Penitenciária Federal de Segurança Máxima do país.** 2006. Disponível em: <[http://www.pr.gov.br/seju/noticias\\_2006/not\\_16.html](http://www.pr.gov.br/seju/noticias_2006/not_16.html)>. Acesso em: Fev. 2007.

SESA - Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. **Estatísticas de Saúde, imunizações:** cobertura vacinal em < de 1 ano, por município, regional de saúde - Paraná - 2005. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/Estatisticas/imunizacao/index.html>>. Acesso em; jan. 2007.

SETR – Secretaria de Estado de Transportes. Mapa político rodoviário do Estado do Paraná. 2006. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/derpr/maparod.html>>. Acesso em: Fev. 2007.

SILVA, Jose Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro.** 4ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2006.

SOARES, Rosinete M.; **Hierarquia das Leis.** Disponível em: <http://www..essere.com.br>. Acesso 21/01/2006.

SZUBERT, E.C. “**Esquema interpretativo da evolução geológica das rochas vulcânicas mesozóicas da bacia do Paraná**”. Acta Geológica Leopoldensia, São Leopoldo-RS, 1978. p. 113-124.

TAUIL, Roberto. **Cidade Brasileira: Definições Politico-Geográficas.** In Consultor Municipal, disponível em: <http://consultormunicipal.adv.br>. Acesso em 17/ 12/ 2005.

<http://www.ipef.br/servicos/faq/perguntas.asp>. Acesso em 05 de junho de 2006.

ZUQUETTE, L.V. *Análise crítica da cartografia geotécnica e proposta metodológica para condições brasileiras*. São Carlos/SP, 1987. 3v. (Doutorado-EESC/USP).

WASHBURNE, C.W. "Petroleum geology of the state of São Paulo, Brazil". *Bol. Com. Geol.* 1930.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL do município de Catanduvas de 05 de abril de 1990.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 105/1996 Cria o Conselho Municipal do Trabalho

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10/2002 Regimento Interno.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 11/2002 Descrição de Cargos.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 32/2004 Altera parágrafo terceiro do artigo terceiro do decreto municipal No. 105/96 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 54/2005 Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde para o biênio 2005/2007

\_\_\_\_\_. Lei nº 154/1992 Cria a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 009/1993 Cria o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 010/1993 Institui o "Fundo Municipal de Saúde" e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 018/1993 Dispõe sobre o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Civis do Município de Catanduvas e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 82/1995 Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 85/1995 Cria o Conselho Municipal de Política Agrícola Fundiária e de Meio Ambiente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 91/1995 Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 94/1995 - Autoriza o Executivo municipal a participar do consórcio intermunicipal de saúde, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 104/1996 Regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 49/2000. Código Tributário Municipal.

\_\_\_\_\_. Lei nº 78/2000 Altera a Lei Municipal 154/92 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 89/2000 Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder subvenção às entidades filantrópicas e Assistenciais do Município, revoga a Lei Municipal no. 83/95.

\_\_\_\_\_. Lei nº 18/2001 Cria a Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Catanduvas – PR, instituindo Plano de Custeio e de Benefícios e outras providências correlatas.

\_\_\_\_\_. Lei nº 24/2001 Dispõe sobre a Criação do Fundo para Financiamento da Política Habitacional do Município de Catanduvas.

\_\_\_\_\_. Lei nº 17/2002 Institui o programa "Caminho da Solidariedade" e estabelece outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 20/2002 Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Município de Catanduvas, Estado do Paraná e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 21/2002 Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais da Prefeitura de Catanduvas – PR e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 22/2002 Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Catanduvas - PR.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 27/2002** Homologa o Regime Interno do Conselho Deliberativo do Fundo para Financiamento da Política Habitacional do Município de Catanduvas.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 08/2003** Cria programas de Serviços Assistenciais e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11/2005** Plano Plurianual 2006-2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 16/2005** Institui o Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 24/2006** Altera a Lei 021/2002 e cria Anexo, além de outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 45/2006** Altera, para o fim de acrescentar, o artigo 74 da Lei Municipal nº 018/2001, modificado pela Lei Municipal nº 003/2006, que trata da Contribuição dos Servidores Municipais ao Fundo de Previdência Próprio e dá providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 49/2006** Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 071/2006** - Autoriza firmar convênio com o Ministério da Justiça, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 73/2006** Altera o anexo III da Lei nº 021/2002 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 74/2006** Altera o anexo I e IV da Lei nº 021/2002 e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 72, de 06 de Dezembro de 2006. **Orçamento Anual de 2007.**

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2006.**

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2006.**

<http://www.olivatti.com.br/> acesso em fevereiro de 2007. (diversas datas e consultores)

## 11 ANEXOS

## ANEXO 1 - CLASSIFICAÇÃO DAS ÁGUAS MINERAIS

### Classificação das Águas Minerais Conforme Elemento Dominante

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
I. Oligominerais	Contêm diversos tipos de sais, todos em baixa concentração
II. Radíferas	Contêm substâncias radioativas dissolvidas que lhes atribuem radioatividade permanente
III. Alcalino-bicarbonatadas	Contêm teores de compostos alcalinos equivalentes pelo menos a 0,2 g/l de NaHCO <sub>3</sub>
IV. Alcalino-terrosas	Contêm teores de alcalinos terrosos equivalentes à pelo menos 0,12 g/l de CaCO <sub>3</sub> , podendo ser: <ul style="list-style-type: none"> <li>• alcalino-terrosas cálcicas, que contêm pelo menos 0,048 g/l de Ca, na forma de CaHCO<sub>3</sub>;</li> <li>• alcalino-terrosas magnesianas, que contêm pelo menos 0,03 g/l de Mg, na forma de MgHCO<sub>3</sub>.</li> </ul>
V. Sulfatadas	Contêm pelo menos 0,1 g/l do ânion SO <sub>4</sub> , combinado aos cátions Na, K e Mg
VI. Sulfurosas	Contêm pelo menos 0,001 g/l do ânion S
VII. Nitratadas	Contêm pelo menos 0,1 g/l de ânion NO <sub>3</sub> de origem mineral
VIII. Cloretadas	Contêm pelo menos 0,5 g/l de NaCl
IX. Ferruginosas	Contêm pelo menos 0,005 g/l de cátion Fe
X. Radioativas	Contêm radônio em dissolução, nos seguintes limites: <ul style="list-style-type: none"> <li>• fracamente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, um teor em radônio compreendido entre 5 e 10 unidades Mache, por litro, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;</li> <li>• radioativas, as que apresentarem um teor em radônio compreendido entre 10 e 50 unidades Mache por litro, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;</li> <li>• fortemente radioativas, as que possuírem um teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão.</li> </ul>
XI. Toriativas	Contêm um teor em torônio em dissolução equivalente em unidades eletrostáticas, a 2 unidades Mache por litro, no mínimo
XII. Carbogasosas	Contêm 200 ml/l de gás carbônico livre dissolvido, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais – ABINAM

### Classificação das Águas Minerais Conforme Conteúdos de Gases

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
I. Fontes radioativas	<p>a) <b>Fracamente radioativas</b>, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 litro por minuto com um teor em radônio compreendido entre 5 e 10 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;</p> <p>b) <b>Radioativas</b>, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 litro por minuto, com um teor compreendido entre 10 e 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;</p> <p>c) <b>Fortemente radioativas</b>, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 litro por minuto, com teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão.</p>
II. Fontes toriativas	As que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 litro por minuto, com um teor em torônio, na emergência, equivalente em unidades eletrostáticas a 2 unidades Mache por litro.
III. Fontes sulfurosas	As que possuírem na emergência desprendimento definido de gás sulfídrico.

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais – ABINAM

## ANEXO 2 - EFEITOS TERAPÊUTICOS DAS ÁGUAS MINERAIS NATURAIS

CLASSIFICAÇÃO	INDICAÇÕES
Ferruginosas	Anemias, parasitoses, alergias e acne juvenil; estimulam o apetite.
Fluoretadas	Saúde de dentes e ossos.
Radioativas	Dissolvem cálculos renais e biliares; favorecem a digestão; são calmantes e laxantes; filtram excesso de gordura do sangue.
Carbogasosas	Diuréticas e digestivas, são ideais para acompanhar refeições; repõe energia e estimula o apetite; eficazes contra hipertensão arterial.
Sulfurosas	Reumatismos, doenças da pele, artrites e inflamações em geral.
Brometadas	Sedativas e tranquilizantes, combatem a insônia, nervosismo, desequilíbrios emocionais, epilepsia e histeria.
Sulfatadas sódicas	Prisão de ventre, colites e problemas hepáticos.
Cálcicas	Raquitismo e colite; consolidam fraturas e têm ação diurética. Reduz a sensibilidade em casos de asma, bronquites, eczemas e dermatoses.
Iodetadas	Adenóides, inflamações da faringe e insuficiência da tireóide.
Bicarbonatadas sódicas	Gastrites e úlceras gastroduodenais, hepatite e diabetes.
Alcalinas	Acidez estomacal e hidratante da pele.
Ácidas	pH da pele.
Carbônicas	Hidratação da pele e redução do apetite.
Sulfatadas	Antiinflamatório e antitóxico.
Oligominerais radioativas	Higienização da pele, diurese, intoxicações hepáticas, ácido úrico, inflamações das vias urinárias, alergias e estafa.

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM

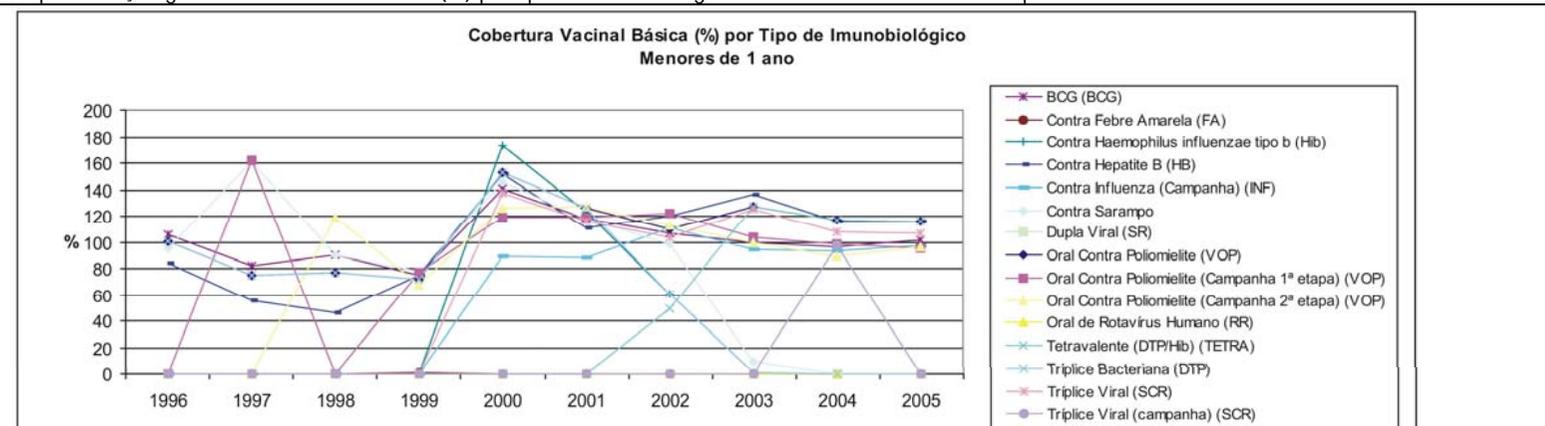
### ANEXO 3 - COBERTURA VACINAL

Cobertura vacinal (%) por tipo de imunobiológico – menores de 1 ano – Município de Catanduvas – PR

Imunobiológicos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BCG (BCG)	106,1	82,3	90,5	74,5	140,9	118,2	106,4	100,0	96,5	101,6
Contra Febre Amarela (FA)	-	-	-	1,5	-	-	-	-	-	-
Contra Haemophilus influenzae tipo b (Hib)	-	-	-	-	173,1	123,3	60,7	0,6	-	-
Contra Hepatite B (HB)	84,5	55,4	45,8	74,5	152,2	110,7	120,2	136,3	116,4	116,3
Contra Influenza (Campanha) (INF)	-	-	-	-	88,8	88,0	110,9	94,7	93,3	97,8
Contra Sarampo	95,3	161,2	90,1	77,6	145,7	118,2	98,8	8,8	-	-
Dupla Viral (SR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oral Contra Poliomielite (VOP)	100,9	74,6	77,1	72,2	153,2	125,8	109,8	126,9	117,0	115,5
Oral Contra Poliomielite (Campanha 1ª etapa) (VOP)	-	162,3	-	76,4	118,8	119,1	121,9	103,3	98,9	95,1
Oral Contra Poliomielite (Campanha 2ª etapa) (VOP)	-	-	119,1	67,3	126,7	126,7	113,1	99,4	89,4	96,2
Oral de Rotavírus Humano (RR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tetravalente (DTP/Hib) (TETRA)	-	-	-	-	-	-	49,1	126,9	117,0	115,5
Tríplice Bacteriana (DTP)	100,9	75,4	77,1	72,2	153,2	126,4	60,7	0,6	-	-
Tríplice Viral (SCR)	-	-	-	-	137,1	116,1	103,1	125,4	107,6	107,0
Tríplice Viral (campanha) (SCR)	-	-	-	-	-	-	-	-	97,7	-

Fonte: SI/PNI apud Ministério da Saúde, 2006

Representação gráfica da cobertura vacinal (%) por tipo de imunobiológico – menores de 1 ano – Município de Catanduvas – PR



Fonte: Ministério da Saúde, 2006

## ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO RELATIVO AOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

(1) IDENTIFICAÇÃO		(2) RESPONSÁVEL	(3) ATIVIDADE DESEMPENHADA	(4) FUNCIONÁRIOS JAN/2006		
ÓRGÃO	SIGLA			CLT	Estatutário	Outros

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e seguir caminho: (Tabela → inserir → linha abaixo)

### Orientação para preenchimento acima:

1. Registrar o **nome e sigla** das áreas que compõe a estrutura administrativa municipal;
2. Identificar o **nome** do responsável pela área administrativa;
3. Relacionar as **principais** atividades de responsabilidade dessa área;
4. Quantificar o **número** de funcionários por área conforme tipo de contratação.

### Questionário complementar a ser preenchido por área:

- 1.1. Possui instrumentos de avaliação de desempenho dos processos internos?  
 Sim: quais \_\_\_\_\_  
 Não existe.
- 1.2. Existem pendências administrativas que afetem diretamente sua área de atuação?  
 Sim: quais \_\_\_\_\_  
 Não existe.

### ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Sinalize a existência das variáveis abaixo:

Identificação de Banco de Dados	Existência
	Sim/Não
Cadastro de alvarás informatizado	
Cadastro de funcionários informatizados	
Cadastro de ISS informatizado	
Cadastro e ou banco de dados da educação informatizados	
Cadastro e ou banco de dados de patrimônio informatizados	
Cadastro e ou banco de dados de saúde informatizados	
Cadastro imobiliário IPTU informatizado	
Contabilidade informatizada existência	
Controle da execução orçamentária informatizado	
Folha de pagamento informatizado	
Mapeamento digital informatizado	

### LEVANTAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Relacionar a **quantidade** dos equipamentos de informática em cada área de atuação:

Órgão	Computadores	Impressoras	Gravador CD	Scanner	Leitor Código de Barra

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e seguir caminho: (Tabela → inserir → linha abaixo)

**Questionário complementar:**

3.1. A Prefeitura faz uso de Software livre:

Sim, quais: \_\_\_\_\_

Não

3.2. A Prefeitura atua em rede (on-line) com sua estrutura administrativa?

Sim

Não

3.3. A Prefeitura possui contrato de manutenção de Software?

Sim, qual valor mensal R\$ \_\_\_\_\_

Não

3.4. A Prefeitura possui um site oficial?

Sim. Desde: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Não

3.5. Quais as informações e recursos disponibilizados no site oficial da Prefeitura?

\_\_\_\_\_

Relacionar os softwares utilizados em cada área de atuação:

Órgão	Softwares	Fornecedor	Valor Gasto com a Manutenção Mensal (R\$ 1,00)

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e seguir caminho: (Tabela → inserir → linha abaixo)

**CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO**

Variáveis	JAN/2006
Cadastro Imobiliário existência (sim ou não)	
Número de unidades prediais cadastradas	
Número de unidades territoriais cadastradas	
Unidades prediais e territoriais cadastradas separadamente ou em conjunto	

OBS: \* Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o ano a que se refere.

Nível de Inadimplência	JAN/2006
Inadimplência em relação à arrecadação do ISS (%).	
Inadimplência em relação à arrecadação do IPTU (%).	
Inadimplência em relação à arrecadação do ITBI (%).	
Quantidade de instituições com o Alvará vencido.	

OBS: \* Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o ano a que se refere.



**Questionário complementar:**

4.1. A Prefeitura possui um programa de incentivos para o contribuinte manter o pagamento de tributos em dia?

- ( ) Sim, quais: \_\_\_\_\_  
( ) Não

4.2. A Prefeitura possui um programa de incentivos para o contribuinte quitar os seus débitos?

- ( ) Sim, quais: \_\_\_\_\_  
( ) Não

**CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS**

Consórcio Intermunicipal	JAN/2006
Consórcio para coleta de lixo existência	
Consórcio para aquisição ou uso de máquinas e equipamentos existência	
Consórcio para atendimento na área de educação existência	
Consórcio para atendimento na área de saúde existência	
Consórcio para coleta de lixo especial existência	
Consórcio para coleta seletiva de lixo existência	
Consórcio para habitação existência	
Consórcio para limpeza urbana existência	
Consórcio para processamentos de dados existência	
Consórcio para reciclagem de lixo existência	
Consórcio para remoção de entulhos existência	
Consórcio para serviços de abastecimento de águas existência	
Consórcio para serviços de esgotamento sanitário existência	
Consórcio para tratamento ou disposição final do lixo existência	
Número de consórcios na área da saúde	
Participação de recursos financeiros do Estado ou do Governo Federal de Consórcios de Saúde	

OBS: \* Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o ano a que se refere.

**TERCEIRIZAÇÃO**

Terceirização	JAN/2006
Coleta de lixo domiciliar terceirizada existência	
Coleta de lixo hospitalar terceirizada existência	
Coleta de lixo industrial terceirizada existência	
Contabilidade terceirizada existência	
Limpeza dos prédios da administração municipal terceirizada existência	
Manutenção de estradas ou vias urbanas terceirizadas existência	
Obras civis terceirizadas existência	
Outros serviços terceirizados existência	
Processamento de dados terceirizado existência	
Segurança dos prédios da adm municipal terceirizada	
Serviço de abastecimento de água terceirizado existência	
Serviço de esgotamento sanitário existência	
Serviço de advocacia terceirizado existência	

OBS: \* Inserir a atualização mais recente destas informações identificando o ano a que se refere

## BASE TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

As planilhas a seguir deverão ser preenchidas por completo. Os dados serão utilizados para caracterizar a situação das contas públicas do Município identificando as ações necessárias para otimização dos recursos do tesouro municipal.

### Receitas Arrecadadas e Estimadas

RECEITAS	2002 Arrecadada	2003 Arrecadada	2004 Arrecadada	2005 Arrecadada	2006 Orçada	2006 Estimada	2007 Estimada	2008 Estimada
RECEITAS CORRENTES								
Receita Tributária								
IPTU								
IRRF								
ITBI								
ISS								
Taxas								
Contribuição de Melhoria								
Receita de Contribuições								
Receita Patrimonial								
Receita Agropecuária								
Receita Industrial								
Receita de Serviços								
Serviços de Saúde								
Outros								
Transferências Correntes								
Da União								
Cota-parte FPM								
Cota-parte ITR								
Cota-parte IPI								
Desoneração - LC 87/96								
Transferências SUS								
Transferências FNAS								
Transferências FNDE								
Outras Transferências								
Da Estado								
Cota-parte ICMS								
Cota-parte IPVA								
Cota-parte IPI Exportação								
Salário-Educação								
Outras Transferências								
Multigovernamentais								
Transferências FUNDEF								
Transferências de Convênios								
Outras Transferências								

RECEITAS	2002 Arrecadada	2003 Arrecadada	2004 Arrecadada	2005 Arrecadada	2006 Orçada	2006 Estimada	2007 Estimada	2008 Estimada
Outras Receitas Correntes								
RECEITAS DE CAPITAL								
Operações de Crédito								
Alienação de Bens								
Amortização de Empréstimos								
Transferências de Capital								
Outras Receitas de Capital								
DEDUÇÕES DA RECEITA / FUNDEF								
<b>Total</b>								

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2002, 2003, 2004 ...

### Despesas Realizadas e Estimadas Por Grupo

DESPESAS	2002 Realizada	2003 Realizada	2004 Realizada	2005 Realizada	2006 Orçada	2006 Estimada	2007 Estimada	2008 Estimada
DESPESAS CORRENTES								
Pessoal e Encargos Sociais								
Juros e Encargos da Dívida								
Outras Despesas Correntes								
Material de Consumo								
Serviços de Consultoria								
Outros Serviços de Terceiros – P. Física								
Locação de Mão-de-Obra								
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica								
Sentenças Judiciais								
Despesas de Exercícios Anteriores								
Outras despesas								
DESPESAS DE CAPITAL								
Investimentos								
Obras e Instalações								
Equipamentos e Material Permanente								
Outros investimentos								
Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
<b>Total</b>								

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2002, 2003, 2004 ...

**Despesas Realizadas e Estimadas Por Função de Governo**

DESPESAS	2002 Realizada	2003 Realizada	2004 Realizada	2005 Realizada	2006 Orçada	2006 Estimada	2007 Estimada	2008 Estimada
01 – LEGISLATIVA								
02 – JUDICIÁRIA								
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA								
04 – ADMINISTRAÇÃO								
05 – DEFESA NACIONAL								
06 – SEGURANÇA PÚBLICA								
07 – RELAÇÕES EXTERIORES								
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL								
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL								
10 – SAÚDE								
11 – TRABALHO								
12 – EDUCAÇÃO								
13 – CULTURA								
14 – DIREITOS DA CIDADANIA								
15 – URBANISMO								
16 – HABITAÇÃO								
17 – SANEAMENTO								
18 – GESTÃO AMBIENTAL								
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA								
20 – AGRICULTURA								
21 – ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA								
22 – INDÚSTRIA								
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS								
24 – COMUNICAÇÕES								
25 – ENERGIA								
26 – TRANSPORTE								
27 – DESPORTO E LAZER								
28 – ENCARGOS ESPECIAIS								
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
<b>Total</b>								

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2002, 2003, 2004 ...

### Resultados e Metas Fiscais

ITEM	2002 Realizada	2003 Realizada	2004 Realizada	2005 Realizada	2006 Orçada	2006 Estimada	2007 Estimada	2008 Estimada
Resultado Orçamentário								
Resultado Primário								
RCL – Receita Corrente Líquida								
Despesas com Pessoal e Encargos								
Despesas com Saúde								
Despesas com Educação								
Despesas com Serviços da Dívida (juros, correção e amortizações)								
Disponibilidades Financeiras								
Dívida Flutuante:								
- Restos a Pagar								
- Antecipação da Receita Orçamentária ARO								
- Outras dívidas								
Dívida Fundada:								
- Interna								
- Externa								
<b>Total</b>								

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2002, 2003, 2004 ...

### Cronograma de Desembolsos Financeiros

Contratos e Objetos Financiados	Cronograma	Saldo da Dívida	Juros e Correção da Dívida	Amortização da Dívida	Desembolso Total
Contrato XXX - CEF	Em 2006				
	Em 2007				
	Em 2008				
	Em 2009				
	Em 2010				
	Em 2011				
	Em 2012				
	Em 2013				
	Em 2014				

	Em 2015				
Contrato YYY - BNDES	Em 2006				
	Em 2007				
	Em 2008				
	Em 2009				
	Em 2010				
	Em 2011				
	Em 2012				
	Em 2013				
	Em 2014				
	Em 2015				
Total					

Fonte: Sempre colocar a fonte dos dados coletados seguida do ano exemplo: Balanço de 2002, 2003, 2004 ...

#### Projetos em Andamento

DESCRIÇÃO DOS PROJETOS	Fonte de Recurso	Investimento Total	Valor Já Realizado	Início	Término
Total					

### RECURSOS HUMANOS

<b>Quadro de pessoal Administração direta, por Nível de Ensino</b>	JAN/2006
Total de funcionários ativos da administração direta Nível fundamental	
Total de funcionários ativos da administração direta Nível médio	
Total de funcionários ativos da administração direta Nível superior	
Total de funcionários	

<b>Composição do quadro pessoal da administração indireta</b>	JAN/2006
Total de funcionários ativos da administração indireta	

<b>Funcionários Inativos</b>	JAN/2006
Instituto ou fundo municipal de previdência para os funcionários da prefeitura existência	
Total de aposentados	
Total de pensionistas	

#### Questionário complementar:

8.1. A prefeitura utiliza sistema de avaliação de desempenho de seus funcionários?

( ) Sim: qual \_\_\_\_\_

Periodicidade: \_\_\_\_\_

( ) Não existe.

8.2. A prefeitura atua com programa de capacitação de seus funcionários?

( ) Sim

( ) Não

8.3. Descreva, quais são as necessidades de treinamento do quadro de pessoal para adequação de suas atividades.

\_\_\_\_\_

8.4. A prefeitura já realizou o mapeamento de competências de seus funcionários?

( ) Sim: quando ocorreu ultima atualização \_\_\_\_\_

( ) Não realizou

#### Relação de Vagas para Cargo na Prefeitura Municipal:

Cargo/Função	Previsto	Ocupado	Saldo

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e seguir caminho: (Tabela → inserir → linha abaixo)



**ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

Áreas:	Existência ou Não Aplicável		
	Conselho	Conselho Paritário	Fundos Municipais
Política Urbana ou Desenvolvimento Urbano			
Promoção do Desenvolvimento Económico			
Assistência Social			
Cultura			
Direito das Crianças e Adolescentes			
Educação			
Emprego e Trabalho			
Habitação			
Meio Ambiente			
Saúde			
Transporte			
Turismo			

OBS: Registrar situação em cada área se é **EXISTENTE** ou **NÃO APLICÁVEL**

Conselhos Municipais	Descreva as atividades do conselho e qual o nível de envolvimento dos Conselhos na Formulação de Políticas Públicas do Município.	Quantidade de Conselheiros	Periodicidade de Reuniões

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e seguir caminho: (Tabela → inserir → linha abaixo)

Demais Organizações Comunitárias (associações, lideranças da comunidade, sindicatos etc.)	Nível de participação da organização no planejamento e execução municipal	Quantidade	Área de Atuação

OBS: para acrescentar novas linhas clicar na linha e seguir caminho: (Tabela → inserir → linha abaixo)

**Questionário complementar:**

9.1. A prefeitura mantém reuniões periódicas com a comunidade organizada?

( ) Sim: Periodicidade: \_\_\_\_\_

( ) Não existe.

## DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES

A seguir, apresentamos uma relação de documentos e legislações que deverão ser fornecidas (cópia em papel ou arquivo eletrônico) à equipe da Ecotécnica que está elaborando o PDUOS.

Documentos e Informações	Existência (Sim ou Não)
Lei Municipal de Criação do Município e dos Distritos se houver	
Lei Orgânica Municipal da Cidade e Regulamentações	
Lei Municipal que dispõe sobre o Uso do Solo	
Lei Municipal que dispõe sobre o Parcelamento do Solo	
Lei Municipal que dispõe sobre o Sistema Viário	
Leis Municipais que dispõe sobre o Perímetro Urbano, Expansão Urbana e dos Distritos	
Lei Municipal que dispõe sobre o Código de Edificações e Obras	
Lei Municipal que dispõe sobre o Código de Posturas	
Lei Municipal que dispõe sobre a Estrutura Administrativa	
Lei Municipal que dispõe sobre a Regimento Interno	
Lei Municipal que dispõe sobre a Unificação do Regime Único	
Lei Municipal que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários	
Leis e Decretos Municipais que criam e regulam os Fundos Municipais	
Leis e Decretos Municipais que criam e regulam os Conselhos Municipais	
Lei Municipal que dispõe sobre o Código Tributário do Município (incluem leis, decretos e portarias específicas)	
Plano de Governo (proposta eleitoral; plano de 100 dias; plano de 12 meses; etc)	
Planos Plurianuais 2006-2009 (anexos de prioridades e metas fiscais)	
Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 e 2005 (anexos de prioridades e de metas fiscais)	
Lei Orçamentária Anual de 2006 (com todos os anexos)	
Lista de Funcionários da Prefeitura, com indicação de técnicos e seus cargos, bem como, identificando os colaboradores admitidos por cargo de comissionado, CLT e regime próprio.	
Organograma Atual da Prefeitura	
Plano de Obras, planos operacionais e/ou outros instrumentos utilizados pela prefeitura na administração da cidade.	
Agenda e organização de reuniões com a comunidade, diligentes empresariais, sociedade organizada, audiências públicas. (periodicidade, finalidade, registro)	
Agenda e organização de reuniões com os secretários e assessores. (periodicidade, finalidade, registro)	
Plano Diretor de Informática - PDI.	
Projetos de Lei em tramitação na Câmara Municipal que disponham sobre Uso e Ocupação do Solo, Planejamento Público, Posturas e Obras e demais temas de relevância. (*)	
Decretos municipais disponham sobre Uso e Ocupação do Solo, Planejamento Público, Posturas e Obras e demais temas de relevância. (*)	
Legislações Estaduais que se vinculam ao Município.	

(\*) Compreende todas as legislações do Município, as alterações, decretos, regulamentações, principalmente as que se relacionam com meio ambiente, recursos naturais, uso e ocupação do solo urbano e rural, infra-estrutura e serviços urbanos e regionais; paisagem, serviços sociais, habitação, setores produtivos, turismo, emprego e renda, administração pública, base tributária e financeira, recursos humanos, organização comunitária, leis que alteram as leis anteriores.

\*\*\*\*\*  
\*\*\*